POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIREITOS HUMANOS: Refrações do Mundo Globalizado

Editora UnC

ORGANIZAÇÃO
Amanda Carolina Buttendorff Beckers
Fernanda Cristina Neidert Batista

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIREITOS HUMANOS: REFRAÇÕES DO MUNDO GLOBALIZADO

Editora UnC

2020

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIREITOS HUMANOS: REFRAÇÕES DO MUNDO GLOBALIZADO

ORGANIZAÇÃO

Amanda Carolina Buttendorff Beckers

Fernanda Cristina Neidert Batista

EDITORAÇÃO

Gabriela Bueno

Josiane Liebl Miranda

Catalogação na fonte – Biblioteca Universitária Universidade do Contestado (UnC)

361.61
P769

Políticas afirmativas e direitos humanos: refrações do mundo globalizado : [recurso eletrônico] / organização Amanda Carolina Buttendorff Beckers, Fernanda Cristina Neidert Batista. – Mafra, SC : Ed. da UnC, 2020.

211 f. il. color.
Inclui bibliografias
ISBN: 978-65-990410-0-6

1. Política social. 2. Direitos humanos. 3. Psicologia – Aspectos sociais. 4. Direito – Aspectos sociais. I. Beckers, Amanda Carolina Buttendorff (Org.). II. Batista, Fernanda Cristina. III. Universidade do Contestado.

Editora UnC

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UnC

SOLANGE SALETE SPRANDEL DA SILVA
Reitora

LUCIANO BENDLIN
Vice-Reitor

MARILENE TEREZINHA STROCKA
Pró-Reitora de Ensino

GABRIEL BONETTO BAMPI
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

LUCIANO BENDLIN
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUnC

ISMAEL CARVALHO
Presidente

ORGANIZAÇÃO
Amanda Carolina Buttendorff Beckers
Fernanda Cristina Neidert Batista

EDITORAÇÃO
Gabriela Bueno
Josiane Liebl Miranda

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....5
POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIREITOS HUMANOS: REFRAÇÕES NO MUNDO GLOBALIZADO.....7
A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO MERCADO DE TRABALHO.....23
DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO: CASO DE SAÚDE PÚBLICA E NÃO DE CRIME.....35
OS DIREITOS HUMANOS DO PRESO E SUA VIDA CARCERÁRIA.....46
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA DIANTE DA HABITUALIDADE DA CONDUTA DELITIVA.....60
RELAÇÕES DE AFETO E EDUCAÇÃO: ESTUDO SOBRE AFETIVIDADE EM FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM FRACASSO ESCOLAR.....75
ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO SUICÍDIO DE PACIENTES PSICOTERÁPICOS NA DINÂMICA DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO.....90
IMPACTOS BIOPSICOSSOCIAIS DAS INUNDAÇÕES NA CIDADE DE RIO NEGRINHO (SC).....105
A PERCEPÇÃO DAS MULHERES DE UMA CIDADE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE SOBRE A FUNÇÃO MATERNA.....121
DISCURSOS DE HOMOSSEXUAIS SOBRE ASSÉDIO MORAL NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS.....136
DEPRESSÃO NA TERCEIRA IDADE: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE OS FATORES ENVOLVIDOS.....153
A INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIAIS E FAMILIARES NOS COMPORTAMENTOS DE INDIVÍDUOS DETENTOS EM UM PRESÍDIO MUNICÍPIO DO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA.....168
ADOECIMENTO MENTAL NO TRABALHO: POSSÍVEIS CAUSADORES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE TRABALHADORES.....183
A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE O IMPACTO DA ATUAÇÃO NA SUA SAÚDE MENTAL.....197

PREFÁCIO

Uma das ambições mais explícitas da produção acadêmica refere-se ao estabelecimento de saberes sobre determinados objetos. A partir de pressupostos teóricos e modelos metodológicos, inicia-se um processo de circunscrição de fenômenos humanos próprios de nosso meio cultural. Em *O mal-estar na civilização* (1930), Sigmund Freud (1856-1939) estabeleceu com bastante precisão que a vida em sociedade tem um custo: a repressão instintual e a consequente inerência de um mal-estar. Nesse sentido, conflitos, embates, contradições, desconfortos, figuram como substantivos comuns à vida em sociedade, ou seja, são elementos que dizem de sua característica mesma. Isso significa que entender tais substantivos como entraves à civilidade pode se tratar de um engodo, dado que não haveria possibilidade de uma existência plena na qual todo desejo de qualquer cidadão seria impreterivelmente realizado. Nesse sentido, muitas vezes elementos legais, civilizatórios e pactos morais, acabam restringindo direitos, eclipsando ou estigmatizando grupos humanos em prol de um suposto bem maior, a vida em sociedade. Consequentemente, diferentes agrupamentos humanos se marginalizam: idosos, homossexuais, pessoas privadas de liberdade, mulheres, dependentes químicos, crianças com dificuldades de aprendizagem, pessoas em situações de pobreza.

O exercício que se abre para o nosso tempo parece ser o de lembrar que todos são humanos, e o de fiscalizar movimentos institucionais e legais que desumanizem os grupos acima citados. Assim, se o mundo globalizado pode ser entendido como o incessante intercâmbio econômico e cultural, as diferenças e os conflitos ideológicos devem ser vistos como expressão da pluralidade humana e não como entrave a uma política específica de governo.

Quando lemos *Políticas afirmativas e direitos humanos: refrações do mundo globalizado*, vemos o trabalho e o cuidado dos autores e das autoras em revelar não verdades absolutas sobre os fenômenos que analisam. Mas sim, em apresentar pontos de vista que partem dos próprios sujeitos de pesquisa, ou seja, que versam sobre o modo como cada indivíduo ou campo jurídico expressa suas ideias e intencionalidades a respeito dos temas estudados. Isso significa que não é possível, quando se abordam temas atinentes aos direitos humanos, apresentar pontos de vista unânimes e, por sua vez totalizantes, mas sim, que é possível garantir a expressão de ideias e de fundamentos que estejam abertos a interpretações plurais e singulares de fenômenos da cultura. No caso da obra aqui presente, trata-se de temas sobre os quais não se pode apresentar um ponto final para o debate, mas sim se pode estabelecer pontos que revelem o caráter conflituoso de pautas atualmente controversas em nossa organização cultural. Referimo-nos à descriminalização do porte de substâncias ilícitas para consumo, ao princípio de insignificância no direito penal, aos direitos humanos da pessoa privada de liberdade, ou então, no campo da

psicologia, aos aspectos relativos ao fracasso escolar, aos fenômenos do suicídio e da depressão na terceira idade, bem como quanto à homofobia que se revela no assédio moral presente em ambientes laborais.

Todos os trabalhos se mostram abertos ao diálogo e não pretendem apresentar uma palavra final sobre o assunto. Assumem assim um compromisso com o campo acadêmico, com o rigor da pesquisa, especialmente quando não pretendem doutrinar, mas sim apresentar pontos de vista possíveis sobre fenômenos urgentes e que merecem olhares atentos e dedicados se quisermos uma mudança na abordagem dos mesmos.

Por fim, nos parece que tais trabalhos oferecem bases para estabelecer ações afirmativas específicas junto a grupos marginalizados e minorias estigmatizadas. Ações que só podem se concretizar se houver levantamentos de dados suficientemente fundamentados, os quais vem a revelar zonas de exclusão junto a indivíduos e grupos. Nesse sentido, a presente obra parece firmar um compromisso substancialmente importante para a construção de intervenções específicas, afirmativas e que prezem pelos direitos humanos, dentro das particularidades da região do planalto norte catarinense.

Vinícius Armiliato[1]

[1]Atualmente em pesquisa de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGF-PUCPR). Doutor e Mestre em Filosofia pela mesma instituição, linha de pesquisa Filosofia da Psicanálise. Realizou estágio doutoral na Université de Paris 7 - Diderot (mar/17-fev/18). Especialista em Sociologia Política (UFPR), graduado em Psicologia (PUC-PR) e Bacharel em Artes Cênicas pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP). Atuação como docente do curso de Psicologia da Universidade do Contestado, Campus Rio Negrinho-SC, atuação como Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB) e como Coordenador Psicopedagógico de Educação Infantil, na Associação Pró-Educação Vivendo e Aprendendo (Brasília-DF). Possui experiência em Psicologia Clínica, atendendo crianças, adolescentes e adultos, e realizando mediações no âmbito da inclusão escolar e do autismo. Atualmente desenvolve pesquisa sobre as influências da biologia evolutiva na construção das noções de normal e patológico. Atuou em pesquisa sobre formação de educadores e intervenção precoce na Educação Infantil. Tem interesse nas seguintes áreas: Psicopatologia, Psicanálise, Epistemologia, Educação, Inclusão escolar, Ensino-Aprendizagem, Filosofia, Políticas Públicas, Teatro e Política.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIREITOS HUMANOS: REFRAÇÕES NO MUNDO GLOBALIZADO

Pedro Henrique de Souza[2]
Analice Schaefer de Moura[3]

RESUMO

No presente trabalho objetiva-se compreender as alterações trazidas pela globalização na concretização dos direitos humanos através das ações afirmativas no Brasil, a fim de responder ao seguinte problema de pesquisa: qual o impacto da globalização para concretização dos direitos humanos, através das políticas afirmativas, no mundo globalizado? A pesquisa é de cunho qualitativo. Como método de abordagem adota-se o método dedutivo. O método de procedimento é o analítico e o histórico-crítico, já como técnicas de pesquisa, utiliza-se a bibliográfica e a documental. Inicialmente pretende-se delimitar um conceito de direitos humanos e sua relação com a globalização, após pretende-se analisar as políticas afirmativas enquanto concretizadoras de direitos humanos. Identifica-se em resposta ao problema de pesquisa que a globalização alterou a estrutura e organização social e estatal, devendo ser considerada na formulação de ações afirmativas que promovam o interculturalismo e considerem as diferenças socioeconômicas e culturais.

Palavras-chave: Diretos humanos. Globalização. Políticas afirmativas.

ABSTRACT

This paper aims to understand the changes brought about by globalization in the realization of human rights through affirmative actions in Brazil, in order to answer the following research problem: what is the impact of globalization for the realization of human rights, through affirmative policies, in the globalized world? The research is qualitative in nature. As a method of approach the deductive method is adopted. The method of procedure is the analytical and the historical-critical, while as research techniques, the bibliographic and documentary are used. Initially, it intends to delimit a concept of human rights and its relationship with globalization, afterwards we intend to analyze affirmative policies as concretizers of human rights. It is identified in response to the research problem that globalization has altered the state and social structure and organization, and should be considered in the formulation of affirmative actions that promote interculturalism and consider socioeconomic and cultural differences.

Keywords: Humans Rights. Globalization. Affirmative policies.

[2]Bolsista do programa UNIEDU. Acadêmico do Curso de Direito da Universidade do Contestado, Campus de Rio Negrinho. E-mail: pedro.henrique.souza12@gmail.com
[3]Professora do Curso de Direito da Universidade do Contestado. Mestre em Direito com taxa CAPES/PROSUC pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada OAB/RS 103.034. E-mail: analicemoura@unc.br.

1 INTRODUÇÃO

A globalização é a internacionalização da economia, da cultura e do conhecimento, universalizando os mercados, a informação, e até, de certa forma, o tempo e o espaço, pois nos últimos anos as técnicas de comunicação causaram uma relativização da distância e uma aceleração do tempo. Essas alterações impactam a organização do Estado e implementação de políticas públicas.

Nesse cenário, tem-se o seguinte problema de pesquisa: qual o impacto da globalização para concretização dos direitos humanos, através das políticas afirmativas, no mundo globalizado? Para instrumentalizar a pesquisa adota-se o seguinte objetivo geral: compreender as alterações trazidas pela globalização na concretização dos direitos humanos através das ações afirmativas no Brasil.

Como objetivos específicos pretende-se inicialmente delimitar um conceito de direitos humanos e sua relação com a globalização. A globalização alterou a ideia de nação que já não é mais absoluta, uma vez que a sociedade está cada vez mais conectada ao mundo todo; classes sociais não estão tão distantes, pois a tecnologia fez dos produtos mais baratos e acessíveis. O mundo se torna mais unido e individualista e, nesse contexto, afloram-se os direitos humanos. Contudo, o multiculturalismo provocado por essas alterações pode levar a supressões de minorais no sentido de se promover a igualdade irrestrita e a apropriação cultural.

Após pretende-se analisar as políticas afirmativas enquanto concretizadoras de direitos humanos. Desse modo, a globalização e seus impactos devem ser considerados no ciclo das políticas públicas que envolvem a percepção de problemas, sua definição, inserção na agenda política, formulação, implementação e avaliação. Com isso, o poder público na garantia e proteção aos direitos humanos deve promover ações afirmativas eficazes e de acordo com a dinâmica social que envolve a globalização e a as transformações da sociedade.

Trata-se de pesquisa teórica de cunho qualitativo. Como método de abordagem adota-se o método dedutivo. O método de procedimento é o analítico e o histórico-crítico, já como técnicas de pesquisa, utiliza-se a bibliográfica e a documental.

2 DIREITOS HUMANOS NO MUNDO GLOBALIZADO

O termo globalização guarda inúmeras definições úteis para seu entendimento, podendo ser “a integração das economias nacionais em uma economia internacional através do comércio, do investimento estrangeiro, fluxos de capital de curto prazo, fluxo internacional de trabalhadores e pessoas em geral e fluxos de tecnologia” (BHAGWATI, 2004, p. 3-4) , ou, ainda, “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2000, p. 12), a partir disso, Luís Campos e Sara Canavezes (2007, p. 9-10), ensinam:

> A forma de definir Globalização varia de autor para autor [...] Algumas definições acentuam o carácter multidimensional do processo; outras focalizam-se mais na dimensão económica da Globalização e, em certos casos, associam o processo de Globalização ao sistema económico capitalista e à ideologia neoliberal; noutros casos, as dimensões política ou cultural são particularmente sublinhadas; outras ainda sublinham que se trata de um processo conduzido pelos homens, enquanto algumas se referem à Globalização enquanto motor de um processo civilizacional, deixando implícita a sua naturalidade e inevitabilidade.

Porém, todas convergem a um fato comum: a globalização nada mais é que a internacionalização da economia, da cultura e do conhecimento, universalizando os mercados, a informação, e até, de certa forma, o tempo e o espaço, pois nos últimos anos as técnicas de comunicação causaram uma relativização da distância e uma aceleração do tempo, assim, “tornamo-nos capazes, seja onde for, de ter conhecimento do que é o acontecer do outro” (SANTOS, 2000, p. 14).

As exigências do mundo contemporâneo afastam cada vez mais coletivismos. A ideia de nação já não é mais absoluta, uma vez que estamos conectados ao mundo todo; classes sociais não estão tão distantes, pois a tecnologia fez dos produtos mais baratos e acessíveis. O mundo se torna mais unido e individualista[4] e, nesse contexto, afloram-se os direitos humanos.

[4]Apesar de ambos os termos parecerem contraditórios entre si, não são. Uma sociedade individualista tende a deixar de lado questões como de nacionalidade, e, em geral, as vontades alheias impostas ao indivíduo pelo uso da força, priorizando os fins individuais, sem excluir os fins sociais, como explica Hayek (2010, p. 77-78): “se deve permitir ao indivíduo, dentro de certos limites, seguir seus próprios valores e preferências em vez dos de outrem; e que, nesse contexto, o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios [...] A ação comum limita-se, assim, aos campos em que as pessoas concordam acerca de objetivos comuns”.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO MULTI E DO INTERCULTURALISMO

Discute-se a origem dos direitos humanos principalmente em duas frentes: a escola jusnatural e a positivista. A primeira prega que o homem tem direitos anteriores a qualquer lei positivada, normalmente sendo associada aos direitos de "vida, liberdade e propriedade"5. A origem destes direitos pode ser associada, principalmente, com duas correntes:

A primeira é a religiosa, que explica que os direitos humanos foram dados por Deus, como defende Bastiat (2019, p. 42):

> Cada um de nós recebeu de maneira certa da natureza, de Deus, o direito de defender sua Pessoa, sua Liberdade, sua Propriedade, pois esses são os três elementos constitutivos ou conservadores da vida, elementos que se completam entre si e que não podem ser compreendidos um sem o outro.

Esta posição é bastante citada nos clássicos de Rousseau, Hobbes, Locke, Tomás de Aquino, entre outros. A segunda, já mais moderna, fala sobre direitos naturais vindo da razão e da própria convivência humana, sustentando uma revisão das ideias lockeanas e das teorias da argumentação de Habermas, partindo, com alterações, da teoria praxeológica da Ação Humana de Ludwig von Mises, criando, assim, uma "ética da propriedade privada" como denominado por Hans-Hermann Hoppe. Esta defende que os direitos naturais são presumíveis por meio da argumentação, e que os contrariar se mostra uma contradição lógica (HOPPE, 2006, p. 339-345). Ainda há outras correntes jusnaturalistas, porém não convém citar todas.

A segunda é a positivista: a ideia, ainda sem cunho exatamente jurídico, começou principalmente com Auguste Comte com seu culto à ciência, recusando qualquer método que não seja o científico, assim reconhecendo todos os fenômenos como submetidos a leis naturais invariáveis (como a realidade terrestre é submetida à gravidade, por exemplo) (COMTE, 1983, p. 7). Dessa forma o positivismo jurídico sugere que o Direito deve ser reduzido ao que está posto (positivado) e usar um método totalmente empírico para estuda-lo. O auge do positivismo no direito é

[5] Há variações na denominação dos direitos naturais, como "liberdade, propriedade, segurança e a resistência à opressão" no caso da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; "vida, liberdade e a procura da felicidade", quando falamos da declaração de independência americana; "personalidade, liberdade e propriedade" como denominado por Bastiat (2019, p. 42), entre outros.

encontrado em Kelsen em sua magnum opus “Teoria Pura do Direito”, onde propunha a separação da ciência jurídica de qualquer outra ciência, além de um positivismo extremo ao dizer que o direito deve ser distinto da justiça e da moral, pois estas seriam relativas e subjetivas, enquanto o direito era uma ciência quase exata:

> A pretensão de distinguir Direito e Moral, Direito e Justiça, sob o pressuposto de uma teoria relativa dos valores, apenas significa que, quando uma ordem jurídica é valorada como moral ou imoral, justa ou injusta, isso traduz a relação entre a ordem jurídica e um dos vários sistemas de Moral, e não a relação entre aquela e ‘a’ Moral. Desta forma, é enunciado um juízo de valor relativo e não um juízo de valor absoluto. Ora, isto significa que a validade de uma ordem jurídica positiva é independente da sua concordância ou discordância com qualquer sistema de Moral (KELSEN, 1999, p. 47).

A partir disso, pode-se definir direitos humanos (independentemente da ideologia que os fundamenta) como um postulado universal baseado na igualdade e na dignidade de todo ser humano, em princípio, sem distinção de nacionalidade, cor, sexualidade, entre outros.

Nesse sentido, muitos colocam na discussão a questão das diversas culturas diferentes e sua interação com o ambiente público e com as pessoas de formas geral. Afinal, o reconhecimento dos direitos humanos muito ajuda a organizar a sociedade e as relações verticais dela de forma a evitar atos de violência e abusos, porém, não resolve o problema da relação multicultural.

Nos dias de hoje reconhece-se dois modos semelhantes e ao mesmo tempo opostos de políticas para fomentar a convivência de culturas diferentes: o multiculturalismo e o interculturalismo. Enquanto o primeiro pode ser definido como o reconhecimento de diferenças grupais em fatores públicos como leis, políticas e entre outros, o interculturalismo valoriza mais a interação entre cultura, além da abertura e do diálogo, focando nas diferenças internas nos próprios grupos e não apenas entre os grupos (OLIVEIRA, 2017, p. 13-20).

No âmbito do multiculturalismo pode-se falar em dois níveis, forte e fraco: o forte faz com que o conceito de cidadania tenha que ser redefinido, pois a identidade dos grupos é intensamente presente no domínio legal, formal e constitucional. (SHACTAR *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 14), enquanto a forma fraca preza muito mais pelo equilíbrio, respeitando a individualidade de cada indivíduo

O multiculturalismo, em especial a forma fraca, foi uma tendência mundial por algum tempo, resultando em uma situação curiosa: enquanto na américa latina a ideia virou um modelo a se seguir, na Europa foi deixada de lado, ascendendo lá o interculturalismo. Esta transição de uma ideologia de separação por diferenças grupais de culturas diferentes para um estado de diálogo e integração se mostra bastante interessante pela valorização do indivíduo acima de suas características.

O Brasil segue o exemplo latino ao favorecer cada vez mais o multiculturalismo com políticas que favorecem determinados setores (como as cotas, que serão abordadas no próximo capítulo), legislações especiais, entre outros. Isso demonstra um atraso do país em comparação a outros, pois enquanto a tendência é de inclusão, ainda estamos insistindo em favorecer certos grupos em relação a outros, coisa que auxilia a segregação e o preconceito.

Nessa perspectiva, não há nada mais favorável aos direitos humanos que, em vez de favorecer a certos grupos, dar oportunidades a todos que necessitam. A desigualdade entre negros e brancos, homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais é inegavelmente um problema, porém o favorecimento de algumas classes em relação a outras muitas vezes gera um efeito contrário, o de maior discriminação.

Fornecer a oportunidade para todos, sem distinções individuais ou biológicas, de participar da democracia e do desenvolvimento econômico é a maior forma de favorecer os direitos humanos e, acima de tudo, a liberdade.

Não só a liberdade em um sentido amplo, mas as liberdades, abrangendo, em sentido estrito, os direitos individuais (como as liberdades políticas e individuais) são valores fundamentais, essas, citando uma das frases mais célebres de Amartya Sen (2000, p. 25): “não são apenas fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais.”. As oportunidades, assim, são o motor principal para o desenvolvimento; e o desenvolvimento o motor principal da liberdade. Dar oportunidades significa dar liberdade aos que não a tem naturalmente, fazendo assim da liberdade uma via de mão dupla.

Sobre as oportunidades sociais:

> Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas (SEN, 2000, p. 56).

Por isso, é imprescritível a criação de políticas para dar oportunidades sociais aos que mais precisam, a discussão está, porém, em como faze-las para favorecer as liberdades individuais. E, a partir delas, levar a frente o desenvolvimento econômico, o que traz um aumento da qualidade de vida.

É válido lembrar que o desenvolvimento só pode ser eficientemente alcançado com a liberdade de mercado:

> O sistema de economia de mercado nunca chegou a ser tentado de forma completa e pura. Mas, na civilização ocidental, desde a Idade Média, de um modo geral, tem prevalecido uma tendência no sentido de abolir as instituições que entravam o funcionamento da economia de mercado. O constante progresso dessa tendência permitiu o crescimento populacional e a elevação do padrão de vida das massas a um nível sem precedente e até então inimaginável. O trabalhador americano médio desfruta de comodidades que fariam inveja a Cresus, Crasso, aos Médici e a Luís XIV (MISES, 2010, p. 323)

O mercado, além de favorecer o desenvolvimento, é uma das grandes ferramentas para a manutenção da liberdade, como diz Amartya Sen (2000, p. 41):

> A negação de oportunidades de transação, por meio de controles arbitrários, pode ser, em si, uma fonte de privação de liberdade. As pessoas, nesse caso, são impedidas de fazer o que se pode considerar – na ausência de razões imperiosas em contrário – ser do seu direito fazer. Esse argumento não depende da eficiência do mecanismo de mercado ou de qualquer análise ampla das consequências de ter ou não um mecanismo de mercado; ela se baseia simplesmente na importância da liberdade de troca e transação sem impedimentos.

Não se pode esquecer, porém, que o mercado pode ter sim defeitos e a ausência de qualquer regulamentação não é a posição do presente artigo, porém as legislações devem se esforçar para distorcer o mínimo possível a dinâmica das trocas voluntárias e da geração de riqueza.

2.2 A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS POR MEIO DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Além do capitalismo, do mercado, das políticas afirmativas (melhor discutidas no capítulo 3) e de outras medidas, uma das formas de proteger os direitos humanos no mundo contemporâneo globalizado são as convenções. Estes acordos internacionais tem um tratamento especial na nossa constituição (art. 5. § 3º), que

seguiu os exemplos de países como a Argentina, Portugal e Alemanha para incorpora-las com status de norma constitucional, de forma semelhante às emendas constitucionais. Em decorrência disto, é previsto ao STF julgar ações que versam sobre violações aos tratados de direitos humanos surgidas do ordenamento jurídico interno. (MORAES, 2019, p. 147)

Para fortalecer ainda mais tal proteção, a Emenda Constitucional 45/04 (que incluiu o § 3º no art. 5 na constituição, acima explicado) previu, em caso de violações graves aos direitos humanos, a possibilidade de o Procurador-Geral da República suscitar perante ao Superior Tribunal de Justiça incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. (MORAES, 2019, p. 149)

Como as principais pode-se citar a Carta das Nações Unidas (a qual criou a ONU em 1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), a Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis Desumanos ou Degradantes (1984), a Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006).

As influências destas para a nossa legislação são inquestionáveis e não convém ao momento enumera-las. Porém, sua influência se dá na proteção dos direitos individuais nos dias de hoje, além do direcionamento de políticas afirmativas. Considerando o histórico de agressão aos direitos humanos, cada convenção é um passo à frente em busca de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

3 POLÍTICAS AFIRMATIVAS ENQUANTO MECANISMO CONCRETIZADOR DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A análise das políticas públicas e de forma mais específica das políticas afirmativas não pode ser feita de forma fragmentada ou isolada da análise mais geral sobre os rumos do Estado e da sociedade, de modo que a globalização e o multiculturalismo devem ser elementos a serem considerados no planejamento de políticas que promovam os direitos humanos.

Bucci (2006) defende que as políticas públicas devem ser entendidas como uma categoria jurídica, visto que elas possibilitam a concretização de direitos fundamentais, e especialmente direitos sociais. Desse modo, as políticas públicas possuem importância fundamental no direito a partir das transformações ocorridas

no século XX, quando as Constituições deixaram de somente estruturar o Estado e passaram a prever direitos fundamentais em sentido amplo, prevendo expressamente direitos sociais passíveis de serem exigíveis pelos cidadãos.

Essa mudança no direito estatal ocorre, de acordo com Bobbio (2004), a partir de um fenômeno social, dessa forma é possível afirmar que os direitos são frutos de conquistas históricas, divididas em gerações ou dimensões. Essa noção é importante para o estudo das políticas públicas, porque está intimamente relacionada à prestação (ou não) que se espera do Estado. O autor afirma que essa multiplicação de direitos ocorreu de três modos:

> a) porque aumentou a quantidade de bens considerados merecedores de tutela; b) porque foi estendida a titularidade de alguns direitos típicos a sujeitos diversos do homem; c) porque o próprio homem não é mais considerado como ente genérico, ou homem em abstrato, mas é visto na especificidade ou na concreticidade de suas diversas maneiras de ser em sociedade, como criança, velho, doente, etc. (BOBBIO, 2004, p. 33).

Conforme Schmidt, o termo “políticas públicas” é utilizado com diferentes conotações, indicando um campo de atividade, um “propósito político”, ou “um programa de ação ou os resultados obtidos por um programa” (SHIMIDT, 2008, p. 2312). De maneira geral, as políticas públicas podem ser entendidas como um “[...] conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo” (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 22).

A literatura apresenta tipologias de políticas públicas baseadas na classificação elaborada por Theodor Lowi, em 1960, que as divide em constitutivas, regulatórias, distributivas e redistributivas (SCHMIDT, 2008).

As políticas regulatórias têm por função ordenar e regular tanto a ação estatal como a civil, criando normas para a prestação de serviços e instalação de equipamentos públicos. As políticas constitutivas, definem o modo que serão implementadas as demais políticas, alguns exemplos que podem ser citados são a definição da forma de governo, do sistema eleitoral, reformas políticas, dentro outros (SCHMIDT, 2008).

As políticas distributivas compreendem as ações estatais que distribuem recursos da sociedade a regiões e segmentos sociais específicos (SCHMIDT, 2008). Já as políticas redistributivas, classificação que abarca as políticas afirmativas objeto

do presente trabalho, possuem alto grau de conflituosidade social diferente do que costuma ocorrer com as demais (REIS; COSTA, 2009). Isso porque são elas as responsáveis pela redistribuição de renda, através do deslocamento de recursos, em que os mais abastados contribuem para com quem tem menos.

3.1 A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Estado, em sua posição de garantias e de ações positivas (ou seja, ações que não dependem de abstenções estatais), produz políticas públicas, que são o conjunto de políticas, programas e ações que oferecem bens e serviços que buscam suprir demandas de interesse público. (CASTRO; OLIVEIRA, 2014. p. 22). Para um melhor entendimento das políticas públicas brasileiras, Castro e Oliveira (2014, p. 23-27) as separam em cinco dimensões referente à área de atuação:

a) A dimensão social é caracterizada pela justiça social, concretizada por duas frentes: a proteção social, por meio da seguridade social, baseada na solidariedade; e a promoção social, que resulta da geração de igualdades, oportunidades e resultados para indivíduos ou grupos para dar respostas aos direitos sociais;
b) A dimensão econômica objetiva a estabilidade macroeconômica e eventualmente redistribuição de renda. Nesse âmbito estão os investimentos e a inovação fomentados pelo Estado;
c) A dimensão ambiental tem como área central a sustentabilidade, objetivando o equilíbrio do meio ambiente e o uso consciente de recursos naturais.;
d) A dimensão territorial busca a distribuição de acessibilidade a bens e serviços ao território nacional de forma a estimular as oportunidades às regiões que necessitam e as potencialidades de cada território;
e) A dimensão político-institucional consiste no fortalecimento das instituições democráticas, fortalecendo a participação e inclusão social.

Estas dimensões não são separadas e únicas, mas sim interligadas no fenômeno da intersetorialidade, afinal, a título de exemplo, políticas de seguridade social muitas vezes exigem políticas urbanas (que pode ser incluída na dimensão econômica), e essas políticas podem ser direcionadas a uma região que necessita

mais de tais ações (dimensão territorial), e, como na maioria das vezes há obras urbanas, estas devem ser sustentáveis (dimensão ambiental), e, para estes programas serem concretizados é necessária a existência das instituições estatais, portanto estas devem ser defendidas (dimensão político-institucional).

As políticas afirmativas podem ser consideradas um nicho das políticas públicas, nesse âmbito, sendo entendidas como:

> soluções de caráter temporário, tomadas pelo Estado ou pela iniciativa privada, cujo intuito primordial é o de corrigir e compensar distorções históricas ou mesmo atuais, causadas por motivos escusos que foram se acumulando com o decorrer do tempo e acabaram por prejudicar certo grupo específico, seja por critérios de raça, etnia, religião, gênero, etc. (DUARTE, 2014, p. 5)

A origem brasileira das ações afirmativas data dos anos 60, após a assinatura da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada pelo Brasil em 1968. Porém, seu auge se deu nos últimos vinte anos, quando, no ano 2000, foram criadas as cotas. Coisa que, de acordo com Duarte (2014, p. 7) causou uma discussão exclusivamente brasileira.

A primeira política de cotas ocorreu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) onde, por meio de lei estadual, concedeu-se uma cota de 50% no processo seletivo para entrar na universidade para estudantes de escola pública. Esta política foi seguida pela Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2004, porém, ganhando cunho racial.

A Lei n. 12.711/2012, seguindo o exemplo, instituiu as cotas sociais para jovens que estudaram em escolas públicas, de baixa renda, negros e indígenas. A justificativa da medida foi o baixíssimo número dessas classes nas universidades, além da famosa “igualdade aristotélica”, tentando igualar o ponto de partida e democratizar o acesso à universidade pública.

3.2 O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Para identificar o impacto da globalização nas políticas afirmativas, é necessário compreender como uma política pública é desenvolvida. O modo como os problemas são compreendidos na formulação de políticas públicas e como as

alternativas e soluções são selecionadas pelos governantes são questões importantes para compreender o ciclo dessas políticas.

A primeira fase consiste na percepção e definição dos problemas a serem enfrentados pela política. Contudo sua identificação não é suficiente, pois as demandas sociais são inúmeras e multiplicam-se muito mais rápido que a possibilidade do Estado atendê-las (CAPELLA, 2007).

Segundo Schmidt (2008, p. 2316), a agenda pública "[...] pode ser definida como o elenco de problemas e assuntos que chamam a atenção do governo e dos cidadãos. [...] Trata-se de uma construção permanente, que envolve forte disputa política". Esse conceito é importante para compreender essa fase inicial da política pública que se desdobrará na identificação dos problemas e escolha das estratégias de ação que comporão a agenda.

A segunda fase do ciclo faz justamente uma filtragem das inúmeras demandas identificadas, através da inserção de determinado problema na agenda política. A formação da agenda, nada mais é do que influenciar a lista de prioridades de algum ator político (SECCHI, 2009). No processo de seleção, as ideias que se mostrem viáveis do ponto de vista técnico e econômico são mantidas, juntamente com aquelas que têm amplo apoio social e são consideradas importantes pelos participantes do processo decisório.

Assim, ao tomarem consciência de um problema, os formuladores de políticas acionam o fluxo de soluções em busca de alternativas de resposta ao problema. Da mesma forma, os políticos procuram alternativas da comunidade de políticas. A partir daí, passa-se para a fase da concretização das diretrizes, programas e projetos pela administração pública burocrática através de regras e procedimentos próprios (SECCHI, 2010).

A última fase, envolve a avaliação da política pública, ela deve ocorrer desde o início da implementação da política pública, e não apenas no seu final. Na avaliação, os aspectos comumente considerados são a eficácia (os resultados obtidos) e a eficiência (a relação entre resultados e custos), contudo identifica ainda a necessidade de avaliar a efetividade e a legitimidade (SCHMIDT, 2008). A avaliação permite uma compensação especial e temporal dos problemas e das políticas públicas. Ela permite ainda aumentar a sensibilidade e a percepção que os atores políticos têm sobre a ação estatal, a fim de melhorá-la.

De modo geral, a avaliação pode concluir pela (a) constituição da política pública da forma como está, quando as adversidades de implementação são inexistentes ou pequenas; (b) reestruturação marginal da política, quando há mais adversidades, mas que não inviabilizam a política e; (c) extinção da política pública, quando o problema foi resolvido ou superado, ou quando os problemas práticos são insuperáveis que impossibilitam a execução da política (SECCHI, 2010).

A avaliação é um importante mecanismo no qual deve ser respeitado o princípio do controle estatal pelos cidadãos (princípio democrático). É especialmente nessa última fase que o ciclo das políticas públicas costuma falhar, pois a avaliação não é realizada adequadamente de modo a identificar a necessidade de continuidade ou alteração das estratégias adotadas.

Atualmente, os instrumentos para transformação e controle da estrutura estatal se ampliaram muito, de modo que os países em desenvolvimento têm diversos mecanismos de articulação entre economia, sociedade e direito, seja pelo planejamento ou pela participação do Estado. Diante dessa complexidade, um importante desafio é definir procedimentos capazes de tornar o processo de decisão permeável aos interesses sociais.

Não há dúvidas de que oportunidades sociais são importantes a quem precisa, “não só para a condução da vida privada [...] mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas” (SEN, 2000, p. 56), o que é fundamental para não só o indivíduo, mas para o desenvolvimento como um todo também, pois o desenvolvimento tanto busca a liberdade, como depende dela, as pessoas têm de ser “vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação do seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 71). Esta participação ativa na sociedade e até na economia muitas vezes, principalmente no âmbito das classes sociais mais pobres, é resultado de programas de oportunidades de ascensão social.

A igualdade de oportunidades, objetivo de tais políticas, é um dos pilares da liberdade, nas palavras de Milton Friedman (2015, p. 150):

> A igualdade de oportunidades, assim como a igualdade pessoal, não é inconsistente com a liberdade; ao contrário, é um componente essencial dela. Se é negado a algumas pessoas o acesso a determinados postos na vida para os quais são qualificadas simplesmente por causa de sua origem étnica, cor ou religião, isso é uma interferência em seu direito pela “vida,

> liberdade e busca da felicidade". Nega a igualdade de oportunidades e, pela mesma moeda, sacrifica a liberdade pessoal de alguns para favorecimento de outros.

Com efeito, o ciclo das políticas públicas deve assegurar a participação e envolvimento social desde a fase de percepção dos problemas até a fase de avaliação, especialmente considerando o caso das políticas afirmativas que visam equalizar desigualdades sociais e possuem caráter temporário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização alterou a ideia de nação que já não é mais absoluta, uma vez que a sociedade está cada vez mais conectada ao mundo todo; classes sociais não estão tão distantes, pois a tecnologia fez dos produtos mais baratos e acessíveis. O mundo se torna mais unido e individualista e, nesse contexto, afloram-se os direitos humanos. Contudo, o multiculturalismo provocado por essas alterações pode levar a supressões de minorais no sentido de se promover a igualdade irrestrita e a apropriação cultural.

Desse modo, a globalização e seus impactos devem ser considerados no ciclo das políticas públicas que envolvem a percepção de problemas, sua definição, inserção na agenda política, formulação, implementação e avaliação. Com isso, o poder público na garantia e proteção aos direitos humanos deve promover ações afirmativas eficazes e de acordo com a dinâmica social que envolve a globalização e a as transformações da sociedade.

Identifica-se em resposta ao problema de pesquisa que a globalização alterou a estrutura e organização social e estatal, devendo ser considerada na formulação de ações afirmativas que promovam o interculturalismo e considerem as diferenças socioeconômicas e culturais.

REFERÊNCIAS

BASTIAT, F. **A lei**. São Paulo: LVM Editora, 2019.

BHAGWATI, J. **Em defesa da globalização:** como a globalização está ajudando ricos e pobres. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BUCCI, M. P. D. O conceito de política pública em direito. *In:* _____. **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAMPOS, L.; CANAVEZES, S. **Introdução à globalização.** Lisboa: Instituto Bento Jesus Caraça, 2007.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *In.* HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.) **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 87-124.

CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M. G. Políticas públicas e desenvolvimento. *In:* MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2014. p. 20-46.

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. In: GIANNOTTI, J. A. (Org.). **Comte.** São Paulo: Abril, 1983. p. 3-39. (Coleção os Pensadores).

DUARTE, A. C. **A constitucionalidade das políticas de ações afirmativas**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2014 (Texto para Discussão nº 147). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 19 nov. 2019.

FRIEDMAN, M. **Livre para escolher.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão.** 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOPPE, H. H. **The economics and ethics of private property:** studies in political economy and philosophy. 2. ed. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2006.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MISES, L. V. **Ação humana:** um tratado de economia. 3. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MORAES, A. **Direito constitucional.** 35. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, N. Do multiculturalismo ao interculturalismo: Um novo modo de incorporação da diversidade cultural? **Revista Ambivalências**, v. 5, n. 9, p. 10-35, 12 set. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21665/2318-3888.v5n9p10-35. Acesso em: 18 nov. 2019.

REIS, S. S., COSTA, M. M. M. Cidadania, participação e capital social na gestão de políticas públicas. **Revista do Direito** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 31, p. 173-187, 2009. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/1180/873. Acesso em: 19 nov. 2019.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SECCHI, L. Formação da agenda: método de Policy Advocacy para ensino de políticas públicas. **Administração Pública e Gestão Social – AGPS**, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 32-47, jan./mar., 2012. Disponível em: http://www.apgs.ufv.br/index.php /apgs/article/view/55/96#.WjgEclWnFxQ. Acesso em: 18 nov. 2019.

SCHMIDT, J. P. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. *In*. REIS, J. R.; LEAL, R. G. **Direitos sociais e políticas públicas**: desafios contemporâneos. Tomo 8. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. p. 2307 – 2333.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO MERCADO DE TRABALHO

Amanda Carolina Buttendorff R. Beckers[6]
Cíntia de Almeida Lanzoni[7]

RESUMO

O presente trabalho visa estudar a temática da implementação de políticas públicas para adaptação razoável dos meios de trabalho, de modo a viabilizar a inserção efetiva dos trabalhadores com deficiência, no mercado de trabalho, observando o princípio da dignidade da pessoa humana. Há que se ponderar que o trabalho decente em dignas condições é um poderoso instrumento socioeconômico de implementação de distribuição de renda e igualdade social. É certo que o trabalho se trata de um dos caminhos do homem em busca seu sentido pela vida. É também meio de desenvolvimento pessoal e moral, não havendo vida digna e saudável sem trabalho decente, ao que não se admite mais a antiga ideia de trabalho como mercadoria. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) é o tratado que reconhece e explica a Carta Internacional dos Direitos Humanos e a Declaração da OIT sobre os Princípios e os Direitos Fundamentais no Trabalho. Além deste documento, a Organização das Nações Unidas promove a divulgação e adesão dos princípios do Pacto Global às entidades que buscam aprimorar seus mecanismos de respeito ao meio ambiente e ao trabalhador. O ordenamento jurídico brasileiro impõe a contratação de pessoas com deficiência por meio de cota, porém, ignora a importância de implementar medidas complementares ao apoio, proteção e defesa destes profissionais com deficiência. Não se discute a importância da existência da legislação que traz referida diretriz, eis que diante do atual estágio do direito do trabalho e da realidade fática do mercado de trabalho brasileiro, ainda se faz necessária a implementação de políticas públicas que de fato propiciem a inclusão destes trabalhadores. A esperada efetivação de políticas públicas de qualificação e integração entre os trabalhadores cotistas e não cotistas, visa não só a questão do trabalho, mas também fomenta o desenvolvimento econômico, quando proporciona fonte de renda qualificada a parcela da população que até então estava à margem do mercado de trabalho. Além deste desenvolvimento, o trabalhador com deficiência que esteja satisfatoriamente inserido no mercado apresenta melhores resultados e os colegas de trabalho podem contar com um membro engajado à equipe, fazendo com que todos os trabalhadores apresentem mais satisfação com o trabalho e busquem reconhecimento por parte do empregador. Os empregadores não devem estar limitados ao cumprimento de uma

[6]Coordenadora do Curso de Direito e Professora da Universidade do Contestado, Rio Negrinho, Santa Catarina, Brasil. Doutoranda em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela mesma instituição. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Uninter. Advogada. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. amandacbeckers@gmail.com

[7]Professora de graduação e pós-graduação da FAE Centro Universitário, Curitiba, Paraná, Brasil. Professora de graduação da FAE São José dos Pinhais, São José dos Pinhais, Paraná, Brasil. Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela mesma instituição. Advogada. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. cinlanzoni@yahoo.com.br

cota de contratação, devem atuar para que a pessoa com deficiência integre a equipe e seja aceita pelos demais empregados, de modo a minimizar o preconceito e contribuir para o afastamento das diferenças sociais. Isto porque não raros os casos de trabalhadores com deficiência que apesar de formalmente contratados, indicados no CAGED e RAIS do empregador, receberem salários e benefícios mensais, sequer comparecem ao trabalho, pois o objetivo do empregador se limita a cumprir com a cota de contratação de pessoas com deficiência e evitar as punições administrativas por parte do Ministério do Trabalho. Casos concretos, como o do Grupo Siro, da Espanha, mostram que a produtividade melhora com o engajamento e a menor rotatividade da equipe de trabalho, o que contribui com o desenvolvimento econômico, mediante melhora no desempenho e na sustentabilidade das empresas. Destacando-se, ainda, que o respeito à dignidade da pessoa humana é essencial ao atingimento de um estado de direito maduro e evoluído. Trata-se de pesquisa quantitativa, dedutiva, teórica e documental, que objetiva estudar a implantação de políticas capazes de fomentar o desenvolvimento econômico a partir da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Pessoa com deficiência. Direitos humanos. Trabalho decente.

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida do presente trabalho é a premissa de que o trabalho decente em dignas condições é um poderoso instrumento socioeconômico de implementação de distribuição de renda e igualdade social. É certo que o trabalho se trata de um dos caminhos do homem em busca seu sentido pela vida. É também meio de desenvolvimento pessoal e moral, não havendo vida digna e saudável sem trabalho digno, ao que não se admite mais a antiga ideia de trabalho como mercadoria.

A OIT – Organização Internacional do Trabalho – figura atualmente como uma das agências mais atuantes da ONU – Organização das Nações Unidas. Fundada após a Primeira Guerra Mundial, com o intuito de promover a paz universal e a justiça social, a OIT visa a promoção do trabalho digno e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, utilizando-se para tanto de recomendações e convenções.

No que diz respeito às pessoas com deficiências o ordenamento jurídico impõe a contratação de uma cota mínima de trabalhadores nestas condições, contudo, se verifica que a simples exigência legal não serve ao reconhecimento destes profissionais no mercado de trabalho, sofrendo discriminação no ambiente

laboral, tanto pela condição física, mental ou psíquica quanto pela contratação por determinação legal.

O mero cumprimento da cota para contratação de pessoas com deficiência não seria suficiente para expressar a adoção de políticas que observem a dignidade da pessoa humana e incentivem a contratação de pessoas com deficiência, pois ainda restam obstáculos à integração com a sociedade.

Este estudo visa uma breve análise da situação normativa e a adoção de políticas para a contratação das pessoas com deficiência e sua inserção no mercado de trabalho.

2 A PROTEÇÃO DO TRABALHADOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL

O direito ao trabalho e à proteção ao trabalhador vigoram no rol dos direitos fundamentais da CF/88. A proteção do trabalhador e o próprio direito ao trabalho perpassam pela continuidade da relação empregatícia. Segundo Nascimento (1998, p. 267) a conservação do contrato de trabalho seria o princípio que resulta da coexistência de técnicas jurídicas, cujo escopo seria o favorecimento da continuidade do vínculo.

Neste aspecto, contudo, a Constituição Federal tratou o assunto de forma ambígua. Segundo leciona Hasson (2006, p. 40) de um lado a CF afirmou como valores fundamentais a consagração da dignidade humana e o valor social do trabalho, enaltecendo o direito ao trabalho como direito fundamental do ser humano; em contrapartida, olvidou-se de assegurar mecanismos de concretização de tais valores.

Em 2015, foi sancionada a Lei 13.146, a qual institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência visando sua inclusão social e o exercício de cidadania. Referida norma baseou-se na Convenção da ONU sobre Pessoas com Deficiência, bem como a Convenção 159 da OIT, que fora ratificada pelo Brasil no ano de 1992.

2.1 A PROTEÇÃO NO ÂMBITO DA OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

No âmbito do direito internacional, há hoje segundo Muri (2010, p. 95) uma tendência quase unânime de garantira aos cidadãos do direito ao trabalho e à segurança no emprego, uma vez que o trabalho é reconhecido como um dos direitos fundamentais pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, ambos aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

A ideia de uma legislação protetiva ao trabalhador que albergasse além do direito interno outros ordenamentos surgiu muito antes de tais normativas. Segundo Crivelli (2010, p. 31) a criação do direito internacional do trabalho e da OIT se deu durante o processo histórico que ocorreu nas primeiras décadas do século XIX.

Com o fim da primeira Guerra Mundial em 1919 e a instalação da conferência que deu origem ao Tratado de Versalhes, a regulamentação de uma legislação internacional do trabalho foi colocada em pauta. Crivelli (2010, p. 52) aponta que um dos fatores de primordial relevância é a inédita inclusão de representantes dos trabalhadores em uma conferência diplomática oficial, o que se verifica até hoje na estrutura tripartite da OIT – governos, empregados e empregadores - com a criação da ONU – Organização Internacional das Nações Unidas em 1946 a OIT foi a ela incorporada, passando a ser a primeira de suas agências especializadas.

O texto aprovado no capítulo XII do Tratado de Versalhes formalizou a concepção da OIT – Organização Internacional do trabalho, que foi criada sob as premissas basilares de que a paz universal só poderá se concretizar quando estiver baseada em justiça social.

Trata-se, pois, de uma organização internacional intergovernamental, constituída por meio de tratado, que possui personalidade jurídica de direito internacional, não se confundindo com os Estados que a compõem. Além disso, trata-se de uma fonte formal do direito internacional, responsável pela elaboração de atos normativos a serem observados pelos estados-membros (CRIVELLI, 2010, p. 67).

Sua missão é promover oportunidades para que todos tenham “acesso a um trabalho digno e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e

dignidade" (OIT, 2014). A fim de instrumentalizar a busca pelo trabalho digno, conta com quatro objetivos estratégicos:

> (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social (OIT, 2014).

O trabalho da Organização visa assegurar a equidade, o progresso social, e a erradicação da pobreza, nos termos da Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho.

O conteúdo material da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 aponta para um alto padrão de proteção dos direitos humanos. Os signatários se comprometeram a lançar várias bases protetivas ao cidadão e ao trabalhador, dentre elas o direito a um padrão de vida capaz de garantir saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, e de serviços sociais que auxiliem frente aos quadros de desemprego, doença, invalidez, viuvez e velhice (Art. XXV). Toda pessoa também tem direito à instrução, a qual deverá ser gratuita, bem como à educação técnico-profissional, com o objetivo de desenvolver a personalidade, fortalecendo o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais (Art. XXVI), (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Jorge Fontoura e Luiz Eduardo Gunther (2001, p. 101) defendem em sua obra que a tutela internacional do trabalho exercida pela OIT "apresenta-se como último reduto para a defesa de importantes conquistas da civilização, uma vez que a 'era do mercado', indiferente às fronteiras estatais acaba por erodir toda uma gama de valores jus-laborais".

As normas da OIT regulamentam, entre outros: a) condições de trabalho, b) duração das horas de trabalho, c) combate ao desemprego, d) a garantia de salário digno, e) proteção das crianças e dos adolescentes, f) proteção das mulheres, g) pensões de velhice e de invalidez, h) estabilidade no emprego, i) defesa dos dirigentes sindicais, j) garantia de emprego e de níveis de emprego, k) afirmação do princípio de igualdade, entre outras medidas análogas (MURI, 2010, p. 26).

As normatizações oriundas da OIT se concretizam em convenções e recomendações, sendo que estas são orientações que estabelecem metas e

objetivos a serem alcançados e aquelas têm por finalidade criar normas obrigacionais com natureza jurídica de tratados internacionais aos membros que as ratificarem (SUSSEKIND, 2000, p 131).

2.2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E POLÍTICA POSITIVA PARA CONTRATAÇÃO

O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015 – prevê meios para a inclusão da pessoa com deficiência, estabelecendo o seu art. 1º o objetivo de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A lei brasileira, em decorrência da motivação constitucional, estabelece ação afirmativa no sentido de viabilizar a inserção das pessoas com deficiência ao trabalho, fixando cotas de reserva de vagas, tanto na esfera pública, quanto na privada. Apesar disso, a condição de exclusão das pessoas com deficiência do convívio social é milenar e demonstra o quão distante estão estas pessoas de condições mínimas de cidadania edificadas desde o princípio da cultura ocidental (FONSECA, 2007).

A pessoa com deficiência possui todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, com interesses exclusivos derivados de sua especial condição, pois mantém, relações jurídicas peculiares com a família, sociedade e Estado e deve ser colocada a salvo de qualquer formato de discriminação, violência, crueldade ou opressão (PAULA; MORTARI, 1997, p. 131).

Para o assunto da deficiência, o direito busca soluções jurídicas para a pessoa com deficiência em suas relações, podendo citar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de oportunidades, as condições de inserção no campo profissional (FONSECA, 1997, pp. 118/119).

Os direitos fundamentais ligados à vida, saúde, educação, liberdade e locomoção, convivência familiar e comunitária, segurança, trabalho, lazer, respeito, devem ser disciplinados em razão dos obrigados, a Família, a Sociedade e o Estado, fazendo com que a vinculação aos seus direitos não seja vista como doação ou benevolência, mas indispensáveis a um Estado Democrático de Direito que percebe seus integrantes com as peculiaridades que lhes são próprias (PAULA; MORTARI, 1997, p. 131).

A Constituição Federal de 1988 prevê a igualdade entre os trabalhadores, deficientes ou não, e a vedação do tratamento discriminatório, sob o plano individual, e, sob o plano social, atribui ao trabalho, como meio de promoção do próprio ser humano e de integração deste à sociedade, buscando mitigar a segregação social (BEZERRA, 2008, p. 168).

Estima-se que haja, no Brasil, pouco mais de quinhentos mil trabalhadores com deficiência registrados, ou seja, somente dois por cento do total de empregados. E, ainda diante deste cenário, inúmeras são as justificativas dos empregadores para o não preenchimento da política de cota de vagas no setor privado. Dentre estas a inexistência de pessoas com deficiência em uma determinada região para o preenchimento das cotas, quer por estarem recebendo benefício assistencial de prestação continuada e não possuírem interesse de exercer uma atividade laboral para perceber quantia similar à que recebe do órgão público assistencial ou mesmo pela prática comum de instalação de grandes fábricas em Municípios menores, através de concessão de incentivos fiscais, não havendo, nestas localidades número suficiente de pessoas com deficiência aptas para o trabalho (LEMOS, 2015, p. 72).

Ainda, importante lembrar que nem todas as pessoas com deficiência tem condições de exercer alguma atividade laboral, portanto, os números acima devem ser analisados com razoabilidade.

Outra explicação para a não contratação de pessoas com deficiência é a baixa qualificação delas, seja pela superproteção familiar, impedindo-a de frequentar cursos regularmente ou por alguma deficiência do sistema público e privado de ensino que, muitas vezes, não são acessíveis às pessoas com algum tipo de deficiência. Ademais, aponta Renata Baars, “as pessoas com deficiência são designadas a prestarem serviços de artesanatos, marcenarias, e não têm um estímulo maior para se qualificarem e atenderem às necessidades das empresas brasileiras” (LEMOS, 2015, p. 72).

E, some-se a estas condições as dificuldades e precariedades do transporte público urbano, bem como a falta de acessibilidade para a pessoa com deficiência locomover-se.

Por meio de políticas públicas, busca-se atribuir equidade às pessoas com deficiência, na medida em que não contam com as mesmas condições físicas, psíquicas e mentais dos demais. Sendo assim, a política de cotas visa atribuir uma

reserva de mercado aos que apresentam alguma deficiência, de modo a resguardar a integração destes trabalhadores ao mercado de trabalho.

A igualdade de tratamento das pessoas com deficiência também é objeto da Convenção da ONU, pois este documento estabelece diversos princípios e o primeiro deles é o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual incluindo a liberdade de fazer escolhas próprias de uma pessoa e a independência das pessoas.

No dizer de Assis e Pozzoli, a reserva de mercado, ou também chamada política de cotas, não pode ser adotada isoladamente, pois ela nos remete para o problema da habilitação, ou seja, para a responsabilidade do Estado, que deve dar a todo cidadão, com deficiência ou não, as condições necessárias para aprender uma profissão (2005, p. 354).

Ainda que se considere que há muito a caminhar no Brasil, as políticas de cotas e de reserva de mercado às pessoas com deficiência viabilizam a absorção destas por vagas de emprego, ou seja, pelo trabalho formal e regular. Afinal, estas pessoas contam com desafios sociais para serem aceitas, para conseguirem se locomover, para se expressarem, para simplesmente viverem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudado, não resta dúvida de que o trabalho, um dos caminhos do homem em busca seu sentido pela vida, é também meio de desenvolvimento pessoal e moral, não havendo vida digna e saudável sem trabalho digno, ao que não se admite mais a antiga ideia de trabalho como mercadoria.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o surgimento da Organização das Nações Unidas - ONU, e o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, restaram positivados o direito ao trabalho digno, a remuneração justa, e a não discriminação enquanto pertencentes ao rol dos direitos humanos.

Os países signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos se comprometeram então a lançar várias bases protetivas ao cidadão e ao trabalhador, dentre elas o direito a um padrão de vida capaz de garantir saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, e de serviços sociais que auxiliem frente aos quadros de desemprego, doença, invalidez, viuvez e velhice (Art. XXV).

Neste sentido, com o escopo de proporcionar um trabalho digno e produtivo, em condições de igualdade, liberdade, equidade, segurança e dignidade a OIT – Organização Internacional do Trabalho atua desde muito no intento de assegurar o progresso social e a erradicação da pobreza.

Nesta toada, inegável a existência de desigualdade entre as partes no contrato de trabalho. O trabalhador hipossuficiente e dependente do empregador necessita de maior amparo legal, a fim de compensar as desigualdades sociais e econômicas da relação de emprego, o que possibilitaria, com isso, maior nivelamento das partes e concretização de igualdade material.

E, buscando equidade na relação de emprego, a lei atribui cota para a admissão de pessoas com deficiência, possibilitando a adoção de política direcionada às pessoas com alguma restrição física, psíquica ou mental que permitam atividade laboral evitando a segregação social do trabalhador deficiente e viabilizando diversidade nos ambientes de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. **Proteção social no MERCOSUL**: a saúde dos trabalhadores de municípios fronteiriços do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1379 > Acesso em: 14 jun. 2016.

ASSIS, O. Q.; POZZOLI, L. **Pessoa portadora de deficiência:** direitos e garantias. 2. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.

BEZERRA, M. F. Acessibilidade ao trabalho: a inserção do deficiente no mercado de trabalho. **Revista de Direito do Trabalho.** v. 130, p. 165 – 181, Abr - Jun / 2008. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a0000016f0100caadfa0d7fbe&docguid=I5a4ba3a0f25611dfab6f010000000000&hitguid=I5a4ba3a0f25611dfab6f010000000000&spos=14&epos=14&td=1279&context=33&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. República Federativa. **Constituição da república federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. **Decreto legislativo nº68/92**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1992/decretolegislativo-68-16-setembro-1992-358557-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. **Decreto 1855/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1855.htm > Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. **Consolidação das leis do trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm > Acesso em: 20 jun. 2016.

CARVALHO. W. S. **Despedida arbitraria no texto constitucional de 1998.** Curitiba: Juruá, 2001.

CAVALCA, R. F. O cumprimento da cota legal: uma questão de inclusão social. **Revista de Direito Constitucional e Internacional.** v. 104, p. 101 – 127, nov./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9b0000016f00ff1cc421904037&docguid=I0ade98b0c9c511e7af2e010000000000&hitguid=I0ade98b0c9c511e7af2e010000000000&spos=4&epos=4&td=1279&context=13&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1#noteDTR.2017.6852-n16>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CRIVELLI, E. **Direito internacional do trabalho contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2010.

DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho.** 8. ed. São Paulo: LTr, 2009.

FONSECA, M. A. **Direito e exclusão:** uma reflexão sobre a noção de deficiência. 1997.

FONSECA, R. T. M. Os efeitos da 8ª convenção internacional da ONU e o acesso ao mercado de trabalho para as pessoas com deficiência. **Doutrinas Essenciais de Direito do Trabalho e da Seguridade Social**. v. 3, p. 1135 – 1144, Set / 2012. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a0000016f0100caadfa0d7fbe&docguid=I3e45df40f25611dfab6f010000000000&hitguid=I3e45df40f25611dfab6f010000000000&spos=10&epos=10&td=1279&context=33&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1. Acesso em: 30 nov. 2019.

FONTOURA, J.; GUNTHER, L. E. A natureza jurídica e a efetividade das recomendações da OIT. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 35. 2001.

HASSON, R. **Desemprego e desproteção.** Curitiba: Juruá, 2006.

JAEGER JÚNIOR, A. MERCOSUL e o desafio da livre circulação de trabalhadores: dificuldades e perspectivas. In: DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (Orgs). **Cidadania e nacionalidade:** efeitos e perspectivas - nacionais-regionais-globais. Ijuí: Unijuí, 2002.

LEMOS, R. D. D. Cotas trabalhistas para pessoas com deficiência - Uma análise principiológica. **Revista de Direito do Trabalho,** v. 164, p. 65 – 84, jul./ago. 2015. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9b0000016f00ff1cc421904037&docguid=I087870707498 11e59187010000000000&hitguid=I087870707498 11e59187010000000000&spos=2&epos=2&td=1279&context=13&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 09 dez. 2019.

MAIOR, J. L. S. Convenção 158 da OIT. Dispositivo que veda a dispensa arbitrária é auto-aplicável. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 8, n. 475, 25 out. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5820>. Acesso em: 19 jul. 2016.

MAGANO, O. B. **Convenção 158 da OIT.** São Paulo, 1997.

MANNRICH, N. **Dispensa coletiva**: da liberdade contratual à responsabilidade social. São Paulo: LTr, 2000.

MURI, L. H. **Garantia de emprego e direitos fundamentais:** a polêmica sobre a inconstitucionalidade da denúncia da Convenção 158 da OIT. Unibrasil. 2010. Disponível em <http://www.unibrasil.com.br/sitemestrado/_pdf/Microsoft%20Word%20-%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20LEANDRO.pdf > Acesso em: 23 jun. 2016.

NASCIMENTO, A. M. **Teoria geral do direito do trabalho.** São Paulo, LTR 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <http://www.onu.org.br/direitoshumanos2012/ > Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

PAULA, P. A. G.; MORTARI, L. M. **A defesa dos interesses da pessoa portadora de deficiência.** 1997.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SOARES FILHO, J. **A convenção nº 158 da OIT**. Conselho da Justiça Federal. Disponível em: <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1547/1501>. Acesso em: 23 maio 2016.

_____. **A convenção nº 158 da OIT e a questão relativa a constitucionalidade, em face do direito interno brasileiro.** Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/a/5pg7/a-convencao-n-158-da-oit-e-a-questao-relativa-a-constitucionalidade-em-face-do-direito-interno-brasileiro-jose-soares-filho > Acesso em 25 jun. 2016.

SUSSEKIND, A. **Convenções da OIT e outros Tratados**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007.

_____. **Direito internacional do trabalho.** 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

TAVEIRA JUNIOR, R. S. **O julgamento da constitucionalidade da convenção 158 da OIT:** uma oportunidade de legitimação do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: < http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=dc82d632c9fcecb0 > Acesso em 23 mai. 2016.

UNIÃO EUROPEIA. **Carta dos direitos fundamentais da União Europeia**. Disponível em <http://europa.eu/pol/pdf/q

DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO: CASO DE SAÚDE PÚBLICA E NÃO DE CRIME

Ana Paula Borges[8]
Jaciel Karvat[9]

RESUMO

Nosso país enfrenta um grande problema quando o assunto é consumo de drogas, pois esta prática só cresce a cada ano em todo nosso país, e o Estado não consegue tratar do tema de forma efetiva. Criminalizar a conduta não vem apresentando resultados positivos, ademais, nossa legislação vigente que trata dos crimes envolvendo entorpecentes, criminaliza a conduta, o que estigmatiza ainda mais o usuário de drogas. Importante destacar também que a criminalização não é a medida mais adequada levando-se em consideração os preceitos de nossa Constituição Federal, bem como de nosso Código Penal, pois contraria vários fundamentos desses dois diplomas legais. A punição por si só, também não diminui o consumo, pelo contrário, ainda cria mais problemas para reinserir o usuário de drogas à sociedade. Levando em consideração que a total repressão não vem gerando resultados positivos, nasce uma necessidade de se pensar em alternativas para se tratar esse problema. Com isso nasce a ideia da descriminalização do porte de drogas para consumo próprio, para que aquele dependente de substâncias entorpecentes proibidas não seja tratado como criminoso, mais sim, que seja realizado um atendimento de saúde para este usuário. Sendo essa atitude mais adequada a nossa realidade, pois as medidas atuais tomadas pelo Estado, estão mostrando-se totalmente ineficazes. Só com a mudança de postura frente ao problema, que poderemos alcançar avanços em relação a essa problemática.

Palavras-Chave: Descriminalização. Drogas. Consumo. Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

A temática da descriminalização do uso de entorpecentes é um assunto muito delicado e complexo, que deve ser observado sobre diversos fatores, para que não seja formada uma opinião baseada no senso comum. Uma vez que temos uma ideia proibicionista sobre o tema, fundada muitas vezes no moralismo impregnado em nossa sociedade.

Em nossa sociedade, os usuários de drogas carregam um estigma extremamente negativo, carregado de preconceito e pela marginalização que recai

[8]Acadêmica do curso de Direito. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: anaborges2204@gmail.com
[9]Docente no curso de Direito. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: jaciel.karvat@professor.unc.br.

sobre essa prática. Tal abominação, muito tem a ver com o fato de ainda ser considerado como uma infração penal tal conduta. Pois muitas vezes que esse assunto é discutido, levanta-se uma bandeira partidária, que nada auxilia para a minimização desse problema.

O relatório mundial sobre as drogas de 2016 trouxe dados sobre o consumo de drogas pelo mundo, no qual a quantidade de pessoas que usaram drogas ao menos uma vez por ano ficou em torno de 275 (duzentos setenta e cinco) milhões de pessoas, ou, cerca de 5,6% da população global (UNODC, 2018).

Partindo dessa problemática, esse artigo tem como tema central expor os problemas trazidos pela criminalização do consumo de drogas tanto aos usuários quanto ao Estado, tentando buscar uma possível resposta para a seguinte questão: a descriminalização do consumo de drogas é uma alternativa viável para nosso país?

Questão essa de extrema relevância social, uma vez que os usuários de drogas crescem de forma escalonada pelo mundo, situação que não é diferente em nosso país, e em muitas situações acabam enfrentando diversos problemas pelo seu consumo, inclusive complicações de saúde, o que dificulta ainda mais seu tratamento, sua recuperação, além da uma integração como membro de uma sociedade.

Diante dessa epidemia, devem-se buscar soluções efetivas para essa questão, e como podemos ver a criminalização do uso das drogas para consumo próprio não inibe seu uso. Dificultando ainda mais o tratamento dos problemas de saúde causados pelo seu consumo, além dos reflexos negativos na vida social daqueles que fazem seu uso.

AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO QUANTO A CRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO

Primeiramente, importante esclarecer que quando falamos em descriminalização do porte de drogas para consumo, nada mais é do que retirar essa conduta da esfera penal, apenas reconhecer que isso não é crime. Pois ainda hoje tem muitos tabus sobre o assunto, acreditando que a descriminalização regulamentaria o uso, ou mesmo fosse uma espécie de incentivo para se usar tais

substâncias irrestritamente. Todavia, como descrito, a descriminalização não se presta a isso.

Dito isso, sabemos que o Direito Penal deve ser considerada como a *última ratio*[10] da sociedade, não devemos ocupá-lo com situações que cabem ao direito individual de liberdade de cada pessoa. Até o momento que essa conduta não prejudicar a vida de terceiros, de forma clara e objetiva, essa prática deve ser respeitada do ponto de vista da liberdade individual.

O prejuízo maior dessa conduta será daquele próprio que a consome, e não da sociedade. Devendo ser deixada para tutela estatal apenas as situações que exijam de fato sua atuação. Pois, se fosse levar em conta a nocividade das substâncias ingeridas para se caracterizar um crime, o consumo de álcool e tabaco também deveria ser considerado crime.

O direito à liberdade também é um princípio Constitucional, como vemos no artigo 5º, *caput*, da nossa lei maior, *in verbis:* "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]" (BRASIL, 1988).

Portanto, a liberdade do indivíduo deve ser respeitada, cabendo a cada um a escolha se fará ou não o uso de entorpecentes, pois a proibição nesse caso fere diretamente o direto de liberdade.

Nesse sentido Nucci (2016, p. 27) ensina que "caso o bem jurídico possa ser protegido de outro modo, deve-se abrir mão da opção legislativa penal, justamente para não banalizar a punição, tornando-a, por vezes ineficaz".

Segundo Capez (2018, p. 84),

> somente restará justificada a intervenção do Direito Penal quando houver um ataque capaz de colocar em concreto e efetivo perigo um bem jurídico. Delineando-se em termos precisos, a noção de bem jurídico poderá exercer papel fundamental como mecanismo garantidor e limitador dos abusos repressivos do Poder Público. Sem afetar o bem jurídico, não existe infração penal. Trata-se de princípio ainda em discussão no Brasil.

Dessa forma, fica evidente que o Direito Penal pátrio não prevê a punição para condutas que lesam apenas a integridade daquele que realiza a ação, um exemplo para isso é o fato da autolesão, ou mesmo a tentativa de suicídio não ser

[10] *Ultima ratio expressão latina, que* significa *"***última razão***"* ou *"***último recurso***".*

considerada crime. Assim, o fato do porte de drogas para consumo ser considerado crime, é uma afronta direta aos princípios da intervenção mínima[11] e da ofensividade[12], bem como, ao princípio Constitucional à liberdade.

O bem jurídico que o Estado visa proteger com a tipificação dessa conduta é o da saúde pública, entretanto, o próprio legislador, de forma velada, reconhece a insignificância de tal conduta na ameaça ou violação de bem jurídico que deveria ser tutelado pelo Estado, uma vez que aplicou pena não prevista em nosso ordenamento jurídico, a advertência (mais branda que as previstas na Lei de Contravenções Penais), pois não teve coragem em descriminá-la na última alteração legislativa significativa sobre a temática.

A legislação sobre tóxicos que vigora atualmente em nosso país é relativamente jovem, pois foi criada em 2006. Porém, no que tange ao consumo de substâncias ilícitas, ela ficou um tanto quanto confusa, já que o artigo 28, da Lei n. 11.343/06, não estabelece pena legal para a prática, *in verbis*:

> Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:
> [...]
> I - advertência sobre os efeitos das drogas;
> II - prestação de serviços à comunidade;
> III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo (BRASIL, 2016).

Nesse ponto enfrentamos um grande problema em relação ao princípio da legalidade, um dos mais importantes dentro do Direito Penal, pois segundo o artigo primeiro da lei de introdução ao código penal (BRASIL, 1941) “considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa”.

Tampouco se enquadra como uma contravenção penal, pois não faz parte da legislação que trata das contravenções. Não se amoldando a nenhuma das definições de delito que nossa legislação traz.

Posto isso, é preciso enfrentar a questão da legalidade da tipificação do artigo 28 da Lei n. 11.343/06, uma vez que a criminalização de tal conduta não está

[11]Princípio da intervenção mínima significa que o Estado deve interferir o mínimo possível na vida privada das pessoas.
[12]Princípio da ofensividade significa a tipificação apenas das condutas que causem real dano ao bem jurídico tutelado.

completamente amparada de acordo com nosso ordenamento jurídico, uma vez que as penas cominadas para a conduta não estão de acordo com os ensinamentos do Direito Penal brasileiro. Porque não existe qualquer outro delito que tenha pena de advertência, por exemplo.

Dessa forma, o legislador deu margem para o aparecimento de um grande problema, criou um crime tecnicamente sem pena, levando em consideração os ordenamentos jurídicos brasileiros. Por este motivo, a conduta mais acertada a ser feita em relação ao tema é a descriminalização do consumo de drogas, isso porque, sua mera criminalização não resolve o problema de saúde pública que temos em torno do assunto.

Dar um tratamento diferenciado entre o usuário e o grande traficante, pois é este último quem deve ser penalizado com rigor pela lei, e quem está trazendo prejuízos à saúde pública. É preciso também que seja investido em políticas públicas eficazes de educação contra as drogas, além do tratamento e ressocialização daqueles que por algum motivo acabaram em tal vício.

Essas medidas se mostram uma forma mais contemporânea para enfrentar o problema, já que a política de total guerra às drogas, punitiva, de tolerância zero, não parece legal do ponto de vista jurídico, muito menos, efetiva, do ponto de vista social.

POLÍTICA CRIMINAL DO SISNAD PARA O CONSUMO DE DROGAS

Inicialmente, cumpre destacar que o rol das substâncias proibidas não está contido na Lei nº. 11.343/06, mas sim, na portaria nº. 344/98 da ANVISA[13], a qual traz uma listagem com todas as substâncias consideradas entorpecentes e, portanto, proibidas.

Dito isso, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, ou simplesmente SISNAD[14], que foi instituído com o advento da nova legislação sobre drogas, implementada no ano de 2006, a qual acertadamente passou a tratar o crime de tráfico com mais rigor que a legislação anteriormente vigente.

[13]Agência Nacional de Vigilância Sanitária

[14]Entende-se por Sisnad o conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos materiais e humanos que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas, incluindo-se nele, por adesão, os Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A conduta do usuário de drogas passou a ser tratada mais brandamente, uma vez que na antiga legislação, o uso de entorpecentes também era punido com pena privativa de liberdade, e como vimos anteriormente, não existe mais pena restritiva de liberdade para essa conduta.

Nesse sentido, Araújo, Távora e Alencar ensinam (2017, p. 508-509)

> A lei n. 11.343/06, por um lado, reincide na lógica da guerra às drogas, vendo no traficante o responsável pela disseminação dos entorpecentes ilícitos, e, de outro, começa a enxergar o usuário a partir de uma perspectiva de saúde pública, em que a reprimenda penal é menos eficaz do que a adoção de políticas públicas preventivas e corretivas, sobretudo para aqueles que, a partir do uso recreativo, enveredaram para o vício [...] a lei atual "começa" a enxergar a questão sob a perspectiva de política pública de saúde. Há muito ainda a caminhar neste sentido.

Dito isso, podemos ver que nossa legislação avançou muito em relação ao assunto, entretanto, os problemas da sociedade acompanham tal evolução, e o que talvez há alguns anos não preocupasse tanto, hoje se mostra como um dos grandes problemas da atualidade.

A Lei n. 11.343/06 em seus primeiros artigos já prevê que

> Art. 3º O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:
> [...]
> I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas (BRASIL, 2006).

Pode-se perceber a preocupação do legislador em tratar diferentemente o traficante de drogas do usuário, sua preocupação em ressocializar o dependente de drogas à sociedade. Porém, com criminalização da conduta, tal objetivo torna-se ainda mais difícil de ser atingido.

Não vemos essa finalidade prevista no artigo 3º da Lei n. 11.343/06 sendo implementado de forma concreta, percebemos apenas o Estado tratando o dependente de drogas como um criminoso.

Consequentemente, o Estado estará gastando recursos, tanto financeiros, quanto humanos, com uma medida que não será efetiva, trazendo poucos, ou quase nenhum retorno positivo à sociedade.

Há também um liame muito sutil entre o usuário e o traficante, na maioria das ocasiões. Pois a legislação também não deixa clara a diferença para se considerar

um ou outro. Muitas vezes aquele que usa, acaba comercializando para diminuir seus custos com a droga, ou mesmo consumindo na companhia de outras pessoas. Com exceção daqueles traficantes de maior vulto, que comandam o tráfico na região onde moram. Não parecendo crível que o tratamento para essas duas classes de traficantes, seja feito do mesmo modo.

EFETIVIDADE DA PUNIÇÃO PARA TAL CONDUTA

Conforme Bello (2019) não se pode esperar que as pessoas deixassem de usar drogas apenas porque a lei proíbe, a conhecida guerra contra as drogas mata muitas pessoas ao redor do mundo, existindo muitas mais pessoas presas pelo consumo ou pela venda de drogas, do que pelo cometimento de um homicídio. De acordo com estatísticas, 26% das prisões no Brasil são pelo tráfico de drogas ilícitas, enquanto somente 17% das prisões são em decorrência de homicídios ou latrocínios.

Em 2015 já houve a discussão sobre o tema na Suprema Corte15 de nosso país, entretanto a pauta se encontra interrompida até os dias de hoje, não tendo um posicionamento firmado ainda pelo Supremo Tribunal Federal.

Para o ministro Gilmar Mendes, a criminalização da droga para consumo próprio estigmatiza o usuário, dificultando os caminhos para seu tratamento, bem como para o desenvolvimento de trabalhos para sua prevenção e educação, gerando ainda uma punição desproporcional a esse usuário, violando seu direito à personalidade (STF, 2015).

Há um grande dispêndio de forças e custos do Estado em criminalizar esta ação, que deveria ser considerada um problema de saúde pública, uma vez que, essa repressão lota o judiciário e sobrecarrega a polícia, que na maioria das vezes é quem faz o primeiro contato do Estado com o usuário de drogas.

As forças policiais sentem-se desmotivadas em perceber que seu trabalho não traz um retorno concreto para a sociedade, abrindo espaço para uma reflexão sobre o assunto, de que talvez não estejamos tratando a temática de uma forma correta.

[15] Recurso Extraordinário nº. 635.659

Importante destacar também, a ineficácia das penas previstas no artigo 28 da Lei n. 11.343/06, sendo que muitas das vezes o usuário não tem a mínima consciência da lesividade que as drogas podem causar. Ademais, quando é obrigado a comparecer a uma medida educativa acerca do uso de drogas, fará isso de forma meramente protocolar.

Para Gomes (2011) o assunto não se trata de legalizar a droga, e sim de que seu porte para uso próprio não deve ser considerado um ilícito penal, devendo haver o equilíbrio, não pendendo a nenhum dos extremos. O meio termo parece ser o tratamento mais indicado para o caso, pois é isso que já acontece em toda Europa. Por exemplo, lá quem for flagrado portando droga para uso pessoal é multado e liberado, ou é encaminhado para tratamento de saúde.

A esse respeito, Nucci (2016) declara:

> É preciso operacionalizar uma mudança radical nos chamados pontos-cegos da legislação antidrogas. Os danos gerados pela quantidade enorme de pessoas provisoriamente presas, em face do número gigantesco de processos em andamento e por condenações inadequadas para a realidade, levarão a um irrecuperável estrago na estrutura jurídico-penal.

A total repressão do consumo de drogas mostra-se uma medida sem muita efetividade, já que ela não consegue atingir seu objetivo primordial, que é a sua não utilização. Diante disso, devem-se propor novas discussões acerca do problema, visando o aprimoramento da legislação e das políticas públicas que permeiam o tema.

A evolução da sociedade deve ser acompanhada pelo Direito Penal, bem como pelas ações do Estado, que nesse tema, parece que ainda estão de certa forma, defasadas.

PORTUGAL: UM EXEMPLO QUE DEU CERTO

Nada melhor para demonstrar que a luta contra as drogas pode ser feita de maneira diferente, é mostrando exemplos de lugares onde essas medidas foram tomadas e se obtiveram resultados positivos. Esse foi o caso de Portugal, que vivia uma grande crise social enquanto o consumo de tóxicos só aumentava entre a população durante o final da segunda metade do século passado.

Em Portugal o consumo de todas as drogas foi descriminalizado há pouco menos de vinte anos, país que foi pioneiro nessa prática. Percebe-se que, mesmo com a mudança de governo, a política não foi alterada, situação que reforça a tese de que a medida foi acertada.

Lá, quem é pego com drogas para consumo próprio, invés do tratamento criminal, como aqui é dado, o usuário é encaminhado para uma junta composta por profissionais multidisciplinares, que orientam acerca dos tratamentos, malefícios causados pelo consumo, além de outras orientações pertinentes à situação.

Segundo dados trazidos pelo jornal El País (2019),

> Os resultados não demoraram a chegar. Apesar de o consumo global de drogas não ter diminuído, o de heroína e cocaína, duas das mais problemáticas, passou de afetar 1% da população portuguesa para 0,3%; As contaminações por HIV entre os consumidores caíram pela metade (na população total, passaram de 104 novos casos por milhão ao ano em 1999 para 4,2 em 2015), e a população carcerária por motivos relacionados às drogas caiu de 75% a 45%.

Com esses dados pode-se ver uma melhora acentuada no número de usuários das drogas ditas como mais pesadas. Além da redução exponencial do contágio por HIV, já que também está ligada com marginalização da conduta, que não observa os mínimos parâmetros de higiene.

É claro que o país ainda enfrenta problemas com relação ao consumo de drogas, uma vez que os custeios para a manutenção das políticas públicas dependem de verbas governamentais, as quais sabemos que muitas das vezes são restritas. Entretanto, ao contrário do que se pensa, o consumo não foi legalizado, apenas deixou de ser visto como um crime, para ser tratado como um problema social. Pois quando alguém é flagrado com a droga, ela é apreendida.

Tal mudança no tratamento facilita o acesso aos serviços de saúde, bem como a ressocialização do viciado, trazendo grandes benefícios à sociedade com essa tratativa. Mostrando-se uma alternativa mais efetiva do que a total repressão contra o consumo de entorpecentes.

CONSIDERAÇÕES

Levando em consideração todos os aspectos apresentados nesse estudo, buscou-se demonstrar que o combate às drogas feito por uma política de tolerância

zero, não esta dando certo em nosso país. Por este motivo se faz importante buscarmos medidas mais eficazes para o problema.

Uma vez que esse crime sobrecarrega o judiciário, que não consegue entregar uma efetividade na punição da conduta à sociedade, tampouco prevenir o uso, a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio mostra-se como uma alternativa viável a ser implantada em nosso país.

As soluções não nascem prontas, devemos buscar alternativas e testá-las para ver se seus resultados serão positivos. E nesse tema não é diferente, vendo o insucesso das políticas adotadas pelo Estado. Muito dinheiro público escoa pelo ralo para custear a chamada guerra às drogas, entretanto não se vê uma diminuição no consumo e na criminalidade ligada com essa prática.

Por este motivo é importante à reflexão sobre o tema, para que se deixem os preconceitos de lado, e possamos tratar desse problema como um mal social, e não como um crime. Deixemos para o Direito Penal apenas aquelas condutas que de fato prejudiquem um bem jurídico da sociedade.

Para que assim, olhe-se para o consumo de drogas como questão de saúde pública e não mais como crime. Pois, da forma que tratamos o tema atualmente, está se marginalizando ainda mais uma prática que além de ser tratada como crime, ainda faz mal à saúde e só prejudica o usuário.

Portanto, deve-se descriminalizar o porte de drogas para consumo próprio, para que o caso seja tratado como de saúde pública, e não mais como crime. Pois dessa forma se poderá colher resultados diferentes do que estamos colhendo atualmente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. R.; TÁVORA, N.; ALENCAR, R. R. **Legislação criminal para concursos**. 2 ed. Bahia: Juspodivm, 2017.

BELLO, N. **Reforma na lei de drogas:** descriminalizar o uso e aumentar penas para tráfico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-fev-10/crimes-castigo-descriminalizar-uso-drogas-aumentar-penas-trafico>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição de 1988**: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Decreto Lei nº 3.940, de 9 de dezembro de 1941.** Lei de Introdução ao Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3914.htm Lei de introdução ao Código Penal>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. **Lei nº 11.343, de de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 04 abr. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **STF retoma hoje julgamento sobre descriminalização do porte de drogas para uso próprio.** Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=299311>. Acesso em: 05 abr. 2019.

CAPEZ, F. **Curso de direito penal:** parte geral**.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 1.

GOMES, L, F. **Droga:** devemos descriminalizar o porte para uso ou não? Disponível em: <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121823600/droga-devemos-descriminalizar-o-porte-para-uso-ou-nao>. Acesso em: 06 abr. 2019.

LINDE, P. Como Portugal se tornou referência mundial na regulação das drogas. **El Pais,** maio 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/ internacional/1556794358_113193.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

NUCCI, G, S. **A droga da lei de drogas.** Disponível em: <http://www.guilhermenucci.com.br/artigo/droga-da-lei-de-drogas> Acesso em: 04 abr. 2019.

NUCCI, G. S. **Manual de direito penal**. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC)**. Relatório mundial sobre drogas 2018:** crise de opioides, abuso de medicamentos sob prescrição; cocaína e ópio atingem níveis recordes. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/06/relatorio-mundial-drogas-2018.html>. Acesso em: 06 abr. 2019.

OS DIREITOS HUMANOS DO PRESO E SUA VIDA CARCERÁRIA

Amábile dos Santos[16]
Evaristo Prado Valladares Abrahão[17]

RESUMO

Aborda-se no presente artigo os direitos humanos do preso no Brasil. Buscamos estudar a vida carcerária no país, bem como ela está sendo desenvolvida de acordo com o ordenamento jurídico não fazendo apenas uma abordagem local, mas também de mostrar como ela é aplicada de uma forma mais ampla, lembrando sempre do contexto histórico. Como principal fonte de análise usamos a Carta Magna de 1988 que traz em seu bojo uma série de inovações no tocante aos direitos humanos do preso, pois após ter recém-saído da Ditadura Militar, o Brasil convalescia de uma época em que torturas eram chanceladas pelo Estado, de forma que a Constituinte visava garantir a dignidade ao cidadão sob qualquer contexto. Além de lembrar em que sentido o entendimento do Pacto de San José da Costa Rica, está relacionado com o Brasil no qual a Convenção Americana dos Direitos Humanos destaca a provisoriedade da prisão em flagrante.

Palavras-Chave: Direitos humanos. Preso. Vida Carcerária.

ABSTRACT

This article addresses the human rights of prisoners in Brazil. We will study the prison life in Brazil and, in a broader way, its relations regarding to human rights under a historical context. The Constitution of 1988 brought special innovations on human rights and it's applied as one of the main sources of the analysis. Just emerging from a Military Dictatorship in the 80's, Brazil had still a fresh memory of police abuse and torture sponsored by the State, so the Constitution aimed to guarantee the dignity of the citizen in any context. Besides, the present study relates the Constitution to major international conventions, such as the Pact of San José da Costa Rica.

Keywords: Human rights. Prisoner. Prison life.

[16]Acadêmica do curso de Direito. Universidade do Contestado. Campus de Rio Negrinho. E-mail: amabiledossantos2015@gmail.com.
[17]Acadêmico do curso de Direito. Universidade do Contestado. Campus de Rio Negrinho. E-mail: evaristo-abrahao@pc.sc.gov.br.

1 INTRODUÇÃO

Dificilmente, dentre todos os campos das ciências jurídicas, haveria um tema mais árido a discorrer do que sobre os direitos humanos do preso. Assolada pela marginalidade e pela criminalidade endêmica há décadas sem que Estado contraponha uma resposta à altura, a sociedade está farta de seus delinquentes, o que é absolutamente compreensível.

Com este quadro vem se consolidando uma visão maniqueísta, essencialmente binária do que significam os direitos humanos. Sendo o termo diariamente invocado para atacar direitos de criminosos, ficou permanentemente a estes associados, como se o próprio ramo do direito estivesse eivado de uma criminalidade inata.

Popularmente descritos como uma espécie de anti-direito por supostamente serem anti-Justiça, os direitos humanos têm sido tratados hodiernamente como inúteis, dispensáveis, uma carga excessiva a suportar. Há muitos que ponderam sobre sua relevância relativa, ou como se diz popularmente, dos “Direitos humanos para os humanos direitos”.

Falar sobre direitos humanos do preso, então, parece uma confissão de culpa. Com que finalidade se pretende defender alguém que fustiga seus semelhantes, qual o ganho?

Não se trata de compaixão pelos presos, mas de estabelecer um paradigma que permita delimitar até onde o Estado Democrático de Direito poderá exercer o poder coator sobre seus cidadãos. Sendo o preso um indivíduo que se encontra sob a custódia do Estado, é teoricamente o de maior vulnerabilidade.

Evidentemente o Estado falha ao não subsidiar um combate eficaz ao crime e às organizações criminosas, pois o direito à segurança é extensivo à dignidade da pessoa humana. Quando o próprio Estado é o criminoso, porém, em maior ou menor grau todos tem sua liberdade limitada, sendo vedada até mesmo a expressão do pensamento e do exercício da privacidade, incluindo daqueles “humanos direitos”.

Via de regra, a Revolução Francesa é fixada como marco inicial da reivindicação e posterior propagação dos direitos humanos. Derrubado o absolutismo, surgia o conceito de cidadão, sem distinção de classes.

O ponto de partida da Revolução Francesa, como é cediço, dá-se com a Queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, até hoje o dia nacional dos franceses.

Uma multidão enfurecida, esgotada da exploração secular orquestrada por seus governantes, tomou de assalto a prisão da Bastilha, liquidando os cento e quatorze carcereiros e guardas civis responsáveis pelo estabelecimento prisional e libertando todos os sete presos que havia em seu interior.

O romance “Os Miseráveis”, de Victor Hugo, ambientado mais de cinquenta anos após a Revolução Francesa, conta a história do herói Jean Valjean, que tendo furtado um pedaço de pão para saciar a fome em sua adolescência, foge e regenera-se sob um nome falso. Ao retornar para sua cidade de origem, Valjean é atormentado incessantemente pelo inspetor de polícia Javert, que dominado por um senso de dever moralmente cego, frustrado há décadas pela fuga de Valjean, prefere cumprir a lei e prender definitivamente o infrator por uma banalidade a compreender os motivos que o levaram a delinquir.

Nota-se que, mesmo enterrado o Antigo Regime, a ameaça maior continuava a ser o Estado, não o criminoso. O delinquente foi historicamente subestimado exatamente por ser um elemento frágil, literalmente marginal, sem os meios para competir em pé de igualdade contra o Poder Público e com os “cidadãos de bem” que nele se veem representados. Prendê-lo ou mesmo matá-lo nada mais era do que o desfecho natural que resultava dessa desproporção. Destarte, o Iluminismo foi verdadeiramente pródigo em criar autores capazes de justificar a defesa da liberdade, porquanto esta era realmente uma conquista recente e ainda não consolidada. Clássicos como “Desobediência Civil”, de Henry David Thoreau, se antes simbolizavam manuais sobre resistência a arbitrariedade estatal, hoje são encarados como relíquias de um tempo ingênuo e há muito ultrapassado.

Apesar de materialmente mais evoluídos, geralmente os Estados têm demonstrando grandes dificuldades em lidar com sua população carcerária e em coexistirem com os Direitos Humanos. Se por um lado são citadas as investidas de sucesso de Holanda e Noruega, que ao dispensarem celas individuais e tratamento digno a casa preso conseguiram reduzir a população carcerária a ponto de fecharem penitenciárias por falta de reclusos, abundam fracassos em outros países, incluindo os desenvolvidos, como os Estados Unidos, sejam nas prisões comuns como nas mais emblemáticas, como Guantánamo ou Abu Ghraib.

O engano está em geralmente acreditar que os direitos humanos são disponíveis, de titularidade do Estado, como se coubesse a este atribui-los a quem entender serem recipientes dignos. Quando um Estado democrático de Direito ou

seu representante eleito se sente vulnerável, ceder equivale a fracassar, à uma demonstração de fraqueza e despreparo. A escalada de sucessivas e abusivas demonstrações de força contra os reclusos, se chanceladas pelo Estado de Direito, inevitavelmente levarão aos mesmos excessos que, há mais de duzentos anos, mobilizaram a turba a se erguer contra a tirania na França.

Com a prisão, o indivíduo perde sua liberdade, não sua dignidade. Caso o delinquente tenha assumido um protagonismo inesperado, o que parece ser provável sob o cenário atual, talvez seja oportuno questionar se, dado o óbvio desequilíbrio entre as partes, não foi o próprio Estado quem o alçou à sua nova condição.

2 DIREITOS HUMANOS DO PRESO NO BRASIL

Com a provável reforma dos códigos penal e de processo penal, frequentemente tem sido trazidas aos debates teses versando sobre o “Direito Penal do Inimigo”.

Emergindo como uma espécie de legislação paralela, o Direito Penal do Inimigo se sustenta na suposição de que a sofisticação dos criminosos corrompe o Estado Democrático de Direito de tal maneira que o instituto da pena não surte mais o efeito desejado. Desta perspectiva, a segregação definitiva do encarcerado ou sua eliminação física, abolindo os direitos humanos do preso, contribuiria para o bem-estar da coletividade.

Viceja o discurso de que o Estado estaria contaminado, com suas estruturas básicas corroídas, parasitado pelos criminosos que se prevalecem do conceito da “*ultima ratio*” para delinquir livremente. Outrossim, o Direito Penal do Inimigo atuaria como antídoto contra esta perversão, de modo que o Estado, investido de poderes especiais, estaria autorizado a fundar uma Justiça mais rigorosa, exclusiva para criminosos, sendo os reincidentes em geral, e os presos em particular, seus alvos preferenciais.

Nesta esteira, são muitos os que advogam penas de morte ou de trabalhos forçados aos presos como efeitos dissuasórios àqueles que se encontram em liberdade. Esta interpretação mostra-se equivocada não só pela ineficácia quanto aos resultados desejados como por referir-se ao preso como uma qualidade da pessoa, um “inimigo”, e não como um estado transitório.

De acordo com o censo carcerário de 2016, o Brasil possuía uma população carcerária de 726.712 (setecentos e vinte e seis mil setecentos e doze indivíduos), um acréscimo de quase cem mil reclusos em relação ao ano de 2014, em que foram contabilizados 622.202 (seiscentos e vinte e dois mil duzentos e dois presos). Em torno de 40% são presos provisórios, isto é, sem condenação judicial. Aproximadamente 26% dos homens presos responde pelo crime de tráfico e entorpecentes, índice que sobe para 62% no caso das mulheres presas. Não é complexo deduzir que, consideradas as funções punitiva e preventiva da pena, o Estado se excede na primeira e negligencia a última, sendo virtualmente inexistente o efeito restaurativo sobre o preso.

A principal e hoje maior organização criminosa do país nasceu sob a égide da democracia e dos direitos humanos. O Massacre do Carandiru, em que ao menos cento e onze presos foram mortos em suposto confronto com policiais militares (fontes não oficiais falam em até dois mil mortos) sem que houvesse uma baixa sequer dentre os agentes de segurança, evidenciou aos próprios detentos sua vulnerabilidade e os impeliu a revidar. Como relata Dráuzio Varella em seu livro “Carcereiros”, já no dia seguinte à chacina o comportamento dos presos era outro, diametralmente contrário ao anterior. Em vez de submissão, enfrentamento e altivez. Nascia a facção Primeiro Comando da Capital, ou “PCC”.

Tratando uns aos outros como “irmãos”, os membros da facção fornecem uma espécie de aura religiosa à empreitada criminosa, gerando laços de lealdade que se fortalecem mais pelo antagonismo ao Estado, pela necessidade de reconhecimento e de ser identificado como alguém digno do que pelo medo de represálias de seus pares. Esse comportamento é visto entre outras sociedades criminosas muito mais tradicionais, como a Cosa Nostra ou a N’Drangheta italianas. Conhecidos popularmente “*uomo d’onore*”, ou “homens honrados”, os mafiosos se veem não só como diferentes, mas superiores em relação aos demais, por tentarem, no limite de suas possibilidades, oferecer uma oposição ao Estado.

Neste embate entre Davi e Golias, se ignorados os motivos que desencadearam o conflito e as feições que este adquiriu, a tendência é torcer pelo mais lado mais fraco, pela superação. Jesus Cristo, ele mesmo um preso político, caracterizado como agitador da província romana da Judéia, foi preterido em favor de Barrabás, um preso comum.

O fim da Segunda Guerra Mundial e a constatação da imensa mortandade perpetrada nos campos de concentração nazista foram a semente do renascimento dos direitos humanos em tempos modernos, mas de modo algum foram o ponto final.

Menos de quinze anos após sua fundação, o Estado de Israel viu na captura e prisão do líder nazista Adolf Eichmann uma oportunidade para uma desforra simbólica. Sequestrado na Argentina e levado clandestinamente para Israel, Eichmann foi julgado e condenado à morte num país que, especialmente em virtude da então memória recente do Holocausto, virtualmente não aplicava a pena capital, em que pese haver previsão legal.

A justificativa era de que a atrocidade dos crimes praticados pelo réu não permitiria que ele fosse julgado como alguém comum. Caso detalhadamente documentado por Hannah Arendt na obra-prima “Eichmann em Jerusalém”, a autora põe em xeque a aplicação de um critério especial para pessoa tão desimportante e carente de vontade própria como Eichmann, que cumpria mecanicamente seu papel numa engrenagem elaborada para matar judeus. Segundo Arendt, aumentar a personalidade de Eichmann meramente associando-o ao cargo que ele desempenhava era dotá-lo de uma grandeza e significância que ele simplesmente não tinha. Israel lutava contra fantasmas do passado e, para eliminar um pesadelo, era preciso antes materializá-lo.

Para obter o maior grau de selvageria, nada é tão fértil quanto o trauma e a baixa autoestima. Os presídios de maior superlotação do país são do Estado do Amazonas, não coincidentemente o que mais figurou nas páginas policiais e nos vídeos macabros compartilhados por aplicativos de aparelho celular no ano corrente. A taxa média de ocupação nacional nas penitenciárias, que é de 197,4%, havendo quase dois presos por vaga, sobe para espantosos 484% no Amazonas, onde praticamente cinco tem de partilhar o que caberia a um.

Assemelhando-se ao Estado Islâmico, os presos amazonenses decapitam seus desafetos e empilham as cabeças umas sobre as outras para impingir terror nas facções criminosas adversárias. Surpreendentemente, há oitenta anos o Estado brasileiro já preconizava atos do mesmo tipo. Após anos zombando dos “volantes” ou “macacos” (como eram conhecidas as forças policiais no Nordeste), Lampião e os cangaceiros de seu bando foram mortos e decapitados, sendo as cabeças expostas por décadas a fio em um museu baiano.

Tolerar a barbárie é um ato falho do Estado, mas promovê-la é inadmissível e sobretudo inócuo do ponto de vista da segurança pública. Assim, é mais cômodo culpar os próprios presos refratários e reincidentes do que admitir o desinteresse e a incapacidade em aplicar a lei.

Embora tenham sido fundadas inicialmente na década de 70 no Estado de São Paulo, as APACs (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) lançaram raízes sólidas no Estado de Minas Gerais, onde contam hoje com trinta e cinco unidades. Criadas pelo Estado, a APAC prevê que os próprios presos são responsáveis pela ordem no presídio e por sua alimentação, sendo livre o trânsito para entrar ou sair de suas dependências durante o dia. Como resultado, as APAC apresentam limpeza impecável, trabalho externo de quase todos os detentos e índices mínimos de fuga (o que implicaria em recolhimento à prisão comum).

Parece uma afronta que alguém condenado por homicídio ou latrocínio goze da liberdade de ir e vir. O Estado, contudo, comprovadamente não dá conta de seu mister constitucional:

> TJ-SC. Processo AI 4014372-81.2016.8.24.0000 São Francisco do Sul. Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público Julgamento: 25 de junho de 2019 Relator: Pedro Manoel Abreu;
> EMENTA
> AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESÍDIOS. UPA DE SÃO FRANCISCO DO SUL. DESCASO DO PODER PÚBLICO. NÃO REGULARIZAÇÃO DE PROBLEMAS CARCERÁRIOS E FALTA DE CONDIÇÕES SANITÁRIAS. NECESSIDADE DE ADQUIRIR-SE GERADOR DE ENERGIA PARA GARANTIR A SEGURANÇA DO ERGÁSTULO. VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DE PRESOS, RISCO À COLETIVIDADE POR REBELIAO, FUAS E REINCIDÊNCIAS DELITUOSAS PROVOCADAS PELA AÇÃO E OMISSÃ ESTATAL. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DA PROTEÇAO INSUFICIENTE, DE NATUREZA GARANTISTA POSITIVA. VIOLAÇÃO À SEPARAÇA OS DOS PODERES. INOCORR|ÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. NÃO CONFIGURAÇÃO, MULTA IMPOSTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE. TESES MUITO CONSOLIDADAS NA CORTE ESTADUAL NO SENTIDO DIAMETRALMENTE OPOSTO AO PROPUGNADO NO AGRAVO. MULTA DIÁRIA FIXADA SEM TETO MÁXIMO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA ESSE FIM.
> A endêmica superlotação carcerária, fruto da omissão inconstitucional do Estado, vulnera direitos fundamentais do preso; não permite a reintrodução no meio social de que foi apartado; oferta riscos à coletividade, premida pela possibilidade de rebeliões, fugas e pela reincidência delituosa, inadmissível sob qualquer ótica, mormente pelo princípio da vedação da proteção insuficiente.

A Carta Magna de 1988 traz em seu bojo uma série de inovações no tocante aos direitos humanos do preso. Recém-saído da Ditadura Militar, o Brasil convalescia de uma época em que torturas eram chanceladas pelo Estado, de forma que a Constituinte visava garantir a dignidade ao cidadão sob qualquer contexto e situação, sendo indissociável do indivíduo:

> Art. 5o Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

Remetendo da espécie ao gênero, nota-se que à medida que o inciso menciona a privação da liberdade, ficam assegurados todos os demais preceitos do artigo, em particular o direito à vida e à igualdade. Não há como almejar a restauração do encarcerado, sua reinserção social em pé de igualdade, reduzindo-o à uma condição subumana. Deixando hialino seu objetivo harmonizador, a Constituição Federal é ainda mais específica nos incisos seguintes, todos do art. 5º:

> LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
> LXIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
> LXIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
> LXIV – o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

Em observância aos princípios da ampla defesa, da paridade de armas e do contraditório, o réu deve tomar ciência de tudo o que lhe é imputado e das qualificações de quem o acusa. Nesta esteira, é imperioso frisar que toda prisão emana do flagrante delito (em caráter cautelar, podendo ou não ser ratificada pelo magistrado) ou de decisão judicial, não podendo alguém perder sua liberdade sem o devido processo legal ou ser detido infundadamente para averiguação. Soma-se neste sentido o entendimento do Pacto de San José da Costa Rica, no qual a Convenção Americana dos Direitos Humanos destaca a provisoriedade da prisão em flagrante.

> Artigo 7º Direito à liberdade pessoal
> Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

Com o advento das audiências de custódia, tornou-se palpável ao magistrado contemplar imediatamente as peculiaridades do delito e de quem o cometeu, Iniciativa louvável, as audiências de custódia mitigam a arbitrariedade dos processos pautados exclusivamente por versões policiais e tem o condão de reduzir substancialmente o número de presos provisórios, sem julgamento algum em razão da morosidade do Judiciário. Como o ônus da prova cabe a quem acusa, aplica-se o princípio da presunção da inocência, isto é, a liberdade é a regra até que pese contra o réu provas suficientes que justifiquem sua prisão.

O Estatuto de Roma, da qual a maior parte dos países é signatário, demonstra que a previsão que legitima a prisão é inerente ao Estado Democrático de Direito, não podendo o governante ordenar a prisão de alguém ao seu bel-prazer.

> ARTIGO 55 – Direitos das Pessoas no Decurso do Inquérito
> d) Nenhuma pessoa poderá ser presa ou detida arbitrariamente, nem ser privada da sua liberdade, salvo pelos motivos previstos no presente Estatuto e em conformidade com os procedimentos nele estabelecidos.

O genial Franz Kafka, em sua obra “O Processo”, explora bem o que é viver em um Estado Policial. O protagonista do livro é despertado no meio da noite e levado por indivíduos que, se dizendo agentes do Estado, não se identificam e nem deixam claro o motivo da prisão. Conferindo um aspecto ainda mais sombrio à história, o personagem principal é chamado apenas de “Sr. K.”, sem nome próprio nem nada que o individualize. Para o Estado Policial, o indivíduo é um fantasma e o conceito de cidadania uma mera abstração.

Em prol da dignidade da pessoa humana, ainda colacionam com a Constituição Federal diversos diplomas internacionais recepcionados em nosso ordenamento jurídico, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

> ARTIGO IX
> Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
>
> ARTIGO XXV

> Ninguém pode ser preso por deixar de cumprir obrigações de natureza claramente civil.
>
> ARTIGO LXXV – o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

Por mais equipado que seja determinado aparato estatal, este é regido por pessoas e, consequentemente, permeado pela possibilidade de erros. Deve-se presumir, portanto, que mesmo a sentença criminal transitada em julgado, em que pese a estabilidade e segurança jurídica que dela derivam, não é necessariamente infalível, havendo inclusive um remédio específico para arguir a evidência de falha, denominado revisão criminal (art. CPP).

O diploma também faz referência à proibição de prisão por dívida. Na Roma Antiga, civilização norteadora das diretrizes do Direito contemporâneo, justificava-se inclusive a escravidão por dívidas, daí a ressalva. Abolida recentemente a previsão legal do depositário infiel, resta como exceção única a prisão do inadimplente na prestação obrigatória de alimentos.

Em plena consonância com nossa Carta Maior, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos parece reescrever o que está sacramentado no texto constitucional:

> ARTIGO 9º
> 1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos nela estabelecidos.
> 2. Qualquer pessoa, ao ser presa, deverá ser informada das razões da prisão e notificada, sem demora, das acusações formuladas contra ela.
> 3. Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias.

Repassadas as normas que levam à prisão de alguém, torna-se premente assegurar a dignidade da pessoa humana no ambiente carcerário. Muito mais complexa do que o ato pontual de prender, a prisão tem duração muito mais extensa, sendo seus efeitos sentidos por toda a coletividade a depender do que o Poder Público, o preso e a própria sociedade querem com a segregação do infrator.

Colacionando com a natureza restauradora do ordenamento jurídico pátrio, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou

Degradantes traça paralelos com a Lei 9.455/1997 (popularmente conhecida como “Lei da Tortura”), visando tanto o respeito à integridade física e moral do encarcerado como a capacitação pessoal dos agentes públicos encarregados da custódia:

> Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
> ARTIGO 10.
> 1. Cada Estado Parte assegurará que o ensino e a informação sobre a proibição de tortura sejam plenamente incorporados no treinamento do pessoal civil ou militar encarregado da aplicação da lei, do pessoal médico, dos funcionários públicos e de quaisquer outras pessoas que possam participar da custódia, interrogatório ou tratamento de qualquer pessoa submetida a qualquer forma de prisão, detenção ou reclusão.
>
> Lei no 9.455/1997
> Art. 1o Constitui crime de tortura
> I – constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:
> a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; c) em razão de discriminação racial ou religiosa; II – submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Pena – reclusão, de dois a oito anos. § 1o Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal. § 2o Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

Além das regras gerais, urge tratar os desiguais na medida de suas desigualdades. O adolescente apreendido, a mulher, o portador de deficiência e o idoso encarcerados, se perdem em número para a massa carcerária, exigem atenção específica e diferenciada, pelo que o debate sobre direitos humanos do preso exige um estudo aprofundado e contínuo, que acompanhe a dinâmica das relações sociais e foque em estudos criminológicos que indiquem a relação do criminoso com o delito praticado, uma vez que, ao contrário das teses propagandeadas por Cesare Lombroso no século XIX, teoricamente não existem criminosos natos. E caso existam, seja por sociopatia ou outro distúrbio psiquiátrico grave, com toda a certeza não explicam as razões para que o país tenha atingido a terceira maior população carcerária no mundo.

O Brasil tem a sorte de alcandorar-se em normas que não devem nada aos países mais desenvolvidos e seguros do mundo. A Lei nº 7.210/1984, ou Lei de Execução Penal, em seu art. 31 fala da obrigação do interno em trabalhar, mas o

auxílio reclusão é infinitamente mais conhecido do que este disposto legal. O sendo comum não tem escopo científico, logo, não poderia ser empregado na tomada de decisões.

3 CONCLUSÃO

Frequentemente os direitos humanos são automaticamente associados quase que unicamente ao pleito dos criminosos, sobre o que estes aspiram para dar prosseguimento à sua carreira delinquente e ao estilo de vida parasitário que em tese lhes apraz. A abordagem superficial e binária do tema, dividindo semelhantes em “bons” ou “maus”, é contraproducente e serve apenas a interesses eleitoreiros.

É verdade, pois, que muitos dos militantes dos direitos humanos o fazem por apego às normas, por vaidade em serem reconhecidos publicamente como humanitários ou por fetiche à escolha desviante. A abordagem exclusiva dos direitos do preso em detrimento do sujeito atingido no crime revela indiferença às vítimas da criminalidade e um quadro mental esquizofrênico, tal como ocorre na chamada síndrome de Estocolmo, em que a vítima se compadece de seu algoz e passa a torcer por ele.

Facções criminosas como Cosa Nostra e Yakuza, já infindavelmente retratadas no cinema e em obras literárias, são continuamente romantizadas exatamente por exacerbarem aspectos que faltam aos relacionamentos cotidianos, como laços sólidos de solidariedade e lealdade. O Estado e suas regras insossas, muitas das quais ineficazes, claramente nunca seduziram ninguém.

Entretanto, o maior perigo em definir o criminoso de rua e as organizações criminosas como inimigos do Estado está em dar forma ao antagonista, legitimando-os como entes autônomos e imutáveis. São memoráveis as imagens dos traficantes fugindo às pressas dos morros cariocas para cederem terreno à implantação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras) as vésperas da Copa de 2014. O tráfico não só voltou com força como agora compete com as milícias. Agigantar um tipo estereotipado de adversário para vindicar maior mérito diante da vitória é ao mesmo tempo prepotência e cegueira, porque o crime é fenômeno social, permeia a coletividade, e embora possa ser controlado e reduzido, não há como extingui-lo. Em particular se a ausência do Estado e o fortalecimento de seu antagonista conferirem à vida criminosa uma alternativa razoavelmente rentável e preferível à miséria.

Apontar as falhas do aparato coator é exercício livre somente em uma democracia. Infelizmente, porém, são assaz raras as propostas palpáveis, mesmo que paliativas, de combate ao crime e ressocialização do apenado. Mesmo estas, quando aventadas, são mortas ainda “no ninho”, por se contraporem a correntes conservadoras e claro, contra os setores políticos que as representam.

Descriminalizar o tráfico e o consumo de drogas, regularizando e trazendo o comércio de entorpecentes para o comércio legal é a principal proposta em destaque, com iniciativas bem-sucedidas em Portugal e em diversos estados norte-americanos. Muitos outros crimes, desde o furto comum à lavagem de dinheiro, têm estrita relação com o tráfico de entorpecentes. Mas e os traficantes e os milhares de usuários que traficam para financiar o próprio vício, do que viverão com o fim do tráfico? Assumirão um trabalho formal, com carteira assinada, quarenta horas semanais? Em tempo: quem os contrataria?

Cada cultura tem suas peculiaridades e é um enigma saber como o brasileiro reagirá com a eventual descriminalização das drogas e relaxamento no número de prisões. Todavia, se o cenário vem se deteriorando gradativamente com o passar dos anos, não há como melhorar se fizermos o que temos feito desde que ele tem piorado.

Ansiando por extremos, tanto o criminoso como sua vítima, ao alegarem que já não tem nada a perder, em verdade se equiparam, revelando que estão dispostos a perder tudo o que os tornaria melhores, racionais, humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984.** Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. República Federativa. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CASTILHO, R. **Direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIREITOS HUMANOS. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

FRAGOSO, H. **Direitos humanos e justiça criminal**. 2005. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/2971-direitos-humanos-e-justica-criminal>. Acesso em 29 nov. 2019.

INSTITUTO HUMANITAS USINUS. **Em MG, uma prisão onde os presos têm a chave da cela**, dez. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/526498-em-mg-uma-prisao-onde-os-presos-tem-a-chave-da-cela>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PARENTONI, R. B. **Execução penal:** direitos e deveres do preso. 2012. Disponível em: https://robertoparentoni.jusbrasil.com.br/artigos/121939940/execucao-penal-deveres-e-direitos-do-preso. Acesso em: 26 nov. 2019.

PEREIRA, G. L. **Possibilidade da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos no tráfico**. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/artigo/10331-Possibilidade-de-substituicao-da-pena-privativa-de-liberdade-por-restritiva-de-direitos-no-trafico>. Acesso em: 26 nov. 2019.

RAMOS, A. C. **Curso de diretos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RIBEIRO, N. F.; MARTA, T. N. **A finalidade da pena privativa de liberdade:** ressocializar ou revidar? Disponível em: <http://eventos.uenp.edu.br/sid/publicacao/artigos/25.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SANTA CATARINA. Tribunal de justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento:** AI 4014372-81.2016.8.24.0000 São Francisco do Sul 4014372-81.2016.8.24.0000. Disponível em: <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/729293426/agravo-de-instrumento-ai-40143728120168240000-sao-francisco-do-sul-4014372-8120168240000?ref=serp>. Acesso em: 25 nov. 2019.

VERDÉLIO, A. Com 726 mil presos, Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo. **Agência Brasil**. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>. Acesso em: 23 nov. 2019.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA DIANTE DA HABITUALIDADE DA CONDUTA DELITIVA

Mably Rosalina Fernandes[18]

RESUMO

Considerando que, dentre todos os ramos do Direito, reserva-se ao Direito Penal a função de repreender condutas que sejam potencial ou efetivamente lesivas aos bens mais caros à sociedade, o postulado do princípio da insignificância e as circunstâncias que propiciam ou não a sua aplicação adquirem imensa relevância no fim último do Estado de Direito, a saber, a pacificação dos conflitos a fim de propiciar a vida em sociedade. Com efeito, reconhecer a incidência do princípio da insignificância em determinada conduta significa retirar-lhe o rótulo de criminosa, porquanto o referido postulado tem o condão de excluir a tipicidade material. E ausente um dos elementos do conceito tripartite de crime, este deixa de configurar-se. Daí o interesse em conhecer como o Supremo Tribunal Federal, Corte mais importante do país, tem abordado o assunto.

Palavras-Chave: Princípio da Insignificância. Habitualidade da Conduta Delitiva. Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

Considering that, among all branches of law, it is reserved to criminal law to reprimand conduct that is potentially or effectively detrimental to the most expensive goods to society, the postulate of the principle of insignificance and the circumstances that favor or not its application. they acquire immense relevance in the ultimate end of the rule of law, namely the pacification of conflicts in order to foster life in society. To recognize the impact of the principle of insignificance on a particular conduct means to remove its label as a criminal, since that postulate is capable of excluding materiality. Absent one of the elements of the tripartite concept of crime, it is no longer configured. Hence the interest in knowing how the Supreme Court, the most important court in the country, has approached the subject.

Keywords: Principle of Insignificance. Habituality of Criminal Conduct. Federal Court of Justice.

[18]Docente e Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: mably.fernandes@unc.br

1 INTRODUÇÃO

Considerando que, dentre todos os ramos do Direito, reserva-se ao Direito Penal a função de repreender condutas que sejam potencial ou efetivamente lesivas aos bens mais caros à sociedade, o postulado do princípio da insignificância e as circunstâncias que propiciam ou não a sua aplicação adquirem imensa relevância no fim último do Estado de Direito, a saber, a pacificação dos conflitos a fim de propiciar a vida em sociedade.

Com efeito, reconhecer a incidência do princípio da insignificância em determinada conduta significa retirar-lhe o rótulo de criminosa, porquanto o referido postulado tem o condão de excluir a tipicidade material. E ausente um dos elementos do conceito tripartite de crime, este deixa de configurar-se. Daí o interesse em conhecer como o Supremo Tribunal Federal, Corte mais importante do país, tem abordado o assunto.

A presente pesquisa mostra-se igualmente relevante nos dias atuais, em que a segurança pública é pauta frequente do cotidiano, diante da ascensão irrefreada da violência. Criminosos não têm medido esforços para alcançar seus fins escusos, utilizando-se cada vez mais de arsenal pesado, crueldade e criatividade na consecução de seus objetivos.

Neste contexto, em que a massa clama por maior repressão estatal, inclusive defendendo causas como a redução da maioridade penal, é que se constata a relevância do estudo que se pretende iniciar, haja vista a necessidade de não permitir que prevaleçam as opiniões públicas e midiáticas, normalmente desprovidas do fundamental substrato jurídico.

Ato contínuo, a pesquisa voltou-se ao exame dos julgamentos na Corte máxima brasileira, o Supremo Tribunal Federal, com o fim de apresentar de que forma a reiteração da prática criminosa tem influenciado no exame da aplicação do princípio da insignificância. Neste estágio da elaboração do trabalho, indicou-se, analisando-os, os argumentos já utilizados e o entendimento atual predominante, temática abordada no segundo capítulo.

Assim, a partir do levantamento de como o Supremo Tribunal Federal tem tratado a temática do princípio da insignificância em quadros de habitualidade da conduta delitiva, detalhei e examinei os argumentos que reforçam tanto a

possibilidade como a inviabilidade da incidência do princípio, provocando e disseminando ainda mais o debate sobre o assunto.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia de abordagem será a forma dedutiva, iniciando-se pela contextualização do postulado do princípio da insignificância no âmbito do direito penal, para então adentrar no exame específico da habitualidade da conduta criminosa e sua repercussão na aplicação daquele.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender o conceito de habitualidade, necessário distinguir que essa não pode ser confundida com a reincidência, vez que são definições diferentes. Desse modo, primeiro analisar-se-á o conceito de reincidência, definido pelo artigo 63 do Código Penal Brasileiro.

Com base no artigo supramencionado, no ordenamento jurídico brasileiro é considerado reincidente o agente que pratica um crime após ter transitado em julgado decisão que o condenou por crime anterior. Outrossim, tal decisão pode ser também estrangeira, desde que não haja transcorrido o prazo de cinco anos do cumprimento ou da extinção da pena (BITENCOURT, 2012, p. 839).

Assim, decisões estrangeiras também possibilitam o reconhecimento da reincidência no Brasil, conforme ensina Cleber Masson (2012, p. 644):

> Pouco importa tenha sido o crime que resultou na condenação definitiva praticado no Brasil ou no estrangeiro. E, a propósito, para a caracterização da reincidência, a sentença estrangeira não precisa ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça, como se extrai do art. 9º do Código Penal. Basta a prova de que foi proferida judicialmente e transitou em julgado.

Acerca do instituto da reincidência, ensinam André Estefam e Victor Eduardo Rios Gonçalves (2012, p. 495):

> Nos termos do art. 63, verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, tenha-o condenado por crime anterior. Para complementar esta regra, encontra-se previsto no art. 7º da Lei das Contravenções Penais que também há reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois

> de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, por qualquer outro crime, ou, no Brasil, por motivo de contravenção.

Ainda, registra-se que a partir da reforma do Código Penal (Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984) é que o instituto da reincidência passou a ocorrer quando "o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior".

A reincidência adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro é doutrinariamente classificada como reincidência ficta, ou seja, ocorre quando o agente comete um novo crime após haver transitado em julgado uma sentença que o tenha condenado por delito anterior. Difere da reincidência real, que ocorre quando o agente pratica nova infração após cumprir total ou parcialmente a pena imposta em face do crime anterior (JESUS, 2003, p. 565).

Registra-se que não há na legislação brasileira diferenciação sobre a natureza dos crimes para configuração de reincidência. Assim, pode haver o instituto da reincidência tanto no cometimento de crime dolosos quanto culposos. Ainda, também não existe diferenciação quanto ao tipo de pena aplicada, ou seja, configura-se o instituto quando o réu é sentenciado à pena privativa de liberdade, restritiva de direito ou multa (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2009).

Contudo, há condenações penais que não geram o instituto da reincidência, conforme estabelece o art. 64, II, do Código Penal Brasileiro. Tratando-se de crimes doutrinariamente classificados como crimes militares próprios e os crimes políticos, não há que se falar em reconhecimento da reincidência (ESTEFAM; GONÇALVES, 2012, p. 496-497).

Em síntese, ocorre o instituto da reincidência quando há ao menos dois crimes: um anterior, onde já existe uma sentença condenatória, transitada em julgado, e outro crime posterior ao trânsito em julgado da sentença do primeiro crime. Desse modo, com esse último crime o agente será tratado como reincidente (MASSON, 2012, p. 643).

Uma vez que fora conceituado o instituto da reincidência, que difere do conceito de habitualidade, importante destacar quais são as diferenças entre habitualidade e crime continuado, para uma análise mais satisfatória acerca do tema.

Desse modo, conforme ensinam André Estefam e Victor Eduardo Rios Gonçalves (2012, p. 197):

> A habitualidade consiste, em matéria penal, na prática de um só crime mediante a reiteração da conduta delitiva. Assim, por exemplo, se uma pessoa se faz passar por médico e, de modo habitual, começa a clinicar, incorre nas penas do crime do art. 282 do CP (exercício ilegal da medicina). Saliente-se que não há um delito para cada ato praticado pelo falso médico, mas um só crime, o qual abrange todas as falsas consultas médicas por ele realizadas. Essa é a principal característica da habitualidade, isto é, a reiteração de atos semelhantes não produz vários crimes, mas um só delito.

Por consequência, há uma distinção entre reincidência, crime continuado e habitualidade criminosa. Importante destacar que tanto nos Tribunais quanto em doutrinas buscou-se definir cada um desses institutos, e com relação à habitualidade, é possível delimitar que o agente age em sucessão planejada na prática dos delitos, fazendo do crime seu modus vivendi, ou seja, o criminoso habitual faz com que o crime seja sua profissão, vindo a infringir a lei várias vezes do mesmo modo (MIRABETE, 2001, p. 319).

De forma pontual, leciona Fernando Capez (2012, p. 541), sobre as diferenças entre habitualidade e continuidade:

> A habitualidade é incompatível com a continuidade. A primeira recrudesce, a segunda ameniza o tratamento penal. Em outras palavras, a culpabilidade (no sentido de reprovabilidade) é mais intensa na habitualidade do que na continuidade. Em sendo assim, jurídico-penalmente, são situações distintas. Não podem, outrossim, conduzir ao mesmo tratamento. O crime continuado favorece o delinquente. A habitualidade impõe reprovação maior, de que a pena é expressão, finalidade (CP, art. 59, in fine) estabelecida segundo seja necessária e suficiente para reprovação e prevenção do crime. Na continuidade há sucessão circunstancial de crimes. Na habitualidade, sucessão planejada, indiciária do modus vivendi do agente. Seria contraditório, instituto que recomenda pena menor ser aplicada à hipótese que reclama sanção mais severa. Conclusão coerente com interpretação sistemática das normas do Código Penal.

O Supremo Tribunal Federal posicionou-se e formulou um conceito de habitualidade delitiva mais próximo da realidade criminal, considerando um criminoso contumaz aquele que age de modo reiterado, tornando a prática delitiva sua atividade comercial.

> EMENTA: PENAL. HABEAS CORPUS. UNIFICAÇÃO DAS PENAS SOB A ALEGAÇÃO DE CONTINUIDADE DELITIVA. NÃO-OCORRÊNCIA DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS. IMPOSSIBILIDADE DE

> REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO PARA ESSE FIM. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA. I - A jurisprudência desta Casa é pacífica no sentido da impossibilidade de revolvimento do conjunto probatório com o fim de verificar a ocorrência das condições configuradoras da continuidade delitiva. II – É assente, ademais, na doutrina e na jurisprudência que "quem faz do crime a sua atividade comercial, como se fosse uma profissão, incide na hipótese de habitualidade, ou de reiteração delitiva, que não se confundem com a da continuidade delitiva" (HC 71.940/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa). III – Ordem denegada (Grifei) (HC 94.970, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, 1ª Turma, DJe de 28 nov. 2008).

De igual importância é o julgamento proferido em 2008 no Recurso Ordinário em Habeas Corpus n. 93144, cuja ementa foi a seguinte:

> EMENTA Recurso ordinário em habeas corpus. Delitos de roubo. Unificação das penas sob a alegação de continuidade delitiva. Não-ocorrência das condições objetivas e subjetivas. Impossibilidade de revolvimento do conjunto probatório para esse fim. Recurso desprovido. Precedentes. 1. Para configurar o crime continuado, na linha adotada pelo Direito Penal brasileiro, é imperioso que o agente: a) pratique mais de uma ação ou omissão; b) que as referidas ações ou omissões sejam previstas como crime; c) que os crimes sejam da mesma espécie; d) que as condições do crime (tempo, lugar, modo de execução e outras similares) indiquem que as ações ou omissões subseqüentes efetivamente constituem o prosseguimento da primeira. 2. É assente na doutrina e na jurisprudência que não basta que haja similitude entre as condições objetivas (tempo, lugar, modo de execução e outras similares). É necessário que entre essas condições haja uma ligação, um liame, de tal modo a evidenciar-se, de plano, terem sido os crimes subseqüentes continuação do primeiro. 3. O entendimento desta Corte é no sentido de que a reiteração criminosa indicadora de delinqüência habitual ou profissional é suficiente para descaracterizar o crime continuado. 4. Incensurável o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, ora questionado, pois não se constata, de plano, ocorrerem as circunstâncias configuradoras da continuidade delitiva, não sendo possível o revolvimento do conjunto probatório para esse fim. 5. Recurso desprovido. (STF - RHC: 93144 SP, Relator: MENEZES DIREITO, Data de Julgamento: 18/03/2008, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-083 DIVULG 08-05-2008 PUBLIC 09-05-2008 EMENT VOL-02318-02 PP-00384)

Vê-se, então, que a habitualidade da conduta delitiva está presente na figura do criminoso que considera a prática delitiva sua própria profissão, ou, ainda, faz com que a atividade criminosa seja um meio de prover sua subsistência, razão pela qual necessita cometer a conduta ilícita reiteradamente.

A jurisprudência é uma fonte secundária do direito penal; não o sobrepõe, mas serve de orientação para sua correta aplicação.

Assim, se existem leis antiquadas e em nítido descompasso com os valores sociais, a jurisprudência serve como um instrumento de adequação e de interpretação da norma ao caso em concreto (DOTTI, 2003, p. 235).

A jurisprudência está inicialmente dirigida “ao entendimento correto da lei, completando-a e aperfeiçoando-a, respeitando sempre os valores que lhe serviram de inspiração, [...] provendo a fiel e exata aplicação das normas assim obtidas, em obediência aos interesses do Direito e da Justiça” (DOTTI, 2003, p. 235).

No que tange ao princípio da insignificância, reconhece-se que o mesmo não tem previsão legal no direito brasileiro, sendo sua aplicação resultado de estudos doutrinários e da própria jurisprudência. Conforme explanado no capítulo anterior deste trabalho, apesar de haver condutas que seriam consideradas criminosas, a aplicação do princípio da insignificância implica a ausência de tipicidade da conduta. Deixando de configurar o crime, aniquila-se a possibilidade de uma reprimenda na seara penal.

Registre-se que os ministros do Supremo Tribunal Federal já decidiram tanto pela consideração dos antecedentes criminais, como pela sua irrelevância, relativamente à sua repercussão na incidência do princípio da insignificância.

Com efeito, colacionam-se julgados do Supremo Tribunal Federal em que a presença de antecedentes criminais não impediu a aplicação do princípio da insignificância:

> HABEAS CORPUS. CRIME DE TENTATIVA DE FURTO (CAPUT DO ART. 155, COMBINADO COM O INCISO II DO ART. 14, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). OBJETOS QUE NÃO SUPERAM O VALOR DE R$ 52,00 (CINQUENTA E DOIS REAIS). ALEGADA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL E CRIME IMPOSSÍVEL. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA, POR SE TRATAR DE UM INDIFERENTE PENAL. PROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO. ANÁLISE OBJETIVA. ORDEM CONCEDIDA. 1. Os objetos que supostamente se tentou subtrair não ultrapassam o valor de R$ 52,00 (cinqüenta e dois reais): dois shampoos, quatro desodorantes e um isqueiro. Objetos que foram restituídos integralmente à vítima, sendo certo que o acusado não praticou nenhum ato de violência. 2. Para que se dê a incidência da norma penal não basta a mera adequação formal do fato empírico ao tipo legal. É preciso que a conduta delituosa se contraponha, em substância, ao tipo em causa. Pena de se provocar a desnecessária mobilização de u'a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste. Poder que não é de ser acionado para, afinal, não ter o que substancialmente tutelar. 3. A inexpressividade financeira dos objetos que se tentou furtar salta aos olhos. A revelar a extrema carência material do ora paciente. Risco de um desfalque praticamente nulo no patrimônio da suposta vítima, que, por isso mesmo, nenhum sentimento de impunidade experimentará com o reconhecimento da atipicidade da conduta do agente. Análise objetiva que torna irrelevante a existência de registros criminais em curso contra o paciente. Precedentes: AI 559.904-QO, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence; e HC 88.393, da relatoria do ministro Cezar Peluso. 4. Habeas corpus deferido para determinar o trancamento da ação penal, com a adoção do princípio da insignificância penal (HC 94.427 – RS, 1ª T., rel. Carlos Britto, 14 out. 2008).

O Ministro Gilmar Mendes (Relator), citando ser também o entendimento do Ministro Celso de Mello, defende a aplicação do princípio da insignificância independentemente da presença de circunstâncias subjetivas como a reincidência:

> […] No ponto, registro que, na Turma, tenho-me posicionado, juntamente com Sua Excelência o Ministro Celso de Mello, no sentido da possibilidade de aplicação do princípio da bagatela em casos a envolver reincidentes. Nesse sentido, cito os HC 112.400/RS de minha relatoria, DJe 8.8.2012, e 116.218/MG, Relator originário Min. Gilmar Mendes, Redator p/ o acórdão Min. Teori Zavascki. **É que, para aplicação do princípio em comento, somente aspectos de ordem objetiva do fato devem ser analisados.** E não poderia ser diferente. Isso porque, levando em conta que o princípio da insignificância atua como verdadeira causa de exclusão da própria tipicidade, equivocado é afastar-lhe a incidência tão somente pelo fato de o paciente possuir antecedentes criminais. Partindo-se do raciocínio de que crime é fato típico e antijurídico ou, para outros, fato típico, antijurídico e culpável, é certo que, uma vez excluído o fato típico, não há sequer que se falar em crime.
> É por isso que reputo mais coerente a linha de entendimento segundo a qual, para incidência do princípio da bagatela, devem ser analisadas as circunstâncias objetivas em que se deu a prática delituosa, o fato em si, não os atributos inerentes ao agente, sob pena de, ao proceder-se à análise subjetiva, dar-se prioridade ao contestado e ultrapassado direito penal do autor em detrimento do direito penal do fato.
> No entanto, as turmas do STF já se posicionaram no sentido de afastar a aplicação do princípio da insignificância aos acusados reincidentes ou de habitualidade delitiva comprovada: HC 97.007/SP, rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJe 31.3.2011; HC 101.998/MG, rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 22.3.2011; HC 103.359/RS, rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 6.8.2010, e HC 112.597/PR, rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 10.12.2012 […]. (HC 117083, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 25/02/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-051 DIVULG 14-03-2014 PUBLIC 17-03-2014) (grifo nosso)

Entretanto, há também decisões exaradas pelos ministros da Corte Constitucional em que é possível verificar firme posição contrária à aplicação do princípio da insignificância quando o agente criminoso demonstra prática contumaz no delito. Vejamos:

> [...] De início, porque o paciente é reincidente específico em delito contra o patrimônio, constando na respectiva certidão de antecedentes criminais as numerosas situações em que foi preso por furto, inclusive. Logo, o reconhecimento da insignificância material da conduta increpada ao paciente serviria muito mais como um deletério incentivo ao cometimento de novos delitos do que propriamente uma injustificada mobilização do Poder Judiciário. 3. O acusado dá claras demonstrações de que adotou a criminalidade como verdadeiro estilo de vida. O que impossibilita a adoção do princípio da insignificância penal e, ao mesmo tempo, justifica a mobilização do aparato de poder em que o Judiciário consiste. Poder que só é de ser acionando para a apuração de condutas que afetem substancialmente os bens jurídicos tutelados pelas normas incriminadoras.

> [...] (HC 96202, Relator (a): Min. AYRES BRITTO, Primeira Turma, julgado em 04/05/2010, DJe-096 DIVULG 27-05-2010 PUBLIC 28-05-2010 EMENT VOL-02403-02 PP-00803)

Vê-se que a real preocupação em considerar o princípio da insignificância nos casos em que o agente é contumaz em condutas delituosas é evitar que essas condutas continuem se perpetuando, vez que o Estado não sancionou o agente por suas reiteradas práticas, ainda que ínfimas.

Analisando-se julgados mais recentes sobre a matéria em exame, é possível concluir que prevalece no Supremo Tribunal Federal o entendimento de que o princípio da insignificância é inaplicável no caso de habitualidade delitiva: "[...] Sentenciados reincidentes na prática de crimes contra o patrimônio. Precedentes do STF no sentido de afastar a aplicação do princípio da insignificância aos acusados reincidentes ou de habitualidade delitiva comprovada [...]" (STF. 2° Turma. HC 117083, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 25/02/2014).

Ainda, "[...] A reiteração delitiva, comprovada pela certidão de antecedentes criminais do paciente, impossibilita a aplicação do princípio da insignificância. [...]" (STF. 1ª Turma. HC 109705, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 22/04/2014).

Neste mesmo sentido, vale transcrever, *in verbis*:

> HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. DESCAMINHO. VALOR INFERIOR AO ESTIPULADO PELO ART. 20 DA LEI 10.522/2002. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. HABITUALIDADE DELITIVA. REPROVABILIDADE DA CONDUTA. 1. A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada considerando-se todos os aspectos relevantes da conduta imputada. 2. Para crimes de descaminho, a jurisprudência predominante da Suprema Corte tem considerado para a avaliação da insignificância o patamar de R$ 10.000,00, o mesmo previsto no art 20 da Lei n.º 10.522/2002, que determina o arquivamento de execuções fiscais de valor igual ou inferior a este patamar. 3**. A existência de registros criminais pretéritos contra o paciente obsta o reconhecimento do princípio da insignificância, consoante jurisprudência consolidada da Primeira Turma desta Suprema Corte** (v.g.: HC 109.739/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.02.2012; HC 110.951, rel. Min. Dias Toffoli, DJe 27.02.2012; HC 108.696 rel. Min. Dias Toffoli, Dje 20.10.2011; e HC 107.674, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.9.2011). **O mesmo entendimento aplica-se quando há indícios de habitualidade delitiva.** Ressalva da posição pessoal da Ministra Relatora. 4. Ordem denegada. (STF - HC: 114548 DF , Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 13/11/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-232 DIVULG 26-11-2012 PUBLIC 27-11-2012) (grifo nosso)

Ao analisar pedido de liminar no HC 114348, cuja ementa está acima transcrita, a Ministra Rosa Weber explicou:

> Enfatizo que a jurisprudência consolidada desta 1ª Turma compreende que 'apesar de tratar-se de critério subjetivo, a reincidência deve ser excepcionada da regra para análise do princípio da insignificância, pois não está sujeita a interpretações doutrinárias e jurisprudenciais ou a análises discricionárias. O criminoso reincidente, como é o caso do ora paciente, apresenta comportamento reprovável, e sua conduta deve ser considerada materialmente típica' (HC 109.739/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.02.2012). Nessa linha, representaria, o reconhecimento da insignificância para agente com registros criminais pretéritos, estímulo para a prática reiterada de pequenos crimes sem punição. É o que emerge dos precedentes, v.g., HC 110.951, rel. Min. Dias Toffoli, DJe 27.02.2012; HC 108.696 rel. Min. Dias Toffoli, DJe 20.10.2011; e HC 107.674, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.9.2011.

Conforme argumentação supra, o reconhecimento do princípio da insignificância para o acusado com registros criminais anteriores seria estímulo para a prática de pequenos delitos sem punição. Tem-se que "[...] a reincidência deve ser excepcionada da regra para análise do princípio da insignificância, pois não está sujeita a interpretações doutrinárias e jurisprudenciais ou a análises discricionárias [...]" (HC 109.739/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14 fev. 2012).

De voto de autoria da Ministra Cármen Lúcia no HC n. 110.841, extrai-se:

> [...] O criminoso contumaz, mesmo que pratique crimes de pequena monta, não pode ser tratado pelo sistema penal como se tivesse praticado condutas irrelevantes, pois crimes considerados ínfimos, quando analisados isoladamente, mas relevantes quando em conjunto, seriam transformados pelo infrator em verdadeiro meio de vida. 6. O princípio da insignificância não pode ser acolhido para resguardar e legitimar constantes condutas desvirtuadas, mas para impedir que desvios de conduta ínfimos, isolados, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo que insignificantes, quando constantes, devido a sua reprovabilidade, perdem a característica da bagatela e devem se submeter ao direito penal. 7. Habeas corpus denegado (HC 110841, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 27/11/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-245 DIVULG 13-12-2012 PUBLIC 14 dez. 2012).

Portanto, a reiteração da mesma conduta delituosa afasta a aplicação do princípio da insignificância. Havendo clara insistência em praticar os delitos, evidente que o delinquente não está preocupado com uma sanção penal do Estado e a incidência do referido princípio somente o premiaria com a impunidade. Desta forma, a habitualidade delitiva não deve ser insignificante para o Direito Penal.

Nesse sentido, tem decidido o Supremo Tribunal Federal:

> HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. FURTO E TENTATIVA DE FURTO. ALEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INVIABILIDADE. NOTÍCIA DA PRÁTICA DE VÁRIOS

> OUTROS DELITOS PELO PACIENTE. HABEAS CORPUS DENEGADO. 1. A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária uma análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado. 2. Para a incidência do princípio da insignificância, devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato – tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada. 3. O grande número de anotações criminais na folha de antecedentes do Paciente e a notícia de que ele teria praticado novos furtos, após ter-lhe sido concedida liberdade provisória nos autos da imputação ora analisados, evidenciam comportamento reprovável. 4. O criminoso contumaz, mesmo que pratique crimes de pequena monta, não pode ser tratado pelo sistema penal como se tivesse praticado condutas irrelevantes, pois crimes considerados ínfimos, quando analisados isoladamente, mas relevantes quando em conjunto, seriam transformados pelo infrator em verdadeiro meio de vida. 5. O princípio da insignificância não pode ser acolhido para resguardar e legitimar constantes condutas desvirtuadas, mas para impedir que desvios de conduta ínfimos, isolados, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo que insignificantes, quando constantes, devido a sua reprovabilidade, perdem a característica da bagatela e devem se submeter ao direito penal. 6. Ordem denegada. (Habeas Corpus n. 102.088/RS, Relatora Ministra Carmen Lúcia, 1ª Turma, unânime, julgado em 06.04.2010, publicado no DJ em 21 maio 2010).

Vê-se que a Suprema Corte já decidiu que os parâmetros para aplicação do princípio da insignificância não se restringem ao valor da res furtiva, incluindo também no juízo de ponderação os antecedentes criminais do agente. É o que se observa na lição do Ministro Luiz Fux, no julgamento do Habeas Corpus n. 114.174:

> PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO (ART. 155, § 4º, IV, DO CP). PACIENTE ABSOLVIDO EM SEDE DE APELAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DA ACUSAÇÃO PARA RESTABELECER A SENTENÇA CONDENATÓRIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS NA VIA EXTRAORDINÁRIA. INOCORRÊNCIA. REINCIDÊNCIA NA PRÁTICA CRIMINOSA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.
> 1. O princípio da insignificância incide quando presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: (a) mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) grau reduzido de reprovabilidade do comportamento, e (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada;
> 2. A aplicação do princípio da insignificância deve ser precedida de criteriosa análise de cada caso, a fim de evitar que sua adoção indiscriminada constitua verdadeiro incentivo à prática de pequenos delitos patrimoniais.
> 3. O valor da res furtiva não pode ser o único parâmetro a ser avaliado, devendo ser analisadas as circunstâncias do fato para decidir-se sobre seu efetivo enquadramento na hipótese de crime de bagatela, bem assim o reflexo da conduta no âmbito da sociedade.

> 4. O legislador ordinário, ao qualificar a conduta incriminada, apontou o grau de afetação social do crime, de sorte que a relação existente entre o texto e o contexto (círculo hermenêutico) não pode conduzir o intérprete à inserção de uma norma não abrangida pelos signos do texto legal.
> 5. In casu, o paciente foi condenado a 3 (três) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime de furto qualificado (art. 155, § 4º, inciso IV, do CP), por ter, durante o repouso noturno e mediante o concurso de agentes, adentrado na residência da vítima e furtado quatro panelas de pressão, uma forma de alumínio, um martelo e uma jaqueta. O valor total da res furtiva foi avaliado em R$ 60,00 (sessenta reais).
> 6. A conduta do paciente não pode ser considerada atípica, uma vez que, durante o repouso noturno e mediante o concurso de agentes, adentrou na residência da vítima para furtar bens que lá se encontravam.
> 7. Ademais, trata-se de condenado reincidente na prática de delitos contra o patrimônio. Destarte, o reconhecimento da atipicidade da conduta do recorrente, pela adoção do princípio da insignificância, poderia, por via transversa, imprimir nas consciências a ideia de estar sendo avalizada a prática de delitos e de desvios de conduta.
> [...] (HC 114174, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/11/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-229 DIVULG 20-11-2013 PUBLIC 21 nov. 2013).

Com efeito, decisões oriundas da Suprema Corte, considerando impossível a aplicação do princípio da insignificância nos casos de habitualidade da conduta delitiva, têm sido constantes:

> PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE CONTRABANDO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM DENEGADA. I – Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o princípio da insignificância deve ser aplicado ao delito de descaminho quando o valor sonegado for inferior ao estabelecido no art. 20 da Lei 10.522/2002, com as atualizações feitas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda. II – No caso sob exame, o paciente detinha a posse, sem a documentação legal necessária, de 22.500 (vinte e dois mil e quinhentos) maços de cigarro de origem estrangeira, que, como se sabe, é típica mercadoria trazida do exterior, sistematicamente, em pequenas quantidades, para abastecer um intenso comércio clandestino, extremamente nocivo para o País, seja do ponto de vista tributário, seja do ponto de vista da saúde pública. III – Os autos dão conta da reiteração delitiva, o que impede a aplicação do princípio da insignificância em favor do paciente em razão do alto grau de reprovabilidade do seu comportamento. IV - Ordem denegada. (HC 118000, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 03/09/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-182 DIVULG 16-09-2013 PUBLIC 17 set. 2013).

Inclusive, para ilustrar a diferença da reincidência e habitualidade da conduta delitiva, consta no Informativo n. 756 do Supremo Tribunal Federal que o condenado reincidente pode ser beneficiado pelo princípio da insignificância. Para tanto, exige-se apenas que o agente não tenha sido condenado pelo mesmo crime.

A respeito, vale transcrever trecho do voto do Ministro Teori Zavascki:

> [...] A 2ª Turma concedeu 'habeas corpus' para restabelecer sentença de primeiro grau, na parte em que reconhecera a aplicação do princípio da insignificância e absolvera o ora paciente da imputação de furto (CP, art. 155). Na espécie, ele fora condenado pela subtração de um engradado com 23 garrafas de cerveja e 6 de refrigerante — todos vazios, avaliados em R$ 16,00 —, haja vista que o tribunal de justiça local afastara a incidência do princípio da bagatela em virtude de anterior condenação, com trânsito em julgado, pela prática de lesão corporal (CP, art. 129). A Turma, de início, reafirmou a jurisprudência do STF na matéria para consignar que a averiguação do princípio da insignificância dependeria de um juízo de tipicidade conglobante. Considerou, então, que seria inegável a presença, no caso, dos requisitos para aplicação do referido postulado: mínima ofensividade da conduta; ausência de periculosidade social da ação; reduzida reprovabilidade do comportamento; e inexpressividade da lesão jurídica. Afirmou, ademais, que, **considerada a teoria da reiteração não cumulativa de condutas de gêneros distintos, a contumácia de infrações penais que não têm o patrimônio como bem jurídico tutelado pela norma penal (a exemplo da lesão corporal) não poderia ser valorada como fator impeditivo à aplicação do princípio da insignificância, porque ausente a séria lesão à propriedade alheia**. [...] (STF, HC 114723, de Minas Gerais, rel. Min. Teori Zavascki, 26 ago. 2014). (grifo nosso).

Em síntese, predomina atualmente no Supremo Tribunal Federal que o princípio da insignificância não é aplicado em se tratando do criminoso habitual, que faz do crime um meio de auferir seus rendimentos. Ressalte-se que a reincidência, distintamente, não tem sido óbice para aplicação de tal princípio, desde que haja condenação em face de crimes diversos.

4 CONCLUSÃO

No presente trabalho, foi possível verificar que é fundamental o aplicador do direito examinar as particularidades que o caso concreto lhe apresenta. Com efeito, cada conduta pode estar impregnada de critérios valorativos distintos.

Desse modo, constatou-se que a conduta dos julgadores em um primeiro momento, no que tange à aplicação ou não do princípio da insignificância no caso de criminosos habituais, foi de considerar que tal princípio poderia ser aplicado ainda que existissem condutas criminosas anteriores na vida do agente.

Entretanto, evoluindo o posicionamento então vigente, o Supremo Tribunal Federal, em sua maioria, entendeu que o princípio da insignificância não pode ser aplicado aos casos que envolvessem criminosos habituais. Frise-se que ainda há ministros que defendem tese contrária, a saber, de que o princípio pode ser aplicado aos criminosos contumazes.

Em suma, os entendimentos mais recentes da Corte Suprema consideram que o princípio da insignificância não deve incidir em se tratando do criminoso habitual, que faz do crime um meio de auferir seus rendimentos. Ressalte-se que a reincidência, distintamente, não tem sido óbice para aplicação de tal princípio, desde que haja condenação em razão de crimes diversos.

Com a abordagem feita na presente monografia, espera-se ter contribuído de forma positiva para o desenvolvimento da reflexão e do senso crítico do leitor, no desejo manifesto de fortalecer o uso de ferramentas indispensáveis à evolução da ciência jurídica, levando em conta os anseios da atual sociedade.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal**: parte geral. 17. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 94.970**, Rio Grande do Sul, Rel. Min. Ricardo Lewandowki, j. 28 nov. 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br> Acesso em: 01 out. 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso em sentido estrito em habeas corpus nº 93.144**, São Paulo, Rel. Min. Menezes Direito, j. 11 out. 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br> Acesso em: 18 mar. 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 94.427**, Rio Grande do Sul, Rel. Min. Carlos Britto, j. 14 out. 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br> Acesso em: 18 mar. 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 117.083**, São Paulo, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 25 fev. 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br> Acesso em: 18 mar. 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 96.202**, Rio Grande do Sul, Rel. Min. Ayres Britto, j. 04 mai. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 18 mar. 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 109.705**, Paraná, Rel. Min. Roberto Barroso, j. 22 abr. 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br> Acesso em: 18 mar. 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 114.548**, Distrito Federal, Relª. Minª. Rosa Weber, j. 13 nov. 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br> Acesso em: 18 mar. 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 109.739**, São Paulo, Relª. Minª. Cármen Lúcia, j. 14 fev. 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 18 mar. 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 114.174**, Rio Grande do Sul, Rel. Min. Luiz Fux, j. 5 nov. 2013. Disponível em: <http://www.stf.jus.br> Acesso em: 01 out. 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 118.000**, Paraná, Rel. Min. Ricardo Lewandowki, j. 03 set. 2013. Disponível em: <http://www.stf.jus.br> Acesso em: 01 out. 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas corpus nº 114.723**, Minas Gerais, Rel. Min. Teori Zavascki, j. 26 ago. 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br> Acesso em: 01 out. 2014.

CAPEZ, F. **Curso de direito penal:** parte geral. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DOTTI, R. A. **Curso de direito penal:** parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. E. R. **Direito penal esquematizado:** parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012.

JESUS, D. E. **Direito penal**: parte geral. v. 1. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1.

MASSON, C. **Direito penal esquematizado**: parte geral. São Paulo: Método, 2012.

MIRABETE, J. F. **Manual de direito penal**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

RELAÇÕES DE AFETO E EDUCAÇÃO: ESTUDO SOBRE AFETIVIDADE EM FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM FRACASSO ESCOLAR

Larissa Aparecida Cordeiro[19]
Kelly Andressa da Silveira Kaipers Antunes[20]

RESUMO

As crianças devem ter oportunidade de desenvolver sua afetividade, portanto é preciso dar-lhes condições para que seu emocional floresça, se expanda, ganhe espaço. “A falta de afetividade leva a rejeição aos livros, à carência de motivação para a aprendizagem, à ausência de vontade de crescer” (ROSSINI, 2001, p. 15). A pesquisa que deu origem a este artigo teve por objetivos investigar como se dão as trocas afetivas em famílias de crianças com fracasso escolar a partir da percepção do menor, compreender como reage afetivamente a família diante do desempenho escolar da criança e verificar se essas trocas afetivas influenciam no interesse pelas atividades escolares. O presente artigo foi escrito a partir de uma pesquisa de natureza básica, do ponto de vista de seus objetivos referiu-se a uma pesquisa descritiva, e do ponto de vista dos procedimentos técnicos tratou-se de uma pesquisa de levantamento. Quanto à abordagem do problema referiu-se a uma pesquisa qualitativa. A técnica para coleta de dados se deu através de entrevista, por meio de um roteiro semiestruturado, participando da pesquisa cinco alunos com fracasso escolar das séries finais de uma escola pública Municipal da cidade de Canoinhas/SC. O procedimento de análise de dados se deu através de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin. Os resultados apontaram que há trocas afetivas positivas e negativas em famílias de crianças com fracasso escolar, que algumas famílias reagem com postura de incentivo diante do desempenho escolar do filho (a), enquanto que outras adotam postura de punição ou descaso, sendo que nem todas as crianças pesquisadas consideram que a reação da família influencia no interesse pelas atividades escolares.

Palavras-Chave: Afetividade. Educação. Família. Fracasso Escolar.

ABSTRACT

Children must have the opportunity to develop their affection, therefore, it is necessary to give the following conditions to allow their emotional to flourish, to expand, and at last gain space into the society. “The lack of affection leads to the rejection of books, the lack of motivation to learn and the unwillingness to grow” (ROSSINI, 2001, p. 15). The research that has originated this article aimed to investigate how affective exchanges happens in families with students that have failed in school, all of that, from the underage children’s perception. Understand how the family respond emotionally in relation to the child's school performance and to

[19]Acadêmica do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Mafra. E-mail: laaric@hotmail.com
[20]Docente do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: E-mail: kellydasilveira@unc.br

verify if these affective exchanges influence the interest in children 'school activities. This article was written from a basic research, it's a descriptive survey and from the technical view it's a data search. As the approach refers to a qualitative research. The method that has been used to the data collection was through a semi structured script, five students from the public school in Canoinhas/SC with bad performance were interviewed, the data analysis procedure was performed through Content Analysis from Laurence Bardin. The results indicated that there are positive and negative affective exchanges in families with school failure students, some families react with an incentive attitude towards their child's, while others adopt a punishment and neglect attitude, not all the interviewed children think that the family reaction can influence their interest for activities school.

Keywords: Affectivity. Education. Family. School Failure.

1 INTRODUÇÃO

A família é um dado essencial de nossa civilização, o modo pelo qual a família se organiza torna-se um dado representativo da nossa cultura. A família tem seu próprio crescimento, e a pequena criança experimenta mudanças que advêm da gradual expansão e das tribulações familiares. A família protege a criança do mundo, este, porém, aos poucos vai se introduzindo a família inteira, seja, tios, tias, e os primeiros grupinhos de crianças, e por fim a escola (WINNICOTT, 2001).

Para Winnicott (2001) a existência da família e a preservação de uma atmosfera familiar resultam do relacionamento entre os pais no quadro do contexto social em que vivem, a "contribuição" que os pais podem dar à família que estão construindo depende em grande medida de seu relacionamento geral com o círculo mais amplo que os envolve, ou seja, seu contexto social imediato. Os pais têm sentimentos muito diferentes, e agem de modo diferente em relação a cada um dos filhos, muito disso depende do relacionamento dos pais na época da concepção, durante a gravidez, quando do nascimento e o depois do nascimento.

Acredita-se que a afetividade possa ser representada como o conjunto de emoção e sentimento. De modo geral, as emoções são tidas como "o estado psíquico cuja principal característica é o grau muito forte de sentimento" (BARBARÓI, 2008. p. 82). A afetividade é o conteúdo psíquico que dá cor aos pensamentos, motivações, temperamentos e outros mais, alterando substancialmente todo o estado de ânimo (BARBARÓI, 2008).

A família é vista como instituição responsável pelos afetos, sentimentos e amor, uma construção social, um espaço necessário para garantir a sobrevivência, o desenvolvimento e a proteção integral dos demais membros da família, independentemente do arranjo e das formas de estruturação (SILVA; GONTIJO, 2016).

A questão do afeto é de suma importância no desenvolvimento do indivíduo e na sua relação com o mundo. O ser humano não apenas está no mundo, constitui-se a partir da sua relação com o outro. As oportunidades de vinculação com o outro e as trocas estabelecidas nas primeiras fases da vida são necessárias para a formação do sentimento de confiança e segurança que o acompanhará durante toda a sua vida, sendo a base de seu futuro, bem-estar físico e psíquico (RODRIGUES, 1985).

A afetividade influencia no funcionamento psíquico, além de ter comunicação com a cognição. Percebidas essas características, não dá para separar os processos afetivos daqueles que são cognitivos. Pensa-se que o sujeito psicológico seja formado por um conjugado de processos cognitivo-afetivos, exprimindo tudo aquilo que o ser humano realmente é: as suas condutas, as suas atitudes, os seus temperamentos, os seus gostos, os seus prazeres, os seus medos, as suas fraquezas e assim por diante. Além do que, por sua enorme complexidade psicológica, capacita-se a remover da memória psíquica o seu mundo interno, ou mundo subjetivo; suas imaginações, crenças criatividade pensamento, fantasias, dentre outros (WINNICOT, 1990).

O afeto pode ser entendido como a energia necessária para que a estrutura cognitiva passe a operar, influenciando a velocidade com que se constrói o conhecimento, pois, quando as pessoas se sentem seguras, aprendem com mais facilidade (BEE, 1997).

O fracasso escolar aparece hoje entre os problemas de nosso sistema educacional mais estudados e discutidos (PAULA, 2009). Piaget defendeu o desenvolvimento psicológico como único em suas dimensões ativas e cognitivas, pois para ele durante toda a vida de um indivíduo existe uma equivalência entre as construções afetivas e cognitivas. Ele articulou em relação à psicologia afetiva da criança e o estudo da inteligência, os aspectos afetivos e intelectuais infantis ao julgamento moral, as reações rebeldes e a obediência aos sentimentos de carinho e temor; para o autor a afetividade não se restringe somente as emoções e

sentimentos, pois engloba também as tendências e vontades da criança, ou seja, a afetividade (ARANTES, 2003).

A criança demanda a presença da família, especialmente durante o processo de aprendizagem, portanto o presente estudo visou gerar investigar como se dão as trocas afetivas em famílias de crianças com fracasso escolar a partir da percepção do menor. Os resultados dessa pesquisa poderão ser úteis não somente a comunidade científica, mas também social, contribuindo dessa forma para com os interessados na temática e pela possibilidade de construir conhecimento a respeito do tema, agregando conteúdo científico aos estudos já existentes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa que deu origem a este artigo foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Contestado campus Mafra, com o parecer consubstanciado nº 3.346.371.

O presente artigo foi escrito a partir de uma pesquisa de natureza básica, do ponto de vista de seus objetivos referiu-se a uma pesquisa descritiva, e do ponto de vista dos procedimentos técnicos tratou-se de uma pesquisa de levantamento. Quanto à abordagem do problema referiu-se a uma pesquisa qualitativa.

A técnica para coleta de dados se deu através de entrevista, por meio de um roteiro semiestruturado, elaborado pela acadêmica e professora orientadora. Participaram da pesquisa cinco alunos com fracasso escolar das séries finais de uma escola pública Municipal da cidade de Canoinhas/SC. Os critérios de inclusão para a pesquisa constituíram-se dos seguintes itens: aceitar participar da pesquisa; frequentar a Escola Municipal selecionado para o estudo; estar cursando as séries finais do Ensino Fundamental; apresentar fracasso escolar (a partir da percepção da escola) e os pais assinarem o Termo de Assentimento concordando que o menor participasse do estudo.

O procedimento de análise se deu através de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, que se refere a um conjunto de técnicas que analisam o conteúdo comunicativo através de descrição e de levantamento de indicadores do conteúdo (BARDIN, 2011).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atendendo aos objetivos da pesquisa e a partir da análise dos dados coletados surgiu a categoria temática: “estudo sobre afetividade em famílias de crianças com fracasso escolar”, constituindo-se de três subcategorias analisadas, sendo elas: “trocas afetivas positivas e negativas”, “reação afetiva da família diante do desempenho escolar” e “influência das trocas afetivas familiares no interesse pelas atividades escolares”. A apresentação de subcategorias e elementos de análise pode ser melhor visualizado no quadro a seguir (Quadro 1). As contribuições dos participantes da pesquisa poderão aparecer neste capítulo através da sigla C (caso), seguido dos números um a cinco, condizente com o número de participantes.

Quadro 1 – Analise Categorial Temática

SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
1.Trocas afetivas positivas e negativas	1.Trocas afetivas positivas raras 2.Trocas afetivas positivas com a mãe 3.Não há trocas afetivas positivas 4.Trocas afetivas negativas com os irmãos 5.Não há trocas afetivas negativas
2.Reação afetiva da família diante do desempenho escolar	1.Diante do fracasso coloca de castigo e tira o celular 2.Diante do fracasso dão incentivo, apoiam, propondo a estudar mais 3.Diante do sucesso dão incentivo 4.Diante do sucesso apresentam felicidade 5.Diante do sucesso não apresentam reação
3.Influência das trocas afetivas familiares no interesse pelas atividades escolares	1.Não soube responder 2.Sim, influencia 3.Acredita não influenciar

Fonte: Dados do estudo (2019).

Subcategoria “trocas afetivas positivas e negativas”

Esta subcategoria investiga se há trocas afetivas positivas em famílias de crianças com fracasso escolar a partir da percepção do menor, na qual surgiram cinco elementos de análise, sendo eles: “trocas afetivas positivas raras”, “trocas afetivas positivas com a mãe”, “não há trocas afetivas positivas”, “trocas afetivas negativas com os irmãos” e “não há trocas afetivas negativas.

O primeiro elemento de análise apresentado a partir da percepção do menor refere que “trocas afetivas positivas raras”.

“Sim, mas não diariamente; por exemplo vem aqui me dá um abraço, mas nem sempre” (SIC C2).

Os vínculos de afeto e carinho são derivados da convivência que existe entre a família e não pelo fator sanguíneo. Fica evidente que o afeto é o que une a família, pessoas que coabitam dia pós dia por conta de um tronco ancestral comum, ou mesmo em razão de um destino comum, destacando que é o afeto que define a entidade familiar (BRITO, 2016).

É a partir da relação com o outro, através do vínculo afetivo que a criança vai tendo acesso ao mundo simbólico e, assim, conquistando avanços significativos no âmbito cognitivo. Nesse sentido, para a criança, torna-se importante e fundamental o papel do vínculo afetivo, que inicialmente apresenta-se na relação pai, mãe e filho e, muitas vezes, irmão (TASSONI, 2006).

O segundo elemento de análise aponta que “trocas afetivas positivas com a mãe”.

“Sim, na verdade mais com a minha mãe” (SIC C5).

Ao lado de pais afetivos dos quais pode-se contar com apoio incondicional, conforto e proteção, consegue-se desenvolver estruturas psíquicas suficientemente fortes e seguras para enfrentar as dificuldades da vida cotidiana (MONDARDO; DELLA VALENTINA, 1998).

Mentalmente, a mãe visualiza seu filho criança de acordo com o roteiro que traçou. Em geral, crianças pequenas gostam de contar suas experiências para os pais. Para a mãe, quanto mais o filho fala, mais noção ela vai tendo de perguntas que deve fazer. A mãe quer ter uma visão global do filho, do emocional, afetivo e escolar. É uma maneira de se sentir presente, de cuidar do filho, mesmo não tendo participado das atividades diárias do mesmo (TIBA, 2007).

Não é o tempo de permanência da mãe com o filho que o educa, mas é o seu preparo como educadora que conta. Sem dúvida, a presença da mãe é muito importante na formação do filho. A educação hoje é um projeto racional e afetivo, regado de ações afetivas (TIBA, 2007).

O terceiro elemento de análise dessa subcategoria refere-se à afirmação do menor de que “não há trocas afetivas positivas”.

“Não, nem com palavras de carinho, é difícil mesmo” (SIC C3)

As autoras Cardin e Goedert (2011) afirmam que a ausência de afeto positivo possibilita o desenvolvimento de comportamentos antissociais e traumas, sendo em alguns casos necessário o acompanhamento psicoterapêutico com profissional capacitado, auxiliando no restabelecimento da história de vida do indivíduo.

É reconhecido como importante o papel do pais no desenvolvimento da criança e a interação entre pais e filhos é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo e social, facilitando a importância da figura paterna e materna para o desenvolvimento infantil, para a capacidade de aprendizagem e para a integração da criança na comunidade. A experiência clínica tem mostrado que, na vida adulta, as representações dessa vivência insurgem nas várias possibilidades de construção psicoafetiva, com repercussão nas relações sociais (BENCZIK; DELLA VALENTINA, 2011).

O quarto elemento de análise apresentado a partir da percepção do menor refere que há “trocas afetivas negativas com os irmãos”:

“C*om o meu irmão a gente briga, e mais com palavras” (SIC C1).*

“Comportamento agressivos acontece mais com o meu irmão, porque ele tem 10 anos e irrita demais, e outro tem 5 anos e é mais tranquilo” (SIC C2).

Para que as relações entre as pessoas ocorram, bem como entre as famílias, é importante a troca de afeto, ou seja, sentimentos de ordem positiva como o amor e também os de ordem negativa – como a agressividade, para que o indivíduo possa ter experiências agradáveis ou desagradáveis, constituindo um processo fundamental de experimentação de sentimentos na formação de sua personalidade (CARDIN; GOEDERT, 2011).

Tratando-se de famílias mais numerosas, os pais devem levar em consideração que os filhos se educam mutuamente, ainda que os pais estejam constantemente na presença das crianças, pois, de modo geral, a tendência é que, à medida que o menor for crescendo, mais e mais os pais se afastem e o deixem a sós, na companhia do irmão maior (TIBA, 2006).

O quinto e último elemento de análise dessa subcategoria aponta que “não há trocas afetivas negativas”:

“Nem comportamento agressivo, nem com palavras” (SIC C3).

“Comportamento agressivo não em relação aos pais, eu nunca faltei com respeito com eles” (SIC C1).

Todo educador da família traz em si uma figura não de autoritarismo, mas de autoridade, que se revela firme e carinhosa, sem ser rígido e inflexível, que é seguro e tranquilo, sem recorrer a gritos nem violências, que está sempre disposto a ouvir e compor, sem ser impositivo e individualista, conhecedor da matéria e sempre com propensão a aprender (TIBA, 2014).

Afetividade é dar atenção ao que afeta um ser, seja de forma positiva ou negativa, não se deve esquecer que os afetos também determinam a forma como crianças e jovens vivenciam a sua interação com o ambiente (PINTO, 2015).

Aos pais a importante função educativa dos valores intangíveis, tornando preciosa a convivência íntima, não à base da culpa por não terem ficado com os filhos o tempo que gostariam, mas sim para adotar a filosofia básica de vida: a de que os filhos têm nesse clima familiar as maiores oportunidades para aprender os valores humanitários sustentáveis (TIBA, 2014).

Subcategoria "reação afetiva da família diante do desempenho escolar"

Esta subcategoria investiga se há reação afetiva da família diante do desempenho escolar a partir da percepção do menor, na qual surgiram cinco elementos de análise, sendo elas: "diante do fracasso coloca de castigo e tira o celular", "diante do fracasso dão incentivo, apoiam, propondo a estudar mais", "diante do sucesso dão incentivo", "diante do sucesso apresentam felicidade", "diante do sucesso não apresentam reação".

O primeiro elemento de análise apresentado a partir da percepção do menor refere que "diante do fracasso coloca de castigo e tira o celular":

"Sempre me deixa de castigo, e por exemplo tira o celular por tantos dias, que é um super de um castigo (risos)" (SIC C2).

"Ela (mãe) briga, ela fala as coisas para o meu bem, e me dá castigo, tira o celular" (SIC C4).

Apresenta-se como um equívoco o comportamento da mãe que perdoa e não cobra a consequência das ações de um filho pequeno, autorizando-o a fazer o que tem vontade e não o que deve ser feito. Não é o amor demasiado, é falta de conhecimento dos atuais padrões elementares de uma boa educação, da formação de um cidadão. O que educa são as consequências, transformar erros em aprendizados através de ações diretamente relacionadas aos erros (TIBA, 2007).

Uma criança pode trazer em si o desejo de aprender, não necessitando de motivação dos pais ou professores, ela precisa sentir e sustentar seu desejo de conhecimento, porém, entre meio a tantas demandas dos pais, mestres e sociedade, ela se inibe e chega mesmo a anular seus desejos. Portanto, desde pequeno a criança ouve que "ela deve aprender para ser bem-sucedida". Quando ela entra na

pré-escola, os pais preocupam-se com as performances intelectuais e as suas possibilidades de sucesso (COLPO, 2005).

A relação que caracteriza o ensinar e o aprender transcorre a partir de vínculos entre as pessoas e inicia-se no âmbito familiar. A base desta relação vincular é afetiva, pois é através de uma forma de comunicação emocional que a criança mobiliza o adulto, garantindo assim os cuidados que necessita. Portanto, é o vínculo afetivo estabelecido entre o adulto e a criança que sustenta a etapa do processo de aprendizagem (TASSONI, 2006).

O segundo elemento de análise dessa subcategoria aponta que “diante do fracasso dão incentivo, apoiam, propondo a estudar mais”:

“Meus pais me apoiam, dizendo que vou melhorar, e claro que as vezes chamam atenção” (SIC C1).

“Eles não brigam, não dão castigo, mas sempre estão propondo para eu estudar mais, por exemplo eu sou muito ruim em matemática, então sempre fazem eu estudar mais e mais para melhorar, tipo dão incentivo” (SIC C5).

“Ela (mãe) só fala que tem que ver o que tenho que melhorar, ela me dá incentivo, porque eu quando tiro nota baixa eu choro muito, me cobro muito, ela não briga de eu chorar, ela me dá conselho, e é mais que obrigação do aluno estudar e se dedicar, o histórico que vai levar para resto da vida” (SIC C3).

Quando as crianças recebem um bom estímulo de casa, quando os pais acompanham todo o processo de educação, ajudando no dever de casa, comparecendo às reuniões e sempre mantendo contato com os professores, essas crianças tendem a obter um melhor desempenho escolar. Já quando os pais são ausentes, ou quando a criança tem um vínculo familiar ruim, ela pode apresentar autoestima prejudicada e distúrbios na aprendizagem (FIALE, 2015).

As crianças acabam ficando desestimuladas e gastando tempo ocioso com atividades que não contribuem com sua aprendizagem, visto que, cada educando tem seu nível de aprendizagem e a relação afetiva prejudica o seu rendimento frente à educação (SOUZA; PEREIRA, 2009).

Os pais dão o melhor que podem para os filhos estudarem, não é ético ser um estudante médio se ele pode ser melhor. Ser reprovado não é ético, pois o filho tem um ano de oportunidade para ser aprovado. Lembrarmos sempre que não é o professor que reprova, é o próprio aluno que não cumpre a sua obrigação de estudar (TIBA, 2007).

O terceiro elemento de análise apresentado a partir da percepção do menor refere que “diante do sucesso dão incentivo”:

“Quando eu vou bem eles me incentivam sempre e demais até, gosto do apoio deles” (SIC C1).

O envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos tem sido o principal fator de sucesso no que se refere ao desenvolvimento escolar do aluno, tornando assim a família uma instituição extremamente importante no processo de aprendizagem, os pais devem acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos, ficando atentos às necessidades dos mesmos, procurando contribuir tanto dentro da instituição escolar como fora dela com o auxílio dos profissionais especializados, o estímulo e o acompanhamento da família na aprendizagem das crianças acabam fluindo positivamente para o sucesso escolar das crianças (SILVA, 2019).

A família tem o papel de influenciar no comportamento da criança, de incentivar, na sua relação com o mundo, e na sua aprendizagem na escola, podendo contribuir para o seu relacionamento com a sociedade. Também, funciona como o primeiro e mais importante agente socializador, sendo o primeiro contexto no qual se desenvolve os padrões de socialização em que a criança constrói seu aprendizado, se relacionando com todo conhecimento adquirido durante sua experiência de vida primária, refletindo na sua vida escolar, com todos os incentivos e com a educação da família, com o afeto da família em si (SILVA, 2019).

O terceiro elemento de análise aponta que “diante do sucesso apresentam felicidade”:

“Ficam felizes, vendo meu desempenho né” (SIC C5).

É fato que quando os pais participam da educação de seus filhos, o **desempenho escolar** deles melhora consideravelmente. Pais participantes do processo educativo demonstram aos filhos o quanto a educação é importante, e isso se reflete na performance dos alunos. Por outro lado, quando os pais não estão de fato comprometidos com a educação de seus filhos, deixando essa responsabilidade apenas a cargo da escola, isso geralmente se reflete em baixo desempenho por parte dos alunos (SILVA, 2019).

O quinto e último elemento de análise dessa subcategoria refere-se à afirmação do menor de que “diante do sucesso não apresentam reação”:

“Não fala nada” (SIC C3).

É importante que pais e professores possam estar em contato sempre que necessário. Atualmente, há a facilidade de comunicação por meio das redes sociais, dos e-mails, e de sistemas escolares que possibilitam este tipo de comunicação. Dessa forma, os pais estarão sempre cientes com relação a eventos escolares e também com relação a eventuais problemas que possam afetar o desempenho escolar do aluno (TASSONI, 2006).

Os pais devem demonstrar interesse em saber o que o filho está estudando, como são seus colegas de classe, de quais atividades ele gosta ou não, enfim, fazer com que o filho sinta-se à vontade para falar sobre a escola sempre que necessário (TASSONI, 2006).

Subcategoria "influência das trocas afetivas familiares no interesse pelas atividades escolares"

Essa última subcategoria investiga se as trocas afetivas influenciam no interesse pelas atividades escolares, a partir da percepção do menor, na qual surgiram três elementos de análise sendo elas: "Não soube responder", "Sim, influencia", "Acredita não influenciar".

O primeiro elemento de análise apresentado a partir do menor é que "Não soube responder":

"*Olha, não sei responder, mas meus pais sempre me apoiam em tudo e eu me sinto mais segura na verdade, mas não sei responder" (SIC C1).*

"Não sei (risos)" (SIC C4).

A afetividade desempenha um papel fundamental na constituição e funcionamento da inteligência, determinando os interesses e necessidades individuais (TASSONI, 2006).

É importante que os pais consigam a ideia de que a vida dos seres humanos está acima dos acertos e erros diários e transitórios. A vida é uma progressão, o indivíduo progressivo não é aquele que não erra, mas aquele que faz do erro um aprendizado, corrige-o e avança. É retrógrado quem se deixa paralisar pelo erro e passa a evitar novas situações para escapar de possíveis erros. Isso significa deixar a vida ser regida pelo erro. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para benefício do jovem (TIBA, 2006).

O segundo elemento de análise aponta que "Sim, influencia"*:*

“É, influencia um pouco, atrapalha as bagunças dentro da sala, influência as vezes, eu sou na verdade meio desligado, e tenho dificuldade, até que tenho laudo e um monitor dentro da sala de aula, mas está tudo bem” (SIC C4).

Na verdade, são as experiências vivenciadas com outras pessoas que irão marcar e conferir aos objetos um sentido afetivo, determinando, dessa forma, a qualidade do objeto internalizado. Nesse sentido, pode-se supor que, no processo de internalização, estão envolvidos não só os aspectos cognitivos, mas também os afetivos (TASSONI, 2006).

As experiências vividas em sala de aula ocorrem, inicialmente, entre os indivíduos envolvidos, no plano externo (interpessoal). Através da mediação, elas vão se internalizando (intrapessoal), ganham autonomia e passam a fazer parte da história individual. Essas experiências também são afetivas. Os indivíduos internalizam as experiências afetivas com relação a um objeto específico, e aos indivíduos que fazem parte da sua rotina, e alguns momentos acabam atrapalhando no desenvolvimento escolar (TASSONI, 2006).

O terceiro e último elemento de análise refere-se à afirmação do menor de que “Acredita não influenciar*”:*

“Eu acho que não, assim, desde o primário eu pego recuperação, mas sempre tento dar o melhor de mim como aluno e eu pretendo ir para o colégio militar, então quero exigir mais de mim, mesmo que meu pai não me apoie, só minha mãe” (SIC C3).

“Na maioria das vezes não, porque na minha opinião, escola é escola, e casa é casa, tem que saber diferenciar, se tiver problema na escola, tem que resolver na escola, e problemas de família é debaixo do teto da casa, resolvendo com eles” (SIC C5).

A afetividade no desenvolvimento humano, especialmente na educação, envolve o acreditar que a criança é capaz de se tornar uma pessoa mais autônoma nas resoluções de problemas em sua vida e ser socialmente participativa ao interagir com o meio. Nas situações cotidianas de conflito, a família e a escola podem intervir ampliando as possibilidades da criança de negociação com o outro. Uma convivência baseada no respeito, uma relação afetiva positiva entre professor, escola, aluno e família colabora no processo de desenvolvimento e aprendizagem (PINTO, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão de literatura realizada para a execução desse artigo, pode-se afirmar que as relações de pais e professores durante as atividades pedagógicas devem ser permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito e apreciação, e se tratando da relação entre pais e filhos, primordialmente deve ser representada por afetividade, valorização e aceitação de um e de outro, pois a criança demanda a presença da família, especialmente durante o processo de aprendizagem.

A afetividade marca a relação do aluno não somente com seus familiares, mas também impactam na aprendizagem, favorecendo a autonomia, fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões, ampliando conhecimentos dentro da escola e fora dela, sendo que a aprendizagem depende das experiências afetivas familiares, por isso, o processo de aprender não ocorre somente na escola.

Os resultados obtidos através desse estudo reforçam a importância da afetividade familiar no processo educacional da criança, sendo que dentre as falas evidenciaram-se relatos de presença de trocas afetivas – tanto positivas quanto negativas – nas relações familiares das crianças pesquisadas. Também houveram relatos de presença de incentivo familiar diante do desempenho escolar do menor; já em outros casos emergiram declarações de que a família reage com postura de punição ou descaso.

Entretanto, diante dos conteúdos surgidos no estudo, nem todas as crianças pesquisadas consideram que a reação afetiva da família influencia no interesse pelas atividades escolares; ainda que essa visão seja do ponto de vista do menor e que a literatura aponte dados contrários. Portanto, sugere-se novas pesquisas a respeito, com intuito de aprofundar nessa temática. Também sugere-se novas pesquisas com grupos amostrais diferenciados e ampliados, considerando que fracasso escolar, família, escola e aprendizagem referem-se a temáticas atuais e recorrentes, que impactam a vida de uma criança, o futuro da sociedade, além de ser um fator presente na vida de todo ser humano dotado de necessidades emocionais e afetivas.

REFERÊNCIAS

ARANTES, V. A. **Afetividade na escola alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Câmera Brasileira do Livro, 2003.

PINTO, F. E. M. As muitas faces da afetividade: um breve debate sobre o funcionamento psicológico do ser humano**. Barbarói**: Revista do Departamento de Ciências Humanas. Santa Cruz do Sul, n. 28, jan./jun. 2008. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/232/579>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEE, H. *et al*. **A criança em desenvolvimento.** São Paulo: Editora Harper & Row do Brasil, 1997.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRITO, B. O. S. **Família e afetividade:** a evolução legislativa da família e o vínculo afetivo nas relações familiares. 2016. Christus Faculdade do Piauí, Piauí, 2016. Disponível em <https://brunaohanasb.jusbrasil.com.br/artigos/381641216/familia-e-afetividade-a-evolucao-legislativa-da-familia-e-o-vinculo-afetivo-nas-relacoes-familiares>. Acesso em: 15 maio 2019.

CARDIN, V. S. G.; GORDERT, D. M. R. A importância do afeto nas relações familiares. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMAR (EPCC), 7. 2011, Maringá. **Anais [...]** Maringá: Centro Universitário de Maringá, 2011.

COLPO, J. A. **A influência na afetividade no fracasso escolar.** 2015. 49 f. TCC (Graduação em Pedagogia) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Uri Campus Erechim, Erechim, 2005.

FIALE, L. A. **Fracasso escolar:** família, escola e a contribuição da Psicopedagogia**.** 2015. 12 f. TCC (Graduação em Pedagogia) – Unifai, São Paulo, 2015.

MONDARDO, Anelise Hauschild; VALENTINA, Dóris Della. Psicoterapia infantil: ilustrando a importância do vínculo materno para o desenvolvimento da criança. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 621-630, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2019.

PAULA, V. M. S. R. Fracasso escolar: quem são os culpados? **Anais do Sciencult**, v. 1, n. 1, 2010.

PINTO, Debora. O vínculo do afeto. Revista Ensino Superior, São Paulo, 06 mar. 2015.

RODRIGUES, A. K. **A construção de vínculos e relações afetivas na família acolhedora.** 1985. Juiz de Fora: Secretaria de Desenvolvimento Social, 1985. Disponível em <Https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/familia_ acolhedora/artigos/arquivos/vinculos_160225.pdf> Acesso em: 19 maio 2019.

ROSSINI, M. A. S. **Pedagogia afetiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, T. R.; GONTIJO, C. S. A família e o desenvolvimento infantil sob a ótica da gestalt-terapia. **Revista IGT na Rede**, v. 13, n. 24, p. 15-36, 2016. Disponível em: <https://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=544>. Acesso: 29 dez. 2017.

SILVA, J. B. A família: Fator importante no processo de ensino e aprendizagem da criança. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, a. 04, 7. ed., v. 04, p. 114-133, jul. 2019.

SOUZA, J. M.; PEREIRA, M. G. O. **A importância da relação afetiva entre a escola e a família.** 2009. TCC (Graduação em Letras e Geografia) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Rio Grande do Sul, 2009.

TASSONI, E. C. M. **Afetividade e aprendizagem na relação professor e aluno.** 2006. TCC (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2006.

TIBA, I. **Disciplina limite na medida certa:** novos paradigmas. São Paulo: Integrare, 2006.

_____. **Educação familiar:** presente e futuro. São Paulo: Integrare, 2014.

_____. **Quem ama educa:** formando cidadãos éticos. 37. ed. São Paulo: Integrare, 2007.

_____. **Seja feliz meu filho.** São Paulo: Integrare, 2006.

WIINNICOTT, D. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Estudos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO SUICÍDIO DE PACIENTES PSICOTERÁPICOS NA DINÂMICA DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO

Flavia de Oliveira[21]
Kelly Andressa da Silveira Kaipers Antunes[22]

RESUMO

O suicídio pode ser definido como todo o caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato executado pela própria vítima. Ele está entre as 20 principais causas de morte no mundo para todas as idades, estima-se que 800 mil pessoas morram desta forma anualmente, sendo eles uma morte a cada 40 segundos (ONU, 2019). O presente estudo buscou investigar o impacto do suicídio de paciente psicoterápico na dinâmica do profissional Psicólogo. O artigo foi escrito a partir de uma pesquisa de natureza básica, do ponto de vista de seus objetivos referiu-se a uma pesquisa descritiva, quanto à abordagem do problema tratou-se de uma pesquisa qualitativa. A técnica para coleta de dados se deu através de entrevista, com roteiro semiestruturado. Participaram da pesquisa seis profissionais da área de Psicologia das cidades de Mafra/SC e Rio Negro/PR, que tiveram por experiência durante a prática profissional o suicídio de pacientes psicoterápicos. O procedimento de análise de dados se deu através de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin. Com os resultados obtidos pôde-se verificar que houve impacto do suicídio de paciente psicoterápico para o profissional psicólogo, apresentando-se através de questionamentos, sentimento de tristeza, valorização à orientação familiar, sentimento de incapacidade e limitação; seguida de alterações na dinâmica profissional, como maior envolvimento da família no processo terapêutico, reflexão sobre conduta profissional, maior atenção ao paciente suicida e cuidados com a medicação.

Palavras-Chave: Suicídio. Psicólogo. Paciente Psicoterápico.

ABSTRACT

Suicide may be defined as every case of death which results, directly or indirectly, in an act executed by the own victim. It is among the 20 main causes of death in the world for all ages. It is estimated that 800 thousand people die by this method annually, considering one death at every 40 seconds (ONU, 2019). The present study sought to investigate the impact the suicide from the psychotherapeutic patient has over the dynamic of the psychologist as a professional. The article was written starting with a research of basic nature, from the point of view of its objectives it was referred as a descriptive research, and as for the approach of the problem it was used a qualitative research. The technique of data collection was made through an interview, with a semi-structured script. Six professionals from the area of Psychology, from the cities of Mafra/SC and Rio Negro/PR took part in the research,

[21]Graduanda em Psicologia pela Universidade do Contestado (UnC). E-mail: flaah23@gmail.com
[22]Especialista em Saúde da Família pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do curso de Psicologia na Universidade do Contestado (UnC). E-mail: kellydasilveira@unc.br

all of them who had experience during their professional practice, the suicide of psychotherapeutic patients. The procedure of data analysis occurred through Content Analysis, by Laurence Bardin. With the gathered results, it was able to verify that there was an impact from the suicide of the psychotherapeutic patient for the professional, presenting through questioning, the feeling of sadness, the appreciation toward family guiding, the feeling of inability and limitation, followed by alterations in the professional dynamic, such as more involvement of the family in the therapeutic process, reflection about the professional conduct, more attention toward the suicidal patient and care about the medication.

Keywords: Suicide. Psychologist. Psychotherapeutic Patient.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Durkheim (2000), o suicídio é definido como todo o caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato executado pela própria vítima, no qual o sujeito obteve consciência de que produziria esse resultado.

O suicídio é um ato abrangente que engloba não somente aquele que opta por morrer, é um ato que contagia a família, amigos e sociedade, que além do sofrimento, buscam por compreender os motivos que levaram o suicida a tomada de decisão de retirar a própria vida (BTESHE, 2013).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (ONU, 2019), o suicídio está entre as 20 principais causas de morte no mundo para todas as idades, e todos os anos cerca de 1 milhão de pessoas morrem pelo suicídio. Estima-se que 800 mil pessoas morram desta forma anualmente, uma a cada 40 segundos, o que equivale a 1,4% dos óbitos totais.

Segundo Scarpato (2019) a psicoterapia é um método terapêutico, uma aplicação dos conhecimentos de diversas áreas da Psicologia. Um valioso recurso para lidar com as dificuldades da existência em todas as formas que o sofrimento humano pode assumir, como transtornos psicopatológicos, distúrbios psicossomáticos, traumas, crises existenciais, conflitos interpessoais, estados de sofrimento, dentre outros.

O terapeuta deve estar atento aos sinais sutis. É importante documentar todas as sessões, contatos telefônicos, sessões extras com o cliente, além de incluir no contrato terapêutico que o sigilo poderá ser quebrado em casos de risco de vida do cliente ou de outra pessoa, sempre lembrando que o terapeuta ligará para a

família somente nesses casos e com o consentimento do cliente (FUKUMITSU, 2014).

Lidar com pacientes que possuem ideação suicida na prática clínica mobiliza o psicólogo tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional. Segundo Bertolote, Mello-Santos e Botega (2010), no caso de atendimento a pacientes com ideação ou tentativa de suicídio, essa mobilização leva o profissional a entrar em contato com seus questionamentos, angústias e dúvidas.

Hass (1999) *apud* (FUKUMITSU, 2014, p. 270) em uma entrevista sobre a perda de um cliente suicida, afirmou: “perder um cliente devido ao suicídio era o meu grande medo e então se tornou uma realidade. A perda de um cliente traz um impacto devastador, em ambos os níveis: profissional e o pessoal”.

O presente artigo buscou investigar o impacto do suicídio de pacientes psicoterápicos na dinâmica do profissional Psicólogo, e justifica-se pelo número significativo de suicídios no mundo, além do assunto ainda ser considerado um tabu para muitos; portanto o presente estudo lança um olhar para o cenário do suicídio de uma perspectiva em que o profissional também é estudado, sendo que a construção de conteúdo poderá servir de base para novos estudos, e também como propulsor de novas pesquisas a respeito.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa que deu origem a este artigo foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Contestado campus Mafra, com o parecer consubstanciado nº 3.381.056.

O presente artigo foi escrito a partir de uma pesquisa de natureza básica, do ponto de vista de seus objetivos referiu-se a uma pesquisa descritiva, e do ponto de vista dos procedimentos técnicos tratou-se de uma pesquisa de levantamento. Quanto à abordagem do problema referiu-se a uma pesquisa qualitativa.

A técnica para coleta de dados se deu através de entrevista, por meio de um roteiro semiestruturado, elaborado pela acadêmica e professora orientadora. Participaram da pesquisa seis profissionais da área de Psicologia das cidades de Mafra/SC e Rio Negro/PR, que tiveram por experiência durante a prática profissional o suicídio de pacientes psicoterápicos. Os critérios de inclusão para a pesquisa constituíram-se dos seguintes itens: ter mais de 18 anos, ser profissional Psicólogo

das cidades de Mafra/SC e Rio Negro/PR, estar atuando (ou já ter atuado) como Psicoterapeuta, ter vivenciado na prática profissional o suicídio de pacientes psicoterápicos, concordar em participar da pesquisa e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O procedimento de análise se deu através de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, que se refere a um conjunto de técnicas que analisam o conteúdo comunicativo através de descrição e de levantamento de indicadores do conteúdo (BARDIN, 2011).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atendendo aos objetivos da pesquisa e a partir da análise dos dados coletados surgiu a categoria temática: “estudo sobre o impacto do suicídio de pacientes psicoterápicos na dinâmica do profissional psicólogo”, constituindo-se de duas subcategorias analisadas, sendo elas: “impacto na dinâmica profissional” e “alterações na dinâmica profissional”. A apresentação de subcategorias e elementos de análise pode ser melhor visualizado no quadro a seguir (Quadro 1). As contribuições dos participantes da pesquisa poderão aparecer neste capítulo através da sigla P (Profissional), seguido dos números um a seis, condizente com o número de participação no estudo.

Quadro 1 – Analise Categorial Temática

SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
1.**Impacto** na dinâmica profissional	1. Questionamentos 2. Sentimento de tristeza 3. Valorização à orientação familiar 4. Sentimento de incapacidade 5. Limitação
2.**Alterações** na dinâmica profissional	1. Maior envolvimento da família no processo terapêutico 2. Reflexão sobre conduta profissional 3. Maior atenção ao paciente suicida 4. Cuidados com a medicação 5. Não houve alteração

Fonte: Dados do estudo (2019).

Impacto na dinâmica profissional

Esta subcategoria aborda sobre o possível impacto na dinâmica profissional do psicólogo após suicídio de paciente psicoterápico, na qual surgiram cinco

elementos de análise, sendo eles: “questionamentos”, “sentimento de tristeza”, “valorização à orientação familiar”, “sentimento de incapacidade” e “limitação”.

O primeiro elemento de análise apresentado como impacto na dinâmica profissional refere-se aos “questionamentos” que emergem após a perda do paciente psicoterápico decorrente de suicídio.

“Eu fiquei me questionando sobre o que poderia ter feito” (sic P1).

Conforme aponta Cruz (2014), o tema suicídio remete a uma reflexão acerca do sentido da vida. Inúmeros questionamentos surgem com esta temática, e, como a autora afirma, o modo como é entendido e pensado o suicídio irá definir os limites e possibilidades de intervenções. Ao partir do princípio que o sujeito não quer se matar, mas sim, acabar com seu sofrimento, é possível realizar ações em favor da vida, ou seja, se este estiver imerso num projeto de morte, deve-se apostar em ações que potencializem a vida.

Segundo Botega (2015), os sentimentos de tristeza e de vazio são difíceis de suportar. Costumam vir acompanhados de uma sensação de abandono e de desamparo que o falecido impôs aos que aqui ficaram. “Será que ele não pensou em mim, em nossos filhos [...]?” e “O senhor não acha que houve muito egoísmo da parte dele [...]?” são questionamentos comuns, entre tantos outros, que procuram dar um significado ao suicídio.

Ainda segundo Botega (2015) todos carregamos para casa algumas das pessoas que atendemos, como acontece com os médicos no fim de seu plantão. Suportando, solitariamente, o ônus emocional de se sentir o único responsável pelo que vier a acontecer. Ao mesmo tempo, lembra que novos pacientes chegarão no dia seguinte, talvez novas situações de risco de suicídio, e se pergunta: “O que deveria ser feito para garantir a segurança desses pacientes, para a gente poder dormir em paz depois?”

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013), o profissional psicólogo deve pensar na experiência com o paciente como sendo a experiência de um sobrevivente, como alguém que pode perder ou perdeu alguém para o suicídio, alguém que vai viver uma carga emocional e vai ter de fazer o mesmo trabalho de elaboração interna para dar sentido a esse ato que questiona o próprio sentido e valor da vida. Precisa-se dessa consciência para poder estar diante de e em relação

com uma pessoa que considera a morte como alternativa. Faz necessário também compreender essa experiência para dar apoio emocional às famílias que convivem com o risco e às famílias enlutadas, que já perderam alguém por suicídio.

O segundo elemento de análise apresentado como impacto na dinâmica profissional refere-se ao “sentimento de tristeza” que fica após a perda do paciente psicoterápico decorrente de suicídio.

“[...] sentimento de tristeza, como se não tivesse conseguido dar conta” (sic P2).

Segundo Botega (2015) os profissionais da saúde não diferem de outras pessoas na maneira de responder a um suicídio: choque, tristeza, raiva e ansiedade de separação são os estados afetivos predominantes. Para muitos, a dolorosa experiência de perder um paciente por suicídio ocorre logo nos primeiros anos da especialização. Alguns demoram a recuperar um sentimento de capacidade profissional; outros evitam assumir novos pacientes com risco de suicídio.

Fukumitsu (2014) diz que uma relação terapêutica que prima pelo cuidado e não pela cura pode ser facilitadora para que o cliente ressignifique seu desespero existencial e descubra perspectivas de manejo de seus conflitos. Contudo, nem sempre tais aspectos são suficientes a ponto de assegurar que a pessoa pare de acreditar que sua morte seja mais atraente que a vida.

Segundo a OMS (2000) apesar de gerar enormes consequências, grande parte da população sabe pouco a respeito de como lidar com alguém apresentando uma ideação suicida, e até mesmo como reconhecer esse tipo de comportamento. O resultado é uma enorme dificuldade em agir com pessoas em risco, inclusive por parte de muitos profissionais da área de saúde, que por não haverem recebido instruções de como manejar essa situação, acabam por acreditar em mitos, tais como acreditar que pacientes que falam em suicídio raramente o cometem, e que perguntar sobre o suicídio pode provocar atos suicidas.

No terceiro elemento de análise "valorização à orientação familiar" pode-se observar como primordial prestar assistência aos familiares do indivíduo suicida, segundo apontamento dos profissionais entrevistados.

"Foi orientado a família para que não os deixassem sozinhos, entretecem eles, mas ambos acabaram cometendo o suicídio" (sic P2).

Botega (2015) diz que é preciso conversar claramente – com objetividade, sem eufemismos ou rodeios – com o paciente e seus familiares sobre um risco muito consistente de suicídio e quais as medidas a serem tomadas. Ao mesmo tempo que é preciso desenvolver um ambiente de compreensão e apoio, deve-se estar pronto para a ação caso as condições do paciente – e dos familiares – se deteriore.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013) os desafios que o psicólogo enfrenta com os familiares do paciente e com a equipe de saúde que o assiste, são igualmente importantes. Em ambos os casos, o tabu em torno do suicídio gera o maior dos desafios: o preconceito. E este preconceito gerado pela falta de informação sobre o fenômeno do suicídio pode ser observado tanto na equipe quanto na família. Desta forma, o psicólogo necessita informá-los, instrumentalizá-los para impedir que façam julgamentos prévios baseados em valores absolutamente equivocados e que irão provocar a condenação do paciente.

O impacto de uma tentativa de suicídio ou de um suicídio não se limita à pessoa em processo de sofrimento. Esse impacto se estende às pessoas na família e nas relações sociais e de trabalho. Um entendimento desse impacto na sociedade e na cultura está associado ao entendimento da experiência de conviver com o risco ou de perder alguém por meio de um suicídio. Conviver com o risco significa saber ou intuir que alguém que se ama ou com quem se convive pode se matar. Perder alguém para o suicídio significa saber que a pessoa tirou a própria vida e, em decorrência, sentir-se submetido à necessidade de dar sentido a esse ato, de ter de justificar e sustentar o valor de nossas próprias vidas, especialmente em momentos mais difíceis. Chama-se quem vive esse processo de sobrevivente. O impacto de ser sobrevivente é tão significativo que ter se relacionado com alguém que se matou é um dos principais indicadores de risco futuro de suicídio. Ou seja, colegas, amigos e familiares de pessoas que se mataram estão em maior risco do que a maioria das pessoas (CFP, 2013).

No quarto elemento de análise "sentimento de incapacidade" observamos as emoções que prevalecem no terapeuta logo após o suicídio do seu paciente.

“Não chega a ser uma culpa, mas sim uma sensação de incapacidade sobre o que poderia ter sido feito, e não foi” (sic P1).

Botega (2015), diz que a recuperação psicológica do profissional que perdeu um paciente por suicídio envolve a gradual elaboração de sentimentos ambivalentes, de lembranças, de diálogos e de ocorrências ao longo do tratamento. De alguma forma, o vínculo que existia com o paciente precisa ser desfeito, ou mesmo transformado, ao longo de um processo de luto. Isso requer tempo, e o processo pode ser orientado por psicoterapia, discussões clínicas, conversas com colegas e supervisão.

Bertolote; Mello-Santos e Botega (2010) alegam que não há como prever quem cometerá ou não suicídio, mas é possível avaliar o risco individual que cada paciente apresenta, baseado nos fatores de risco e de proteção investigados na entrevista clínica. Uma boa entrevista permanece o melhor meio de se avaliar o risco de comportamentos suicidas. Numa situação clínica, sempre há oportunidade para explorar esses riscos, embora muitíssimas vezes essa oportunidade seja perdida, com a consequente perda de inúmeras vidas. Por isso, o profissional deve estar preparado e bem treinado para a abordagem destes pacientes.

O Conselho Federal de Psicologia (2013) cita que alguns estudos relacionam o suicídio a transtornos mentais. Entre eles, a maior incidência de suicídio é nos casos de depressão, esquizofrenia e alcoolismo. A depressão, por sua vez, figura como o mais prevalente entre esses transtornos. Outros estudos mostram que apenas 15% a 20% das pessoas com depressão se suicidam. O que leva a duas conclusões: nem todo deprimido se suicida e nem todas as pessoas que cometeram o suicídio vivenciavam a depressão. Deste modo, parece mais prudente considerar a depressão como um fator de risco, não como causa do suicídio.

No quinto e último elemento de análise da subcategoria “impacto na dinâmica profissional, surge a “limitação”:

“[...] você pensa que também é limitado e somente estando junto com a pessoa o tempo todo para dar conta disso” (sic P2).

Botega (2015) declara que mesmo com todo o cuidado, alguns pacientes se suicidam enquanto estão sob cuidados. Tal fato causa um impacto muito grande nos familiares e na equipe assistencial, com sentimentos de culpa, raiva e ansiedade.

Fukumitsu (2014) profere que a morte é soberana, é a situação limite de todos os seres humanos que vivem. Sendo assim, há que se indagar: existe a possibilidade de se ter o controle sobre a morte do outro? A resposta é negativa, pois também se acredita não ser possível ter o controle sobre a vida do outro. O trabalho do psicoterapeuta, portanto, não deve ser o de evitar a morte, mas, de fato, o de promover a ampliação de situações nas quais o cliente possa se sentir vivo.

O Conselho Federal de Psicologia (2013) pontua que as pessoas que se suicidam passaram por um processo longo e complexo de ideação suicida, planejamento e tentativa. Muitas fazem múltiplas tentativas. Então, aquilo que emerge como uma tentativa de suicídio é na verdade um indicador, em outras palavras, um sintoma de um processo de sofrimento muito maior, como que um último grito de socorro. É uma consequência de uma história de vida com eventos adversos, vulnerabilidades e dificuldades, com um desfecho trágico.

Alterações na dinâmica profissional

Esta subcategoria aborda sobre possíveis alterações na dinâmica profissional do psicólogo após suicídio de paciente psicoterápico, na qual surgiram cinco elementos de análise, sendo eles: “maior envolvimento da família no processo terapêutico”, “reflexão sobre conduta profissional”, “maior atenção ao paciente suicida”, “cuidados com a medicação” e “não houve alteração”.

O primeiro elemento de análise apresentado como alteração na dinâmica profissional refere-se a “maior envolvimento da família no processo terapêutico” como postura adotada após o suicídio do paciente psicoterápico.

“Passei a reforçar a importância dos familiares nesses quadros, do cuidado com o paciente” (sic P5).

Botega (2015) diz que o familiar precisa permanecer atento e próximo do paciente suicida, fazendo o que for possível, sempre que possível. Coisas simples, como uma curta conversa ou um silêncio companheiro, um chá ou um suco, um programa de lazer, enfim, qualquer ação que demonstre compreensão e apoio.

O Conselho Federal de Psicologia (2013) cita que o impacto de ser sobrevivente tem sido mais extensamente tratado no contexto das famílias enlutadas por ter perdido alguém pelo suicídio. Estudar os processos de ser sobrevivente nos ajuda a compreender também o processo de sofrimento antecipatório de uma família que acompanha uma pessoa em sofrimento grave com ameaça de suicídio. Existem também famílias que são surpreendidas por não terem percebido, compreendido ou valorizado em tempo a natureza do risco. Para estas, compreender como não haviam percebido, compreendido ou valorizado o risco em tempo pode ser um processo doloroso, mas extremamente necessário, de se identificar e elaborar sentimentos de raiva e culpa. Quando alguém da família tinha o conhecimento do risco, sentimentos de impotência e fracasso nos cuidados com o ente querido se agregam ao processo.

Conte (2017) cita que as ações de prevenção compreendem o atendimento à pessoa em situação de crise, a identificação e o acompanhamento das situações de risco, incluindo-se a ideação e as tentativas e a inclusão e a responsabilização de familiares. O familiar é orientado a lidar com situações de risco. Recomenda-se a ele que não deixe a pessoa sozinha num período inicial de tratamento, que acompanhe o uso da medicação e que restrinja o acesso a armas e a materiais tóxicos.

O segundo elemento de análise apresentado como alteração na dinâmica profissional refere-se a “reflexão sobre conduta profissional” após o suicídio do paciente.

“Procurei fazer uma reflexão do que estava errando e mudar as técnicas” (sic P3).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013) a clínica do suicídio é uma clínica do limite, da urgência, da dor psíquica extrema. Suas especificidades devem levar o psicólogo a uma reflexão não apenas sobre sua prática, mas também sobre a técnica e a ética que orientam seu exercício profissional. Diante de sujeitos decididos a morrer por meio de um ato radical como o suicídio, independentemente da abordagem adotada, o psicólogo deve estar advertido de que neste ato a dimensão do sofrimento está sempre presente, mesmo em casos em que não esteja configurado um transtorno mental.

Ainda segundo Conselho Federal de Psicologia (2013) propõe-se que psicólogo deve, então, conscientizar-se de que precisa ler mais, informar-se sobre o fenômeno, sabendo que há diversos fatores de risco para o suicídio, como um transtorno psiquiátrico, brigas na família e a perda de um emprego, por exemplo. Há sempre uma vulnerabilidade psíquica que precisa ser compreendida.

Botega (2015) declara que o clínico em formação deve abandonar a autoexigência de curar, ou mesmo salvar a vida de todo paciente. As enfermidades que levam ao suicídio são como doenças malignas, alguns pacientes inevitavelmente irão sucumbir. A autoexigência de curar e de resgatar deve ser substituída pela determinação de colocar à disposição do paciente o melhor que podemos obter da ciência e da arte de clinicar.

O terceiro elemento de análise apresentado como alteração na dinâmica profissional refere-se a “maior atenção ao paciente suicida”.

“A atenção foi um dos principais pontos de mudança, nunca mais houve dúvidas que os pacientes não fossem capazes de cometer suicídio” (sic P4).

Botega (2015) alega imprescindível que além da disponibilidade interna – de acolher o paciente, de ouvi-lo com atenção e de com ele iniciar um trabalho em conjunto, deve também haver horários reservados na agenda, de modo que possam ser abertos para os casos de crise.

Bertolote; Mello-Santos e Botega (2010) citam que é importante se atentar para o conteúdo latente do que se ouve, aos sentimentos indiscriminados e conflituosos, às falsas crenças, aos pensamentos automáticos que impedem visão mais ampla e sobre como se dão os relacionamentos mais importantes.

O Conselho Federal de Psicologia (2013) diz que na clínica com pacientes suicidas é importantíssimo, também, que o terapeuta disponibilize o número do seu telefone celular para que o paciente possa contatá-lo em momentos de desespero e urgência psíquica, mesmo que isso ocorra fora do horário comercial.

O quarto elemento de análise apresentado como alteração na dinâmica profissional refere-se a “cuidados com a medicação”, apontando a necessidade de se ter cuidado e atenção redobrada em relação ao tratamento medicamentoso do paciente suicida.

“Com esse acontecimento, reforcei a importância dos familiares nesses quadros, do cuidado com a medicação e o cuidado com o paciente” (sic P5).

Botega (2015) cita que na prática clínica, infelizmente, dois erros têm sido frequentes: mudar medicamentos precocemente e mantê-los por longos períodos em dose subterapêutica. A falha no tratamento decorre, assim, de uma prescrição inadequada feita pelo médico. Às vezes, é a angústia do paciente ou de seus familiares que leva a interrupção precoce de um medicamento; outras vezes, é a do médico. Agindo dessa forma, impede-se que o medicamento chegue à dose adequada e permaneça pelo tempo mínimo necessário.

Ainda segundo Botega (2015), em curto prazo psicofármacos devem ser usados, tendo-se em mente dois objetivos: reduzir a ativação do paciente durante o dia e ajudá-lo a dormir a noite. A ansiedade e a inquietude motora, e também a impulsividade e a insônia, aumentam a sensação de desespero e, por extensão, o risco de suicídio. Sabe-se que o ideal é manter os medicamentos instituídos por um tempo mínimo e evitar manobras bruscas na condução do caso; isso só se consegue quando se conversa abertamente com pacientes e familiares. Reafirmar a disponibilidade profissional, fazer com que a medicação seja mantida por um determinado tempo antes de fazer mudanças repentinas e emitir uma palavra final sobre a expectativa em relação ao tratamento costumam renovar a esperança de pacientes e familiares.

O quinto e último elemento de análise da subcategoria “alteração na dinâmica profissional” refere-se à afirmação de que “não houve alteração”.

> *Não, porque que nem eu te disse, ele foi meu cliente, penso que teve uma ligação com o tratamento dele, eu até acho que sim [...] por que ele foi pra se internar a partir da terapia familiar, então dá pra ver uma sequência lógica entre o suicídio, a terapia, o internamento. Mas, eu não alterei a dinâmica, não* (sic P6).

Fukumitsu (2014) salienta que o psicoterapeuta não deve assumir a onipotência, tampouco não deve se convalescer na impotência. Não se vive pelo outro aquilo que o outro deverá viver e, por esse motivo, o psicoterapeuta deve assumir somente sua potência, isto é, lembrar que cada um deve assumir as próprias responsabilidades existenciais e – repetindo – a função de psicoterapeuta

não é salvar vidas, mas incentivar a sensação do cliente de estar vivo. É preciso favorecer a ampliação de outras maneiras para enfrentar o sofrimento.

Ainda segundo Fukumitsu (2014), lidar com o fenômeno do suicídio implica aprender a lidar, entre tantos outros aspectos, com a dialética vida e morte; com o desespero humano, influenciado pela anedonia, com as imprevisibilidades da vida, com indivíduos que morreram existencialmente, que não exprimem o prazer de estarem vivos e se perderam pela falta de esperança e fé na vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer as considerações finais sobre esta pesquisa, torna-se evidente a necessidade de compreensão maior sobre o assunto abordado, por se tratar de uma temática bastante presente e emergente no cenário atual, especialmente se tratando do olhar lançado para o profissional psicólogo diante da perda de paciente suicida e o impacto disso na dinâmica do profissional. Apesar de o suicídio estar entre as maiores causas de morte, e de diversos psicólogos já terem passado pela experiência de perder um paciente desta forma, cientificamente ainda há muito que se abordar sobre as consequências emocionais e profissionais que surgem.

Diante da possibilidade de execução dessa pesquisa, a coleta de informações viabilizou identificar que a perda de um paciente por suicídio é vivenciada de formas e níveis diferentes por cada sujeito, ficando claro que para os profissionais isso se apresenta através de sentimento de tristeza, incapacidade e surgimento de questionamentos após a morte do paciente. Dos relatos presentes, evidenciamos que os profissionais buscaram estudar mais profundamente o assunto, fazer uma reflexão sobre a prática profissional em relação à ideação suicida e até mesmo alterar e/ou adaptar suas técnicas de atendimento, especialmente no que diz respeito a maior atenção ao paciente, seus possíveis sinais e o contato com a família do sujeito.

Considera-se a partir da amostra pesquisada que há sim impacto na dinâmica profissional Psicólogo, seguida de alterações na dinâmica de trabalho, decorrente de perda de paciente por suicídio, levando a uma revisão das técnicas usadas com pacientes que apresentam ideação suicida. Com base na literatura revisada, as sugestões científicas destinadas ao profissional psicólogo – ao se deparar com um sujeito que tenha ideação suicida – envolvem manter um horário vago na agenda

para que se possa atender o indivíduo em crise, conversar de forma clara com a família, incitando-os a também ficarem atentos aos comportamentos do paciente e compreender que o tratamento nesse caso está suscetível ao não sucesso – no que diz respeito a evitação do suicídio, portanto o tratamento deve voltar-se a promoção da vida, ainda que a morte possa ocorrer.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTOLOTE, J. M.; MELLO-SANTOS, C.; BOTEGA, N. J. Detecção do risco de suicídio nos serviços de emergência psiquiátrica. **Rev. Bras. Psiquiatr.** São Paulo, v. 32, supl. 2, p. S87-S95, Oct. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462010000600005&lng=en&nrm=iso>.

BOTEGA, N. J. **Crise suicida.** Porto Alegre: Artmed, 2015.

BTESHE, M. **Experiência, narrativa e práticas infocomunicacionais:** sobre o cuidado no comportamento suicida. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para a psicologia.** 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>.

CONTE, M. *et al*. **Programa de prevenção ao suicídio:** estudo de caso em um município do sul do Brasil. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n8/13.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

CRUZ, C. W. **As múltiplas mortes de si:** suicídios de idosos no sul do Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3936/CRUZClaudiaWeyne.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 out. 2019.

DURKHEIM, E. **O suicídio:** Estudo de sociologia. 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3952040/mod_resource/content/1/2000_Durkheim_O%20Suicidio%20-%20livro%20inteiro.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FUKUMITSU, K. O. **O psicoterapeuta diante do comportamento suicida.** 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n3/0103-6564-pusp-25-03-0270.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Prevenção do suicídio:** um manual para médicos clínicos gerais. 2000. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_gp_port.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU). **Suicídio ocorre a cada 40 segundos no mundo**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/um-suicidio-ocorre-a-cada-40-segundos-no-mundo-diz-oms/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

SCARPATO, A. **Uma introdução à psicoterapia.** Disponível em: <http://psicoterapia.psc.br/mais/psicoterapia/introducao-psicoterapia/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IMPACTOS BIOPSICOSSOCIAIS DAS INUNDAÇÕES NA CIDADE DE RIO NEGRINHO (SC)

Fernanda Cristina Neidert Batista[23]
Jairo Marchesan[24]
Danielle de Ouro Mamed[25]

RESUMO

Os desastres ambientais, também denominados de naturais e de comum ocorrência, são causados por fenômenos da natureza e seus ciclos. Têm-se que estes ocorridos aumentaram significativamente pelo mundo nas últimas três décadas. Considerando então o crescimento destes, houve também o crescimento dos seus impactos sobre a sociedade humana e as repercussões com prejuízos biológicos, psicológicos e sociais. Assim, o objetivo geral deste artigo foi o de identificar o modo como as pessoas afetadas pelas inundações na cidade de Rio Negrinho (SC) compreendem a ocorrência deste fenômeno, tendo como objetivos específicos conhecer o histórico da relação entre as pessoas e as inundações; verificar os motivos que levaram as pessoas a residirem em áreas de risco de inundações; c) identificar as perdas (materiais, emocionais) das pessoas durante as inundações. A pesquisa foi realizada de forma exploratória e com abordagem qualitativa, através dos dados coletados, utilizando- se como instrumento visita aos locais atingidos, registros fotográficos, bem como posteriormente uma entrevista semiestruturada com as pessoas selecionadas de acordo com os critérios de inclusão. Posteriormente os dados foram reunidos e analisados de acordo com a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). Destaca-se como resultado observado que as pessoas relatam que aprenderam a conviver com as inundações, mesmo diante das perdas econômicas e emocionais, pois consideram que os locais continuam sendo o seu lar, a residência que conseguiram adquirir com esforços no decorrer da sua história, possuindo, portanto, inegável influência emocional na decisão de permanecer nas áreas inundadas.

Palavras-Chave: Desastres Ambientais. Psicologia. Inundações. Impactos biopsicossociais.

[23]Mestranda do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado. Campus Canoinhas. E-mail: fernanda.batista@unc.br
[24] Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado. Campus Canoinhas. E-mail: jairo@unc.br
[25]Doutora em Direito Econômico e Socioambiental com pós-doutoramento em Desenvolvimento Regional. Mestre em Direito Ambiental. Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

Environmental disasters, also called natural and commonly occurring, are caused by natural phenomena and their cycles. These occurrences have increased significantly worldwide in the last three decades. Considering then their growth, there was also the increase of their impacts on human society and the repercussions with biological, psychological and social damages. Thus, the general objective of this article was to identify how people affected by flooding in the city of Rio Negrinho (SC) understand the occurrence of this phenomenon, having as specific objectives to know the history of the relationship between people and floods; verify the reasons that led people to live in flood risk areas; c) identify the losses (material, emotional) of people during floods. The research was conducted in an exploratory and qualitative approach, through the collected data, using as a tool visit to the affected places, photographic records, as well as a semi-structured interview with the selected people according to the inclusion criteria. Subsequently, data were collected and analyzed according to content analysis by Laurence Bardin (2011). It stands out as a result observed that people report that they learned to live with the floods, even in the face of economic and emotional losses, because they consider that the places remain their home, the residence that they managed to acquire with efforts throughout their history, thus having undeniable emotional influence on the decision to stay in flooded areas.

Keywords: Environmental Disasters. Psychology. Floods. Biopsychosocial impacts.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da sociedade humana a relação com o ambiente foi, de maneira geral, calcada no extrativismo de bens naturais, na transformação do espaço, e consequentemente, na geração de problemas ambientais. Para Tominaga *et al;* (2009), o acelerado processo de urbanização em certos casos ocorreu em áreas impróprias para a ocupação humana, aumentando as situações de perigo, e consequentemente, a ocorrência de desastres ambientais.

Os desastres ambientais, também denominados de naturais e de comum ocorrência, são causados por fenômenos da natureza e seus ciclos. No entanto, tais fenômenos podem ter suas consequências intensificadas devido à ação humana sobre o espaço. Quando os desastres naturais têm causas influenciadas tanto pela natureza quanto pela ação humana, as consequências, de maneira geral, são maiores e de difícil restituição. Castro (2008) salienta que quando um evento não gera danos ou afeta um espaço ocupado pelos homens é denominado de evento natural.

A ocorrência destes fenômenos pode gerar perturbações à sociedade humana, pois envolvem desde perdas materiais, econômicas e até afetar as condições de saúde física e psicológica. Os desastres naturais aumentaram significativamente em

grandes proporções pelo mundo nas últimas três décadas, principalmente. Sobre esta questão cita ainda que: “Os mesmos ocasionam diversos impactos, seja sob o aspecto dos danos físicos sofridos, aspecto social, ou ainda, pelos danos psicológicos diante das perdas vivenciadas” (ALVES, 2014, p. 5).

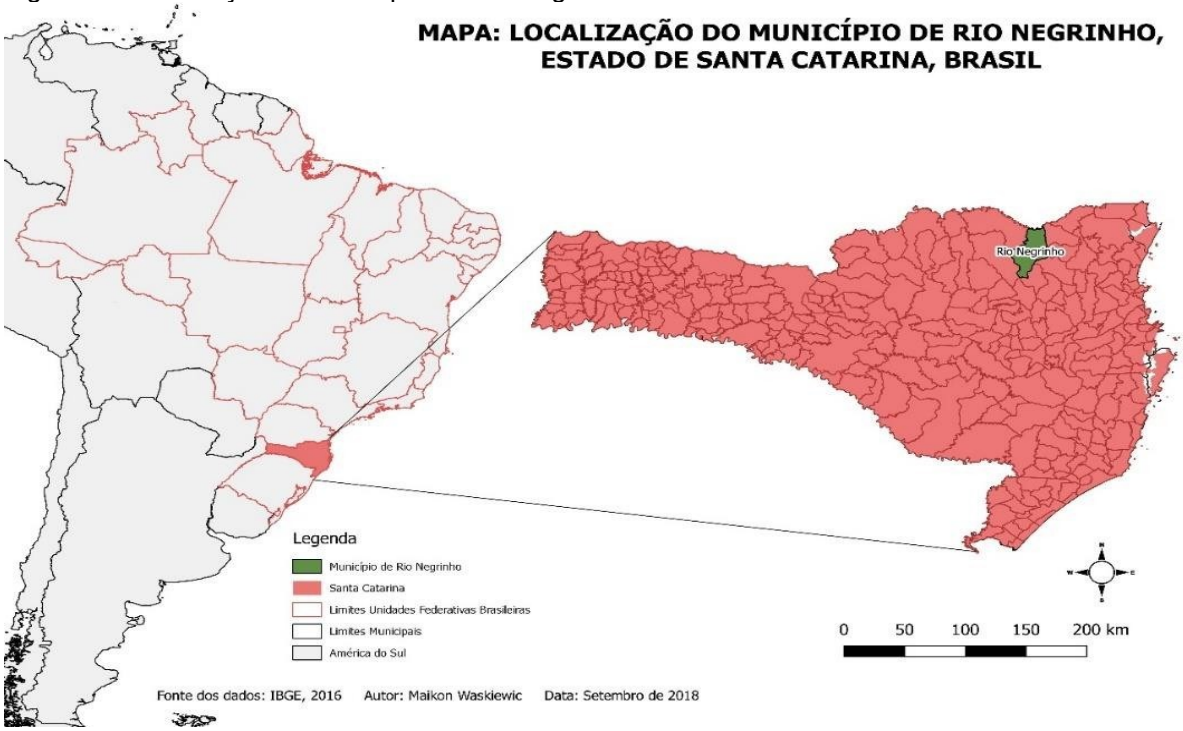
Considerando o crescimento dos desastres ambientais, bem como dos seus impactos sobre a sociedade e as repercussões com prejuízos biológicos, psicológicos e sociais das pessoas, como por exemplo, o aumento no número de mortos e feridos, altos índices de doenças e desabrigados, impactos ao meio ambiente, além de onerosas perdas econômicas, justifica-se a elaboração do problema que norteou esta pesquisa.

Alguns municípios da região Norte do Brasil, apresentam a ocorrência de longos períodos de chuvas, seguidos de inundações, sendo que os indivíduos residentes naquelas áreas adaptaram suas residências, transporte e demais condições de sobrevivência, em consideração a este fenômeno. Porém, no Estado de Santa Catarina, as situações de chuvas abundantes ou intensas, e posteriormente inundações, não são comuns. Tal fenômeno aumentou consideravelmente no decorrer das últimas três décadas, principalmente, levando alguns dos indivíduos afetados a se adaptarem as ocorrências. Alves (2014) menciona que, no Estado de Santa Catarina, a maioria das pessoas ainda apresenta resistência em adaptar suas moradias, ou mudar de casas, ou ainda realizar a desocupação das áreas irregulares e impróprias onde residem.

Diante da importância do desenvolvimento socioeconômico para a sociedade, torna-se relevante compreender como as pessoas conhecem, concebem e interpretam as situações as quais vivenciam cotidianamente, ou eventualmente. Pinheiro, Gunther, Guzzo e Pinheiro (2014), frisam que emerge a necessidade de uma contribuição da área da psicologia, com o intuito de oferecer aporte para a compreensão das questões ambientais e impactos biopsicossociais decorrentes. Para que o aporte psicológico seja oferecido antes, durante e após os desastres, torna-se necessário o entendimento das relações da sociedade humana com o ambiente.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa que originou este artigo foi o de identificar o modo como as pessoas afetadas pelas inundações na cidade de Rio Negrinho (SC) – (Figura 1) compreendem a ocorrência deste fenômeno.

Figura 1 - Localização do Município de Rio Negrinho.



Fonte: Wasckiewick (2018).

Dentre os objetivos específicos destacam-se: a) conhecer o histórico da relação entre as pessoas e as inundações; b) verificar os motivos que levaram as pessoas a residirem em áreas de risco de inundações; c) identificar as perdas (materiais, emocionais) das pessoas durante as inundações; d) averiguar as possíveis implicações sobre o desenvolvimento regional do referido município.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados obtidos através da pesquisa tiveram como objetivo utilizar as informações para compreender os impactos das inundações na saúde física e psicológica das pessoas afetadas. A pesquisa foi descrita como exploratória, pois buscou contato com as pessoas afetadas pelas inundações, além de verificação *in loco* das áreas atingidas. Utiliza-se abordagem qualitativa, pois seu objetivo geral não foi o de coletar dados numéricos acerca do problema, mas, sim, aprofundar o conhecimento sobre o tema, buscando compreensões mais amplas do objeto de estudo.

O universo da pesquisa foram pessoas da cidade de Rio Negrinho (SC), que tiveram suas residências afetadas pelas inundações nos anos de 1983, 1992 e

2014. O extrato utilizado para a coleta de dados inicialmente proposto foi de 40 pessoas[26] (atingidas pelas inundações). Porém, no decorrer da coleta de dados foram encontrados diversos motivos que impediram a coleta com o número estipulado. Entre os fatores que dificultaram encontram-se: dificuldade em encontrar as pessoas em casa nos horários em que foi possível a realização da coleta de dados, resistência das pessoas que foram abordadas em participarem do estudo e pouco tempo de coleta de dados (03 meses). Desta forma, a pesquisa foi encerrada com o total de 22 pessoas, sendo todas maiores de 18 anos e que aceitaram participar de forma voluntária do estudo. O critério de exclusão utilizado foi o de que os indivíduos entrevistados em anos diferentes não residissem na mesma moradia, a fim de melhorar a qualidade da amostra quanto às percepções dos indivíduos.

Para a coleta de dados foram utilizadas quatro formas de estudar o mesmo objeto trazido como problema de pesquisa, neste caso, as inundações. A primeira técnica utilizada foi uma análise do mapa do município de Rio Negrinho de forma conjunta com os profissionais que fazem parte da Defesa Civil, identificando as áreas de ocorrência das enchentes de 1983, 1992 e 2014. Posteriormente foi realizada uma caminhada pelos principais locais atingidos pelas inundações de 1983, 1992 e 2014, durante o momento de reconhecimento dos locais foi estabelecido contato prévio com poucos moradores que estavam nos locais visitados e que teriam interesse em participar de forma voluntária da pesquisa. Assim foi efetuado um contato para posterior coleta de dados.

Após qualificação do projeto de pesquisa que norteou o trabalho, este foi encaminhado para avaliação Ética, de acordo com as determinações das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde n°466 de 2012. O projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil e encaminhado ao Comitê de ética em Pesquisa da Universidade do Contestado (UnC) para avaliação. A coleta de dados teve início após a aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética sob o Parecer Consubstanciado n° 3.206.606.

A técnica aplicada aos participantes foi um questionário sócio demográfico para caracterização da amostra selecionada e, posteriormente, uma entrevista semiestruturada, composta por um roteiro de perguntas prévias, que foram

[26] Este número foi considerado como sendo um extrato relevante de amostra a ser entrevistada para obter os dados que o estudo propôs coletar

complementadas ao longo do processo de entrevista, conforme os assuntos e temáticas foram surgindo nas entrevistas.

Os dados obtidos através das análises dos materiais disponibilizados pela Defesa Civil do município de Rio Negrinho (SC), bem como da observação dos principais locais atingidos pelas inundações, em conjunto com os dados sócio demográficos e da entrevista semiestruturada foram organizados separadamente.

As análises foram realizadas de forma separada, onde os dados sócio demográficos tiveram sua categorização de forma quantitativa, utilizando tabelas do programa Microsoft Excel. Os dados obtidos através da entrevista semiestruturada foram transcritos no programa Microsoft Word e avaliados de acordo a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para apresentar os dados de forma coerente, faz-se importante retomar de forma breve algumas características peculiares das inundações no local onde o estudo foi desenvolvido, sendo a cidade de Rio Negrinho. De acordo com Kobyama *et al*; (2010, p. 21) inicialmente a sociedade precisa compreender que:

> As inundações são fenômenos naturais de transbordamento das águas de um rio, ocupando as planícies de inundação. Elas são essenciais para a bacia hidrográfica, atuando como agentes modificadores da paisagem e fertilizando as planícies. No entanto, muitas vezes as águas da inundação atingem a sociedade e causam danos à mesma, caracterizando um desastre natural. O município de Rio Negrinho situado no planalto norte catarinense, tem seu centro urbano instalado muito próximo às margens do rio de mesmo nome e sofre inundações frequentemente.

Fundamentados nas constatações de estudos realizados anteriormente enfocados na temática das inundações, observa-se que o município de Rio Negrinho (SC) teve seu processo de colonização e ocupação do espaço próximo às margens do rio, tornando a população que ali instalou suas residências, atividades comerciais, empresas e outros vulneráveis à ocorrência de inundações.

A localização do município de Rio Negrinho (SC), devido suas características hidrográficas e propensão às inundações, pode influenciar no seu desenvolvimento, pois “é perceptível que desastres naturais afetam a produção e o nível de riqueza das regiões que sofrem com esses eventos. Nos últimos anos, tsunamis, furacões e

chuvas torrenciais assolaram diferentes regiões do mundo" (RIBEIRO et al., 2014, p. 300).

Em relação às características físicas, mas também detalhes importantes que descrevem as inundações foram organizadas no Quadro 1, a qual sintetiza os dados obtidos nas reuniões com os profissionais da Defesa Civil Municipal. As informações são aproximadas, visto que até o ano de 2016 a Defesa Civil do município não possuía um sistema de organização dos dados, assim foi criado um sistema de informações apenas no ano de 2018, os quais são aproximados e influenciados pela experiência e contato que os profissionais tiveram com as ocorrências de inundações na cidade de Rio Negrinho (SC).

Quadro 1 – Caracterização das inundações 1983, 1992, 2014

Inundação	Nível Rio acima da média normal	Características	Número de residências atingidas[27]	Número aproximado de pessoas atingidas
1983	9,30m	O nível do rio elevou-se de maneira lenta; Período de chuvas influenciado pelo fenômeno do El Niño; A população não estava preparada para a ocorrência;	470	6.090
1992	9,37m	O nível do rio elevou-se rapidamente durante o período noturno; Período de chuvas influenciado pelo fenômeno do El Niño; A população estava preparada para a ocorrência, mas não imaginou que seria na amplitude que ocorreu.	800	10.000
2014	8,40m	O nível do rio elevou-se rapidamente durante o período noturno; Período de chuvas influenciado pelo fenômeno do El Niño; A população estava preparada para a ocorrência, mas foi surpreendida pela elevação das aguas de forma rápida e no período noturno;	1.500	3.500

Fonte: Batista, (2019).

É perceptível que o número de residências que continuaram e outras que foram construídas próximo às então denominadas áreas de risco[28], tornando o ambiente e os indivíduos suscetíveis a serem atingidos por inundações e suas consequências.

[27]Quando citado neste estudo o termo "número de residências atingidas", refere-se não somente a casas, mas também a estabelecimentos comerciais, empresas e outros.

[28]De acordo com Correa (2012), as áreas de risco podem ser definidas como sendo partes de um determinado território que, por suas características, apresentam mais chances de que "algo indesejado" aconteça.

Após caracterizar de forma breve as três ocorrências de inundações na cidade de Rio Negrinho (SC), serão apresentados os resultados acerca da investigação dos impactos biológicos, psicológicos e sociais nas pessoas que compuseram a amostra da pesquisa.

Geralmente os locais que são atingidos por inundações podem apresentar a ocorrência de algumas doenças, as quais podem proliferar e ser transmitidas por meio de seus agentes através das águas. As principais doenças que podem ser adquiridas durante uma inundação e prevenidas por vacina são as seguintes: diarreia por rotavírus, influenza, meningite, rubéola e tétano acidental. Essas doenças são adquiridas pelo contato com água ou alimento contaminado ou de pessoa para pessoa, principalmente nos ambientes com aglomeração populacional, como nos abrigos. No que diz respeito aos denominados impactos biológicos não foi identificado a ocorrência específica de nenhuma doença física decorrente das inundações no período analisado. Entre as verbalizações pode-se identificar maior incidência nas doenças relacionadas com as questões emocionais, sociais e financeiras (ALVES 2014, BATISTA, 2019).

Ao abordar sobre a temática dos impactos psicológicos com os entrevistados, todos relataram que, mais de uma vez, ouviram falar de indivíduos que foram acometidos por depressão, pensamentos suicidas e alguns outros até mesmo tentativas de suicídio. Pesquisando nos órgãos oficiais de saúde e assistência social do município estudado, não foram encontrados dados registrados em sistemas sobre diagnósticos de casos psicológicos no período do pós-inundações. Estas informações não foram disponibilizadas pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), considerando que todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho tiveram o seu sistema alterado no início do ano de 2018. Assim, as informações dos anos anteriores não migraram para o novo sistema (BATISTA, 2019).

Em contrapartida, quando são mencionados os impactos emocionais, pode-se identificar nos relatos excesso de conteúdos emocionais presentes, sejam os mesmos relacionados à forma com que os indivíduos vieram residir nos locais, até à forma como se relacionam com o fenômeno das inundações, com o medo constante diante do excesso de chuvas e as eventuais consequências.

Dentre os entrevistados ainda pode-se constatar em suas respostas, que todos residiam ou tinham sua atividade comercial em área própria há mais de 10 anos, geralmente sendo a propriedade familiar e originária de herança, apresentando

indícios de laços emocionais com o local, o que se mostrou como uma das dificuldades de possível mudança para outra área. Alves (2014, p. 33) menciona que: “A palavra apego ao lugar ou *placeattachment* elucida a compreensão da relação afetiva da pessoa com o ambiente, seja emocional e/ou culturalmente”. Frente ao conceito de apego ao lugar, podemos encontrar uma possibilidade de justificativa para que os entrevistados não “abandonem” suas residências ou comércios e busquem outros locais afastados do rio para viverem.

Durante todas as entrevistas pode-se identificar com frequência nas verbalizações, relatos dos indivíduos demonstrando suas ligações emocionais com os locais em que residem e mesmo diante do perigo em perder material e emocionalmente as suas recordações, retornam ao local sempre após as inundações, tais como observado no relato do entrevistado n. 10:

> Olha, é difícil entender, sei que muitos vão pensar que estou louca, mas esta é **minha casa** desde que eu tinha 20 anos, casei e vim morar aqui, criei meus filhos aqui, meus netos e bisnetos vem aqui brincar, junto com as **perdas** quando vem uma enchente, as paredes da casa carregam as **marcas da minha família** também, eu não quero sair daqui.
> Mesmo que eu saiba que existem as enchentes e que **a minha casa** é do lado do rio, ela é **minha casa**, e eu vou morar aqui até o final.
> A água leva muita coisa das nossas casas, mas **não consegue apagar as lembranças que temos aqui. (Grifo nosso)**

Pode-se observar ainda que um dos fatores identificados como justificativa para estes indivíduos retornarem as suas residências mesmo após a ocorrência, é o apego ao lugar. Para Felippe e Kuhnen (2012) o apego ao lugar pode ser definido como uma vinculação emocional dos indivíduos com o espaço físico onde vivem, estabelecendo laços que os liguem e conectem a este espaço físico, não estando necessariamente vinculados às características físicas do ambiente. Entre as hipóteses postuladas inicialmente pelos pesquisadores, o apego ao lugar foi uma das variáveis consideradas como responsáveis em influenciar para que eles retornassem às suas casas, mesmo após inúmeros acontecimentos de inundações e perdas em todos os sentidos.

> Eu nasci e cresci nesta casa, quando meus pais morreram eu ainda morava com eles e acabei ficando na casa. Logo depois eu me casei e continuei morando aqui. Minhas filhas nasceram aqui, cresceram aqui, **toda a nossa história está aqui**.

> **Minha história** com a **minha família** começou aqui, foi o local que escolhemos para morar, ter nossos filhos e passar os dias do resto das **nossas vidas**. (Entrevistado n. 19, grifo nosso)

No relato do entrevistado 04, também podemos identificar situação semelhante com a significação histórica do ambiente para o mesmo, além também do elemento de análise relacionado aos sentimentos de orgulho e satisfação como resultantes do trabalho e esforço do indivíduo para adquirir seu imóvel e seus bens.

> Eu comprei o terreno antes de me casar. Construí a casa e depois viemos morar aqui. Todo **nosso esforço e dedicação** de muitos anos está em cada tijolo.
> Nós economizamos muito para conseguir comprar esta casa, não é a água de uma enchente que vai levar embora este **nosso sonho** realizado. (Grifo nosso)

Em aproximadamente 75% de todos os relatos podemos encontrar verbalizações relacionadas com o conteúdo “nossa casa”, “nossa família”, “nosso sonho”, “nossa história”, fatores estes que podem ser considerados neste estudo como indicativos da relação que os indivíduos possuem e estabelecem para com o local em que residem.

Dentre todas as perdas citadas, o sentimento de angústia fica mais evidente diante das perdas emocionais e sentimentais, com documentos, fotografias e memórias dos ambientes em que residiam antes de serem afetados pelas inundações. Gomes e Cavalcante (2012, p. 728) citam que:

> No discurso manifesto dos participantes, as perdas mencionadas se sobrepõem às perdas simbólicas, causadoras de desorganização. Tais perdas surgem nas entrelinhas da fala velada desses sujeitos que, além de bens materiais, perderam a identidade do eu quando as águas carregaram as suas casas, a intimidade do lar, a paz e a segurança, ameaçada pelos roubos praticados no abrigo por quem não tem mais nada e de quem já perdeu tudo, inclusive a privacidade. Porém, atitudes resilientes são percebidas como estratégias de enfrentamento, e essas precisam ser reforçadas, reavivando em cada membro comunitário o compromisso na redução dos riscos e vulnerabilidades.

Em relação às perdas vivenciadas pelos indivíduos afetados pelas inundações, ainda foi questionado aos mesmos para que, de forma resumida, expressassem uma opinião acerca das perdas de uma forma geral, e qual foi a mais representativa e marcante na história deles.

> Sabe moça, **dói** muito perder tudo, mais dói mais ainda quando a gente chega depois que a água abaixa, antes de limpar, **são imagens que nunca saem da cabeça** da gente, mas mesmo assim, se você me perguntar se eu quero sair dali, vou te dizer que não, porque ali continua sendo a **minha casa**, onde eu me esforcei muito para ter um lar pra minha família. (Entrevista 03)
> Triste é voltar para casa e ver as fotos e documentos importantes para a gente tudo destruído, mas fazer o que **a vida precisa continuar**, até porque estamos todos bem e vivos.
> As pessoas nos julgam, xingam, falam que somos uns tolos em voltarmos todas as vezes, mas o que **elas não entendem** é que aquele lugar é **um pedaço de nossa história.**

Durante as entrevistas foi possível identificar dois aspectos principais (o aspecto financeiro e o segundo em relação a conquista do seu próprio espaço, a independência) nas verbalizações das pessoas referente ao fato do que as fez irem morar no local citado. Em um aspecto pode-se observar pessoas que optaram por morar em uma área de risco, mas foi o único local que financeiramente possibilitou ou puderam ter para adquirir o local para constituir sua família, seus sonhos, como observa-se no relato do Entrevistado 11:

> Após a gente casar, eu tinha um pouco de dinheiro guardado, consegui vender o carro velhinho que eu tinha e comprar um terreno. Toda nossa família quando soube do local em que íamos morar nos alertaram falando que pegava enchente, mas expliquei que **financeiramente** seria somente este lugar que eu e minha esposa poderíamos construir nossa casa, nossa família e nossos sonhos, mesmo que em alguns momentos fossemos prejudicados por alguma enchente, como já fomos. Mas sabe moça, eu penso que faz parte da vida e é um aprendizado, pelo menos o local é meu. (Grifo nosso)

Diante do objetivo inicial de captar o porquê que os indivíduos foram residir no local, podemos concluir que mesmo diante do eminente risco de ser afetado por uma inundação, este local foi se tornando aos poucos o lar destas pessoas, adquirindo impressões e significados, transformando de espaço para lugar, visto o valor (não financeiro) que os indivíduos imprimiram nas suas moradias (TUAN, 1983).

Emocionalmente, pode-se comprovar a partir deste relato do participante 05 que existia a possibilidade em residir em outros locais, porém, por opção, decidiram comprar a casa ao lado do rio. *Sic:*

> Morávamos de aluguel em um apartamento. Porém, com crianças pequenas, procurávamos um local com pátio grande para elas brincarem, encontramos esta casa, no início alugamos, mas depois pensamos e acabamos comprando, afinal é **perto do centro**, próximo da natureza, do rio, de árvores, muito confortável para a gente morar. (Grifo nosso)

Ainda foi possível identificar durante as entrevistas que mesmo tendo pessoas que financeiramente foram direcionadas a adquirirem os imóveis para morar próximo ao local de risco, outras pessoas tinham a possibilidade em residir em outros lugares, mas foram influenciadas pelos seguintes motivos: 22% proximidade com a natureza, 14% conforto e proximidade com a área central da cidade.

De acordo com os profissionais da Defesa Civil do município de Rio Negrinho (SC), a maior dificuldade em atuar nos momentos de prevenção contra as inundações, é o de conscientizar esta população que reside próxima as áreas de risco, de que as mesmas necessitam buscar outros locais para residirem. Conforme depoimento de um dos membros da Defesa Civil:

> O nosso trabalho é o de orientar e alertar antes das ocorrências de enchentes, e também de atuar nos momentos das enchentes. Mas para mim, a maior dificuldade está em ver que a gente fala ano após ano para várias famílias buscarem outros locais e **elas retornam aos mesmos locais**. Eu entendo que existem casos que a questão financeira atrapalha, eles realmente não têm para onde ir, mas existem outros casos em que podem se mudar, procurar outro local, mas preferem voltar. (Grifo nosso)

Quando nos referimos às questões financeiras como uma das condições que os indivíduos afetados por enchentes não mudem seu local de residência, visto não terem condições de encontrarem outro local, Moura (2013), destaca em seus estudos que estas situações são extremamente comuns no Brasil, enfatizando ainda que os aspectos ligados aos fatores socioeconômicos são os que tornam as pessoas mais vulneráveis, tendo geralmente menos informação e menor condição de modificarem suas realidades mesmo após os eventos catastróficos.

Um fato identificado pela pesquisa foi a constatação que 56% da amostra já morou em outro local que também era afetado por inundações. Ou seja, mais da metade já está acostumada desde sua infância a conviver com esta situação. Diante disso, a reação mais comum de grande parte das pessoas é de se perguntar: mas, por quê, mesmo sabendo que vão perder tudo continuam morando ali? Será que eles não percebem o perigo?

Quando nos referimos ao último elemento de análise proposto para esta subcategoria que é o apego ao lugar em que os indivíduos residem, acredita-se que em todos os relatos apresentados até o presente momento e também nas informações discutidas, ficaram claros os aspectos de que os indivíduos são extremamente apegados emocionalmente com os ambientes, obtendo assim o respaldo científico

nos estudos de autores, como, Alves (2014), Kuhnen (2009), entre outros. Diante disto Alves (2014, p. 17), cita ainda que: “Ao observar essas narrativas, notam-se trajetórias cunhadas em perdas, emoções, resistência e apego a esta moradia considerada de risco diante da ocorrência do desastre natural”.

Assim, observa-se que, no caso da cidade de Rio Negrinho (SC), foi possível verificar que a ocorrência das inundações gera impactos biopsicossociais à população atingida. Tal população, por sua vez, demonstra apego ao lugar, que representa suas próprias histórias de vida. Desse modo, há que se compreender a relação dessas pessoas com os locais afetados a fim de construir meios mais adequados ao tratamento da questão, considerando os aspectos subjetivos observados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno das inundações ainda, por ser de manifestação natural, geralmente é percebido como de responsabilidade exclusiva da natureza. Assim, o ser humano tende a apresentar postura passiva diante do ocorrido e considera os efeitos como inevitáveis e irredutíveis. Compreender quais são as causas e as consequências das inundações torna-se fundamental para oportunizar intervenções necessárias e, assim, evitar ou amenizar possíveis efeitos indesejados. É necessário que as pessoas e o poder público compreendam os efeitos destes fenômenos e busquem a redução dos danos e a promoção do bem-estar da população atingida.

A partir dos dados trazidos pelas teorias e também pelas estatísticas apresentadas pelos órgãos públicos nos últimos anos, os desastres naturais aumentaram consideravelmente, gerando consequências variadas aos indivíduos que são afetados direta ou indiretamente por estes eventos. Existem alguns desastres naturais que são mais comuns em algumas áreas do que em outras. No Brasil especificamente, dentre os desastres que ocorrem, destacam-se aqueles relacionados à estiagem, ou seja, ausência de chuvas, bem como aqueles relacionados ao excesso de chuvas, as enchentes, as inundações e os deslizamentos. Dentre os elementos de análise mais identificados nos relatos da pesquisa, pode-se destacar que o laço emocional dos entrevistados com os locais em que residem se sobrepõe aos perigos que estes correm ao residirem em áreas de risco, demonstrando a prevalência de um aspecto afetivo diante das ocorrências. Isto fica

evidente quando as pessoas entrevistadas demonstraram a força de argumentos de conteúdo emocional durante os questionamentos da pesquisa.

A maioria dos entrevistados reside há mais de 10 anos no local, o que possibilita a construção de um laço afetivo com o lugar. Estes moradores tiveram acesso à atual moradia de duas formas: por meio de herança familiar (o que constata um laço ainda antigo) ou pelo valor, que possibilitava o sonho de possuir um bem próprio (e alguns ainda, perto das áreas centrais). Das duas formas, os entrevistados deram maior importância ao valor não financeiro de suas moradias.

Diante desses resultados, é possível citar, portanto, um ponto comum: o apego emocional ao lugar, que, sob tal perspectiva, torna superáveis todas as dificuldades provenientes das inundações. Analisando-se as falas e os argumentos das pessoas atingidas, observa-se que, para superar o problema, seria necessário pensar em meios de contrapor a questão cultural e emocional que se destacam. Nesse sentido, um primeiro passo necessário seria a educação ambiental.

No caso do município de Rio Negrinho (SC), e, mais especificamente na área urbana (cidade) observa-se que as inundações são uma característica natural, que periodicamente acontece, independente das ações humanas. Assim sendo, seria mais proveitoso que as autoridades da gestão pública trabalhassem no sentido de adaptar o município às condições naturais, e não tentar fazer o inverso, pois é fato notório que é muito mais difícil ou as vezes impossível subjugar a natureza às necessidades humanas. Assim, a educação ambiental seria uma das possibilidades interessantes para buscar o conjunto de soluções necessárias ao problema.

Além disso, há outras dificuldades que foram levantadas ao longo da pesquisa, tais como a falta de informações por parte do poder público quanto aos prejuízos experimentados durante esses eventos. Por conta dessa dificuldade, durante o percurso de elaboração e da execução da pesquisa encontraram-se alguns impasses. O primeiro a ser destacado é com relação a contabilidade financeira pós-inundações. Não há registros específicos, apenas resultados aproximados dos impactos financeiros das mesmas. Conforme demonstrado ao longo do trabalho, não há uma preocupação com o levantamento e manutenção de dados sobre os prejuízos. Diante disso, esta pesquisa buscou a partir de estudos já desenvolvidos na área dos impactos econômicos dos desastres naturais, algumas explicações para o caso das inundações no município de Rio Negrinho (SC).

Com o advento da Psicologia das Emergências e Desastres, este pode ser um campo para realizar prevenção e acompanhamento às famílias que já foram atingidas antes das ocorrências e também a estes indivíduos no momento em que vier ocorrer uma nova inundação. No município de Rio Negrinho (SC), existem diversos profissionais da área da Psicologia, sendo que uma sugestão que este estudo apresenta seria incluir de forma voluntária um grupo de profissionais durante as atuações da Defesa Civil e Grupo de Pronta de Resposta, para auxiliar na elaboração de estratégias de enfrentamento e reflexão sobre possibilidades de mudança de local de moradia, como lidar com as perdas e também com o embotamento afetivo, aspecto mais identificado nos relatos durante as entrevistas de coleta de dados desta pesquisa. De igual modo, as pesquisas científicas e as Políticas Públicas de Saúde Ambiental, podem oferecer subsídio também a estas questões, visto que realizam análise dos locais em que são inseridas, bem como, também podem auxiliar para melhorar a saúde dos indivíduos em suas diversas esferas.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. B. **Lar doce lar.** Apego ao lugar em área de risco diante de desastres naturais. Dissertação de mestrado na Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123336/326326.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 maio 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CASTRO, A. L. C. **Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres.** Brasília, Ministério da integração nacional: Secretaria nacional de defesa civil, 2008.

BATISTA, F. **Percepções sobre o fenômeno das inundações na cidade de Rio Negrinho (SC), e possíveis impactos biopsicossociais.** 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2019.

FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 29, n. 4, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: abr. 2019.

KOBIYAMA, M. et al. Hydrological disasters reduction: lessons from hydrology. In: SENS, M.L.; MONDARDO, R.I. (Org.**) Science and Technology for Environmental Studies**: experiences from Brazil, Portugal and Germany. Florianópolis: Federal University of Santa Catarina, 2010a. p. 49-72.

GOMES, E. R. B.; CAVALCANTE, A. C. S. Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas de enchente em Teresina-PI. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 24, n. 3. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2019.

GÜNTER, H., GUZZO, R. S. L., PINHEIRO, J. Q. (Orgs.). **Psicologia ambiental:** entendendo as relações do homem com seu ambiente. Campinas: Alínea, 2004.

KUHNEN, A. Meio ambiente e vulnerabilidade. A percepção ambiental de risco e o comportamento humano. **Geografia** (Londrina) v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/3287> Acesso em: 21 maio 2019.

MOURA, C. A. Avaliação de tendência a enchentes das bacias hidrográficas do município de Caraguatatuba (SP). **Revista de Geografia**, São Paulo, v 30, n. 2. 2013. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229012/23414>. Acesso em: 28 abr. 2019.

RIBEIRO, F.G. et al. O impacto econômico dos desastres naturais: o caso das chuvas de 2008 em Santa Catarina. **Revista Planejamento e Políticas Públicas.** v. 01, n. 43, 2014. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/470/345>. Acesso em: 21 maio 2019.

TOMINAGA, L. K. *et al*. **Desastres naturais:** conhecer para prevenir. 1. ed. Instituto Geológico: São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.igeologico.sp.gov.br/downloads/livros/DesastresNaturais.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

A PERCEPÇÃO DAS MULHERES DE UMA CIDADE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE SOBRE A FUNÇÃO MATERNA[29]

Ketlin de Oliveira[30]
Fernanda Cristina Neidert Batista[31]

RESUMO

Neste artigo apresentamos os resultados de um estudo sobre a percepção das mulheres de uma cidade do Planalto Norte Catarinense diante da função materna. Considerando as diversas atividades que as mulheres desempenham como por exemplo a carreira profissional e de que forma esta impacta no desempenho da função materna e vice versa, os cuidados que também são necessários com quem desempenha a função materna, já que existe a possibilidade do acumulo de atividades relacionadas a mulher pela sociedade. Dessa forma o estudo teve por objetivo buscar a percepção das mulheres, teve o intuito de constatar quais são as obrigações para essas mulheres diante das suas dinâmicas familiares; identificar a participação dos demais membros familiares com os cuidados da criança; refletir sobre a saúde física e emocional das mulheres que desempenham a função materna. Tratou-se de uma pesquisa da área de conhecimento das Ciências Humanas, sua finalidade, é de natureza básica, pois é voltada a aquisição de novos conhecimentos. A pesquisa teve caráter exploratório e segundo abordagem foi qualitativa. O universo da pesquisa foi composto por mulheres que desempenham a função materna e cujos filhos encontram-se em atendimento psicoterápico em uma Clínica Escola de uma Universidade do Planalto Norte Catarinense. O número de entrevistadas foi de seis mulheres. As entrevistas foram inicialmente transcritas no Microsoft Word e posteriormente analisadas de acordo com Análise de Conteúdo de Laurence Bardin a qual propõem categorias, subcategorias e elementos de análise. A partir dos resultados obtidos na pesquisa foi possível identificar que dentre as entrevistadas estas consideram que a função materna exige adaptações na carreira e de vida pessoal. Portanto, o que ressalta a importância social e científica que novas pesquisas e estudos sejam realizados abordando esta temática.

Palavras-Chave: Percepção das Mulheres. Função Materna. Acumulo de Atividades. Identidade.

[29]Trabalho apresentado da disciplina de TCC II do Curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho.

[30]Graduanda do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: ketlin.oa@gmail.com.

[31]Docente do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: fernanda.batista@unc.br.

ABSTRACT

In this article we present the results of a study on the perception of women in a city of the North Plateau of Santa Catarina in the face of maternal function. Considering the various activities that women perform as for example the professional career and how this impacts on the performance of maternal function and vice versa, the care that is also necessary with those who perform the maternal function, since there is the possibility of the accumulation of activities related to women by society. Thus, the study aimed to seek the perception of women, had the intention of verifying what obligations are for these women in the face of their family dynamics; to identify the participation of other family members with the care of the child; to reflect on the physical and emotional health of women who perform maternal function. This was a research in the area of knowledge of human sciences, its purpose, is of a basic nature, because it is aimed at acquiring new knowledge. The research had exploratory character and second approach was qualitative. The research universe was composed of women who perform maternal function and whose children are in psychotherapeutic care at a Clinic School of a University of the North Plateau of Santa Catarina. The number of interviewees was six women. The interviews were initially transcribed in Microsoft Word and later analyzed according to Laurence Bardin's Content Analysis which propose categories, subcategories, and analysis elements. Based on the results obtained in the research, it was possible to identify that among the interviewees, they consider that maternal function requires adaptations in career and personal life. Therefore, this emphasizes the social and scientific importance that new research and studies be conducted addressing this theme.

Keywords: Women's Perception. Maternal function. Accumulation of Activities. Identity.

1 INTRODUÇÃO

A concepção de ser mulher mudou muito ao longo dos anos, mas a representação que estas possuem na sociedade, ainda continua com as mesmas nuances. A compreensão de um mundo com diversidades ainda não consegue criar um único conceito de ser mulher que inclua a todas.

Na antiguidade as insatisfações femininas foram tratadas como inquietudes do biológico, sendo a histeria considerada como um caso sério de perturbação mental e física, onde o tratamento indicado era o casamento e a maternidade. Para Platão o problema surgia da ausência de gestação, pois a mulher havia sido criada para ser mãe e quando não preenchia esse vazio, seu organismo provocava sintomas.

Mais tarde, os médicos alegavam que somente a estimulação genital bastaria para tranquilizar os sintomas. Somente no século 19, com o avanço da psiquiatria, a

histeria deixou de ser atribuída a mulheres e passou a ser categorizada como uma neurose (GUIMARÃES, 2018). Logo após esse período a loucura feminina era a tristeza, ligada ao biológico nas questões hormonais, então, de histéricas passaram a doentes mentais e foram confinadas em manicômios. A própria estrutura patriarcal fez, e faz ainda, com que as mulheres desenvolvam distúrbios mentais defende Chesler (1972) citado por Guimarães (2018, p. 10):

> Mulheres estão sobrecarregadas pelo trabalho e recebem salários menores. Elas podem ocupar os cargos mais poderosos ou aqueles com menor pagamento, sempre terão um trabalho interminável. Quando chegarem em casa, elas ainda vão ter que cozinhar o jantar, lavar a louça, as roupas e cuidar da casa. Só isso já pode deprimir alguém.

Podemos identificar que a mulher é responsável por várias atividades, as quais englobam estados físicos e emocionais, sendo eles, a função materna[32], a educação das crianças, cuidados com os idosos, trabalho doméstico, outras jornadas de trabalho. Nos dias de hoje, ainda são atribuídas atividades, como por exemplo, a carreira profissional, indicando mais uma cobrança ao feminino.

Há muito tempo é atribuído a mulher a função materna por “natureza”, “instinto” como sendo a responsável quase que inteiramente pelos filhos.

> A natureza diz á mulher: sê mulher! Os ternos cuidados devidos à infância, as doces inquietações da maternidade, ei os teus trabalhos. As tuas assíduas ocupações merecem uma recompensa? Bem tê-las ás! Será a divindade do santuário doméstico, reinaras sobre tudo o que te rodeia pela sedução dos encantos e da virtude (FERREIRA, 1981, p.1).

A necessidade de conciliar os trabalhos da vida doméstica e pública consiste em uma área de conflito e, quando há formas diferentes de pensar o trabalho familiar, geralmente, acarreta uma sobrecarga para um dos cônjuges (SILVA et al., 2012).

A maternidade é um assunto que diversas áreas pesquisam, mas especificamente neste estudo, buscou identificar qual a percepção das mulheres de como é exercer a função materna. Como objetivos específicos teve o intuito de constatar quais são as obrigações para essas mulheres diante das suas dinâmicas familiares; identificar a participação dos demais membros familiares com os cuidados

[32] Segundo Winnicott (1980) a função materna trata-se de amparo, noção de existência e integração, assim nesta relação mãe - filho é preciso dedicação, pois a função é vital nos primeiros meses de vida, sendo denominado por Winnicott (1994) “mãe suficientemente boa” referindo-se a dedicação da mãe comum que tem outras ocupações e afazeres mas que dedica-se o suficiente para que o filho seja suprido em suas necessidades de amparo.

da criança; refletir sobre a saúde física e emocional das mulheres que desempenham a função materna.

Os movimentos feministas, fizeram e fazem, muitas mudanças ao longo dos anos, porém, as mulheres não têm um lugar de fala[33] sobre a função materna, suas implicações e os cuidados que também são necessários com quem desempenha esta função, de tal modo estes aspectos podem acarretar o adoecimento mental.

Instiga-se através deste artigo reflexões, percepções em relação a estas temáticas que são deixadas de lado por serem assim a tantos anos e ditas como "normais" na sociedade, pois foram sempre desta forma. No entanto, as famílias e as dinâmicas familiares mudaram ao passar dos séculos e os papéis se alteram, dando espaço a novas percepções ou até mesmo novas configurações de dinâmicas familiares, sendo assim, surgiram novas demandas da vida familiar e profissional, porém, as atribuições dirigidas às mulheres não seguiram essa evolução, ou seja, isso não significa que sejam compartilhadas de formas igualitárias.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi da área das Ciências Humanas, de natureza básica, teve caráter exploratório e quanto aos seus objetivos abordagem qualitativa.

O universo da pesquisa foi composto por mulheres que desempenham a função materna e cujos filhos encontram-se em atendimento psicoterápico em uma Clínica Escola de uma Universidade do Planalto Norte Catarinense. A amostra ocorreu de forma acidental, ou seja, conforme as mulheres apareciam no local de coleta de dados eram convidadas a participar da pesquisa e se estavam de acordo com os critérios de inclusão[34] eram entrevistadas. O número de entrevistadas foi de seis mulheres.

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento um roteiro semiestruturado, o qual buscou trazer como perguntas norteadoras a percepção das mulheres acerca do tema, bem como os objetivos específicos. As entrevistas foram

[33]Lugar de fala conforme propõe Ribeiro (2019) é a necessidade de contribuir para um debate mais saudável, honesto e com qualidade, o propósito não é impor uma epistemologia de verdade, mas contribuir para o debate e mostrar diferentes perspectivas

[34]Critérios de inclusão da pesquisa: Mulheres que desempenham a função materna em uma cidade do planalto norte catarinense com crianças sob atendimento psicoterápico em uma Clínica Escola, visto que essa é mais uma das atividades desempenhas por essa função; Ter mais de dezoito anos; Concordar em participar da pesquisa e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

gravadas em um dispositivo eletrônico, mediante a autorização. Encerrada a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas no programa Microsoft Word e posteriormente foram analisadas a partir da análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), a qual propõem categorias, subcategorias e elementos de análise.

A pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos e foi aprovada pelo parecer consubstanciado número 3.386.787, conforme estabelecimentos das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Sujeitos Humanos conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde n° 510/16.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados obtidos na pesquisa, estes foram conforme o método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011) organizados em: categoria “Percepção das Mulheres sobre a Função Materna”; subcategorias: a) A percepção da função materna, b) A identidade de mulher diante da função materna, c) A saúde física e emocional, d) A distribuição do trabalho doméstico e cuidados para com os filhos. Além dos elementos de análise, os quais são destacados no decorrer das transcrições que são apresentadas no trabalho com *SIC*.

No decorrer do artigo refere-se as entrevistadas como: E1, E2, E3, E4, E5 e E6. A amostra deste estudo foi constituída pelas informações referentes a 6 mulheres, com idade entre 23 a 45 anos.

a) A percepção da função materna

Nesta subcategoria pretende-se apresentar como as entrevistadas percebem a função materna, bem como as principais implicações e dificuldades decorrentes de sua função, sendo discutido os principais elementos de análise encontrados em suas falas sobre o tema. Azevedo e Arrais (2006) trazem que a sociedade espera um modelo de mãe perfeita, uma imagem romanceada da maternidade construída ao longo dos últimos séculos, que está alicerçada sob um rígido modelo incapaz de admitir qualquer vestígio de sentimentos ambivalentes nas mulheres que desempenham a função materna.

Portanto, observa-se que em algumas situações exige-se que a mulher se dedique ao lar, a família e ao trabalho remunerado, quando não satisfaz algumas

dessas funções, pode emergir a culpa e a recriminação, como se a mulher devesse ter um desempenho satisfatório em todas estas atribuições, fator este que pode ser comprovado pela fala das entrevistadas 1 e 6, onde relatam que: *"exigem que a gente seja **paciente**, dão palpites sobre como **cuidar, julgam,** muitas vezes eu sinto que não estou fazendo um **bom papel de mãe** pelo **julgamento** dos outros" (sic E1). "Uma vez **me falaram** tem que dar uns tapas [...]" (sic E6).*

Além disso, verifica-se que as entrevistadas fazem o possível para adequar-se ao padrão social imposto de "boa mãe" dentro do "tempo disponível". *"Eu não queria precisar trabalhar tanto para poder dar **mais atenção**, mas infelizmente a gente no trabalho não pode dar a atenção que deveria, no caso o que acho que precisava **mudar**" (sic E5). "Queria **melhorar** o hábito alimentar dela (filha) porque eu dou muita besteira" (sic E1). "Faço* o possível para *fazer o **melhor** para eles" (sic E2). "Não sou mãe ruim, nunca bati, nem dei ganja, nem liberdade" (sic E3). "Ah assim eu faço tipo, ou tento **melhorar** em mim assim, tento ser bem presente, sento faço tarefa com ela, brincamos um pouco, assistimos, sempre estou acompanhando o que ela está assistindo, me sinto uma mãe presente assim, a gente sempre tenta dar o **melhor**" (sic E6).*

Muitas entrevistadas compreendem que a sociedade espera alguns comportamentos das mulheres enquanto mães, incluindo comportamentos de: cuidado, amor, proteção e paciência. *"**Todos esperam** que ela **seja uma boa mãe** né, que ela cumpra, que nem aquele ditado né, colocou um filho no mundo e um filho no mundo é para sempre né, a* gente espera que seja*" (sic E5). "Eu acho que demanda muito **cuidado, proteção**, **sou amorosa** e **cuidadosa**, as vezes **esquecemos*** da gente*. De cuidar da gente, para cuidar do filho" (sic E1).*

Com relação as concepções que as mulheres apresentam sobre seu papel enquanto função materna, bem como o que acreditam que a sociedade também fundamenta Silva e Garcia (2019) propõem que os mitos fundadores da feminilidade que são caracterizados pela delicadeza, fragilidade, instinto materno natural, dedicação aos cuidados e submissão são, na verdade, construções sociais e políticas, frutos do capitalismo.

Dentro do esperado como "uma boa mãe" segundo a sociedade, outra percepção bastante importante e trazida durante as entrevistas foi a de que mães sempre darão o melhor de si, desempenhando a função materna como forma de

explicação ou compromisso de que não conseguem e nem conseguiram alcançar, um ideal imaginário existente.

Segundo Stern (1997) a constelação da maternidade não ocorre em todas as mulheres, mas na maioria. O autor aponta que a constelação da maternidade envolve quatro principais temas: o de vida crescimento, que inclui os questionamentos da mãe quanto á sua capacidade de manter a vida e o crescimento do bebê; o de se relacionar-se primário, que inclui as possibilidades da mãe ser ou não capaz de envolver-se emocionalmente com o bebê, assegurando um relacionamento psíquico saudável; o tema da matriz de apoio que diz respeito a capacidade de criar e permitir os sistemas de apoio necessário a essas funções e o tema de reorganização da identidade, que está relacionado a possibilidade da mãe transformar sua nova identidade para que desempenhe essa função.

Os resultados para as dificuldades e implicações de desempenhar a função materna foram diversos, englobando múltiplos fatores, dentre eles: a falta de tempo para cuidar e envolver-se na função materna por conta do trabalho remunerado, e não conseguir conciliar o relacionamento afetivo com o parceiro, como pode-se observar no relato a seguir:

*"**Conciliar o** **trabalho** e a maternidade é uma coisa **muito difícil**, conciliar o **relacionamento do casal** e a maternidade também é difícil. Você é a base de alguém né? A base e o exemplo. E você tem que dar o seu **melhor** sempre" (sic E1).*

As mudanças psíquicas que ocorrem com a chegada da nova função materna são tantas que Stern (1997) sugere que a mulher entra em uma nova organização psíquica, a qual ele chama de constelação da maternidade, essa nova organização determina uma série de mudanças em relação a sensibilidades, fantasias, medos e desejos. O autor refere-se a uma nova tríade psíquica que se torna o organizador central, sendo a tríade, mãe da gestante, a gestante e o bebê.

Contudo, as dificuldades em exercer a função materna e conciliar com as demais atividades, variam de mulher para mulher, pois cada uma encara o processo de maneira diferente e de acordo com seu histórico e experiências.

b) Identidade de mulher diante da função materna

Na presente subcategoria de análise buscou-se identificar como estas se definem após a função materna, onde foi possível encontrar que as entrevistadas partilham do mesmo princípio, após tornarem-se mães, não conseguem organizar-se

de modo a pensarem em si somente, cada escolha e decisão passa pela reflexão de que existe alguém que depende delas, indicam que há uma grande mudança na forma de pensar e agir referentes aos cuidados com elas mesmas, e nas demais atividades do seu dia-a-dia.

"Só a identidade de mãe permanece porque depois que virei mãe ***não me cuido*** *e* ***não saio*** *mais,* ***vivo em função*** *da filha" (sic E1).*

"Sou bem mais estressada, nervosa e a gente quase ***não tem tempo*** *para a gente na verdade, se* ***dedica*** *a eles, deixa* ***os cuidados pra si*** *de lado não temos* tempo *para fazer coisas que gosta ou gostava, é tudo corrido o dia todo, eu dou graça chegar a noite que é a hora que eu consigo deitar e descansar que durante o dia estou a mil" (sic E2).*

A função materna é um momento distinto que possibilita à mulher refazer suas próprias representações do que é ser mãe, revivendo as próprias experiências de filha, colocando em destaque seus medos, anseios, temores e, consequentemente, redefinindo sua forma identidade (SOUSA e FERREIRA, 2005).

*"****Não sai*** *mais*, perdi m*inha liberdade, foi bem difícil na depressão pós parto,* ***me sentia feia*** *igual uma bruxa meu cabelo estava horrível era pintado daí não podia pintar, mas pintei mesmo assim, me senti culpada e sem vontade para nada" (sic E3). "Quando você é mãe deve ser mais responsável né, você sabe que tem uma família e tem que* ***cuidar*** *né, daí muda tudo, penso mais nos filhos" (sic E4).*

*"****Mudou tudo****, ele é o ar que eu respiro, é a minha vida, meu presente. Fazer coisas mais para mim a gente acaba deixando de* ***dar uma volta sozinha*** *por causa do filho, porque depois tudo muda e tem que mudar né? (sic E5).*

Para Leal (2013, p. 9) "Verifica-se, na mulher, a necessidade de uma mudança de identidade e uma nova definição de papéis – ela passa a se olhar e a ser olhada de uma maneira diferente".

"Eu me cuidava mais assim sabe na verdade até me ***cuido mais não*** *como aquele tempo, agora sempre vem ela primeiro e depois eu né, você sempre acaba* ***pensando na criança primeiro*** *acho que isso é da mãe sabe, sempre quer fazer, comprar primeiro para o filho" (sic E6).*

Trindade (1993) nos lembra que o modelo tradicional da maternidade apresenta a mulher como uma figura feminina responsável pela manutenção do vínculo familiar e que esta tarefa deve ter prioridade sobre suas necessidades pessoais, visto que é através da função materna que se concretizará sua identidade

como mulher. A função é vista, então, como o ideal feminino mais nobre e dignificante, o qual as mulheres querem alcançar a todo custo.

Portanto, o que se pode de uma forma geral identificar no discurso das entrevistadas, de que todas precisaram reestruturar sua identidade após a função materna, ocasionando impactos em sua rotina, autoestima, autopercepção, fatores estes que podem estar relacionados com a próxima subcategoria da saúde física e emocional.

c) Saúde física e emocional

Propôs-se como uma subcategoria analisar a saúde física e emocional das mulheres que desempenham a função materna devido ao fato de identificar durante as pesquisas bibliográficas alto índice de publicações envolvendo esta temática.

Sobre a saúde física e emocional das entrevistadas, estas relataram que existe um cuidado e preocupações em relação a saúde, porém não existe tempo para cuidar-se. *"Quando eu tenho um tempinho faço acupuntura, fazia uns exercícios mais os exercícios não dava muito tempo, agora faço uma caminhada que tenho uns problemas de saúde, nervo ciático, dor na coluna,* ***tive depressão*** *e agora tenho bastante ansiedade daí faço essas coisas para ver se, quando estou mais sossegada faço um crochê que eu gosto também" (sic E2).*

"Faço psicoterapia no núcleo da universidade, vou ao médico e ***tomo remédio*** *a cinco anos para* ***depressão****" (sic E3).*

"Faço caminhada levo e busco todo dia as crianças na escola a pé é longe, sou ***estressada*** *por qualquer coisa já me altero" (sic E4).*

*"****Tomo remédio*** *para* ***depressão****, faço acompanhamento psicológico" (sic E5).*

"Até um ***tempo*** *antes eu ia praticar esportes mais daí eu pensei me tira aquelas* ***horinhas*** *de ficar com ele (filho), as vezes faço uma breve caminhada assim" (sic E6).*

Portanto, "as mulheres têm apresentado consideravelmente mais sintomas de angústia psicológica e desordens depressivas" (LUDERMIR, 2002 *apud* PINHO; ARAÚJO, 2012, p. 561), fator este que pode estar relacionado de alguma forma com o acumulo de atribuições à mulher na atualidade.

Sendo identificado por diversas vezes no diálogo das mesmas, que apresentam interesse em cuidarem de si mesmas, porém não encontram tempo

suficiente para fazer estas atividades, apresentando assim constantemente agravos em sua saúde tanto física quanto emocional.

d) Distribuição do trabalho doméstico e cuidados para com os filhos

Como última subcategoria a ser apresentada neste estudo temos a distribuição do trabalho doméstico e cuidados para com os filhos. Diante de cada questionamento realizado para as entrevistadas, pode-se identificar que cada uma possui uma composição familiar diferenciada, portanto em alguns casos as mulheres têm auxílio dos demais membros da família, enquanto em outros não possuem este auxílio.

*"Como sou separada **eu cuido** dele e cuido da casa **faço tudo,** limpo, cozinho" (sic E3).*

*"Assim nesta parte é bem dividido graças a Deus sabe, como eu trabalho fora o meu **marido me ajuda**, eu faço o que eu consigo no horário que estou em casa e ele faz o que **sobra**" (sic E6).*

*"Sim, **eu faço mais** por sair antes do trabalho mais no final de semana são **iguais**" (sic E1).*

Para Pinho, Araújo (2012, p. 561) [...] estando ou não inseridas no mercado de trabalho, em geral as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos". Fator este que se pode comprovar de forma constante nas verbalizações das entrevistadas.

"A inserção feminina no mercado produtivo, ao contrário dos homens, é limitada por responsabilidades domésticas e familiares, tendo o emprego que ser adaptado às suas outras funções" (JOSH, 1990 *apud* PINHO; ARAÚJO, 2012, p.561). *"**Eu e as crianças** porque não tem como ficar só para mim. Então eu divido a louça do almoço ela e a louça da janta ele, eu dou roupa lavada e comida e cada um tem sua rotina. **Ela (filha) me ajuda** com os serviços da casa já"* (sic E2).

*"O meu **marido não me ajuda** trabalha fora umas nove horas por dia. Quem ajuda é **a menina mais velha** com as tarefas de casa" (sic E5).*

> [...] não há dúvidas que a inserção da mulher no mercado de trabalho tem trazido muitas transformações nas relações conjugais, que contribuíram para o declínio do sistema patriarcal e da hegemonia masculina, que pode ser observada, por exemplo, em um gradativo aumento do envolvimento masculino nos trabalhos domésticos (AZEVEDO, ARRAIS, 2006, p. 270).

Pode-se observar uma contribuição masculina neste cenário, mas o trabalho doméstico ainda é considerado uma atividade feminina, portanto, continua a ser distribuído de forma desigual na família podendo ocasionar em sobrecarga para as mulheres.

Sobre a função paterna com participação efetiva na vida dos filhos incluindo educar, participar de momentos de lazer, acompanhar a vida escolar dentre outras atribuições paternas, identificamos que as mulheres em grande maioria percebem a ausência desta participação efetiva.

*"Eu acho que ele é um **excelente pai**, as vezes cuida melhor do que eu. **Ele cuida mais tempo** do que eu. **Ele cuida** super bem se fosse outros caras que eu conheço nos momentos em que preciso deixar com ele levariam para a **avó cuidar**" (sic E1).*

*"A gente assim, nesta parte **ele é bem participativo**, assim um paizão. Geralmente vacina e essas coisas é ele que leva, sempre bem junto, **sempre presente nos atendimentos médicos"** (sic E6).*

*"**Ajuda dentro do possível** né, cuida por fora, ele é a parte de trazer o que a gente precisa para dentro de casa" (sic E2).*

*"**Ele não ajudava**, moramos juntos até os dois anos do meu filho, brigávamos muito, **sempre levei ele sozinho no médico**, nunca ajudou com nada, nem ajudava a pagar as contas de leite parei de ter leite aos três meses, ele tinha muita mulheres além de mim e gastava seu dinheiro com elas" (sic E3).*

*"**Cuido mais do que ele**, sempre foi assim. **Sempre levei quando precisou minha filha sozinha no médico**" (sic E4).*

*"Bem relapso, tipo assim as **responsabilidades são todas minhas** então quando ele vai no pai é oba, oba só, o restante das responsabilidades são todas minhas" (sic E5).*

Pode-se notar que através dos relatos que a atividade de cuidado com os filhos é ainda em grande maioria desempenhadas pelas mulheres, existindo algumas situações que relatam a participação masculina nos cuidados com os filhos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta das mulheres contribuiu para que houvesse debates que nunca haviam sido mencionados antes, o feminismo que trouxe debates sobre gênero, luta por mais reconhecimento, desconstrução e construção de diversos temas emergindo debates que estavam trancados apenas no ambiente doméstico. Como por exemplo a violência contra as mulheres, a escolha de querer ou não ser mãe, e a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho etc. O feminismo começou a questionar os padrões de comportamentos da sociedade para homens e mulheres, que desconsideravam as particularidades e o desejo de cada indivíduo, incluindo neste sentido a temática da função materna.

A estrutura patriarcal cria masculinidades opressoras, e feminilidades que correspondem à posição de submissão e como resultado, ideias machistas acabam sendo reproduzidas pelas próprias mulheres, que por vezes não percebem os modos de opressão aos quais estão submetidas. Assim, a desigualdade de gênero é apresentada a sociedade de forma geral, criando relações de poder entre os gêneros, onde atua uma hierarquia na qual o homem é posto como superior, colocando a mulher a seus serviços e a impossibilitando ou dificultando seu ingresso no mercado de trabalho e/ou carreira profissional.

A crise social em que vivemos acerca da cultura do individualismo e competitividade entre as pessoas, as relações atravessadas por conflitos sociais estruturais como o machismo, que leva a sociedade ao aprofundamento das desigualdades sociais, são inúmeros os casos de violências contra as mulheres que chegam todos os dias aos consultórios e locais de atendimento do Psicólogo(a). A psicologia tem então, a possibilidade de fazer emergir novos significados, reflexões e enfrentamentos, por meio da escuta acolhedora, contribuindo para que se recupere um novo diálogo de forma não violenta sobre as relações de gênero.

As discussões a respeito da perspectiva de opressão da mulher levaram ao entendimento de que as mulheres têm autonomia e poder para mudar esse processo e a situação de desigualdade na qual se encontram. Considerando os contextos socioculturais e as particularidades de cada situação, a(o) psicóloga(o) pode favorecer as condições para que a mulher se fortaleçam e superem a condição de submissão.

Diante dos objetivos propostos inicialmente por este artigo pode-se perceber que desempenhar a função materna, pode modificar profundamente a vida das mulheres, surgindo novos sentimentos, novas angústias, mudanças de identidade, exigindo reestruturações psíquicas. Não excluir a concepção da função materna tradicional, mas também buscar apresentar novas formas de conceber a função materna, embora o cenário social tenha contribuído para a mudança de paradigmas e permitido a escolha, fica evidente as divergências e demandas sobre o papel social da função materna, o qual ainda exerce influência sobre suas escolhas de modo contraditório.

As entrevistadas vivenciam várias formas de desempenhar a função materna portanto cada uma mostrou aspectos diferentes, mas em todos os relatos a distribuição do trabalho doméstico com todos que vivem juntos, de forma igualitária e cooperativa, não ocorre, o que poderia influenciar uma nova cultura certamente menos custosa para mulheres que apresentam acúmulo de atividades neste aspecto o que pode ocasionar agravos a saúde física e emocional das mulheres que desempenham a função materna pois nota-se que algumas mulheres tomam medicamentos e fazem psicoterapia devido a depressão, dentre as entrevistadas metade relata sintomas deste quadro sendo sintomas manifestados após desempenharem a função materna, ressaltando a importância de pesquisas neste contexto.

Refletindo sobre a dinâmica familiar do estudo percebe-se que as mulheres entrevistadas apresentaram dificuldades em relatar que o pai não está presente na maior parte dos cuidados necessários aos filhos, como se fossem os únicos responsáveis pelo provento do lar e ainda necessitassem somente trabalhar para sustentar a família e não tivessem tempo para dedicar-se aos filhos ou as atividades domésticas, que ainda apresentam-se distribuídas de maneira desigual entre os cônjuges, especialmente quando predomina entre eles a ideia de que a mulher é a única responsável por estas atividades.

Diante do exposto, é possível observar mudanças significativas no que se refere ao envolvimento masculino nos assuntos relacionados ao espaço doméstico, sobretudo, quanto aos cuidados com as crianças, ou ainda parece recair mais sobre as mulheres de forma geral.

A profissão do psicólogo procura problematizar o conflito e as violências direcionadas as mulheres contribuindo para a redução, sejam quais forem os conflitos e violências sofridas pelas mulheres (por questões salariais, cuidado dos filhos,

fatores físicos, biológicos, atividades ditas masculinas ou femininas dentre outros), apresentando novas formas e possibilidades de enfrentamento a diferença, portanto sugere-se que novas pesquisas possam vir a ser realizadas neste contexto.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, K. R; ARRAIS, A. R. O Mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia:** reflexão e critica. Brasília, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

FERREIRA, V. Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 6, p. 47-86, 1981.

GUÉRIN, I. Sociologia econômica e relações de gênero. In: TEIXEIRA, Marilane (org) *et. al*. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo, 2003, p. 71-88. (Caderno n°3 da Coordenadoria Especial da Mulher).

GUIMARÃES, F. Quando a loucura é filha do machismo. **Revista Contato 120**, p. 9-16, nov./dez. Informativo Bimestral do Conselho Regional de Psicologia 8º Região.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Genre, Travail, Mobilités, Centre National de la Recherche Scientifique. Tradução: Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

LEAL, L. C. **Maternidade distanciada:** vivências de mãe sobre o ajuste entre maternidade e profissão, da gestação ao retorno ao trabalho. Universidade Federal do Rio Grande do sul. Porto Alegre, 2013.

MARTINS, L. W. F.; FRIZZO, G. B.; DIEHL, A. M. P. A constelação da maternidade. **Psicologia – USP**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PINHO, P. S; ARAUJO, T. M. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. **Rev. Bras. Epidemiologia**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 560-572, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script= sci_arttext&pid=S1415- 790X2012000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2019.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SILVA, M. R. S. *et al*. Trabalho familiar: distribuição desejada do trabalho doméstico e cuidados dos filhos entre cônjuges. **Rev Gaúcha Enferm.,** Porto Alegre (RS) v. 33, n. 1, p. 124-131, mar. 2012.

SILVA, T. D. M; GARCIA, M. R. V. Mulheres e loucura: a (des)institucionalização e as (re)invenções do feminino na saúde mental. **Psicol. pesq**., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 42-52, abr. 2019. Disponível em 12472019000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 set. 2019.

SOUZA, L. B. D; FERREIRA, C. M. Auto-estima pessoal e coletiva em mães e não-mães. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 19-25, jan./abr. 2005.

TRINDADE, Z. A. As representações sociais e o cotidiano: A questão da maternidade e da paternidade. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, v. 9, n. 3, p. 535 – 546, 1993.

WALZEN, S. Transition into motherhood: Pregnant Daughters Responses to their mothers. **Families in Society**; v. 76, n. 10, p. 596-603, 1995.

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento do indivíduo.** Belo Horizonte: Interlivros. 1980.

WINNICOTT, D. W. **Explorações psicanalíticas.** Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DISCURSOS DE HOMOSSEXUAIS SOBRE ASSÉDIO MORAL NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS[35]

Magda Linzmeyer[36]
Cristiane Elisa Ribas Batista[37]

RESUMO

O ambiente laboral, formado por indivíduos que habitam em uma sociedade preconceituosa, onde a heterossexualidade é tratada com superioridade, reproduz a discriminação contra um público que é frequentemente marginalizado: os homossexuais. A presente pesquisa buscou identificar quais aspectos psicossociais encontram-se presentes no discurso de homossexuais sobre questões de assédio moral ao longo da trajetória profissional, verificar quais são os possíveis danos psicológicos e as consequências sociais decorrentes do assédio moral para esses profissionais. O presente artigo foi escrito a partir de uma pesquisa de natureza básica, do ponto de vista de seus objetivos referiu-se a uma pesquisa exploratória e descritiva, e os procedimentos técnicos, um levantamento. Quanto ao delineamento, trata- se de uma pesquisa qualitativa. Participaram da pesquisa seis indivíduos, selecionados por meio da técnica *Snowball*. O instrumento de coleta de informações se deu por meio de uma entrevista semiestruturada, de modo individual. Após, estas foram analisadas conforme Análise de Conteúdo, de Bardin. De posse dos resultados obtidos, verifica-se que, os danos psicológicos identificados foram: sentimento de inferioridade, introjeção de aspectos negativos quanto à sua identidade, omissão da própria identidade. Nas consequências sociais, identifica-se o êxodo da cidade em que mora, o isolamento social, resultando, como alguns casos, em transtornos de ansiedade e doenças psicossomáticas. Sendo assim, este estudo desvela que os efeitos da violência sofrida no trabalho são inúmeros. Geralmente ocorre de forma velada, o que contribui para que o assédio moral passe despercebido. Isso pode dificultar a sua identificação e colaborar para a naturalização do preconceito.

Palavras-Chave: Homossexualidade. Assédio moral. Aspectos psicossociais.

ABSTRACT

The working environment, formed by individuals who live in a prejudiced society, where heterosexuality is treated with superiority, reproduces discrimination against a public that is frequently marginalized: the homosexuals. The following research sought to identify which psychosocial aspects are included on the homosexuals' statement about moral harassment issues throughout the professional career, establish what are the psychological damages and the social consequences arising

[35]Trabalho apresentado da disciplina de TCC II do Curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho.

[36]Graduanda do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: magda_linzmeyer@hotmail.com.

[37]Docente do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: psicologia.cristiane@gmail.com.

from the moral harassment for these professionals. This article was written from a basic research, from the point of view of its objectives, it referred to an exploratory and descriptive research, and the technical procedures, a field survey. In terms of delineation, it is a qualitative research. Six individuals participated in the research, selected through Snowball Sampling. The information collecting instrument happened through a semistructured interview, individually. After that, the interviews were analyzed according to Bardin's Content Analysis. With the results obtained, we identify the following psychological damages: feeling of inferiority, introjection of negative aspects in terms of their identity, omission of self-identity. About social consequences, we identify an exodus from the city where they live, the social isolation, resulting as some cases in anxiety disorders and psychosomatic illnesses. Therefore, this study reveals that effects of violence suffered in the workplace are countless. Usually occurs in a hidden way, which contributes to the moral harassment go unnoticed. This can make their identification hard and contribute to the naturalization of prejudice.

Keywords: Homosexuality. Moral harassment. Psychosocial aspects.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão social de gênero[38] na cultura ocidental comumente é remetida à relação de binarismo homem-mulher, o mesmo ocorre com a compreensão social a respeito da orientação sexual[39], evocando a heterossexualidade como norma. Perante tal compreensão, aquilo que difere do padrão é, então, marginalizado, excluído e discriminado, padrões sociais estes que acometem a comunidade LGBTI+[40] (REIS, 2018).

Diante deste contexto, a presente pesquisa buscou problematizar os entendimentos que permeiam a orientação sexual homossexual. Observa-se que em alguns contextos históricos, a homossexualidade foi considerada uma prática comum e aceita. Com as perseguições religiosas da Idade Média, passou a ser considerada pecado e os indivíduos em tal condição recebiam punições severas

[38] Neste trabalho, será dado preferência ao termo “gênero”, que se difere do termo “sexo”. Gênero se refere à dimensão social da maneira de ser homem e ser mulher dentro de determinada cultura. Sexo possui uma dimensão biológica e é constituído por características orgânicas (órgãos genitais, cromossomos, hormônios), cujas atribuições são macho, fêmea ou intersexual (REIS, 2018).

[39] Orientação sexual: atração emocional, afetiva ou sexual bem como a relação íntima e sexual que se configura entre indivíduos do mesmo gênero, de gêneros diferentes ou de mais de um gênero. Dentre elas destaca-se a heterossexualidade, que corresponde à atração pelo gênero/sexo oposto; a bissexualidade, atração pelos dois gêneros/sexos, feminino e masculino; e a homossexualidade, que corresponde à atração pelo mesmo gênero/sexo, sendo denominado o homossexual masculino como gay, e a homossexual feminina como lésbica (REIS, 2018).

[40] LGBTI+: população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual. O ícone + foi incluído à sigla para englobar outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (REIS, 2018).

(REIS, 2018). A partir do século XIX, foi estudada sob a perspectiva científica, classificada como patologia e tratada com terapias invasivas, como o tratamento de choque (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010). Com o avanço da ciência, deixou de ser definida como doença e passou a ser compreendida como uma manifestação própria da sexualidade humana.

A compreensão histórica e social relacionada à homossexualidade constituiu relações preconceituosas que a acometem e a permeiam. Observa-se que, a população LGBTI+ têm seus direitos violados diariamente. No Brasil, a cada 25 horas, uma pessoa desse grupo é assassinada em decorrência de sua orientação sexual ou identidade/expressão de gênero (REIS, 2018). Grande parte dessa violência pode ser explicada por meio das concepções sociais de heterossexismo e heteronormatividade, as quais se configuram a partir de crenças e valores que estigmatizam qualquer forma de ser que não se refira à heterossexualidade, que é imposta como a única maneira admissível socialmente de estabelecer relacionamentos afetivos e sexuais com outra pessoa (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010). Neste contexto, o fenômeno de discriminação, no qual a aversão e o ódio são dirigidos às pessoas que expressam identidade de gênero ou orientação sexual divergente da identidade dominante, é denominado LGBTIfobia, já a intolerância propriamente dita e o preconceito dirigidos diretamente aos gays é denominado homofobia e às lésbicas, lesbofobia (REIS, 2018).

Inseridas no contexto social, as organizações de trabalho são, também, construções sociais permeadas por constructos inerentes às relações estabelecidas nesta conjuntura. Assim, o ambiente laboral é formado por indivíduos que habitam uma sociedade heterossexista e preconceituosa, o que contribui para que o ambiente organizacional multiplique tais discriminações sociais. Quando inseridas no ambiente de trabalho, tais discriminações relacionam-se com as práticas de assédio moral, que é caracterizado por atitudes, agressões verbais e humilhações, que ocorrem repetidamente como condutas abusivas e que prejudicam várias esferas da vida do trabalhador, resultando em consequências diversas (DUARTE; SOARES, 2014).

Diante de tal panorama, o presente estudo teve como objetivo identificar quais aspectos psicossociais encontram-se presentes no discurso de homossexuais sobre assédio moral ao longo de sua trajetória profissional. Participaram da pesquisa indivíduos que trabalham em organizações públicas e privadas de um município do

Planalto Norte Catarinense. A partir da coleta de informações foram caracterizados os danos psicológicos e as consequências sociais decorrentes das práticas de assédio moral no trabalho.

A nível social, este estudo viabiliza informações para a população norte catarinense a respeito das características e especificidades do assédio moral sofrido por trabalhadores e trabalhadoras homossexuais em instituições da região, até então, pouco exploradas cientificamente com esta população específica inserida neste contexto regional. Espera-se que ao desvelar vivências reais, a presente pesquisa possa contribuir para a fundamentação, formulação e avaliação de políticas públicas institucionais para combater a LGBTIfobia. Este trabalho apresenta-se como resistência e oposição ao preconceito e à discriminação, praticados pela sociedade, contra um público que é frequentemente marginalizado e excluído por ideologias sociais conservadoras. Simboliza, também, um instrumento na luta de direitos da comunidade LGBTI+. Esta produção se propõe a pensar a partir da realidade deste grupo social, dando voz e visibilidade a eles, demonstrando que a psicologia não repousa apenas na construção do saber científico, mas também se apresenta como instrumento de mudanças políticas-sociais que visem contribuir para o bem-estar e para a dignidade dos seres humanos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo resultou de um estudo da área de conhecimento das Ciências Humanas e trata-se de uma pesquisa de natureza básica. Do ponto de vista de seus objetivos referiu-se a uma pesquisa exploratória e descritiva e do ponto de vista dos procedimentos técnicos caracteriza-se como uma pesquisa de levantamento. Quanto a abordagem do problema, refere-se a uma pesquisa qualitativa.

O universo da pesquisa foi composto por indivíduos que se autodeclaram homossexuais, que trabalham ou já trabalharam em instituições públicas e/ou privadas de um município do Planalto Norte Catarinense e que residam neste município. Participaram da pesquisa seis pessoas, onde se utilizou a técnica *Snowball* (Bola de Neve), a qual, inicialmente, escolhe-se a primeira pessoa a participar da pesquisa e os participantes indicam novos participantes, que por sua

vez indicam novos participantes e assim consecutivamente, até que o número de participantes proposto fosse alcançado (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

O instrumento para coleta de informações utilizado foi entrevista, com roteiro semiestruturado, e o procedimento para análise das informações ocorreu por meio de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977). Segundo Campos (2004), esse método é frequentemente utilizado para analisar elementos qualitativos, ao buscar o (s) sentido (s) em um documento.

A pesquisa que deu origem a este artigo foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Contestado, Campus Mafra, com o parecer consubstanciado nº 085900/2019.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do tema proposto pela pesquisa e por meio da análise das informações coletadas, foi estabelecida a categoria temática “aspectos psicossociais presentes no discurso de homossexuais sobre assédio moral ao longo de sua trajetória profissional”. Essa categoria foi dividida em duas subcategorias analisadas: “danos psicológicos” e “consequências sociais”. Os seis entrevistados da pesquisa serão identificados neste capítulo como E1, E2, E3, E4, E5, E6, sendo três masculinos, com idade entre 31 e 38 anos, e três femininos, com idade entre 23 e 48 anos.

Danos psicológicos

Esta subcategoria apresenta os possíveis danos psicológicos decorrentes de atos de assédio moral sofrido ao longo da trajetória profissional, da qual emergiu nove elementos de análise: “necessidade de provar competência no trabalho”, “necessidade de provar competência no trabalho, mas não associada à orientação sexual”, “sentimento de inferioridade”, “não percebeu necessidade de provar competência no trabalho”, “omissão da orientação sexual para adaptar-se ao mercado de trabalho” “não omissão da orientação sexual para adaptar-se ao mercado de trabalho”, “expressão da orientação sexual como aceitação da identidade”, “expressão da orientação sexual como desconforto/medo/sofrimento”, e “expressão da orientação sexual como adaptação ao meio social”.

No primeiro elemento de análise “necessidade de provar competência no trabalho”, os entrevistados reconhecem que em algum momento precisaram realizar mais atividades do que seus colegas de trabalho, para provar a sua capacidade profissional, ou perceberam que a própria competência, em algum momento, foi posta em dúvida, conforme pode ser observado no discurso do (E4): *“[...] uma aluna que não quis fazer aula comigo [...] porque eu era sapatão [...] eu pensava que eu tinha que* ***provar que era ainda melhor*** *[...] Ta* ***duvidando do meu potencial****, [...], vai ter que ver que eu sou muito bom [...]” (sic);* o mesmo fica evidente no discurso de (E5): *“[...] mas eu já percebi que às vezes eu* ***preciso mostrar mais do que outras pessoas****, para ter credibilidade e ser ouvida” (sic).* Estes relatos sugerem sofrimento e dano psicológico para o trabalhador, conforme se observa no relato (E4): *“[...] fiquei* ***magoada****. Me senti* ***triste****, porque meu pessoal não tem nada a ver com meu profissional” (sic).* O sofrimento psíquico “é invisível, sendo em grande parte vivenciado de forma particular pelo sujeito” (GUARESCHI; GRISCI, 1993 *apud* MENDES, 1995, p. 35). O sofrimento se estabelece por meio da relação que o indivíduo tem com sua realidade externa (MENDES, 1995), ou seja, o sofrimento vivenciado pelo trabalhador é fruto das relações estabelecidas no âmbito do trabalho.

O assédio moral, para Corrêa e Carrieri (2007 *apud* CERQUINHO, et al., 2013), ocorre comumente em situações de uso do poder, com a intenção de abalar a autoestima do indivíduo assediado, colocando em dúvida a sua competência e fazendo- o duvidar de si mesmo. Este cenário pode provocar danos a integridade física ou psíquica do indivíduo, “desestabilizando-o perante os colegas e a organização, e colocando em risco seu próprio emprego e sua ascensão profissional” (CORRÊA; CARRIERI, 2007 *apud* CERQUINHO, et al., 2013, p. 90). Assim, as atividades que o indivíduo exerce passam a integrar a sua identidade e é através do trabalho que o sujeito se reconhece como ser social (PICCININI; TOLFO, 2007). Diante do panorama evidenciado nesta pesquisa, entende-se que a atividade laboral pode conceber aspectos negativos à identidade pessoal do trabalhador, uma vez que as relações de trabalho relatadas demonstram sofrimento psíquico decorrente de atos que contribuem para que o próprio indivíduo coloque em dúvida sua competência profissional.

O segundo elemento de análise “necessidade de provar competência no trabalho, mas não associada à orientação sexual”, diz respeito à dificuldade em

relacionar o assédio moral à orientação sexual ou à relação que se faz entre o assédio moral e o gênero, conforme (E3): *"[...] é difícil de a gente ver essa situação, é uma predileção por determinado profissional e outro não, independente do que esse faça. Isso existe,* ***mas eu não consigo associar isso a coisa da orientação sexual****" (sic);* o mesmo é relatado por (E5): *"Mas eu acho que nem seja tanto pela homossexualidade, mas eu sou mulher* ***e eu sou uma mulher homossexual****" (sic).* No discurso de E5, pode-se observar que as lésbicas sofrem discriminação de segunda ordem, pela orientação sexual e pelo gênero, o que coloca a mulher homossexual em um lugar de maior vulnerabilidade. Essa discriminação pode ser pensada pela intersecção das desigualdades, onde a mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições – gênero, raça, classe, sexualidade, geração. Essas categorias se entrecruzam e podem gerar diversas formas de opressão (RIBEIRO, 2017).

O assédio moral decorrente da orientação sexual pode acontecer de maneira velada e implícita, o que dificulta o seu reconhecimento. Quanto a esta questão, Rios (2007, p. 42) postula que mesmo quando não há intenção de discriminar, "exclusões, restrições e preferências injustas nascem, crescem e se reproduzem, insuflando força e vigor em estruturas sociais perpetuadoras de realidades discriminatórias".

Como terceiro elemento de análise, emergiu "sentimento de inferioridade" conforme relato (E2): *"[...] eu tenho um espírito de* ***inferioridade****, de nunca se achar bom [...] Talvez a orientação me trouxe a esse estágio [...]" (sic);* e relato (E5): *"Uma coisa que eu tenho em mim é que eu sou* ***insuficiente*** *[...]" (sic).* Tais relatos corroboram com a supremacia heterossexual, naturalizada de tal maneira, e que "coloca qualquer outra forma de expressão da sexualidade em um lugar de inferioridade" (NARDI; SILVA, 2011, p. 257). Assim, os homossexuais acabam internalizando o sentimento de inferioridade e atribuem a si próprios, características de inferioridade e/ou insuficiência que, segundo Porchat (2011), está frequentemente associado à uma sensação de inadequação do sujeito em relação ao meio no qual está inserido.

No quarto elemento de análise, "não percebeu necessidade de provar competência no trabalho", alguns dos entrevistados relataram não terem percebido a necessidade de provar a competência ao longo da trajetória profissional, conforme pode ser observado no discurso (E6): *"****Não.*** *Até porque no nosso trabalho ali é tanta*

produção, produção, produção que nem dá tempo de pensar muito nisso, [...], nunca passei [...]" (sic). Tal relato pode demonstrar a falta de percepção a respeito das exigências externas de provar competência, sendo que a não percepção desta situação pode indicar como a heteronormatividade impõe um silêncio em nossa sociedade sobre essa temática (DINIZ; LIONÇO, 2008). O preconceito ocorre, por vezes, de forma tão naturalizada a ponto de desqualificar o indivíduo, sem que isso pareça injusto, mas sim como um padrão normativo, nas práticas cotidianas e sociais (OLTRAMARI, 2010).

Como quinto elemento de análise "omissão da orientação sexual para adaptar-se ao mercado de trabalho", entrevistados omitiram ou negaram a orientação sexual para ingressar ou se manter no mercado de trabalho, conforme relato de (E1): *"**Sim, sim, sim.** [...] Era uma forma também de diminuir aquele olhar preconceituoso em cima de mim" (sic);* a necessidade de omitir a orientação sexual como forma de adaptação profissional também fica evidente na fala (E4):*"[...] não que eu tenha me passado por hetero, só preferi **preservar** minha identidade" (sic);* já no discurso a seguir, fica explícito que a estratégia de adaptação refere-se a postura de não relatar ou negar a orientação sexual *"Nesse trabalho eu nunca falei que era lésbica [...] e eu **neguei** para ela que era, porque eu fiquei com medo do julgamento [...] Eu me fiz de boba, fiz meu joguinho de cintura, 'não, nada a ver' e abafou o caso" (sic) (E5).*

Os relatos evidenciam que tais comportamentos e estratégias de enfrentamento adotadas diante do medo da discriminação, sugerem a existência de dano psicológico, uma vez que, os entrevistados omitem a própria identidade como recurso para sentir-se aceito. Tal fato gera desconforto emocional e sofrimento ao indivíduo que se omite enquanto sujeito para adaptar-se ao trabalho. Quanto à omissão de identidade, Medeiros (2007) postula que algumas pessoas podem passar a vida toda fingindo não ser homossexual, abdicam, assim, da sua própria identidade sexual e assumem uma identidade heterossexual, sendo que a negação da identidade ocorre com maior evidência no espaço profissional. Ao ingressar no mercado de trabalho, o ambiente que o trabalhador homossexual encontra é "de regra hostil, que faz com que a grande maioria opte por não revelar sua condição, contribuindo para chamada 'invisibilidade homossexual'" (MEDEIROS, 2007, p. 85).

Ao abdicar de sua identidade para não serem identificados como homossexuais, os indivíduos parecem aceitar a existência de uma prática sexual

correta e instituem a homossexualidade como uma experiência envergonhada, escondida (BOURDIEU, 1999 *apud* ANJOS, 2000). Ao adotar a postura de omissão da identidade, os próprios homossexuais podem contribuir indiretamente para a sua marginalização e discriminação, características da sociedade e do contexto profissional no qual estão inseridos. No entanto, observa-se que a omissão de identidade pode estar relacionada com outros fatores psicológicos, sendo esta um meio adotado diante do medo de sofrer em decorrência de comportamentos sociais preconceituosos, como verificado nos discursos, onde os entrevistados aderem a esta posição por *"medo do julgamento" (sic) (E5)* de outras pessoas, sendo que o medo do julgamento pode indicar o medo de não ser aceito.

No sexto elemento de análise "não omissão da orientação sexual para adaptar- se ao mercado de trabalho", um dos entrevistados relatou não ter omitido ou negado a sua orientação sexual para ingressar ou se manter no mercado de trabalho: *"**Não**, porque [...] Eu gosto de me vestir expressando uma figura masculina" (sic) (E2).* Fica evidente no discurso que o entrevistado relaciona a orientação sexual à expressão de gênero. Expressão de gênero, segundo Reis (2018), refere-se a percepção e manifestação pública por meio de uma figura que pode corresponder ao gênero com que a pessoa se identifica.

No sétimo elemento de análise "expressão da orientação sexual como aceitação da identidade", ao serem questionados sobre o que significava expressar publicamente a orientação sexual, ficam perceptíveis conteúdos relacionados a aceitação da própria identidade. *"É a nossa identidade, **é ser o que você é**, não usar uma máscara, é você ser verdadeiro com você, a princípio" (sic) (E1);* no mesmo sentido (E2) relata: *"Difícil perguntar né [...] para mim **é normal**, porque eu nunca fui diferente, eu nunca me vi como hetero [...]" (sic).* No que tange à identidade, Silva (2000) aponta que ela é constituída juntamente com a definição de diferença, quando alguém diz o que é, diz também o que não é, assim, quando alguém afirma ser homossexual, está afirmando não ser heterossexual. A construção da identidade está relacionada à diferença e transpassa aspectos individuais, sociais, culturais, financeiros, entre outros fatores. A identidade permeia as relações de poder, que incluem ou excluem, que classificam e normalizam, relações estas, que impõem e naturalizam a identidade hetero na sociedade.

Observa-se que os entrevistados assumem sua identidade homossexual e a expressam, em determinados ambientes, onde sentem-se seguros, o que pode evidenciar que, mesmo estando inseridos em uma cultura heterossexista, não se submetem ao padrão vigente de modo constante. Para Ferreira, Moreira e Souza (2015), dentro do ambiente de trabalho, o indivíduo que expressa e aceita sua identidade sexual, vivencia menos conflitos e sente-se mais confiante para os desafios profissionais. Aceitar a identidade pode "criar na organização maior respeito e tolerância pela sua orientação sexual" (FERREIRA; MOREIRA; SOUZA, 2015, p. 1570).

A "expressão da orientação sexual como desconforto/medo/sofrimento" emergiu como oitavo elemento de análise, evidenciado nos discursos dos entrevistados, conforme (E5):*"**Medo** de fazer minha mãe sofrer" (sic);* o mesmo fica evidente no relato (E2):*"Todo o período de medo e retração fez com que hoje eu tivesse essa... não sei se seria uma insegurança, um **medo** ou um mero **desconforto**" (sic);* e no relato de (E4): *"[...] e as vezes **dói**, você ta em algum lugar e fazer uma demonstração simples que seja e vê as pessoas se afastando, vê algum comentário maldoso [...]" (sic).*

As experiências pessoais vivenciadas individualmente influenciam a construção da identidade e a maneira como a sexualidade é concebida enquanto percepção no momento de vida em que cada pessoa se encontra. Por meio dos relatos, observa-se a existência de desconforto no encontro com o outro, e não consigo mesmo. "O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em xeque nossa própria identidade" (SILVA, 2000, p. 97). As pessoas têm dificuldade em lidar com a diferença, de suportar a identidade do outro, o que pode corresponder a uma problemática social. "É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável" (SILVA, 2000, p. 97).

Ao considerar que existem diversas maneiras de existir no mundo, inúmeras subjetividades em diferentes seres humanos, enquadrar indivíduos dentro do binarismo homem-mulher, e na relação heteroafetiva entre eles, não parece abranger a complexidade da manifestação da sexualidade, no entanto, os indivíduos que não se enquadram nessa categorização, sofrem indiscriminadamente.

Como nono elemento de análise, os entrevistados apontaram a "expressão da orientação sexual como adaptação ao meio social", conforme observado no relato

(E4): *"Se eu sei que estou no **meio de pessoas** que me aceitam, para mim é normal" (sic);* e no relato de (E3): *"Mas eu não expresso, justamente porque **tem pessoas** que não aceitam isso de uma maneira boa" (sic).*

O indivíduo, desde o seu nascimento, aprende que a heterossexualidade é a única sexualidade correta e aceitável, ou seja, a cultura também é heterossexista. Um sujeito homossexual apropria-se da percepção de que sua forma de viver afetiva e sexualmente é errada, desviante, travando, desta forma, uma luta interna, com a sua verdade e os valores socialmente introjetados (CFP, 2011). Diante deste fato, algumas pessoas preferem reprimir sua homossexualidade, devido ao meio social em que estão inseridos, o que contribui – novamente – para a chamada 'invisibilidade homossexual'. "A imensa maioria dos homossexuais evita manifestações públicas de sua orientação sexual a fim de evitar as reações discriminatórias que, de regra, acompanham essa exposição" (RIOS, 2002 *apud* MEDEIROS, 2007, p. 85).

Consequências sociais

Esta subcategoria apresenta consequências sociais decorrentes do assédio moral, da qual surgiram quatro elementos de análise: "vontade e/ou mudança de cidade em decorrência da orientação sexual", "não sente vontade de mudar de cidade", "assédio moral em decorrência da orientação sexual não teve relação com alterações no convívio social" e "assédio moral em decorrência da orientação sexual contribuiu para alterações no convívio social".

No primeiro elemento de análise, os entrevistados apontaram "vontade e/ou mudança de cidade em decorrência da orientação sexual", conforme observado no relato (E1): *"Foi um dos grandes motivos de eu **sair de lá** [...] para reconstruir a vida da gente" (sic);* o mesmo pode ser observado no (E3): *"Eu já tive **vontade de ir embora** por assédio moral" (sic);* e no (E4): *"**Eu fui embora** para o Rio Grande do Sul, pensei por ser uma cidade grande e tal. [...] Nessa época eu já estava tanto tempo me retraindo por causa da minha família, daí pensei que seria melhor me retirar [...]" (sic)*. Em alguns casos, o indivíduo opta pelo êxodo da cidade em que mora, a fim de minimizar conflitos internos, porém, o próprio processo migratório pode ser fonte geradora de outros conflitos, uma vez que a problemática da discriminação não é resolvida, sendo ainda, a fuga um comportamento que tende a se repetir em outras circunstâncias, o que pode levar a sedimentação de

comportamentos sociais que tendem a tornar-se evasivos e a ser replicado no próprio ambiente profissional (ANDRADE, et al., 2009).

Como segundo elemento de análise, “não sente vontade de mudar de cidade”, um dos entrevistados (E6) relatou: *“Eu lido bem com isso,* ***não sinto vontade*** *de ir para uma cidade grande” (sic).* A mudança de cidade, do interior para os grandes centros urbanos, é muito comum, pois as pessoas buscam por liberdade para viver a sua sexualidade/afetividade, procuram por anonimato e impessoalidade, e distância de pessoas que não as apoiavam (FERREIRA; SIQUEIRA, 2007). No entanto, pode-se observar que, no discurso, (E6) parece aceitar sua orientação sexual, não percebendo a necessidade de migrar de cidade, principalmente para uma “cidade grande”.

O “assédio moral em decorrência da orientação sexual não teve relação com alterações no convívio social” caracteriza o terceiro elemento de análise, conforme observado no relato (E6): *“E eu consigo separar bem. [...] Se eventualmente tivesse acontecido alguma coisa, isso* ***dificilmente me abalaria*** *na vida pessoal ou vice-versa” (sic).* Observa-se que nos discursos em que os entrevistados afirmaram não ter sofrido assédio moral em decorrência da orientação sexual ou que a violência sofrida não gerou impacto pode estar relacionado à naturalização de tais práticas. Sobre isso, Carrieri, Irigaray e Saraiva (2010) afirmam que, o assédio moral, por vezes, se passa de forma velada, pois existem condutas que naturalizam essa violência e a tornam parte do cotidiano do assediado, dificultando a sua constatação.

Como quarto e último elemento de análise surgiu “assédio moral em decorrência da orientação sexual contribuiu para alterações no convívio social”, segundo discurso (E3): *“[...] desenvolvi uma síndrome do pânico por causa disso. [...] Eu ficava muito nervosa, acabada. [...] não sei se em decorrência disso, eu acredito que sim, descobri que estava com um nódulo na mama. [...] Aquela coisa me fragilizou e me perturbou tanto que* ***eu não conseguia sair de casa****. Eu só saia de casa para trabalhar e voltava correndo para casa” (sic);* o mesmo é observado em (E5): *“[...] eu* ***fiquei bem mal****, de saber que todo mundo estava falando mal de mim, eu lembro que* ***fiquei bem abatida****” (sic).* O assédio moral pode trazer consequências imensuráveis para o sujeito, no âmbito social, por exemplo, há uma redução do grau de interação e uma tendência ao isolamento (ALENCAR; MELO; SANTOS, 2018).

A pressão social que homossexuais sofrem pode acarretar emoções, comportamentos e pensamentos negativos a respeito de si mesmo, gerando sofrimento psíquico – e até mesmo transtornos de ansiedade – onde as habilidades sociais também são prejudicadas (BERNARDES; MENDANHA, 2018). Além disso, o assédio moral pode provocar diversos problemas de saúde, principalmente os de natureza psicossomática[41], que desequilibram toda a vida do sujeito, quer no plano social, psíquico ou laboral. Condições degradantes no ambiente de trabalho, onde imperam a violência e o medo, "causam feridas invisíveis que demoram a cicatrizar" (HELOANI, 2004 *apud* GOMES; MEDEIROS, 2016, p. 71).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a complexidade e multiplicidade com que se dá a discriminação contra a comunidade LGBTI+ e o papel de centralidade que o trabalho ocupa na vida contemporânea, por meio dessa pesquisa é possível identificar aspectos que indicam que o ambiente laboral, bem como as relações estabelecidas neste contexto, pode representar um local que reproduz o preconceito arraigado na cultura e sociedade, ainda que, frequentemente, de forma velada.

Durante as entrevistas, observou-se uma variedade de respostas e experiências pessoais. A história de vida de cada um e o seu processo de desenvolvimento influenciam na forma como cada pessoa expressa e elabora estratégias de enfrentamento diante de questões pessoais e sociais relacionadas à sexualidade. Muitos relataram nunca ter pensado a respeito da sua orientação sexual, sobre como é ser homossexual, e sobre as variáveis que envolvem o seu modo de ser. Alguns se deram conta do preconceito vivido, ali, ao relatarem verbalmente as situações vivenciadas.

A violência sofrida no trabalho (o assédio moral) traz danos e consequências desmedidas. Nos discursos da maioria dos entrevistados, verifica-se que estes atribuem aspectos negativos à sua própria identidade. Alguns assumem uma identidade que não é sua (identidade heterossexual), outros omitem a sua identidade homossexual, a fim de minimizar o sofrimento psíquico e o preconceito.

[41] O adoecimento psicossomático pode acontecer quando a dor psíquica, originada por algum evento estressor, ultrapassa a capacidade de tolerância do indivíduo, gerando uma manifestação física. Assim, em uma maneira de tentar estabelecer o equilíbrio para o corpo, a pessoa adoece (CAPITÃO; CARVALHO, 2006).

Além disso, foi possível identificar que as mulheres sofrem discriminação de segunda ordem (tanto pela orientação sexual como pelo gênero). Os entrevistados colocaram, ainda, que sentem medo e desconforto ao manifestarem publicamente sua orientação sexual, bem como esperam a aprovação do outro, do meio social, para se expressarem. Diante deste panorama, revelam se sentirem inferiores e insuficientes.

O isolamento social aparece como uma das consequências do assédio moral. Este aspecto se manifesta nos relatos em que os entrevistados deixaram de sentir vontade de sair de casa, ou desejam sair da cidade em que moram ou o êxodo da cidade, efetivamente. Isso acontece, provavelmente, com a intenção de minimizar conflitos internos. No entanto, a mudança de cidade acaba por não solucionar a problemática, uma vez que a identidade o acompanha em diversos ambientes sociais, nos quais as práticas discriminatórias continuam evidentes.

Alguns entrevistados demonstraram aceitação por sua identidade sexual, revelando menos sofrimento por conta da orientação sexual e não relatando situações de assédio moral no trabalho. Observa-se que, embora alguns, quando questionados diretamente, relatem não perceber ou relacionar a discriminação à orientação sexual, o conteúdo discriminatório e condutas decorrentes aparecem ao longo do discurso. É explícita a naturalização com que o preconceito é abordado nas práticas cotidianas, de modo a tornar as condutas violentas parte da rotina do indivíduo, dificultando a sua identificação. Ademais, transtornos de ansiedade e doenças psicossomáticas podem ser atribuídas como sequelas dessa violência, conforme evidências obtidas por meio dos relatos.

A partir desta pesquisa, faz-se refletir sobre o papel do psicólogo frente a estas demandas que emergem no âmbito social e do trabalho. O profissional de psicologia é regido por um código de ética e por normativas dos Conselhos de Psicologia, que norteiam sua conduta, porém, cabe ressaltar, que o profissional possui um repertório de valores pessoais e crenças que resultam do conteúdo da própria cultura na qual está inserido e encontram-se adjacentes à postura profissional. Diante disso, questiona-se: qual é a função social do psicólogo diante do sofrimento de um indivíduo cuja forma de existir e de se relacionar é divergente do padrão hegemônico, imposto por uma sociedade conservadora, que dissemina intolerância e opressão à diversidade?

O presente estudo não visou esgotar o assunto e sim contribuir com fundamentos científicos a serem explorados e aprofundados em pesquisas posteriores. Recomendam-se novos estudos a partir deste, que possam investigar em maior profundidade questões que permeiam as evidências encontradas. Sugerem-se pesquisas que busquem evidenciar o preconceito interiorizado por homossexuais e a discriminação de homossexuais para com outros homossexuais, cujo conteúdo manifestou-se nas entrevistas, porém não foram discutidos na presente pesquisa. Os relatos, indicam também, a existência de consequências profissionais negativas sob o ponto de vista psicossocial que decorrem da prática de assédio moral na trajetória de profissionais homossexuais. Sugestionam-se ainda, novas pesquisas que visem aprofundar e avaliar a relação entre o assédio moral e os transtornos de ansiedade, com diferentes delineamentos metodológicos e com grupos distintos, dentre eles os homossexuais inseridos em outras regiões.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. P.; MELO, M. A. S.; SANTOS, N. C. G. Assédio moral de LGBT no âmbito organizacional. **Id onLine Rev. Mult. Psic**, v 12, n 40, p. 413-442, 2018.

ANJOS, G. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**. Porto Alegre, v 2, n 4, p. 274-305, jul./dez., 2000.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10, 2011, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: PUCPR, 2011. p. 329-341.

BERNARDES, L. A.; MENDANHA, A. C. T. Transtorno de ansiedade social e a não aceitação da homossexualidade: revisão narrativa. **Pretextos.** Belo Horizonte, v 3, n 6, p. 132-152, jul./dez., 2018.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v 57, n 5, p. 611-614, set./out., 2004.

CAPITÃO, C. G.; CARVALHO, E. B. Psicossomática: duas abordagens de um mesmo problema. **Psic.** São Paulo, v 7, n 2, p. 21-29, jul./dez., 2006.

CARRIERI, A. P.; IRIGARAY, H. A. R.; SARAIVA, L. A. S. Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v 14, n 5, p. 890-906, set./out., 2010.

CERQUINHO, K. G.; MELO, D. R. A.; NOGUEIRA, R. J. C. C.; SOUZA JÚNIOR, A. A. Aspectos da dominação masculina no assédio moral ao profissional homossexual no Polo Industrial de Manaus. **Pensamento e Realidade**. São Paulo, v 28, n 1, p. 83-102, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Psicologia e diversidade sexual**: desafios para uma sociedade de direitos. 1 ed. Brasília: CFP, 2011.

DINIZ, D.; LIONÇO, T. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Psicologia Política**. São Paulo, v 8, n 16, p. 307-324, jul./dez., 2008.

DUARTE, B. H.; SOARES, F. C. O assédio moral no ordenamento jurídico brasileiro. **Fórum Trabalhista**. Belo Horizonte, v 3, n 11, p. 21-47, mar./abr., 2014

FERREIRA, B. O.; MOREIRA, L. L.; SOUZA, A. B. L. “Mercado colorido”: percepções de gays sobre o mercado de trabalho de Teresina-PI. **Gestão e Saúde**. Brasília, v 6, n 2, p. 1564-1584, 2015.

FERREIRA, R. C.; SIQUEIRA, M. V. S. O gay no ambiente de trabalho: análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. In: Encontro da ANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Maringá: ANPAD, 2007, p. 1-16.

GOMES, M. A.; MEDEIROS, L. F. R. Assédio moral organizacional: uma perversa estratégia organizacional. **Laborativa.** Assis, v 5, n 2, p. 66-87, out., 2016.

MEDEIROS, M. O trabalhador homossexual: o direito a identidade sexual e a não-discriminação no trabalho. In: POCAHY, F. (Org.). **Rompendo o silêncio:** homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

MENDES, A. M. B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v 15, n 1-3, p. 34-38, 1995.

NARDI, H. C.; SILVA, F. R. A construção social e política pela não-discriminação por orientação sexual. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v 21, n 1, p. 251-265, 2011.

NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. (Org.) **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. 1 ed. Lisboa: CIG, 2010.

OLTRAMARI, L. C. Política e sexualidade: notas sobre o combate ao preconceito contra os homossexuais. **Psicologia e Sociedade**. Minas Gerais, v 22, n 3, p. 608-611, set./dez., 2010.

PICCININI, V.; TOLFO, S. R. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia e Sociedade**, [s.l.], v 19, Edição Especial, n 1, p. 38-46, 2007. Disponível

em:<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea07.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

PORCHAT, P. A noção de gênero como operadora conceitual na clínica psicológica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Psicologia e diversidade sexual**: desafios para uma sociedade de direitos. 1 ed. Brasília: CFP, 2011.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / Gay Latino, 2018.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, F. (Org.). **Rompendo o silêncio:** homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEPRESSÃO NA TERCEIRA IDADE: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE OS FATORES ENVOLVIDOS[42]

Elisa Aparecida Hacke Ramos[43]
Fernanda Cristina Neidert Batista[44]

RESUMO

O envelhecimento tem se tornado cada vez mais um tema que estimula o desenvolvimento de estudos no intuito, de fornecer informações aos profissionais que atuam com a faixa etária. Destaca-se o aumento nos diagnósticos de casos de depressão na terceira idade, tendo inúmeras causas como estímulos desencadeadores. Frente à relevância em compreender o processo de depressão na terceira idade, este estudo tem por objetivo explorar a percepção de um grupo de idosos sobre os fatores envolvidos na ocorrência dessa patologia. O procedimento científico adotado para nortear este estudo enquadra-se no método exploratório com abordagem qualitativa, precede de levantamento bibliográfico e de campo, este último por meio da técnica da entrevista como procedimento para coleta de dados. O universo pesquisado foi constituído de um grupo de idosos do município de Rio Negrinho – SC, vinculados a atendimentos na Secretaria Municipal de Saúde; a amostra constituída de um recorte intencional, foi reduzida a dez idosos, que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão propostos. Os resultados obtidos na coleta de dados foram tabulados e analisados, constatando-se que, na percepção dos idosos, o fator causador de depressão mais relevante foi o abandono da família e as relações estabelecidas entre eles e os seus familiares; em seguida, o sentimento de solidão e isolamento causado pela sociedade; por último, a consciência generalizada do preconceito com o processo de envelhecer. Um outro fator adicional identificado no estudo, e que estimula a realização de outra pesquisa, é em relação as crenças que os idosos apresentam acerca do seu papel na família e na sociedade.

Palavras-Chave: Envelhecimento. Depressão. Família. Sociedade. Psicologia.

ABSTRACT

The aging has become more and more a theme that stimulates the development of studies in order to provide information for professionals who work with this old age group. Stands out the increase in diagnoses in case of depression in old age, having countless causes as triggering stimuli. Facing relevance in understanding the depression process in the old age, this study aims to explore the perception of an elderly group about the factors involved in the occurrence of this pathology. The scientific procedure adopted to guide this study fits in the exploratory method with

[42]Trabalho apresentado da disciplina de TCC II do Curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho.

[43]Graduanda do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: elisahramos@yahoo.com.br

[44]Docente do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: fernanda.batista@unc.br

quantitative approach, precedes bibliography and field survey, the last one through the interview technique as a procedure for data collection. The researched universe was constituted of an elderly group from Rio Negrinho - SC, linked calls to Municipal Secretary of Health; the sample consisting of an international clipping, it was reduced to ten elderly, that met the proposed inclusion and exclusion criteria. The obtained results in the data collect were tabulated and analyzed, noting that, in the perception of the elderly, the most relevant causative factor of depression was the abandonment of the family and the relations established between them and their families; then, the feelings of loneliness and isolation caused by society; lastly, the widespread awareness of prejudice with the aging process. Another additional factor identified in the study, and that encourages the achievement of other research, it is in relation to the beliefs that the elderly present about their role in the family and society.

Key words: Aging. Depression. Family. Society. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Com o prolongamento da vida das pessoas, há por consequência um aumento considerável de número de idosos na sociedade. Diante dessa situação surgem também os desafios a serem enfrentados para o conhecimento e atuação frente a essa etapa do desenvolvimento humano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), os indivíduos passam a ser considerados idosos quando atingem 60 anos, isso nos países em desenvolvimento; como é o caso do Brasil.

O envelhecimento é uma etapa do desenvolvimento humano que vem sendo discutido por vários profissionais. Atualmente, a taxa mundial de crescimento da população idosa é de 1,9% ao ano, maior que a do crescimento da população em geral, que é de 1,17% (IBGE, 2015).

O Brasil passa por um processo de envelhecimento populacional rápido e intenso assim como outros países desenvolvidos e em desenvolvimento; o movimento é influenciado também pela redução da taxa de fecundidade da população, transformando-se em mais um desafio social para a atualidade (CARMO *et al.* 2012). Em outros tempos a velhice era extremamente rara, tornando algo comum nos últimos cem anos. No século XVII, apenas 1% da população vivia mais de 65 anos, enquanto que no século XIX esse número aumentou para aproximadamente 4% (STUART, 2002).

São complexas as mudanças que constituem e influenciam o envelhecimento. “No nível biológico, o envelhecimento é associado ao acúmulo de uma grande

variedade de danos moleculares e celulares" (OMS, 2015, p. 12). No âmbito psicológico e social, deve-se considerar o fato de que muitas vezes o idoso deixa o seu lar e o seu ambiente familiar, passando a conviver com pessoas desconhecidas em processo de institucionalização, distante dos olhos dos familiares. Esse processo é muitas vezes encarado como um abandono dos filhos, e a crença de que é um peso para a família (CARMO *et al*. 2012).

De acordo com Hermeto e Martins (2012) o autor Erik Erikson ao abordar sobre as fases do desenvolvimento humano, traz que os idosos ao chegarem neste período do desenvolvimento passam a refletir sobre a sua própria vida, história, transitando pelo último estágio de "integridade versus desespero". Em relação a esta etapa do desenvolvimento, Erikson considera ainda que o sucesso ou não em encarar as mudanças, está diretamente relacionado com as experiências nos estágios anteriores do desenvolvimento do indivíduo.

Entre os profissionais de saúde e pesquisadores, um fato que vem se tornando comum e relacionado com os idosos é a patologia da depressão[45]. De acordo com especialistas, nos últimos anos a depressão tem se tornado algo comum entre essa população e, embora sendo comum, está longe de ser "normal", por isso, é uma ocorrência que deve ser investigada.

A Pesquisa Nacional de Saúde realizada no ano de 2015, pela Organização Mundial da Saúde, identificou que 322 milhões de pessoas sofrem de depressão anualmente. No Brasil 11,1 milhões de brasileiros sofrem dessa doença, sendo classificada como crise generalizada pela Organização Mundial de Saúde. A faixa dos 60 a 64 anos lidera o ranking, dos indivíduos diagnosticados (IBGE, 2015).

A depressão tem alto impacto na vida do paciente e seus familiares, comprometendo, assim, as relações pessoais e sociais. Segundo o DSM V (2014) a depressão pode se manifestar como episódio depressivo maior, que numa escala de nove sintomas cinco devem estar presentes: humor deprimido, redução do interesse ou prazer em todas ou quase todas as atividades, perda ou ganho de peso, insônia ou hipersonia, agitação ou retardo psicomotor, fadiga ou perda de energia, sentimentos de desvalia ou culpa inapropriada, redução da concentração, ideias de morte ou de suicídio.

[45]A depressão pode ser representada por vários sintomas afetivos, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam consideravelmente a capacidade de funcionamento do indivíduo. (DSM V, 2014).

Diante aos dados apresentados sobre o envelhecimento, podemos observar a emergência da realização de estudo que destaquem essa temática, de casos de depressão nessa população. Os idosos, por apresentarem características bastante peculiares das demais faixas etárias, requerem uma avaliação de saúde mais cuidadosa a fim de identificar problemas subjacentes à queixa principal. Portanto faz-se necessário priorizar, no seu atendimento, a avaliação multidimensional geriátrica abrangente ou avaliação global (MORAES, 2008).

Estudar o envelhecimento com objetivo de compreender a influência dos fatores relacionados à genética, estilo de vida, ambiente que está inserido, relações inter e intrapessoais, que podem estar relacionadas com processo e suas prováveis consequências, é uma forma de dar início à elaboração de propostas para um olhar mais atento de todos os profissionais para com essa população.

Com base nesses pressupostos é que surgiu o interesse em desenvolver esta pesquisa, o de observar se a vida destes indivíduos foi de realizações ou frustrações, ou seja, ao chegar nesta etapa da vida, que tipo de laços sentimentais foram adquiridos, e de que forma impactaram no momento em que se encontra.

Sabe-se que o processo de envelhecimento de um indivíduo ocorre permeado por um conjunto de fatores, entre eles biológicos, sociais e também psicológicos, os quais impactam de maneira peculiar em cada forma de ser e existir destes indivíduos e o grupo familiar que o cerca. Diante disso, a pesquisa que deu origem a este artigo, foi originada a partir do objetivo geral de identificar quais os fatores podem estar envolvidos na ocorrência dos casos de depressão em grupo de idosos no município de Rio Negrinho (SC). Como objetivos específicos buscou-se identificar no discurso dos idosos como estes vivenciam o processo do envelhecimento; verificar a percepção dos idosos da amostra, se existe influência do social, familiar e ambiental nos casos de depressão.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Em relação à área do conhecimento, o presente estudo enquadra- se na área das Ciências Humanas; quanto a sua finalidade, pode ser caracterizado como básica, visto que tem por interesse a obtenção de novos conhecimentos, que, em algum momento do futuro poderão ser utilizados de forma para a solução de problemas da mesma natureza ou da problemática apresentada. No que diz respeito

aos objetivos, pode-se considerar que, para o tratamento da problemática apresentada, será empregado (ou empregaremos) o método da pesquisa exploratória; com relação à abordagem escolhida pelas pesquisadoras ela se dará de forma qualitativa, considerando que o interesse é o de obter informações acerca da percepção dos sujeitos participantes da pesquisa sobre o tema proposto. Frente à abordagem, ainda se torna relevante demonstrar que as pesquisas de caráter qualitativo têm como finalidade buscar uma aproximação, demonstrando interesse para com os envolvidos e assim adquirir o respeito por cada um que ali se encontra (GIL, 2010).

O Universo da pesquisa são os idosos do município de Rio Negrinho (SC) e a amostra é constituída de modo intencional por um grupo de dez idosos[46], diagnosticados pelo serviço de Psicologia da Secretaria Municipal de Saúde, com depressão e que frequentam mensalmente um grupo de apoio oferecido pela Instituição.

Para coleta de dados foi utilizado o procedimento de levantamento de campo (survey) através da utilização da técnica da entrevista semiestruturada, que foi elaborada pelas pesquisadoras e de acordo com os objetivos e conteúdos propostos. A aplicação das entrevistas ocorreu de forma organizada antecipadamente com a Secretaria Municipal de Saúde, em data, horário e local agendados, levando em consideração o sigilo e a ética para que os participantes se sentissem à vontade. Após a finalização das entrevistas, foram transcritas no Programa Microsoft Word e analisadas categoricamente de acordo com os objetivos delimitados pelo estudo.

Para a realização do estudo foram respeitados os preceitos da Resolução N° 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe de diretrizes e normas de pesquisas envolvendo seres humanos, as quais devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes. Dessa forma, este projeto, após sua qualificação em banca, foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Contestado, através do sistema Plataforma Brasil e aprovado sob o Parecer Consubstanciado n° 3.482.784.

[46]Todos os participantes do estudo estavam de acordo com os critérios de inclusão e exclusão propostos pelo presente estudo. Sendo os critérios de inclusão: ter 60 anos ou mais; ter sido diagnosticado com depressão pelo serviço de psicologia da Secretaria Municipal de Saúde; fazer parte do grupo de atendimento para os idosos com depressão da Secretaria Municipal de Saúde e estar presente em no mínimo dois encontros, dos quais a pesquisadora estava realizando a pesquisa; concordar em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; e os critérios de exclusão, quando os indivíduos não demonstrarem interesse em participar do estudo ou não se adequarem aos critérios de inclusão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se que o envelhecimento é um fator universal o qual tem se intensificado devido a trajetória demográfica. O ritmo do envelhecimento nos dias atuais ocorre de forma mais rápida. A maioria das pessoas espera viver acima de 60 anos. A longevidade, porém, não significa necessariamente velhice sadia, nem avanço simultâneo e eficiente da qualidade de vida e da autonomia para boa parcela das pessoas idosas. Visto que até 2025 a população idosa no Brasil crescerá 16 vezes, o crescimento dessa população implicará também no aparecimento e prevalência alta de doenças que comprometem o funcionamento do sistema nervoso central, como doenças neuropsiquiátricas, em especial a depressão (OMS, 2015).

O processo de envelhecimento é um processo heterogêneo e individual na qual não pode ser definido somente pela idade cronológica, mas sim uma integração entre as vivências pessoais e o contexto social, cultural nos quais estão envolvidos os aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais (IRIGARAY; SCHNEIDER, 2007).

A existência de depressão na terceira idade é um fator relevante que merece investigação sistematizada. Considerando a extensão da problemática da depressão na terceira idade, buscou-se realizar um estudo com a população do município de Rio Negrinho (SC). Este município contou, no ano de 2017, com uma população geral estimada em 40.169 habitantes, sendo que destes 8,77% correspondem à faixa etária acima dos 60 anos (IBGE, 2018).

De início serão apresentados os dados relativos ao perfil dos indivíduos que participaram do estudo. Sendo que são dez idosos, os quais atenderam os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa, conforme mencionado no item materiais e métodos. No Quadro 1, são apresentados os dados sociodemográficos, com o objetivo de caracterizá-los.

Quadro 1 – Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa

N° do participante	Sexo	Idade	Estado Civil	Com quem mora
1	F	74	Casada	Marido e a filha
2	F	66	Viúva	Filho
3	F	62	Casada	Marido, filho
4	F	67	Viúva	Sozinha
5	F	63	Casada	Marido
6	F	76	Casada	Marido
7	F	62	Casada	Marido
8	M	65	Casado	Esposa e sogra
9	F	76	Casada	Marido
10	M	69	Casado	Esposa e neto

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em relação ao gênero, podemos identificar uma maior predominância do gênero feminino (80%), com relação ao Estado Civil, 60% são casadas, e 20% viúvas. No sexo masculino, 100% são casados. Sobre a predominância do gênero feminino, Alvares (2010) acredita que este índice se deva pelo fato das mulheres serem mais sensíveis, emotivas e a necessidade em ter alguém para conversar.

No que diz respeito com quem moram, no sexo feminino, 40% moram apenas com o marido, 20% com marido e filho, 10% apenas com um filho, 10% moram sozinhas. No sexo masculino 10% mora com a esposa e sogra e outro com a esposa e neto. Estudos apontam que tem se tornado comum os idosos no Brasil residirem apenas com o seu cônjuge, ou após o falecimento de um deles, viverem sozinhos, aspecto este que pode ser destacado como um dos possíveis fatores também causadores de depressão, ou seja, o fato de residir sozinho (PERSEGUINO; HORTAL; RIBEIRO, 2016).

No que se refere à concepção de envelhecimento, os idosos relataram que têm vivenciado esse processo, visto que a ocorrência de um quadro depressivo pode estar vinculada com a forma como ele ocorreu e como o indivíduo está encarando essa fase do desenvolvimento humano. É marcante quando o idoso se depara com acontecimentos que pode trazer mudanças em sua vida como: o afastamento dos filhos, várias restrições no convívio social e de lazer, a aposentadoria compulsória, podendo ocasionar afastamento de suas atividades laborais que outrora desenvolvia e produzia seu sustento e a consequente redução de sua renda e do convívio social, fazendo-o sentir-se sem utilidade. Além disso, a percepção de que seus entes queridos estão morrendo ou ainda ter que aceitar a viuvez, solidão, a ausência de papeis sociais que desenvolvia, o surgimento de doenças ou comorbidades, o declínio

da beleza e do vigor físico, a perda do desempenho sexual e a desmotivação de um futuro melhor (KREUZ; FRANCO, 2017).

O envelhecimento depende também de fatores como a percepção que o indivíduo e a sociedade possuem sobre o processo. É certo que, com o passar do tempo, o corpo e a saúde sofrem o impacto das degenerações e envelhece, podendo apresentar maiores suscetibilidades ou vulnerabilidades e tornar-se cada vez mais propenso ao desenvolvimento de diversas doenças e moléstias graves ou crônicas (GARCIA, *et al* 2006).

A partir das entrevistas realizadas com os participantes, foi identificado nos discursos que o processo de envelhecimento é algo que não pode ser considerado repentino, visto que vai acontecendo aos poucos. Para determinados participantes consideram um processo maravilhoso, natural, não se sentindo velho, mas com bagagem de conhecimentos e construções, como o participante 10 menciona: *"Encaro o envelhecimento de uma maneira normal, pois eu entendo que se a gente ver este processo como algo natural, comum, que faz parte da vida, e que o processo emocional e físico, devem caminhar juntos, passaremos por este processo de uma forma muito mais firme e segura, não se sentindo tão fracos e impotentes diante das situações"* (*sic*).

Para outros, o caminho do envelhecimento, muitas vezes, foi de tristezas, perdas, desavenças, relata o participante n°5: *"Envelhecer para mim foi algo triste, pois fui percebendo que aos poucos eu não tinha mais significado e importância na vida das pessoas, principalmente daquelas que eu mais amo"* (*sic*).

Portanto, em uma primeira análise, foi perceptível que poucos são os idosos que consideram o processo de envelhecer como algo natural, comum e bom. De forma expressiva, foi percebido nos diálogos que o envelhecer é algo que traz experiências tristes, de perdas e desamparo, fatores que também foram investigados neste estudo, buscado verificar se podem estar ou não relacionados com a ocorrência dos casos de depressão.

Garcia (2006) menciona que no envelhecimento de maneira vivencial, o idoso se percebe em situação de perdas constantes, desamparo familiar, econômico, que já não é útil, que está em declínio físico contínuo; para outros, o envelhecimento é motivo suficiente para um rebaixamento de humor. Diante desses aspectos foi questionado aos idosos sobre o que estes consideravam como possíveis fatores influenciadores nos processos de depressão. Abandono familiar, foi considerado por

70% dos participantes como o principal fator influenciador nos casos de início de depressão. Esse fato pode ser comprovado através do recorte da fala do participante nº 04: *"O que me deixou mais no fundo do poço, foi o dia em que meu filho disse que ele já tinha a família dele e eu precisava parar de querer atenção e me virar sozinha" (sic).* Para o participante nº 06, em relação a esta mesma temática, ele falou: *"Pra falar a verdade tive que me virar sozinha, todos seguiram seus caminhos" (sic).*

Para a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM (2016) o afastamento da família, a perda do papel social com a aposentadoria, falecimento do cônjuge, solidão, limitações físicas e fatores clínicos como AVC, infarto e doenças cardiovasculares também podem contribuir para o desenvolvimento de um quadro de depressão.

Outro fator identificado como relevante no estudo e que tem possível influência nos casos de depressão na terceira idade, é a desunião da família, com 70% das respostas. Mendes *et al*. (2005), afirmam que em famílias onde há falta de respeito, desarmonia e falta de limites, o relacionamento é marcado por frustrações, com indivíduos deprimidos e agressivos. Os desentendimentos que ao longo da vida vão acontecendo dão lugar as intrigas e distanciamento, como relata o participante nº 07: "Agora *tá bom, mas antes não, sofri muito, eu e a minha filha ficamos muito tempo sem se falar, eu e ela não se acertava, pois a última palavra tinha que ser dela" (sic.).* Outra afirmativa é da participante 04: *"Eles dizem que depressão não existe, que é frescura, que eu não me ajudo, que os 'pitis' que dá em mim é bobeira. Eu choro e fico quieta. (sic.).*

Quanto à temática das relações entre os idosos e suas famílias, ainda outro ponto a ser destacado é com o desprezo e ausência dos filhos. Entre os participantes, 70%dos participantes trazem também como um dos possíveis fatores que podem desencadear depressão na terceira idade. Afirma a participante nº 04: "*um dos causadores da minha depressão foi porque meu filho me abandonou, não me liga, não quer saber como estou, ele não traz meus netos e bisnetos para me ver, tenho saudades*" (*sic*).

Foi observado neste estudo que os indivíduos na terceira idade ficam apegados à rotina e resistentes às mudanças. Estão acostumados a estarem próximos dos filhos e acompanharem o seu crescimento, bem como dos netos, e quando se deparam sozinhos, os filhos seguindo seus caminhos, constituindo família e tendo os seus objetivos, surge a ausência ou seu desprezo, experimentam sentimentos de solidão,

angústia, tristeza, desespero, que desencadeiam estímulos para a ocorrência de depressão (IBIGARAY; SCHNEIDER, 2007).

A pessoa idosa torna-se isolada e temerosa podendo deixar sequelas irreparáveis em sua mente, e acelerar os processos de intensificação e doenças (MENDES *et al,* 2005). Pode-se dizer de uma forma geral, os idosos passam a desenvolver vários lutos, entre eles, luto pela ausência da família, de entes queridos que já morreram, luto também pelo afastamento do mundo do trabalho, da convivência em vários ambientes sociais, dentre outros. De maneira geral, o luto pode ser classificado como um conjunto de comportamentos diante de uma perda, sendo assim, algo a não ser desprezado, e sim, devidamente valorizado e acompanhado, como parte da saúde emocional. O luto é o acontecimento marcante muito grave, que a maior parte das pessoas podem experienciar (OLIVEIRA; LOPES, 2008).

Entre os demais relatos dos participantes foi identificado que a perda de um ente querido, ou seja, a morte do esposo/filho ou outra pessoa muito próxima, também é considerada pelos idosos que compuseram a nossa amostra como um dos fatores causadores de depressão. A morte de um filho pode representar a impotência do amor dos pais para evitar esse evento final, podendo colocar em dúvida a qualidade desse amor, como se esse tivesse fracassado. Eles podem sentir-se culpados por sobreviverem ao filho (OLIVEIRA; LOPES, 2008). Dessa forma, 40% dos entrevistados relataram que o motivo que pode levar à depressão é a morte de um ente querido. No caso da participante nº 04, esta afirma que "*No meu caso outro fator que causou a minha depressão foi a morte do meu marido, já faz três anos que ele morreu e eu ainda não aceito a morte dele" (sic).* Outro relato que demonstrou que a perda de um ente querido pode ser o desencadeador da depressão foi a participante de nº 06: "*Pra mim a causa da minha depressão foi a perda do meu filho, pois antes eu não era assim. Na verdade eu quis morrer, depois eu pensei tenho que reagir, Eu passei de tudo nesta vida, mas a pior foi a morte do meu filho. Tomo antidepressivo todos os dias" (sic).*

O envelhecimento humano é um processo gradativo que engloba aprendizagem, desenvolvimento e amadurecimento; no entanto, o avanço progressivo do tempo pode resultar em diversas perdas físicas, sociais, cognitivas e exige intensa elaboração emocional do sujeito que envelhece visando a uma adaptação saudável às mudanças desta fase que avança (CARMONA *et al*, 2014). E a sociedade muitas vezes não oferece um lugar de destaque aos seus idosos e estes precisam enfrentar

mais perdas do envelhecimento do que ganhos da maturidade (KREUZ; FRANCO, 2017). Nesse contexto, seus lutos podem decorrer de perdas nos âmbitos social, financeiro, fisiológico e simbólico.

A solidão se apresenta como um grave problema nos idosos. O sentimento de solidão pode proporcionar um declínio da saúde mental e estar ligado a quadros depressivos, sentimentos de angústia, exclusão e insatisfação podem ser experienciados por pessoas que se sentem sozinhas (CARMONA *et al*, 2014). Desse modo, a solidão seria responsável por aumentar o desamparo do indivíduo, levando o idoso a perceber-se como excluído da família e da sociedade. A não compreensão destas situações por parte de quem se relaciona com o idoso pode agravar neles os sentimentos de tristeza desencadeados pelas perdas e despertar sentimentos de solidão. Neste sentido 30% dos entrevistados relataram que a solidão é sua parceira do dia a dia, como desabafou a entrevistada nº 03: "*Nunca tive felicidade, só quando meus filhos nasceram, a solidão é minha parceira. Não acho graça de nada, é raro eu sentir alegria, acho que já nasci depressiva" (sic).* O relato da entrevistada nº 01 diz assim: "*Se eu tenho algum problema, eu falo comigo mesma. Ninguém me entende. Tudo o que acontece de ruim falam que a culpa é minha" (sic).*

Diante deste sentimento de solidão experienciado pelos indivíduos na terceira idade, somado à sensação de exclusão da sociedade podem decorrer situações que agravem a saúde física destes, bem como a saúde mental, gerando possibilidade de perda da qualidade de vida associada ao isolamento social e, consequentemente, em alguns casos, o aparecimento de sintomas depressivos (GARCIA *et al.,* 2006). Vivenciar a solidão é sempre uma experiência psicologicamente desagradável e angustiante para quem a sente, podendo levar à exclusão social e consequentemente gerar uma depressão (AZEREDO; AFONSO, 2016). Relata o entrevistado nº 08, "*a sociedade em geral tem uma parcela de culpa. O idoso não é valorizado, e as vezes é até maltratado* (sic). Outro relato com relação à indiferença da sociedade que também pode ser um fator que pode desencadear a depressão foi a fala da entrevistada nº 7; *"a sociedade pode te colocar pra baixo nos julgamentos, comentários maldosos dizendo: ah você não sara porque não quer. Vivemos numa sociedade que muitas vezes não somos entendidos, a gente não tem espaço, apenas julga. A sociedade deveria saber mais sobre a depressão" (sic).*

Portanto, este estudo identificou que não se pode generalizar e afirmar quais são os fatores causadores de depressão na terceira idade, mas a partir dos discursos

dos participantes, foi possível delinear que existem algumas situações comuns entre todos e que predispõem os indivíduos a se tornarem mais suscetíveis a desenvolverem sintomas depressivos, sendo eles, o aspecto familiar e o social. Dentre os vários discursos, destaca-se o do participante nº 3, que verbaliza de maneira incisiva: *"a gente se sente um nada, pois a família nos vê como um peso morto, trabalhar a gente não pode mais, onde vai parece que não é enxergado, aí ficamos por aí, pelos cantos jogados, o que sobra, é a gente pensar que realmente é um nada!" (sic).*

Outro aspecto que pode ser identificado nos discursos dos participantes deste estudo são as crenças que apresentam sobre o seu processo de envelhecimento, acreditando de forma fiel que eles não possuem mais sentido e significado para a família e a sociedade. Sobre isso Garcia et al (2006) consideram que para a ocorrência de um processo de envelhecimento sadio e tranquilo, com o mínimo possível de ocorrências de doenças físicas e mentais, os idosos precisam ter crenças positivas em relação ao seu processo de envelhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre o envelhecimento é um processo envolvente e que cada vez mais vem sendo discutido por inúmeros profissionais visto a necessidade do aprimoramento dos serviços que são oferecidos. Os indivíduos um dia irão envelhecer e passar por esse processo de remodelação da sua identidade, avaliando diversos aspectos do seu processo de desenvolvimento.

Foi perceptível neste estudo e também impactante, observar durante as narrativas dos idosos, que estes chegam à terceira idade com uma bagagem de histórias, experiências, porém, muitas vezes se sentindo sozinhos com a ausência dos filhos, sofrendo com a desunião familiar e não se sentindo mais útil para a sociedade. Foi possível perceber também que é comum ouvirmos de muitos idosos queixas como estas, de que se consideram um transtorno para as suas famílias, que sofrem ao depender dos cuidados de outrem e isto lhes toma parte da sua dignidade e independência como seres humanos, gerando uma crise de angústia existencial.

Comuns são as verbalizações também de familiares de indivíduos idosos de que estes acabam sendo mais uma responsabilidade para as famílias e também para a

sociedade. Todos estes comentários afetam de maneira ímpar e particular cada indivíduo idoso, podendo ser um dos agentes causadores do processo depressivo.

Frente aos objetivos propostos inicialmente pela pesquisa que deu origem a este artigo, inicialmente podemos trazer que referente ao objetivo de identificar quais os fatores podem estar envolvidos na ocorrência dos casos de depressão, os participantes consideraram que podem ser o abandono da família para com eles, bem como a ausência de atenção dos filhos no dia a dia, e a solidão que este período pode acarretar devido ao afastamento que possuem do ambiente de trabalho e do convívio em sociedade. Sobre a forma com que os idosos vivenciam o processo do envelhecimento, foi possível observar e identificar que cada um vivencia este processo de acordo com as suas experiências de momentos anteriores em sua vida.

Com relação a percepção dos idosos da amostra se existe influência do social, familiar e ambiental nos casos de depressão, pode-se destacar que nesta pesquisa foi identificado no discurso dos mesmos, que estes consideram a influência do fator familiar como uma das principais responsáveis em influenciar o início de um quadro depressivo, neste período da história de um indivíduo, ressaltando novamente que podem ser ocasionadas por várias questões envolvendo os familiares. Outro aspecto que pode ser destacado ainda neste artigo, é o de que a partir da coleta de dados, identificou-se que os idosos necessitam conversar, desabafar sobre suas vivências e experiências.

Diante disso, é sugerido a partir das constatações deste estudo, que os profissionais que atuam de forma direta e indireta com os idosos, precisam de alguma forma trabalhar as crenças dos idosos sobre o seu processo de envelhecimento, bem como conscientizar o idoso de maneira geral para que este organize-se para realizar mudanças no estilo de vida e usar de forma afetuosa seus recursos emocionais para atuar sobre a existência de sentimentos como a solidão, desamparo, abandono, tristezas, e perdas simbólicas.

Na atualidade, as políticas públicas que atuam em relação ao processo de envelhecimento buscam destacar o sentido positivo dessa fase do desenvolvimento na medida em que a pessoa idosa apresenta uma riqueza de conhecimentos, habilidades, experiências na vida cotidiana e laboral. Dessa forma, através deste estudo foi possível perceber que os idosos precisam cada vez mais de apoio não somente dos programas oferecidos por Secretarias de Saúde e Assistência Social,

mas também precisam da participação e envolvimento familiar, voltando a sentir-se útil.

REFERÊNCIAS

ALVARES, I. C. **Quem procura mais por psicoterapia, o homem ou a mulher.** 2010. Disponível em http://www.ricardoorlandini.net/colunistas/ver/20/26246-/ Acesso em 28 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - SPDM. **Saiba como a depressão afeta os idosos.** Disponível em <https://www.spdm.org.br/saude/noticias/item/2313-saiba-como-a-depressao afeta-os -Idosos> Acesso em 04 out 2019.

AZEREDO, Z. A. S.; AFONSO, M. A. N. Solidão na sobre a perspectiva do idoso. 2016. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**., Rio de Janeiro, 19(2):313- 324 <disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v19n2/1809-9823-rbgg-19-02-00313.pdf acesso em 07 out 2019.

CARMO, H. O.; RANGEL, J. R. A. R.; RIBEIRO, N. A. C; ARAUJO, C. L. O. A. **Idoso Institucionalizado:** o que sente, percebe e deseja? Passo Fundo, v. 9, n. 3, p. 330-340, set/dez. 2012.

CARMONA, C. F.; COUTO, V. V. D.; COMIN, F. S. A experiência de solidão e a rede de apoio social de idosas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 4 p. 681-691, out./dez. 2014 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n4/1413-7372-pe-19-04- 00681.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

DSM 5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** American Psychiatric Association; tradução Maria Inês Correa Nascimento *et al*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GARCIA, A.; PASSOS, A.; CAMPO, A. T.; PINHEIRO, E.; BARROSO, F.; COUTINHO, G.; MESQUITA, L. F.; ALVES, M.; FRANCO, A. S. A depressão e o processo de envelhecimento. **Ciênc. Cogn.,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 111- 121, mar. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_a rttext&pid=S1806- 58212006000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 mar. 2019.

GIL, A. C**. Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HERMETO, C. M; MARTINS, A. L. Tradução. **O livro da psicologia.** São Paulo: Globo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Projeção da População 2018**: número de habitantes do País deve parar de crescer em 2047/agenciadenoticias.ibge.gov.br<acesso em 05-03-2019>

_____. **Relatório anual de gestão da secretaria de saúde de Rio Negrinho** 2018 baseado no Censo 2010.

IRIGARAY, T. Q.; SCHNEIDER, R. H. Prevalência de depressão em idosas participantes da Universidade para Terceira Idade. **Rev. Psiquiatr**. Rio Grande do Sul , 2007, v. 29, n. 1, p. 19-27. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0847.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

KREUZ, G.; FRANCO, M. H. P. O luto do idoso diante das perdas da doença e do envelhecimento - Revisão Sistemática de Literatura**. Arq. Bras. Psicol**. Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809- 52672017000200012>. Acesso em: 04 out 2019.

MENDES, M.R.S.S. et al**.** A situação social da pessoa idosa no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul.** São Paulo, 2005.

MORAES, E. N. et al. Rede assistencial de atenção à pessoa idosa. **Princípios básicos de geriatria e gerontologia.** Belo Horizonte (MG): Coopmed; 2008. p. 665-78.

OLIVEIRA, J. B. A.; LOPES, R. G. C. O processo de luto no idoso pela morte de cônjuge e filho. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 217-221, abr./jun. 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a03v13n2>. Acesso em: 03 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial de envelhecimento e saúde.** 2015

PERSEGUINO, M. G.; HORTAL, A. L. M.; RIBEIRO, C. A. **A família frente a realidade do idoso de morar sozinho.** 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v70n2/pt_0034-7167- reben-70-02-0235.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

STUART, H. I. **A psicologia do envelhecimento:** uma introdução. Maria Adriana Veríssimo Veronese (trad.) 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

AGRADECIMENTO

Aos meus familiares por terem participado deste momento de formação tão importante em minha vida. A minha orientadora Fernanda Cristina Neidert Batista, por acreditar em mim. A Secretaria Municipal de Saúde do município de Rio Negrinho – SC e seus profissionais, por terem possibilitado o acesso ao grupo e indivíduos participantes do estudo.

A INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIAIS E FAMILIARES NOS COMPORTAMENTOS DE INDIVÍDUOS DETENTOS EM UM PRESÍDIO MUNICÍPIO DO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA[47]

Jaqueline Viesniewsky[48]
Fernanda Cristina Neidert Batista[49]

RESUMO

Os comportamentos criminosos acompanham nossa sociedade há muito tempo, não existindo um relato específico sobre a data de início. Analisando de um modo mais profundo os comportamentos envolvidos em um crime, temos que eles podem ser desencadeados por múltiplas situações dentre elas sociais, ambientais e familiares. O presente estudo buscou investigar através de uma ótica mais minuciosa, o que os detentos de uma unidade prisional, consideram como fatores influenciadores dos seus comportamentos. Este trabalho foi realizado no Presídio Regional de um município do Planalto Norte de Santa Catarina, onde participaram do estudo 20 detentos, tanto do sexo feminino, quanto do masculino, detidos em alas separadas e por causas diferentes. A coleta dos dados ocorreu através da aplicação de um questionário, o qual foi aplicado de forma individual com cada um dos interessados em participar do estudo. Entre os dados apresentados após a análise dos resultados, pode-se destacar que aspectos relacionados a constituição e estrutura familiar são os primeiros, posteriormente a baixa escolaridade e o fator do desemprego como estímulos desencadeadores para cometer crimes. Em relato dos participantes pode-se identificar ainda que mais de 50% da amostra verbaliza que não voltaria a cometer um crime, porém sabem que quando reinseridos na sociedade as dificuldades de retomar a vida, os farão cometer crimes novamente, por questão de sobrevivência.

Palavras-Chave: Família. Educação. Cultura. Desigualdade social. Detentos. Humanidade.

ABSTRACT

Criminal behaviors follow our society since long time, without a specific report about its beginning date. Analyzing deeper into the behaviors involved in a crime, one concludes they can be triggered by multiples situations, such as social, environmental and family ones. The present essay has sought to investigate through a more accurate perspective what detainees in a prison unit consider as influencing factors on their behaviors. All this work has been accomplished at a Region Prison in one city of Planalto of Santa Catarina, where 20 detainees have participated, both

[47]Trabalho apresentado da disciplina de TCC II do Curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho

[48]Graduanda do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: jaquelinevis.31@gmail.com

[49]Docente do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: fernanda.batista@unc.br

masculine and female, separated in different areas and various reasons. Data gathering occurred by submitting them through a set of questions which happened individually with each one of the people involved in this essay. Among data presented after analyzing the outcome of the study, one can point out aspects related with the family structure as the first ones, next low education and unemployment rate as motivation to commit crimes. In some participants narratives it's possible to identify that more than 50% of them say that they would not commit a crime anymore but they also know that when they are reinserted into society the difficulties of life will return and, again, they will commit crimes as a matter of survival.

Keywords: Family. Education. Culture. Social inequality. Detainees. Humanity

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que desde o surgimento do homem existem conflitos, agressões e demais violações dos direitos básicos, ou seja, há muito tempo já havia disputa para sobrevivência. Nas palavras de Magalhaes Noronha (1999, p. 107 *apud* KILL, 2007, p. 13): "a história do direito penal é a história da humanidade. Ele surge com o homem e o acompanha através dos tempos, isso porque o crime, qual sombra sinistra, nunca dele se afastou".

Não se tem uma precisão de como os crimes evoluíram, mas nas palavras de Neis (2008) citado por Deus (2013), a prática de crimes pode estar vinculada a muitos fatores (sociais, ambientais, familiares, entre outros), de maneira que, afirmar por si só, que esses fatores conduzem à prática delituosa, seria um equívoco, pois o crime é resultante de múltiplas situações e não produto de uma única causa.

Para Kil (2007) o crime é toda a ação que contraria os costumes da sociedade, danificando a moral e a lei e assim reprovada pela consciência. É algo cometido proibido por lei, o descumprimento dessa lei leva o sujeito a um cumprimento de uma pena em beneficio a segurança social e do estado.

Atualmente a criminalidade no Brasil e no mundo teve um crescimento significativo, com o avanço desenfreado de várias situações, tornando-se um tema de grande repercussão social, fator este que justifica a necessidade de estudos e pesquisas direcionados a esta temática.

Segundo o Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015), o país encontra-se entre os mais violentos no mundo, com um número exorbitante de homicídios, trazendo grandes consequências tanto nas esferas individuais quanto nas esferas coletivas. "O número de homicídios no Brasil, em 2015,

ficou estável na mesma ordem de grandeza dos dois anos anteriores. Segundo o Ministério da Saúde, nesse ano houve 59.080 mortes" (CERQUEIRA *et al.,* 2017, p. 55).

Ainda de acordo com o Atlas da Violência (2015), dentre os municípios mais violentos do Brasil em 2015, estão aqueles com mais de 100 mil habitantes, podendo ser este um dos fatores de influência da criminalidade, além dos outros fatores como por exemplo: a velocidade e desordem do crescimento populacional e consequentemente econômico. Dentre este crescimento e urbanização do país, muitos indivíduos podem recorrer ao mundo do crime como alternativa para diversas situações.

Ao longo dos cinco anos de formação da pesquisadora houve um processo de libertação de preconceitos embutidos pela cultura, sociedade havendo grande reflexo de empatia de me colocar no lugar do próximo. Sem julgar, e sim, investigar o que motivou os indivíduos a cometerem um crime. Nossa sociedade é rodeada de subjetividades e estas culturas, socioeconômicos, tornando importante avaliar os fenômenos os quais o sujeito que está vinculado, o que o levou a cometer esses crimes, quais foram os motivos que fizeram ter esse comportamento.

Fundamentado na curiosidade em buscar conhecer quais os aspectos que influenciam um comportamento criminoso que este estudo foi proposto. Vivemos rodeados de individualidades, o mundo interno de cada sujeito e como é o seu relacionamento com a sociedade. Caracterizando-o por suas singularidades na construção de suas próprias crenças e seus valores pessoais, considerando suas características culturais, experiências e histórias na construção do seu ser sobre seus comportamentos e atitudes. Antes de qualquer atitude ou comportamento, vivemos alguma experiência seja negativa ou positiva, podendo refletir em nossos comportamentos.

A relevância social desta pesquisa é o de promover ampliação do conhecimento acerca das causas que influenciaram os comportamentos criminosos, para que a sociedade possa buscar auxiliar nas situações que puderem ser solucionadas, e também levar a uma reflexão sobre julgamentos precipitados e o olhar para com o próximo. Cientificamente os dados obtidos também apresentam o objetivo fundamentar teoricamente a elaboração e reestruturação de políticas públicas na área de atendimento aos detentos e suas famílias, bem como auxiliar na construção de projetos de atenção e demais aspectos envolvidos.

Este estudo pretendeu compreender se as condições sociais e familiares podem ter exercido influência nos comportamentos criminosos de um grupo de detentos do Planalto Norte de Santa Catarina. Buscou também uma caracterização do perfil sócio demográfico dos indivíduos, identificação da realidade familiar, descrição da realidade social e educacional dos participantes da amostra e análise do discurso dos mesmos sobre os seus comportamentos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo o qual pertence a área das Ciências Humanas e Sociais, com finalidade básica estratégica, de caráter exploratório com abordagem quantitativa e qualitativa. No que diz respeito a sua coleta de dados, o mesmo pode-se definir como sendo de levantamento de campo (survey).

O universo da pesquisa foi formado pelos indivíduos detentos no Presídio Regional de Mafra, o qual atende a população dos municípios que compõem a região do Planalto Norte de Santa Catarina[50]. A amostra foi composta por 20 indivíduos que estavam detentos no local delimitado, os quais estavam de acordo com os critérios de inclusão e exclusão propostos pela pesquisa.

O local disponibilizado para acadêmica coletar os dados, foi dentro do presidio, em um local reservado, buscando não expor as informações de cada participante da pesquisa, mantendo o sigilo e a ética.

A partir das leituras e pesquisas bibliográficas realizadas para ampliar o conhecimento teórico da pesquisadora a respeito da temática, foram delimitados os objetivos da pesquisa e a partir destes a confecção de um questionário para coletar os dados. Foi feito um questionário que pudesse incorporar de fácil compreensão com questões de perguntas e respostas objetivas para definir idade, sexo, escolaridade, entre outros dados que a acadêmica pudesse demostrar o objetivo da pesquisa proposta.

Após a realização da coleta de dados, estes foram organizados e tabulados em dois programas, sendo os quantitativos no Microsoft Excel e os qualitativos no Microsoft Word. Diante dos dados tabulados, estes foram analisados à luz dos objetivos propostos pelo estudo e relacionados com a teoria que o embasou.

[50]Planalto norte de Santa Catarinense composto por, Rio negrinho, São Bento do sul, Canoinhas, Mafra, Três Barras e Porto União (SCTURISMO, 2019, p. 1)

O projeto de pesquisa antes de ser aplicado foi avaliado e posteriormente aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos da Universidade do Contestado, sob o número 3.411.652. Importante destacar ainda que devido à estrutura da Instituição em que a pesquisa foi realizada, os procedimentos éticos específicos também foram seguidos para que seu desenvolvimento pudesse ocorrer.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De forma geral o estudo pretendeu compreender se as condições sociais e familiares tiveram influência no comportamento dos detentos do presidio do Planalto Norte de Santa Catarina. Caracterizando o perfil sociodemográfico da amostra, identificando sua realidade familiar, social e educacional. Na tabela 1 abaixo conseguimos observar os objetivos desta pesquisa, bem como seus resultados.

Quadro 1 – Síntese dos objetivos da pesquisa

OBJETIVOS	RESULTADOS
Objetivo Geral: Compreender se as condições sociais e familiares podem ter exercido influência nos comportamentos criminosos de um grupo de detentos do Planalto Norte de Santa Catarina	Um dos primeiros pilares para o desenvolvimento de caráter e personalidade de um indivíduo inicia na infância. É na família que se dá os primeiros passos para aprendizagem da sociedade e socialização, grande parte dos detentos da amostra tiveram alguma ruptura, perda, conflitos familiares. Com base nas respostas, percebesse que crianças fragilizadas estão mais propensas a se inserir no mundo do crime na vida adulta. Fatores sociais como a violência na comunidade, desajuste familiar e a falta de incentivos para os jovens permanecer na escola. A desigualdade social, a falta de uma sociedade igualitária onde “muitos tem muito e outros não tem nada” e a exclusão social. Os jovens tem pouca estrutura e informação, a sociedade julga, a falta de emprego e a necessidade de buscar um sustento para a família.
Objetivos Específicos: Caracterizar o perfil sócio demográfico dos indivíduos que irão compor a amostra	Foi possível observar que a grande maioria da amostra era jovens com idade de 23 à 27 anos. Sendo 55% da amostra mulheres e 45% homens.
Identificar a realidade familiar dos indivíduos	Com base nos discursos dos participantes, relatam que tiveram família desestruturada e algum momento da infância, perda recente dos pais, separação, morava com parentes e não os pais primários e sofria abuso sexual e falta dos pais pela necessidade de trabalhar para sustentar os filhos. Maioria já te filhos 2 ou mais.

Descrever a realidade social e educacional dos participantes da amostra	Com baixíssima escolaridade, ensino fundamental incompleto ou atingira o ensino médio e não concluíram. A grande maioria de classe pobre com 1 salário mínimo, característica de cultura familiar fragilizada, falta do apoio dos pais e desigualdade social, pobreza. Falta de oportunidade e motivação para trabalhar. Tinha contato com o crime, sendo grande maioria tráfico de drogas como sustento.
Analisar o discurso dos mesmossobre seus comportamentos	Grande maioria te o desejo de mudar, com desejo de ter uma vida diferente, mostrando arrependimento e sofrimento pela falta e perda de contato com a família e filhos.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A partir do estudo e dos resultados da pesquisa foi possível constatar que a família tem forte influência nos comportamentos criminosos do sujeito, pois a família é o início para a socialização e a inserção do sujeito para a sociedade. Neste estudo foi possível também, traçar que a maioria são jovens, não concluíram o estudo, não conseguiram se inserir no mercado de trabalho, levando os mesmos a acreditar na satisfação do dinheiro fácil e no comércio dos ilícitos. Esses jovens optam pelo caminho mais fácil mercado do crime, traficando para ter uma renda extra. Foi possível traçar também nessa pesquisa, que a família (filhos e esposa) tem forte influência para fazer o sujeito procurar renda extra, para sustentar seus filhos, também se arrependem quando já estão pagando pelo crime e não tem o desejo de voltar a cometer o crime. A desigualdade social, cultura, e falta de acesso a informações sobre a importância do estudo na vida dos jovens tem forte relação no comportamento do sujeito ao mundo do crime. No discurso de cada participante da amostra existe arrependimento e o grande desejo de ser alguém melhor, mas a realidade pode ser diferente diante dos olhos da nossa sociedade com o medo de um ex detento.

Não existe uma precisão exata do início dos crimes, sabe-se que existem desde as mais antigas sociedades. Antes era compreendido como questão de sobrevivência na natureza, com o surgimento das culturas e grupos surgiu a agressão dos homens (coletividade, sociedade). Na concepção de Deus (2013):

> Existem muitas teorias para a origem da criminalidade, cada uma se aplica para definir esta ou aquela situação, mas nenhuma irá definir o berço de todos os delitos. Isto ocorre porque o crime é um conceito amplo e complexo, que envolve muitos fatores, de forma que não há uma teoria geral da criminalidade, pois os crimes são distintos por terem causas e motivações diversas (DEUS, 2013, p. 5).

Para Fernandes (p. 68): “Francis Bacon[51] e René Descartes[52] afirmavam que os fatores socioeconômicos eram causas determinantes de criminalidade” (*apud* NEIS, 2008, p. 9).

Pensadores de muitos séculos já viam as questões que levam ao crime como motivos socioeconômicas, desigualdades sociais, entre outros inúmeros fatores que estão rondando os crimes até a atualidade. Fárias (2008) considera que fatores internos e externos, e entre os fatores externos mais comuns são:

> 1) Fatores Sócio-familiares: a falta, a deterioração ou o desajustamento da estrutura familiar. Diz Jean PINATEL que no fator familiar está a raiz mais profunda da criminalidade. 2) Fatores Sócio-econômicos: de um lado a pobreza, a vadiagem, a refratariedade ao trabalho, o desemprego e subemprego; de outro lado, a riqueza, quando suscitada pela ganância descontrolada, a volúpia de ganho fácil, com derivações à exploração, à fraude, à falsificação e a atos clandestinos os mais insidiosos, sórdidos e torpes, com engenhosas articulações para enganar. 3) Fatores Sócio-Ético-pedagógicos: a ignorância, a falta de educação e a falta de formação moral. Esses fatores levam o indivíduo à falta ou à falsa representação de realidade. [...] 4) Fatores Sócio-ambientais: as más companhias e as más influências ambientais e, dentro desses influxos concorrentes estão expostos os menores carentes e abandonados, vítimas da corrupção, de maus tratos e de exploração; foragidos do lar ou de instituições, ficam extraviados, a perambular, a vender quinquilharias, a permanecer em locais inadequados (*apud* NEIS, 2008, p. 42).

Neste sentido surgem questionamentos sobre a constituição da nossa sociedade, como ela cresceu e os mesmos se dão no sentido da evolução da criminalidade, com o crescimento da população e o crescimento desenfreado de falta de estrutura.

Para Mendes (2009) a violência faz parte, da rotina da nossa sociedade, desde violência contra nosso parceiro, abuso sexual na infância ou adolescência envolvimento com drogas licitas ou ilícitas, tráfico de drogas ou violência contra idosos. A violência está por toda a parte, nos levando a busca de reflexões e possíveis compreensões, afinal, vivemos em sociedade e não podemos nos fechar para os motivos que podem estar relacionado aos índices da criminalidade.

A partir da coleta de dados, neste estudo foi possível identificar aspectos que os participantes relataram possibilidade em influenciarem nos comportamentos que

[51]Francis Bacon nasceu em 1561 e seu falecimento foi no ano de 1626 um filosofo, político e ensaísta. Formulou teorias que fundamentaram a ciência moderna e foi considerado o pai do método experimental (FRAZÃO, 2019, p. 1)

[52]René Descartes nasceu em 1596 e seu falecimento foi no ano de 1650, foi um filosofo, físico e matemático, ele foi também criador do pensamento com sistema filosófico que deu origem a filosofia moderna com metodologia da ciência no sentido crítico (FRAZÃO, 2019, p. 1)

os direcionaram a cometerem os crimes e estarem privados de sua liberdade na referida Instituição. Torna-se importante antes de qualquer coisa, destacar quais as principais características sociodemográficas da amostra participante, para posteriormente realizar discussão.

Em relação a amostra temos que a mesma foi composta por 20 indivíduos, sendo 11 mulheres e 09 homens. A escolha inicial fora de somente realizar a coleta de dados com os detentos do sexo masculino, porém ao chegar na Instituição as mulheres que também estão detentas demonstraram interesse em participar do estudo. Ainda para Vinhal (2018) entre os crimes mais cometidos pelas mulheres é o tráfico de drogas, podemos analisar esse fato nessa pesquisa. 65% da amostra respondeu que está detido por tráfico de drogas e 70% era usuário de drogas. Diniz citado por Vinhal (2018) menciona que as mulheres estão participando mais na vida do crime. Um dos fatos pode ser considerado as políticas sociais, sendo o tráfico como uma forma de renda familiar. Sem desconsiderar também, o grande número de desemprego e a opção de traficar para sobreviver.

Em relação a amostra ainda pode-se identificar que 15% tem idade entre 18 a 22 anos, 40% 23 à 27 anos, 15% 28 à 32 anos, 15% 33 à 37 anos, 10% de 38 à 42 anos e apenas 5% 48 à 52 anos. Podemos observar na pesquisa, que a maioria dos detentos são jovens de idade entre 23 à 27 anos.

Segundo Sena (2019) os jovens estão cada vez mais presentes na vida do crime, pois estão mais propensos a serem influenciados já que é um período de aquisição cognitiva, emocional e social. Ainda para o autor, esses jovens optaram pelo crime por sua construção social, sendo um dos motivos resultantes a violência familiar e social, existe uma insuficiência na família, escola entre outros projetos e instituições resultando na falta de informação dos sujeitos os levando ao crime.

Há também em escolas e nos meios sociais onde vivemos aqueles indivíduos que praticam bullying, apesar de não ser a temática dessa pesquisa, ela não pode passar despercebida pois se trata de uma agressão física e psicológica que pode ser um dos propulsores de revolta, criando laços de ódio e crime.

Almeida (2012) aponta que o bullying é um dos tipos de violência que acarreta muitas consequências de curto e longo prazo para todos os sujeitos envolvidos. Acarretando desde problemas psicológicos, fisiológicos, sociais e comportamentais como uso desenfreado de drogas licitas e ilícitas, além de comportamentos criminosos e/ou violentos. Fatores sociais, como violência na comunidade,

vitimização na escola ou fora dela, desajuste familiar, entre outros fatores estão relacionados com a ocorrência dessa violência.

O primeiro grupo primário de um sujeito é a família, é na família onde o indivíduo dá os primeiros passos para a vida social, onde inicia o processo de socialização e educação, a formação do que é certo ou errado. Posteriormente, frequentam escolas, possíveis opressoras de liberdade de expressão, caracterizando uma forma de violência e revolta.

Com relação a sua família e a relação, 50% respondem que foi boa e tiveram apoio familiar e 40% desabafa que foi média. Apesar de 50% da amostra responder que foi boa, confessam que foi boa até um determinado conflito parental, os desestruturando: "*Foi uma infância boa, até meus pais se separarem, depois foi ao barranco" (sic p4).* "*Foi boa convivência com minhas irmãs, até os 13 depois meus pais faleceram" (sic p. 11).*

Para aqueles que consideram média, também desabafam que em algum determinado momento houve uma ruptura familiar, desde separação dos pais, morte, conflitos, ou a resposta foi que o próprio sujeito desde a infância já não tinha bons comportamentos, refletindo também em como era os cuidados para com essa criança na infância: "*Uma infância boa até aos 9 anos depois comecei a me envolver com o crime fumar beber e usar drogas" (sic p.2), "tive convivência com pai e mãe só até meus 4 anos de idade, depois fui morar com meus avós maternos e depois me criei com minha tia (irmã da minha mãe e meu tio, minha mãe me ajudava financeiramente com meus gastos escolares, mas não era muito presente em meu crescimento, pois tinha que trabalhar para se sustentar e ajudar meus tios e não morava conosco" (sic p.16);* e 10% da amostra responde que foi ruim, porque não tiveram apoio da família: *"não tive o papel dos pais eles saiam pra trabalhar e ficar sozinha, sofria abuso na infância (mais de uma vez)" (sic p.20).*

Nesse sentido Almeida (2012) aponta que entre os fatores que exercem influência para o sujeito cometer o crime é a família, a família e a criminalidade estão interligadas, como podemos ver nas respostas de alguns participantes da amostra.

Para Mendes et al. (2009) as crianças aprendem através de vivencias do comportamento de seu grupo social, ou seja, quanto mais integrado socialmente maior a probabilidade de não cometer um crime ou infringir as leis. O sujeito tem comportamentos violentos quando experimenta medo, fazendo com que não tenha controle sobre seu comportamento violento.

A violência é um meio de adquirir justiça, respeito, pessoas que presenciam conflitos familiares ou tem os pais envolvidos em crimes estão mais propensos a terem dificuldade para solucionar problemas sociais. Os pais ou responsáveis, são os primeiros pilares que possibilitam as primeiras informações para o desenvolvimento de habilidades sociais. Ainda na mesma discussão, crianças que sofreram maus tratos, rejeição, violência, pais negligentes, morte dos pais, disciplina em excesso, abuso sexual e físico são fatores que impulsionam comportamentos violentos na infância e refletindo na vida adulta.

Para Neri (2009) a educação sobre desigualdade no Brasil, existe também, a falta dos pais e dos jovens em ter consciência do potencial da educação na transformação em suas vidas, gerando empregos, salário e saúde.

Nas concepções de Mendes et al. (2009) fatores socioambientais no comportamento agressivo. Entendendo-se que baixos salários, baixa renda familiar, políticas públicas como educação, saúde, moradia, segurança, estão fortemente ligados aos comportamentos agressivos. Segundo Armani e Silva (2010) a maioria dos detentos possui pouca escolaridade, resultando em desemprego, falta de renda os levando a vida do crime.

No estudo, 40% dos participantes tem ensino fundamental incompleto, apenas 5% ensino fundamental completo, 40% tem ensino médio incompleto, 10% ensino médio completo e apenas 5% chegaram ao ensino superior mas não concluíram. Grande maioria não terminou o ensino médio e ensino fundamental, resultando em um grande número da amostra com pouca escolaridade. “A presença de evasão por motivos associados as restrições de renda é de 446% entre os mais pobres” (NERI, 2009, p. 56).

Neri (2009) pontua que há uma necessidade dos jovens pobres suprirem sua renda, alguns são filhos de mães sem instruções ou pais que perderam o emprego, fazendo com que esses jovens abandonem ou nem busquem (no caso de mães e pais sem instruções) a educação, gerando automaticamente uma dificuldade ainda maior na entrada no mercado de trabalho.

A amostra aponta também, que 80% dos detentos tem filhos sendo um dos fatores que os levam a procurar estratégias criminosas e dinheiro fácil para sustentar essa família. Armani e Silva (2010) destacam em sua pesquisa, que os detentos que tem uma idade consideravelmente jovem, tem pelo menos 2 filhos, um dos pilares que sustentam os motivos para tal, que não tiveram ajuda para a formação da estrutura

familiar, vivendo em situações desiguais de qualidade de vida. Nas palavras de Alvez citado por Armani e Silva (2010):

> A determinação da existência da violência é influenciada e agravada pelo desemprego que assola grande parte da população brasileira, causando uma grande estratificação populacional, onde muitos têm pouco e poucos têm muito (*apud* ALVES, 1992).

A falta de escolaridade bem como a falta de instituições e projetos sociais reflete significativamente na vida do sujeito, e na taxa de desempregos os levando a buscar uma vida mais fácil, no mundo do crime. A pesquisa aponta que 35% da amostra que cometeram o crime por desemprego, 35% por dinheiro fácil, 15% problema familiar, 35% por decisão própria, 20% má companhia e 20% sustentar algum vicio.

Almeida (2012) ressalta que o tráfico de drogas é um fenômeno que contribui para o aumento de crimes no Brasil, ele gerencia jovens com renda baixa, sem perspectivas trabalho e futuro. Na pesquisa 70% é usuário de drogas, e 65% foi detido por tráfico de drogas, o que corresponde um número bem alto de comercialização de ilícitos. É possível perceber que o tráfico de drogas recruta muitos jovens, para manter esse mercado, os jovens se perspectivas se utilizam como renda para sustentar a família, vicio, a falta de escolha, exclusão social.

Na pesquisa 80% respondem que se esforçaram pra melhorar de vida porém não souberam manter, como o emprego, más companhias, : "*sim, tentei mas as vezes as mas companhias estragaram" (sic p.4), "sim, tentei arrumar várias vezes serviços, não tive oportunidade" (sic p.6), "sim, enquanto foi possível depois de um tempo não tanto, problemas pessoais se tornaram problemas que eu não soube lidar" (sic p.8).*

Almeida (2012) aponta que um grande atrativo para criminalidade é o dinheiro fácil, um motivador como podemos analisar nas respostas dos detentos dessa pesquisa: "*já tive bastante serviço só que nunca deixei de me levar pelo trabalho porque quando começava não queria mais e voltava pro mundo do crime" (sic p.10).*

No que se diz respeito as expectativas atuais, se voltaria a cometer o crime, 85% dos entrevistados não voltariam a cometer o crime. Ao questionar quais foram os ganhos pessoais com o crime respondem que não obtiveram aprendizagem e perdas como filhos, família e que se arrependem dos atos criminosos: "*Aprendi muito, sofri de mais longe dos meus filhos, eu pretendo sair uma nova mulher uma nova mãe" (sic*

p.2), "Consegui mas perdi, sou mais consciente dos meus atos, por serem corretos e dignos, para educação dos meus filhos" (sic p.7), "Nada, não vou fazer novamente, o crime não compensa, aprendizado" (sic p.10), "Com certeza aqui mudei muito meu modo de pensar" (sic p.150, "A não cometer o mesmo erro pra não ficar longe dos meus filho!" (sic p.16), "Ganhei dinheiro mais agora perdi tudo com a cadeia" (sic p.18), "Sim, carro, casa, roupas de marcas, pratas, um bom dinheiro e sempre muito respeito e dignidade no mundo em que eu vivia" (sic p.12).

Almeida (2012) um dos grandes impulsos que faze o sujeito a desistir da vida do crime, é casamento com alguém que não aprova os atos cometidos pelo sujeito e principalmente ter filhos, como podemos analisar nos desabafos dos entrevistados desta pesquisa.

Através do controle e poder os detentos demostram arrependimento por medo e controle, Foucault (2013) aponta que os reformadores apoiavam a mão de obra obrigatória dos criminosos em obras públicas, sendo uma forma do detento contribuir para a sociedade pelo mal que causou. Na mesma perspectiva, o autor coloca que os detentos já passaram por outras instituições disciplinares semelhantes a prisão, como as escolas, exército, orfanatos, religião, sendo uma submissão a disciplina. Por trás da prisão tem uma técnica de poder e controle social, levando os indivíduos ao medo e a submissão.

Na concepção de Medonecky (2015) o sistema penitenciário tem o objetivo de ressocialização dos indivíduos, mas não é exatamente o que ocorre, a insuficiência de recurso e investimento não contribuem para essa ressocialização. Para o Conselho Regional de Psicologia CFP (2012):

> Os efeitos perversos e nocivos do encarceramento, prioritariamente dirigido às classes pobres, aos negros e aos jovens, é hoje razão de preocupação de organismos internacionais, e também nacionais, que veem neste processo de encarceramento uma justiça seletiva e distante de qualquer forma de reintegração social ou responsabilização daqueles que sofrem os efeitos nefastos da pena de prisão (CFP, 2012, p. 12)

Nos estudos de Junior (2003) atualmente existe a necessidade de um respeito as humanas e a integridade física e mental do indivíduo, um tratamento mais humanizado no sistema penitenciário do Brasil. As consequências causadas pelo crime nos remetem a redução ao descontrole do sistema prisional não

restaurando o indivíduo para a sociedade. Justificando os 15% da amostra que voltariam ao mundo do crime:

> Criamos então um centro de aprendizagem criminal, onde muitos se aprimoram na arte da criminalidade, não sendo raros os casos de pequenos delinquentes que encontram o seu amadurecimento criminoso dentro destas instituições. Por consequência desta falência do sistema prisional brasileiro temos uma quantidade absurda de ex-detentos devolvidos à sociedade sem qualquer reabilitação. Pelo contrário, retomam a liberdade mais próximos da criminalidade e seus agravantes (JUNIOR, 2003, p. 3)

Mesmo que grande maioria dos entrevistados responde que não voltariam a cometer o crime, quando saem do cárcere acabam sofrendo alguma desvalorização e diante de algumas situações difíceis que os estimula novamente e direciona a cometer novos crimes.

4 CONCLUSÃO

Ao observar os dados e discursos presentes nos resultados desta pesquisa, é possível notar como os detentos da amostra estavam inseridos em um contexto familiar desestruturado, mesmo que estes relataram apresentar um relacionamento médio a bom com os seus familiares. Pode-se destacar ainda que em algum momento de sua infância tiveram algum conflito familiar como: perda dos pais, falta de afeto, ausência dos pais devido os mesmos saírem para trabalhar deixando-os sozinhos ou com outros familiares, emergindo assim sentimentos de abandono e solidão, os quais repercutiram de forma direta nos seus comportamentos atuais.

Outro aspecto que pode ser identificado é em relação a faixa etária dos participantes do estudo, demonstrando que a população carcerária na região estudada é relativamente jovem. Sobre isto, a grande maioria dos detentos entrevistados não concluíram os seus estudos e também verbalizaram por vários momentos não considerarem o ambiente escolar atrativo.

Neste estudo foi possível ainda identificar que o início dos indivíduos no mundo do crime, deu-se a partir falta de espaço no mercado de trabalho e acesso ao dinheiro fácil no tráfico de drogas. Portanto, a crescente facilidade de acesso ao mundo da criminalidade, levam os jovens cada vez mais a realidade atrás das grades.

Sendo assim neste estudo pode-se considerar que torna-se necessário uma remodelação social não somente a nível do sistema penitenciário, mas sim de todos

os sistemas que compõem a sociedade, sendo o educacional, familiar, de saúde e também de assistência social, pois a partir disto possibilita uma sociedade com mais acesso a informações, acesso ao mercado de trabalho, e com isso o impacto nos gastos com a saúde diminuiriam. E em nível penitenciário, possibilitaria uma reeducação e uma segunda chance para o detento se inserir a sociedade com a possibilidade real de mudança e crescimento pessoal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. **Bullying escolar e criminalidade adulta**: um estudo com egressos do sistema prisional de juiz de fora/mg. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgpsicologia/files/2010/01/Adriana-Aparecida-de-Almeida.pdf> Acesso em: 02 de outubro de 2019

ARMANI, T. E.; SILVA, C, A, T. C. **Avaliação socioeconômica e de fatores que levam a violência com detentos de Cascavel/PR.** 2010. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/490> Acesso em: 19 set. 2019

ARAUJO, E. S. **A criminalidade feminina revelada.** 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66964/a-criminalidade-feminina-revelada>. Acesso em: 18 set. 2019

CERQUEIRA, D. **Atlas da violência**. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de referências técnicas em psicologia e políticas públicas 2012. **Documento de referência para atuação dos psicólogos no sistema prisional**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/O-trabalho-do-psicologo-grafica-web1.pdf> Acesso em: 03 out. 2019.

DEUS, A. S. **Aspectos jurídicos e sociais da criminalidade juvenil:** uma análise de estatísticas. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/P.2318-7999.2013v16n32p142/6085> Acesso em: 17 abr. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 41.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FRAZÃO, D. **Biografia de Francis Bacon.** Disponível em: <https://www.ebiografia.com/francis_bacon/>. Acesso em: 09 out. 2019

KIL, B. **Princípios da insignificância do direito penal**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/27477881-Principio-da-insignificancia-no-direito-penal.html>. Acesso em: 16 abr. 2019

MEDONECKY, P**. O sistema penitenciário Brasileiro**: a descriminação da sociedade e a ineficiência da ressocialização. Disponível em: <https://pamelamedonecky.jusbrasil.com.br/artigos/140913600/o-sistema-penitenciario-brasileiro-a-descriminacao-da-sociedade-e-a-ineficacia-da-ressocializacao> Acesso em: 17 abr. 2019

MENDES, D. D. *et al*. **Estudo de revisão dos fatores biológicos, sociais e ambientais associados com o comportamento agressivo.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462009000600006> Acesso em: 02 out. 2019

NERI, M. **Motivos da evasão escolar.** Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3- Pesq_MotivacoesEscolares_ sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

SALES, I. **A mulher tem muita carência afetiva.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/a-mulher-tem-muita-carencia-afetiva-1.421380> Acesso em: 18 set. 2019.

SCTURISMO. **Planalto norte**. Disponível em: <https://www.scturismo.com.br/ category/planalto-norte/>. Acesso em: 18 set. 2019.

SENA, J. **A incidência da vulnerabilidade social sobre a prática dos atos infracionais no Nordeste Brasileiro.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/ 72789/a-incidencia-da-vulnerabilidade-social-sobre-a- pratica-dos-atos-infracionais-do-nordeste-brasileiro>. Acesso em: 01 out. 2019

TARANTINI JUNIOR, M**. O sistema prisional Brasileiro**. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/1734/artigo-sistema-prisional-brasileiro-pseudonimo-mtjr-penal-1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019

VINHAL, G. **Número de mulheres presas cresce 656%; Brasil é o 4° pais que mais prende.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/06/11/interna- brasil, 687581/quantas-mulheres-estao-presas-no-brasil.shtml> Acesso em: 27 set. 2019.

AGRADECIMENTO

A minha professora orientadora Fernanda, pela dedicação e carinho nessa caminhada do saber, além de sua dedicação e paciência; Ao meu pai Justino, e meu irmão Junior e Cristian que ne motivaram e incentivaram que tive desestruturas emocionais; Ao Bento Carlos pelo carinho, incentivo e escuta com tanta paciência; Ao meu filho Kaleb que me motiva a nunca desistir dos objetivos, e por ter me acompanhado nessa trajetória; Ao diretor e todos os funcionários do Presidio Regional de Mafra por ter possibilitado minha pesquisa em campo; Aos detentos entrevistados por possibilitarem que esse estudo fosse realizado, contribuindo com dados tão valiosos de vossas subjetividades.

ADOECIMENTO MENTAL NO TRABALHO: POSSÍVEIS CAUSADORES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE TRABALHADORES[53]

Debora Cristina Olinek[54]
Fernanda Cristina Neidert Batista[55]

RESUMO

O trabalho é um fator muito relevante na vida das pessoas, podendo ter grande influência na saúde mental dos trabalhadores. Esta pesquisa teve por objetivo investigar as possíveis causas de adoecimento mental nas organizações a partir da percepção de trabalhadores, de diversas áreas de trabalho em cidades no Planalto Norte Catarinense, investigando a saúde mental anterior a atividade ocupacional, buscando compreender sobre as medidas tomadas pelos trabalhadores para o restabelecimento de sua saúde mental e relacionando os sintomas apresentados com a atividade laboral. Trata-se de uma pesquisa básica, de levantamento, com análise qualitativa. A coleta de dados, se deu através de uma entrevista semiestruturada. Para análise dos dados, foram agrupados em categorias que foram relacionadas a teoria. A partir dos dados obtidos, foi possível observar na fala dos entrevistados diversos possíveis causadores de adoecimento mental no trabalho, entre eles estão a jornada de trabalho, dificuldades de relacionamento com colegas, sobrecarga, desvalorização, entre outros. Mais de 50 % dos participantes da pesquisa consideravam sua saúde mental anterior a atividade laboral mais estável, tomando desta forma medidas variadas para o seu restabelecimento. Pode-se perceber a relação entre o sofrimento apresentado e a atividade laboral quando na fala dos entrevistados foram encontrados sintomas físicos e emocionais antes de ir trabalhar ou ao pensar no trabalho.

Palavras-Chave: Trabalhadores. Adoecimento Mental. Organizações de Trabalho.

ABSTRACT

Working is a very important factor in the people´s life, it may have a lot of influence in the mental health of workers. This research aimed to investigate possible causes of mental illness in the organization from worker´s perception of several areas of work in the North Plateau of Santa Catarina, investigating the mental health before the occupational activity, searching results to activity when understand about the measures taken by the workers to get over their mental health and relating the symptoms showed with the labor activity. This is a basic survey with both qualitative analysis. The data were collected through a semi-structured interview. For the data analysis, they were grouped into categories and related to theory. From the data obtained, it was possible to observe in the interviewees` speech several probable

[53]Trabalho apresentado da disciplina de TCC II do Curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho

[54]Graduanda do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: debora_olinek@hotmail.com.

[55]Docente do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: fernanda.batista@unc.br.

causes of mental health at work, among them are the workday, relation difficulties with co-workers, overload, devaluation, among others. More than 50% of survey participants considered their previous mental health to the labor activity more stable, thus taking varied measures to restore it. We can realize the relation between the suffering presented and the work activity when in the interviewees` speech were found physical and emotional symptoms before going to work or thinking about work.

Keywords: Workers. Mental Illness. Work Organization.

1 INTRODUÇÃO

Pode-se perceber atualmente, transformações relevantes no mundo do trabalho, onde novas formas de organização aparecem e a natureza se modifica. Observa-se o término de empregos permanentes enquanto surgem inovadoras tecnologias e formas de organização. Ao passo que várias pessoas sofrem pela escassez de uma vaga, outras sofrem por conta do trabalho excessivo (MORIN, 2001).

Grande parte da vida das pessoas se passa dentro das instituições de trabalho, desta forma é clara a importância que este exerce sobre a vida de cada um destes sujeitos. Porém, muitos têm visto a atividade laboral como um fardo, algo difícil, que é realizado apenas por uma necessidade financeira (CARVALHO, et al. 2013).

Partindo das informações que nos trazem Mendes e Cruz (2004 *apud* GILBERT, CURY, 2009, s/p) sobre o trabalho:

> O trabalho, apreendido como algo tão fundamental na vida das pessoas, traz consequências para a integridade física, psíquica e social da pessoa à medida que, de um lado, ao constituir-se como uma atividade produtiva, ontológica do ser humano, tem o papel de assegurar a saúde; de outro, o contexto do trabalho, se for caracterizado por condições precárias e falta de oportunidades de desenvolvimento profissional, contribui para o adoecimento.

Na atualidade muitas empresas têm, segundo Nogueira e Pereira (2016) conhecimento de sua influência na saúde mental do trabalhador, porém medidas para a prevenção e recuperação dos danos não são tomadas. Vasconcelos e Faria (2008) destacam que: “A organização do trabalho pode apresentar-se como fator de fragilização mental dos indivíduos, o que torna as organizações como parte responsável pela Saúde Mental de seus integrantes”.

Em decorrência da possível influência que as organizações de trabalho podem exercer na saúde mental dos trabalhadores e após a pesquisadora ter experiência pessoal em um ambiente de trabalho onde constatou empiricamente a vivência continua de agentes estressores, surgiu o interesse em desenvolver esta pesquisa.

No âmbito científico, pressupõe-se que o novo conhecimento em pesquisa, possa possivelmente promover a melhoria dentro das organizações de trabalho, pois a partir dos resultados encontrados as organizações poderão desenvolver/investir em programas que possam vir a contribuir com a saúde mental dos trabalhadores.

Como objetivos norteadores do estudo, buscou-se compreender quais os possíveis causadores de adoecimento mental nas organizações de trabalho a partir da percepção dos próprios trabalhadores; apurar sobre medidas tomadas por esses sujeitos para o restabelecimento da saúde mental, relacionar a atividade ocupacional com o sofrimento apresentado, bem como investigar sobre a saúde mental anterior ao desenvolvimento desta atividade laboral.

Diante do que foi supracitado, pode-se afirmar que os aspectos do trabalho que podem afetar a saúde mental do trabalhador, devem ser tomados como objetivo de reflexão, pois apesar de estudos e discussões sobre o tema, os adoecimentos no trabalho continuam crescendo, e tornando-se um problema relevante de saúde pública (SILVA; BERNARDO; SOUZA, 2016).

Sendo assim, compreende-se como importante, tomar como objeto de estudo a experiência e percepção dos próprios trabalhadores adoecidos no contexto de suas atividades laborais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

No que diz respeito a natureza desta pesquisa, pode ser classificada como básica e do ponto de vista de seus objetivos, trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória. Com relação aos procedimentos técnicos, se classifica como uma pesquisa de levantamento de campo (survey), no que concerne a abordagem do problema pode-se considerar de natureza qualitativa.

Participaram da pesquisa 17 indivíduos que sofrem ou sofreram adoecimento mental causado pelo trabalho em cidades do Planalto Norte Catarinense, sendo eles diagnosticados com algum adoecimento mental ou que se perceberam nesta

situação por conta própria. De 17 participantes da pesquisa, 16 foram do gênero feminino, no que diz respeito a escolaridade dos participantes, em sua grande maioria possuem ensino superior completo ou incompleto, sua idade variou de 18 à 47 anos. A amostra foi constituída de forma aleatória através do método *Snowball* (Bola de Neve). Segundo o que afirmam Faugier e Sargeant (1997 *apud* DEWES, 2013, p. 10) “O método de amostragem em Bola de Neve pressupõe que há uma ligação entre os membros da população dado pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma”.

Para desenvolver esta pesquisa foi utilizada uma entrevista semiestruturada onde a coleta de dados se deu de forma individual, conforme disponibilidade de horário do participante e em local reservado para preservar a privacidade durante o processo, as entrevistas foram gravadas e em seguida transcritas utilizando o programa Microsoft Word, preservando a maior riqueza de dados possível, em seguida foram agrupadas em categorias e relacionadas com a teoria.

O projeto desta pesquisa foi avaliado e posteriormente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade do Contestado, sob o número 3.444.053.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que diz respeito ao trabalho, pode-se afirmar que difere de qualquer tipo de prática animal pela natureza consciente, reflexiva, instrumental e moral. É uma atividade humana proativa, de caráter social, que pode ser individual ou coletiva (COUTINHO, 2009 *apud* ANDRADE *et al.* 2018)

Partindo do que nos afirmam Ribeiro e Léda (2004) sobre o trabalho, o seu significado foi muitas vezes associado a um sacrifício ou até mesmo um fardo. Os autores nos trazem exemplos, como o de Platão que considerava o exercício das profissões vil e degradante ou mesmo como na Grécia Antiga, onde o trabalho era desprezado pelos cidadãos livres. Os mesmos autores, afirmam ainda, que inicialmente no cristianismo o trabalho era visto como uma tarefa penosa, trazida como uma punição para o pecado.

Contudo Silva e Tolfo (2012) trazem a concepção de que apesar de o trabalho ter origem de *tripalium* que é associada à ideia de tortura, é possível a atribuição de

significados positivos além dos negativos. Atualmente a valorização do trabalho o faz possivelmente tornar-se cercado de adjetivos positivos.

Desta forma, os sentidos e significados conferidos ao trabalho modificam-se proporcionando novas formas de perceber, agir, pensar e sentir o seu fazer aos trabalhadores (SILVA, TOLFO, 2012). Partindo disso, os objetivos estão divididos em subtítulos, com o intuito de respondê-los no decorrer do discurso, trazendo recortes das falas dos entrevistados e conciliando com a teoria.

Possíveis Causadores de Adoecimento Mental no Trabalho

Partindo do pressuposto de que existem aspectos relacionados ao clima e relações, jornada de trabalho, desvalorização, pressão, entre outros, que possam vir a adoecer os trabalhadores, foi explorada qual a percepção dos participantes sobre esta temática durante as entrevistas.

Sobre os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho podemos destacar que os mesmos podem ser caracterizados como "[...] resultado de contextos de trabalho em interação com o corpo e o aparato psíquico dos trabalhadores" (BRASIL, 2011 *apud* VASCONCELOS; FARIA, 2008, p. 1).

Através das entrevistas realizadas, pode-se observar 7 possíveis causadores citados pelos participantes, que serão brevemente descritos a seguir.

A jornada de trabalho foi destacada por 17,64% dos participantes (3 pessoas), como um possível causador do seu adoecimento mental. Pode-se perceber esta informação a partir dos relatos apresentados, os quais foram recortados das entrevistas:

"Como nós tínhamos trabalho próprio, de família, nós não tínhamos horário fixo pra nada, nós começávamos cedo, as vezes ia até 6 horas, até 7 horas da noite, teve ocasiões que ficamos até 10, 11 horas da noite, trabalhamos sábado o dia inteiro, teve momentos que foi trabalhado no domingo também" (SIC) (E13).

"[...] porque na verdade você não é professor só dentro de sala, você é professor também fora de sala. Você não tem final de semana, então você tem uma rotina que na verdade embola tudo, você sai da escola, chega em casa, tem que preparar aula pro outro dia, tem que corrigir provas, tem que elaborar outra atividade" (SIC) (E14).

Partindo deste contexto Dalri *et al.* (2014) afirma que a jornada de trabalho é um dos componentes que pode gerar sofrimento no trabalhador, assim, o indivíduo para tentar diminuir este sofrimento busca desenvolver mecanismos de defesa, para enfrentar tal situação, mas se há acirramento de conflitos, o ambiente pode se tornar estressante e o trabalhador pode adoecer em decorrência dos fatores evidenciados como estressantes.

Como percebido nos relatos dos entrevistados a jornada de trabalho pode afetar a vida do sujeito, seja permanecendo na organização por horas seguidas, ou até mesmo levando atividades para realizar em casa, fora do horário de expediente, comprometendo momentos de descanso e lazer dos trabalhadores.

O segundo causador encontrado no discurso de 23,52% dos participantes (4 pessoas) foi a pressão sofrida dentro da organização, a necessidade de resolver problemas imediatamente, lidar com prazos curtos e com essa tensão individualmente pôde ser percebido como uma das dificuldades, podendo ser então um possível causador de seu adoecimento mental, como citado a seguir:

"Várias coisas, mas acredito que a principal delas foi a pressão psicológica. Não poder deixar passar 1 e-mail sequer pois não podia esquecer de agendar uma coleta, estar sozinha no setor e resolver tudo. Aquilo foi me deixando cada vez pior" (SIC) (E11).

"A pressão da função, era nossa palavra de vendedor, quando tinha problemas com o produto ou com a entrega era com a gente que o cliente reclamava, por cuidar de muitos clientes eram muitas reclamações por dia, finais de semana, as melhorias eram lentas, tínhamos prazos muito curtos o que exigia ter que trabalhar mais horas para poder dar conta e não atrasar mais ainda o que muitas vezes já estava atrasado, esse era o caso de stress" (SIC) (E17).

A partir das pressões do meio segundo Zanelli, Borges-Andrade e Bittencourt Bastos (2004) encontra-se a explicação para a ocorrência do estado de estresse, onde o organismo necessita se adaptar ou ajustar frente a elas.

Em relação a saúde mental dentro das organizações de trabalho, Vasconcelos e Faria (2008) afirmam que existe, ao mesmo tempo, que a pressão por produtividade, que cresce cada vez mais, dessa forma o indivíduo deve estar atento as mudanças para se adaptar as demandas do mercado, sendo o ambiente cada vez mais competitivo e exigente.

O terceiro possível causador citado por 17,64% dos entrevistados (3 pessoas) foram problemas de relacionamento com colegas e chefia, onde podemos observar a dificuldade de conviver em um ambiente organizacional onde há a necessidade de estar na defensiva, ou amedrontado por um colega ou superior, podemos observar este fato nos relatos a seguir.

"[...] hoje eu entendo, hoje eu vejo que ele assediava a gente moralmente, ele falava coisas ridículas, ele falava coisas pejorativas, conteúdo sexual, ele te deixava no chão na frente de outras pessoas, ele te tratava com um nada sabe? Você não podia pedir ajuda pra ele, que ele te esculachava, ele prejudicava outras pessoas da equipe, então com certeza foi essa pessoa (SIC) (E3) "Foram os conflitos internos com os colegas, porque todo dia você tinha que se firmar e se posicionar, e defender a tua opinião, e provar que era aquilo mesmo você sendo o profissional que era capacitado pra aquilo" (SIC) (E15).

Sobre isso Silva, Bernardo e Souza (2016) citam que as relações de poder e competições com superiores e colegas está presente na fala de trabalhadores como possível causador de seu adoecimento mental podendo resultar em vários fatores como assédios, humilhações, isolamentos, dentre outros.

A sobrecarga, foi percebida no relato de 11,76% dos participantes (2 pessoas) como possível causador de seu adoecimento mental. Pode-se observar essa sobrecarga como uma responsabilidade exacerbada, ou mesmo várias atividades distintas para apenas 1 indivíduo realizar, conforme as participantes colocam:

"Muitas, eu era extremamente sobrecarregada assim, mesmo eu sendo estagiária, eu sendo super nova, eu senti que foi bastante responsabilidade pra mim na época" (SIC) (E4)

"passei por um período também que eu cobria, eu fiquei sozinha no financeiro, com financeiro, RH e fiscal e foi porque a outra menina "tava" de licença maternidade, eu lembro que em alguns dias eu chorava o dia inteiro, trabalhava chorando, então assim, são situações que ao longo do tempo vão gerando um acúmulo." (SIC) (E5)

O excesso de trabalho foi citado por Kikuchi, Sales e Tarragô conforme traz Silveira (2013), como um dos fatores que podem desgastar o trabalhador tanto fisicamente como mentalmente, destaca que o ritmo para cumprir as exigências que foram demandadas, geram o excesso de carga nos aspectos físico, psíquico e cognitivo.

A desvalorização do trabalho foi encontrada na verbalização de 11,76% dos entrevistados (2 pessoas) como possível causador de adoecimento mental na organização.

"*Eu acredito que a falta de valorização, o não reconhecimento do que você tentava proporcionar aos alunos, a falta de comprometimento dos pais também". (SIC) (E6)*

"Outro motivo era que eu sempre me dedicava muito e não me importava em passar dos meus horários e trabalhar bastante, pois gostava do que eu fazia, até perceber que o meu salário não era tão bom assim para o tanto que eu me esforçava no trabalho" (SIC) (E16). Siegrist e Rödel (2016, *apud* CARDOSO; MORGADO) afirmam que quando o trabalhador não se sente recompensado pelo trabalho que realizou, pode encontrar- se desanimado, injustiçado, trazendo desta forma, influências negativas a sua saúde. Sendo que este reconhecimento pode ser realizado de várias formas, seja ele verbal, financeiro, ou seja representado por boas condições de trabalho e até mesmo por uma promoção.

O medo da perda do emprego foi nominado como o possível causador de adoecimento mental no discurso de 5,8 % o que equivale a 1 entrevistada, onde relata que a partir da demissão de outros colegas sentia-se amedrontada.

"Mas eu acho que foi o episódio de que uma colega de trabalho, umas pessoas começaram ganhar a conta em massa, isso foi muito assustador "né", começou uma limpa, então qualquer motivo era motivo pra se ganhar a conta" (SIC) (E9).

Heloani e Capitão (2003) ressaltam a ideia de que um motivo que pode trazer sérias consequências para quem sobrevive a partir de seu trabalho é a ameaça de ter sua força de trabalho dispensada a qualquer momento, tornando o mundo do trabalho um complexo monstruoso e avassalando o homem em todos os seus aspectos.

A própria personalidade ou característica pessoal do participante foi citada por 11,76% dos entrevistados (2 pessoas) como possível causador de seu adoecimento mental na organização, onde os entrevistados relatam que a dedicação, a responsabilidade, contribuíram para o sofrimento mental, pois nada pode sair errado. *"Eu acho que são duas coisas né, um eu acho que eu mesma né, a minha própria personalidade, eu tenho essa personalidade de me dedicar muito ao meu trabalho né, sempre fui assim, então eu quero fazer tudo muito bem, eu quero fazer tudo*

muito certo, eu quero fazer com que tudo de muito certo, então eu acabo me dedicando muito, eu acabo me desgastando" (SIC) (E10).

"O meu excesso de responsabilidade, por eu sempre querer tudo muito bem organizado, que tudo dê certo, que todo mundo consiga o que precisa, que tudo flua direitinho obedecendo prazos e limites" (SIC) (E12).

Partindo disso, Bock, Furtado e Teixeira (2001) falam sobre a subjetividade, o individual de cada sujeito, onde a partir das experiências/vivências sociais e culturais desenvolve suas particularidades. Desta forma a subjetividade é um conjunto de emoções, ideias e individualidades, constituindo o modo de ser e fazer de cada um, sendo assim a fonte das manifestações de emoções e comportamentos.

Dados Sobre a Saúde Mental Anterior a Atividade Laboral

A saúde mental foi avaliada pelos entrevistados como "melhor" antes da atividade laboral por 82,35 % dos participantes (14 pessoas) que apontam que eram pessoas mais tranquilas, saudáveis, sem preocupação, até mesmo que nem sabiam o que era estresse, antes da inserção no contexto de trabalho que gerou agravos à saúde, enquanto apenas 17,64% (3 pessoas) não souberam responder sobre sua saúde mental anterior a atividade laboral.

"Antes era tranquilo, eu me sentia bem feliz, conseguia ter tempo pra fazer tudo o que eu precisava, não tinha estresse, não tinha pressão do dia a dia, questão também de lidar com clientes, me estressava muito" (SIC) (E1).

"Nossa, na verdade eu nem sabia o que era estresse, ansiedade assim, não nessa intensidade, eu nunca tinha sentido nada parecido, eu era muito nova também e "tava" mudando muito as coisas na minha vida assim, era faculdade, trabalho, meu primeiro emprego assim, foi bem difícil" (SIC) (E3).

"Boa, bem boa assim. Referente ao estresse, cansaço mental, não tinha decorrências em nenhuma situação, em outras instituições que eu já tinha trabalhado antes dessa, e daí quando entrei nessa que ocasionou o adoecimento" (SIC) (E6).

Costa e Silva (2008) destacam sobre a relevância do trabalho na saúde mental, onde atua diretamente em questões que influenciem na saúde-doença, prazer- sofrimento, satisfação-insatisfação. Para analisar as relações de trabalho, é

fundamental vê-la em um contexto geral, considerando suas relações objetivas e subjetivas.

Relação entre a Atividade Laboral e o Sofrimento Apresentado

Pode-se observar a relação da atividade ocupacional com o sofrimento apresentado pelos participantes quando estes relatam que começaram a perceber o sofrimento ao pensar no próximo dia de trabalho, onde apresentavam sintomas físicos e emocionais de medo, cansaço, desespero, ansiedade, sintomas percebidos no domingo ao pensar na Segunda-feira, o que era suficiente para causar sofrimento. Podemos ainda identificar em recortes das entrevistas que este fato pode ser justificado através da fala de alguns participantes:

"Sim, eu comecei ficar muito estressada com a sobrecarga, porque me exigiam muito assim, chegava final de semana, domingo a noite eu começava passar mal, começava a ter sintomas físicos assim, começava a ter enjoo, e eu via que tipo acontecia justamente no domingo a noite ou quando eu tinha que acordar pra trabalhar sabe" (SIC) (E4).

"Quando eu comecei a ganhar crises de ansiedade, de choro, por pensar que eu tinha que ir trabalhar no outro dia, ou tinha que ir pro plantão e isso mexeu com meu organismo, em relação a questão de hormônios e menstruação que começou desregular" (SIC) (E1).

"Eu acho que já foi a mais tempo né, a gente percebe, o domingo já começa a se tornar um dia ruim, quando você acorda no meio da noite e pensa: Meu Deus será que amanhã é segunda? Quando a sexta feira chega e você não vê a hora de, você gostaria que a hora parasse aliás, quando a segunda feira se torna: "Meu Deus", sabe?" (SIC) (E5).

Sobre este aspecto Maeno e Paparelli conforme traz Silveira (2013) afirmam que a relação entre o trabalho e a existência de transtornos mentais é reconhecida por médicos quando diante de um quadro de transtorno mental seja sugerida a diminuição nas jornadas trabalho, aumento na frequência das atividades de lazer, descanso nos finais de semana.

Medidas Adotadas para o Restabelecimento da Saúde Mental

Com relação às medidas adotadas para o restabelecimento da saúde mental dos trabalhadores entrevistados, várias foram citadas, como a troca ou abandono do emprego sendo o primeiro passo a ser dado por alguns entrevistados, assim como a terapia foi a escolha de outros trabalhadores, é possível encontrar no discurso de algumas pessoas a busca pela ajuda psiquiátrica e tratamento com psicofármacos, além de medidas alternativas como meditação, calmantes naturais, prática de exercícios ou palestras motivacionais e cursos, conforme observado nos relatos a seguir:

"A primeira coisa foi trocar de emprego, aí eu procurei tratamento médico, mas nada me aliviou, realmente depois de um tempo só que eu consegui ficar mais tranquila com isso." (SIC) (E3)

"Então, eu busquei terapia, a um tempo já eu faço terapia, a 4 ou 5 meses, obviamente que eu tinha outras demandas também, mas eu busquei especialmente porque eu não aguentava mais a situação no meu serviço sem isso" (SIC) (E5).

"Primeiro o tratamento né, faço o tratamento até hoje, tomo remédio, busquei ajuda psiquiátrica, aí diminui totalmente a carga, trabalhava sempre 20 h, diminuí bastante a carga horária devido ao tratamento médico" (SIC) (E14).

"Eu tenho tentado fazer meditação né, e tenho tentado seguir o Ho' oponopono que é praticar gratidão, praticar esse pensamento positivo, que tudo o que acontece na vida da gente tem um lado positivo, não ficar reclamando" (SIC) (E10).

"Eu tomo um calmante que não foi receitado por médico, eu consegui comprar um calmante mais a base de questões naturais na farmácia, tomo um suplemento vitamínico, faço atividade física 2 vezes por semana e tento ter um pouquinho de tempo assim pra fazer algumas coisas que eu gosto" (SIC) (E12).

Pontes, segundo Silveira (2013) fala sobre a singularidade de cada sujeito no processo de restabelecimento da saúde:

> O restabelecimento, porém, é individual – em vista da peculiaridade de cada ser humano. Cada trabalhador utiliza as margens de manobra deixadas pela organização, os meios que lhe foram oferecidos e suas características pessoais para tentar amenizar o sofrimento causado à saúde, em vista de sua determinação por terceiros (p. 135).

Embora seja muito importante o destaque das medidas tomadas para o restabelecimento mental dos trabalhadores, percebe-se a relevância de ressaltar o possível surgimento de ações que diminuam os adoecimentos nas organizações.

Pontes, segundo Silveira (2013), traz a ideia de que é necessário acabar com o estigma de que trabalhadores que enfrentam doenças ou sofrimentos mentais estão “fingindo” ou “fazendo corpo mole”. É necessário que estes trabalhadores, que são vítimas deste sofrimento, tenham a oportunidade de expressar-se para que a partir disto haja o surgimento de ações que diminuam este fator nos ambientes laborais.

4 CONCLUSÃO

Ao pensar nos resultados desta pesquisa, pode-se observar a importância do envolvimento da organização relacionada a questão saúde-doença dos trabalhadores, onde seria de grande valia desenvolver medidas preventivas ao adoecimento, sendo este, um ponto positivo tanto para o trabalhador, melhorando sua qualidade de vida, quanto para a empresa, trazendo melhoria indireta na produtividade, aumentando a lucratividade da organização e qualidade de seus produtos.

Espera-se que os resultados obtidos através da pesquisa, possam contribuir indiretamente com a qualidade de vida ocupacional, diminuição do adoecimento mental relacionado ao trabalho, podendo proporcionar ferramentas para as organizações e colaborar com o desenvolvimento de políticas e programas voltados a diminuição destes sintomas.

Observando o discurso dos entrevistados, percebemos a importância que o trabalho tem na vida dos indivíduos, e quando o trabalho não é sentido como satisfatório pode prejudicar as outras áreas da vida dos trabalhadores. Salienta-se que no discurso de alguns dos participantes da pesquisa, existiram relatos que o trabalho o adoeceu em conjunto com outros fatores de sua vida, como estudos, tarefas domésticas, cuidado com os filhos, porém o trabalho destacou-se como um dos principais fatores para o adoecimento mental.

Com esta pesquisa pode-se perceber que o causador destes adoecimentos varia muito da área em que o trabalhador está inserido, cada forma de trabalho pode causar aos sujeitos sofrimentos variados, sendo que nesta pesquisa foram

entrevistados indivíduos de diversas áreas laborais. Desta forma, percebe-se como importante tomar como objeto de estudo futuro, áreas específicas de trabalho, podendo compreender então que cada atividade tem seus pontos positivos e negativos, e partindo disto poder contribuir com as diversas áreas de trabalho, profissões e diferentes populações de trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. E. B; BASTOS, A. V. B.; ZANELLI, J. C. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** São Paulo: Artmed, 2004.

ANDRADE, R. O. B. *et al*. **Sentido e significado do trabalho:** uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Eletronic Library. Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Rio de Janeiro, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v16 n2/1679-3951-cebape-16-02-318.pdf> Acesso em: 29 mar. 2019.

BERNARDO, M. H.; SILVA, M. P.; SOUZA, H. A. Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/ pdf/rbso/v41/2317-6369-rbso-41-e23.pdf>. Acesso em 11 abr. 2019

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias:** uma introdução ao uso de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001

CAPITÃO, C. G.; HELOANI, J. R. **Saúde mental e psicologia do trabalho.** São Paulo, abr./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo. php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011> Acesso em: 08 abr. 2019.

CARVALHO, J. F. *et al*. Qualidade de vida no trabalho e fatores motivacionais dos colaboradores nas organizações. **Educação em foco**, set. 2013. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2013/setembro/qualidade_motivacao.pdf>. Acesso em> 11 abr. 2019.

COSTA, I. I.; SILVA, E. A. **Saúde mental dos trabalhadores em saúde mental:** Estudo Exploratório com os Profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial de Goiânia/Go. Belo Horizonte, jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/ scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682008000100 006> Acesso em 29 mar. 2019.

CURY, V. E.; GILBERT, M. A. P. **Saúde mental e trabalho:** um estudo fenomenológico com psicólogos organizacionais. São Paulo, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000100005> Acesso em 11 abr. 2019.

DALRI, R. C. M. B. *et al*. Carga horária de trabalho dos enfermeiros e sua relação com as reações fisiológicas do estresse. **Rev. Latino- Am Enfermagem**, nov./dez, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/r lae/v22n6/pt_0104-1169-rlae-22-06-00959.pdf> Acesso em: 09 out. 2019.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondente**: Driven Sampling: uma descrição dos métodos. Porto Alegre; UFRS, 2013.

FARIA, J. H.; VASCONCELOS, A. **Saúde mental no trabalho:** contradições e limites. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script= sci_arttext&pid=S010271822008000300016> Acesso em: 29 mar. 2019.

LÉDA, D. B.; RIBEIRO, C. V. S. **O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva.** Rio de Janeiro, dez. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-4281204000300006> Acesso em: 02 abr. 2019.

MORIN, E. M. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, jul./set. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf> Acesso em: 11 abr. 2019.

NOGUEIRA, D. G.; PEREIRA, E. S. C.; PASTORIO, I. T. **As condições de trabalho:** o adoecer mental o trabalhador e o direito ao auxilio doença. v. 1, 2016. Disponível em: <http://itecne.com.br/social/edicoes/2016/artigos/Artigo%20(7).pdf> Acesso em 11 abr. 2019.

SILVA, N.; TOLFO, S. R. **Trabalho significativo e felicidade humana:** explorando aproximações. Florianópolis, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000300008> Acesso em 07 abr. 2019.

SILVEIRA, M. A. *et al*. **Inovação para o desenvolvimento de organizações sustentáveis:** trabalho, fatores psicossociais e ambiente saudável. São Paulo: CTI, 2001.

A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE O IMPACTO DA ATUAÇÃO NA SUA SAÚDE MENTAL[56]

Gislaine Aparecida Romaniuk[57]
Fernanda Cristina Neidert Batista[58]

RESUMO

O profissional da educação infantil tem por função auxiliar no desenvolvimento da criança no aspecto físico, social e intelectual, porém além da criança aprender com esse trabalho, os profissionais também absorvem as mais diversas experiências, sentimentos e emoções, interferindo de alguma forma em sua vida. O presente artigo tem por finalidade compreender de que forma o trabalho na área da educação infantil pode influenciar na saúde mental dos profissionais, identificando fatores que possam estar dificultando o desenvolvimento de suas atividades, além de investigar como ocorre as relações interpessoais e se estas podem estar relacionadas com a saúde mental dos mesmos. A coleta de dados ocorreu nas dependências de um Centro Municipal de Educação Infantil, de forma individual, onde foram entrevistados dezenove profissionais, dentre professores (as) e assessores (as) de docência, entre 18 e 50 anos de idade. Diante de todos os dados levantados, sobre o impacto da atuação na sua saúde mental, foi possível identificar que existem situações que podem interferir na sua saúde mental de forma positiva, sendo o vínculo criado com as crianças e negativamente, a desvalorização da profissão. Este estudo pode demonstrar que os profissionais que atuam na educação infantil trazem em seus discursos que vários são os aspectos que influenciam em sua saúde mental, desde fatores pontuais, aos mais diversos fatores ligados à organização do trabalho, como por exemplo, as políticas de recursos humanos e a estrutura hierárquica organizacional.

Palavras-Chave: Saúde mental. Educação infantil. Professores. Profissão. Educador.

ABSTRACT

The early childhood education professional´s function is to assist the child´s development in the physical, social and intellectual aspects, but, besides the child to learn with this work, the professionals absorb wider range of experiences, feelings and emotions, interfering in some way in their life. The present article has the purpose of understanding how the work in the early childhood education area could influence in the professionals mental health, identifying factors that may be making the development of their activities difficult, and will also investigate how the

[56]Trabalho apresentado da disciplina de TCC II do Curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho

[57]Graduanda do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: psic.gislaineromaniuk@gmail.com.
[58]Docente do curso de Psicologia. Universidade do Contestado. Campus Rio Negrinho. E-mail: fernanda.batista@unc.br.

interpersonal relationships occur and if these can be related to their mental health. The data collection occurred in the premises of a Municipal Early Childhood Education Center, in an individual way, where nineteen professionals were interviewed, among teachers and teaching assistants, aged between 18 and 50 years. With all the collected data, about the impact of acting in their mental health, was possible identify that occur situations which can interfere in their mental health in a positive way, like the created bond with the children, and in a negative way, as the profession devaluation. This study can demonstrate that the professionals who act in the early childhood education bring in their speeches that various aspects influence in their mental health, from one-off factors, to several work organization factors, for example, human resources policies and hierarchical organizational structure.

Keywords: Mental health. Childhood education. Teachers. Profession. Educator.

1 INTRODUÇÃO

No século XVII na França os governantes começaram a ter uma preocupação em retirar das ruas, tanto as crianças que não tinham pais, quanto aquelas em que seus pais trabalhavam até 18 horas por dia, ficando as mesmas famintas e sem rumo, perambulando sem nenhuma atividade (MARIOTTO, 2009).

No decorrer do tempo, ocorreram mudanças sociais e econômicas e, para aumentar a renda doméstica, a mulher começou a ser chamada para o mercado de trabalho, para assim, auxiliar no sustento da família. Com isso a creche iniciou a função de cuidar e atender das necessidades básicas da criança.

A partir da necessidade de existir um local específico para prestar cuidados as crianças que estavam sem assistência de seus pais durante o dia e também daquelas cujo as mães iniciaram no mercado de trabalho, foram criadas as creches. O termo creche que significa manjedoura, tendo como principal função o cuidar, a assistência as crianças quais as mães não poderiam cuidar por estarem trabalhando (MARIOTTO, 2009).

Sobre a creche Mariotto (2009) diz ainda que essas instituições, com caráter assistencial-filantrópico, ao mesmo tempo em que surgiram para atender à necessidade da mulher- operária, por não terem um lugar para deixar os seus filhos, buscaram também atender aos filhos de mães que não sabiam cuidar adequadamente destes. Caracterizando-se como uma relação de favor entre as associações provedoras e as famílias.

Com a evolução das necessidades apresentadas pelas creches, os atendentes passaram a serem substituídos por professores, visto que os objetivos das creches também evoluíram.

Ao longo dos anos, estudos foram realizados em diversas áreas, inclusive na educação e na infância, como a creche era um local de assistência à criança, em 1926, deu-se inicio à elaboração de projetos de caráter preventivo, então a educação infantil passou a ser um terreno fértil para a germinação de práticas higienistas (MARIOTTO, 2009).

> No Brasil, a efervescência das ideias pedagógicas modernas advindas dos países ditos de primeiro mundo, durante os finais do século XIX e início do século XX, fez com que médicos, juristas, intelectuais e religiosos voltassem seus olhares sobre a infância brasileira, particularmente sobre a infância pobre. Com o ideal de modernizar o país nos moldes europeus. (NASCIMENTO, 2015, p. 02).

Os profissionais que trabalhavam nesses locais eram chamados de atendentes, pois sua missão era atender as necessidades da mãe.

A função do professor na educação é conduzir o seu grupo de alunos, buscando compreender e negociar os diferentes processos de significação que envolvem as situações de aprendizagem que planejou. Tem sido comum identificar o professor nesse papel de mediador, o professor ensina unindo o conteúdo com questões do cotidiano (TUNES; TACCA; JÚNIOR, 2005).

Diante da importância da relação entre aluno e professor, pode-se identificar que o aluno aprende no ambiente escolar, no entanto o professor também absorve uma carga de experiências a partir da relação estabelecida com os alunos e com o meio escolar. No convívio social, a experiência interpessoal proporciona o processo de elaboração e reelaboração de sentidos que organizam e integram a atividade psíquica e o jeito de viver de todos os participantes da relação (TUNES; TACCA; JÚNIOR, 2005).

Da mesma forma que são absorvidas sensações e aprendizagens positivas, as negativas também são e muitas vezes acabam afetando a saúde mental dos profissionais. Quando o docente é atingido pelo o mal-estar, ocorrem várias alterações de caráter negativo, afetando a personalidade desse profissional, consequência que se dá a partir das situações de estresse vivenciadas ao longo da atividade docente. Através dessas condições os professores e as professoras

passam a manifestar sentimentos ruins como angustia e desmotivação, além de estresse emocional e insensibilidade diante das questões que envolvem o âmbito de trabalho (SOUZA; LEITE, 2011).

A partir de pesquisas desenvolvidas na atualidade, abordando a influência do âmbito da educação no desenvolvimento da criança, este estudo optou por inverter a questão para compreender a influência que o ambiente educacional traz para a saúde mental dos/as profissionais que nele atuam.

O objetivo principal desta pesquisa era investigar se o trabalho na educação infantil interfere em algum momento na vida dos profissionais que ali atuam e compreender também de que forma pode refletir na saúde mental desses profissionais, buscando identificar em seguida quais os fatores que possam estar dificultando o desenvolvimento de seu trabalho e interferindo na sua saúde mental.

Considerou-se pesquisar sobre esse tema, visto a experiência da pesquisadora neste ambiente, levando em conta que atua profissionalmente no mesmo e apresentou interesse em investigar mais detalhadamente sobre a saúde mental dos profissionais que atuam na área. Durante as conversas com seus colegas de trabalho, os mesmos sempre traziam questões relacionadas as suas rotinas de trabalho. A partir dessa experiência, resolveu-se então investigar de que forma isso refletia na saúde mental desses profissionais.

Através de uma revisão de literatura buscou investigar fatores que influenciem na saúde mental dos profissionais dentro da escola. Acredita-se que se poderá auxiliar profissionais, gestores e psicólogas/os na capacitação de professores/as quanto à temática. A pesquisa teve como objetivo identificar fatores que possam afetar positiva e negativamente a saúde mental desses profissionais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa trata-se de uma pesquisa na área de conhecimento ciências humanas. Refere-se a uma pesquisa exploratória, levando em conta que procura descrever traços de uma determinada população, sendo estes profissionais da educação, com relação a sua abordagem é definida como qualitativa.

O universo da pesquisa é composto por profissionais (professores e assessores de docência) que atuam diretamente no cuidado e alfabetização das crianças de um Centro de Educação Infantil (CMEI) da cidade de Rio Negrinho/SC,

conforme Termo de Autorização e Compromisso disponibilizado pela Instituição, de forma que a amostra foi composta por 19 profissionais da educação, os quais estavam de acordo com os critérios de inclusão e exclusão[59] propostos pela pesquisadora.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, cujo conteúdo atende os objetivos dessa pesquisa. O método para coleta de dados foi por meio da entrevista, a qual foi gravada e em seguida transcrita.

Sobre a coleta de dados ainda, a mesma aconteceu nas dependências da Instituição selecionada, de forma individual, em data e horário que foram agendados previamente, levando em consideração a ética e sigilo no local.

Os dados foram inicialmente transcritos no programa Microsoft Word e Microsoft Excel. A análise se deu através de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Posteriormente os dados foram analisados em conjunto com as informações teóricas contidas neste trabalho e organizadas de acordo com os objetivos propostos.

A pesquisa que deu origem a este artigo foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Contestado e aprovada com o parecer consubstanciado nº 3.435.854.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o passar dos anos o objetivo da creche foi evoluindo, tornando-se educação infantil e comprometendo-se com o conforto da criança. Onde tudo que é feito é pensado nela, desde a chegada, a troca, a alimentação, o sono, o ambiente, de forma que a criança se sinta bem por estar ali. Taylor e Vlastos, (1983 *apud* ELALI, 2003, p. 01) falam que o ambiente escolar é composto por diversificadas interações, isso é, famílias com diferentes culturas, costumes e realidades. Sendo assim, é um espaço onde há troca de várias realidades indicando a situação atual da sociedade.

[59]Critérios de Inclusão: Ter mais de 18 anos; Trabalhar no CMEI onde será realizada a pesquisa há mais de um ano; Concordar em participar da pesquisa e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Critérios de Exclusão: As pessoas que não seguem aos critérios de inclusão ou que não demonstrem interesse em participar do estudo.

O profissional da educação torna-se então um exemplo para essas crianças, visto que algumas delas passam mais tempo na escola do que em casa com os seus pais. Vigotski (2001a *apud* PASQUALINI, 2010) diz que quando a criança se identifica com o modo de ser desse profissional, ela o vê como um exemplo a ser seguido. Segundo Tunes, Tacca e Júnior (2005) o aluno aprende com a escola e com o professor, no entanto o professor também absorve uma carga de experiências a partir da relação estabelecida com os alunos e com o meio escolar.

Segundo Baccon e Mendes (2015) tem-se a ideia de que ser um profissional da educação não é fácil, pois é de grande valia considerar a diretriz da atividade docente, mas o professor também é o relacionar-se com o seu discente, é estar apto à relações interpessoais, e usá-las para enriquecer ainda mais sua bagagem. Considerando então a importância do papel do professor e consequentemente dos aspectos da saúde tanto física, quando mental que o mesmo possui, é que este estudo foi desenvolvido, tendo como enfoque investigar os fatores envolvidos na constituição e manutenção da saúde mental destes.

A amostra foi constituída por dezenove profissionais, sendo dezoito pessoas do sexo feminino e uma do sexo masculino, dentre professores (as) e assessores (as) de docência, entre 18 e 50 anos de idade. Tanto o trabalho desenvolvido pelos professores, quanto pelos assessores é de igual responsabilidade, visto que um complementa o outro para assim realizar as rotinas escolares.

Segundo Arroyo (2013) as características de personalidade do ser humano se aprendem no convívio, no contato entre os indivíduos. A experiência do professor vem com o tempo, com a relação que estabelece com os alunos, pais e colegas. Os professores no início de suas carreiras trazem em sua bagagem exemplo de professores que tiveram em seu desenvolvimento para usar como modelo. Experiências da vida particular juntam-se com o aprendizado teórico e ao resistir a isso é criada uma identidade pessoal e profissional, ou seja, a imagem do professor que tivemos não explica com domínio a imagem que cada um carrega.

Além da influência que as pessoas têm no desenvolvimento e formação do perfil profissional dos professores, temos outros aspectos relevantes, por exemplo: o ambiente da escola, perfil dos alunos, entre outros.

Como primeiro elemento de análise desta pesquisa, buscou-se investigar se o ambiente de trabalho interfere de alguma forma na saúde mental dos/as profissionais. Ao serem questionados se o ambiente físico de trabalho era agradável,

5,26 % da amostra responderam que não, enquanto que 94,73% responderam que sim "*para mim é, eu passo a maior parte do tempo aqui, mais aqui do que na minha casa e quando eu estou em casa, às vezes eu quero estar aqui, eu gosto do lugar onde eu trabalho*" (sic) (P13).

A partir dos discursos dos participantes do estudo, pode-se identificar que o ambiente físico de trabalho não é considerado como um possível desencadeador de interferência na saúde mental destes profissionais. Podemos destacar ainda que os ambientes escolares, assim como a sociedade, também vêm evoluindo e se adaptando as necessidades, dos alunos e também dos profissionais, tornando-se espaços mais agradáveis.

De acordo com Andrade et al. (2014) para o bom funcionamento da escola a estrutura física em boas condições é um grande aliado, pois sem uma boa estrutura, não se pode esperar um bom funcionamento, e mesmo que venha a se ter o bom funcionamento a organização da estrutura escolar refletirá na qualidade da educação, assim sendo, também no desenvolvimento do trabalho do profissional.

Durante as entrevistas tornou-se possível levantar outros fatores que possam estar dificultando o desenvolvimento do trabalho dos profissionais entrevistados. Pode-se perceber que em alguns momentos nos seus relatos, que os mesmos não conseguem separar questões pessoais dos profissionais *"Quando não estou bem de saúde, quando estou agitada ou ansiosa, isso tudo interfere. Sinto que as crianças absorvem tudo o que estamos sentindo e o ambiente nestes casos fica "pesado", tenso, agitado"* (sic) (P3). *"Procuro no máximo não misturar particular com o profissional, porém, em alguns momentos elas refletem sim, principalmente em nosso humor, entretanto conversar com colegas e o contato com as crianças me fazem voltar ao foco e assim desempenhar o meu melhor"* (sic) (P5).

Segundo Nóvoa (1995 *apud* BACCON; MENDES, 2015) a formação do professor vai muito além da graduação, ela abrange uma dimensão pessoal, a qual necessita estimular reflexão crítica e autonomia nos docentes, de forma que os mesmos consigam equilibrar profissional e pessoal, para que desta forma esses professores possam dar significado e sentido às suas vivências, mantendo um bom desenvolvimento profissional, além de buscar manter uma boa qualidade de vida.

"Eu estaria mentindo se eu dissesse que não. Porque aspectos fora do trabalho interferem sim, eu particularmente, tenho família sim e tenho filhos e tenho que trabalhar com eles e dar atenção para eles e tem dias que acontecem coisas

que eu fico chateada e a minha produtividade no meu trabalho abala muito porque é pouco tempo, eu tenho que me dedicar no meu trabalho por responsabilidade profissional e por gostar mesmo e chego em casa, aí eu tenho as crianças, tenho que dar atenção para elas e fazer meu papel de mãe que é essencial também porque é minha vida e eu penso que às vezes atrapalha a qualidade, mas são coisas que acontecem acredito que com a maioria das pessoas, isso a gente chama de qualidade de vida e a gente tenta sempre melhorar para que fique equilibrado em casa e no trabalho, que se você for ver, você passa a vida no teu trabalho, então você também tem que cuidar para o teu trabalho não afetar em casa e para em casa não afetar no teu trabalho. O professor tem que ter uma mente muito boa e um equilíbrio muito bom para conseguir conciliar as coisas" (sic) (P17).

Durante as entrevistas alguns profissionais trouxeram também mais algumas experiências que utilizam da sua vida particular para ideias, atividades e trabalhos na escola. Alguns deles comentaram que tiveram certeza sobre a sua profissão depois do nascimento de seus filhos, outros também comentaram que algumas vezes antes de fazer as atividades na escola, praticaram com seus filhos em casa para observar como se daria o desenvolvimento desta atividade. Além do que, muitas vezes ao lidar com as crianças ali da Educação Infantil, pensam em como seria se fosse seu filho ali, do que eles gostariam ou como se sentiriam, para assim, fazer o melhor e ideal para essas crianças que ali estão. Os mesmos falam ainda sobre o vínculo que é criado com esse aluno, que às vezes os vêem como filhos.

Bida e Fonseca (2019) acreditam que os professores e a escola não podem mudar o mundo, mas podem fazer parte da mudança de várias crianças e suas famílias, uma vez que podem auxiliar em várias transições com sua função social que é socializar o conhecimento. Talvez a tarefa não seja fácil, visto que a solidificação da educação só é realizada através da aprendizagem e são vários fatores negativos e positivos que podem influenciar. E a relação professor-aluno também é um influente, quer dizer, o trabalho desenvolvido pelo professor, que vai desde o planejamento até o desenvolvimento da aula e suas rotinas.

Os profissionais demonstraram uma grande afetividade ao falar sobre as crianças seus alunos "*Eu sou bem carinhosa com eles, eu sou mãezona, quando é preciso chamar a atenção eu chamo, mas eu dou muito carinho porque isso é de mim mesmo, é meu isso, ser carinhosa com eles, porque eles já estão o dia inteiro*

longe de pai e de mãe, então eles precisam de um carinho de um aconchego" (sic) (P15) "*chamo até de filho*" (sic) (P13).

Mariotto (2009) fala ainda que as creches hoje não são somente locais com o objetivo de cuidar, nem só com objetivos pedagógicos, ambas só podem possibilitar o aprendizado se propiciar bem-estar a essas crianças.

A educação infantil é o ambiente onde atualmente as crianças passam a maior parte do tempo, visto que seus pais trabalham o dia todo, desta forma a educação dessa criança é trabalhada em parceria pelos seus tutores e professores.

Buscou –se investigar de que forma acontece a relação professor e responsáveis "*Infelizmente tenho pouco contato com os pais devido ao horário, normalmente quando chego as crianças já estão e quando saio as crianças ainda ficam (a maioria, mas os que tenho contato a relação professora- pais é boa)"* (sic) (P4). "*Não tenho quase contato com os pais porque quem tem mesmo contato são as assessoras, gostaria sim que tivesse mais compromisso dos pais que eles tivessem, que eles viessem buscar quem são os professores, viessem na reunião porque muitas vezes eles encontram a gente nos corredores e nem sabem quem é"* (sic) (P11).

Carvalho e Schram (2019) sugerem uma educação transformadora, educação essa onde todos façam parte, a qual todos tenham a liberdade de opinar e demonstrar o seu ponto de vista, racional, que possa promover mudanças através da concordância entre todos os indivíduos da sociedade, isso é, pais, alunos e professores, pensando na realidade atual. O diálogo entre professor, responsáveis e aluno são extremamente importantes para a troca de experiências, essa comunicação é capaz de abrir caminhos para um aprendizado saudável. Essa troca traz reconhecimentos do outro, ambos passam a se entender melhor dentro de suas realidades.

Além do cuidado e da didática, os professores devem cumprir prazos, vencer conteúdos e trabalhos. Ao decorrer das entrevistas alguns professores trouxeram como essas questões burocráticas funcionam e como se sentem sobre isso "*existem situações do trabalho que interferem no humor, situações como: falta de prazos para algumas coisas, ou ter prazos para cumprir e não ter um profissional que te auxilia, se a assessora falta muito te sobrecarrega demais, se você fica sozinha te sobrecarrega demais, se você tem prazos para cumprir e atividades para entregar e você fica sozinha, ou você faz as atividades, ou você faz os cuidados de uma*

assessora por mais que você tenha o auxílio em alguns momentos, ficar sozinho é ficar sozinho. Eu penso que é isso, a escola entende que você não pode ficar sozinho, mas o município tem uma regra e tem uma burocracia e tem uma coisa que é contrária ao que eles pregam, ao que eles falam, que a educação é boa, que a educação é favorável, de um lado eles falam isso e a propaganda é muito linda, mas no concreto, no real, na escola, a coisa é completamente diferente. Para um atestado de 15 dias, um professor fica sozinho, ele faz função de professor e de assessor e ainda tem que dar conta dos seus trabalhos pedagógicos. Eu acho que tudo é conjunto, eu posso cobrar quando eu faço também" (sic) (P17).

Bida e Fonseca (2019) denotam diversos traços positivos, mas ao mesmo tempo demonstram vários aspectos de desinteresse, cansaço, a repetitividade, a obrigação, a visão de que o aluno é um incomodo de alguns profissionais da educação. Em contrapartida, outros desses profissionais sonham em superar os obstáculos do ensino, desafios esses que se tornam cada vez maiores com o passar dos dias, levando em conta as inúmeras dificuldades que encontram dia após dia, vivem na esperança de redescobrir o porquê escolheram essa profissão, a fim de se fazer da arte de amar, o segredo de viver. As autoras relembram ainda que enquanto que para os professores desanimados a vida se transforma numa rotina chata, se trabalha por imposição, se casa por obrigação, seu sonho é a aposentadoria e quem sabe o quanto antes morrer.

Kullok (2010 *apud* GAIARDO; PEREIRA, 2016) em muitos casos os profissionais da educação não são preparados para as diversas cobranças da sua função, não recebem um preparo para as inovações, sendo necessária uma revisão em sua metodologia de ensino.

Os relacionamentos interpessoais também interferem de alguma forma no desenvolvimento profissional, essa interferência pode aparecer tanto de forma positiva quanto negativa "*Tem gente que não gosta da gente, então sempre tem provocações e tudo mais, então você não se sente bem de trabalhar em um lugar que você não é bem vindo, mas é poucos casos, mas querendo ou não afeta, por mais que seja relevante afeta*" (sic) (P10). "*Eu tive uma vez vontade de ir embora do trabalho, em um ano atrás, em uns dois anos atrás, quando existia conflitos de ideias e de pensamentos e que administrar pessoas é muito difícil e que aconteceram fatos que me chatearam muito e que eu nunca vi em educação em um ambiente escolar, com pessoas adultas e que da forma que foi tratado me faz*

desacreditar em pessoas da educação e de como funciona, como deveria funcionar. Porque para tudo existem regras e você tem que cumprir, mas então se você tem que cumprir, a regra é para todos. Se você tem que cumprir para as coisas boas, muitas vezes não tem reconhecimento, não tem recompensa, mas se você tem que cumprir com a tua educação, com a tua formação, com a tua função, então você tem que saber que você deve respeito, que você é um exemplo, que você está em um ambiente escolar, que você ensina, o que você ensina, nós vamos ensinar a discutir, vamos ensinar a não ter paciência, de que forma você ensina, de que forma você lida com as situações, de forma você trata o outro, você se põe no lugar e se fosse com você, você gostaria...? Foi a única vez que eu tive vontade de ir embora, mas nunca assim de desistir da educação porque é uma coisa que por mais que essas coisas aconteçam, eu não me vejo fora da educação" (sic) (P17).

De acordo com Faria; Vasconcelos (2008) apesar de ainda muitas pessoas não terem conhecimento, não entenderem sobre Saúde Mental, muitas pessoas já afirmam que o trabalho pode influenciar, prejudicar ou aumentar o sofrimento e possíveis adoecimentos mentais ou psicossomáticos. Adoecimentos esses que podem ser ocasionados através dos seguintes fatores: estresse; fofocas; condições físicas de trabalho inadequadas; relacionamento difícil com os superiores, com subordinados, colegas, clientes; insatisfação com o trabalho; falta de reconhecimento; pressão; responsabilidades; sensação de ser vigiado e orientações contraditórias para a execução da tarefa.

Conforme Souza e Leite (2011) quando o docente é atingido pelo o mal-estar ocorrem várias alterações de caráter negativo, afetando a personalidade desse profissional, consequência que que se dá a partir das situações que vive ao longo docência. Através dessas condições os professores passam a manifestar sentimentos ruins como angustia e desmotivação, além de estresse emocional e insensibilidade diante das questões que envolvem o âmbito de trabalho.

O trabalho na Educação Infantil hoje é de grande importância, pois o cuidado, as atividades e as estimulações que são realizadas com essas crianças auxiliam perceptivelmente o desenvolvimento das mesmas, de forma que elas chegam na Educação Básica já preparadas para a alfabetização. Os profissionais da Educação Infantil conseguem identificar claramente o seu trabalho, visto que recebem a criança de um jeito e no final do ano as veem com uma bagagem maior de aprendizado.

Diante de todas as situações mencionadas, segundo a percepção dos profissionais da educação infantil sobre o impacto da atuação na sua saúde mental, é possível identificar situações que podem agir de forma positiva e negativamente na sua saúde mental. "*Gosto do que faço e não me vejo fazendo outra coisa, porém sinto que nossa profissão não é valorizada, não temos muito apoio da direção e secretaria da educação e os pais estão cada vez mais relapsos e "cheios de razão". Tenho que tirar dinheiro do bolso se quiser material para desenvolver um bom trabalho e o reconhecimento raramente vem. Tomo antidepressivos e sei que meu trabalho tem parcela nessa situação, pois trabalhar com crianças é desgastante e os conflitos gerados entre equipe desgastam mais ainda. Mas quando vejo o progresso das crianças e o carinho que demonstram sinto que tudo vale a pena"* (sic) (P1).

"*Meu trabalho é gratificante. Não poderia ter escolhido outro, mas não consigo separar o profissional, deixar na escola, e o pessoal, deixar em casa. Sou muito emoção. Gosto muito do que faço, quero sempre melhorar"* (sic) (P3).

"*Adoro o que faço e me realizo nele. A educação Infantil é algo muito importante na minha vida, cada aprendizado é válido o que me faz sentir orgulhosa e feliz"* (sic) (P5).

"*Meu trabalho dentro da educação infantil é mais cuidado, não vejo ele como eu gostaria que fosse, eu pego muitas rotinas, gostaria mais que fosse períodos adequados que tivesse um ambiente diferente para a criança trabalhar naquela aula de artes que não fosse dentro da sala e que tivesse um material adequado, não seria o material pedagógico como tanto se fala, seria um livros interessantes, histórias que a gente pudesse trabalhar diferenciado já que a gente está na educação infantil"* (sic) (P11).

Conforme Bernardo, Silva e Souza (2016) é necessário compreender a complexidade dos diferentes níveis, para que os aspectos do trabalho que possam interferir na saúde mental do trabalhador sejam vistos como objetos de reflexão, visto que, apesar das discussões e dos estudos sobre o tema, os adoecimentos no trabalho continuam em crescimento. O trabalho pode contribuir de forma significativa para as alterações da saúde mental das pessoas, isso acontece a partir de vários aspectos que envolvem esse ambiente profissional: desde fatores pontuais, aos mais diversos fatores ligados à organização do trabalho, como a divisão de funções, as políticas de recursos humanos e a estrutura hierárquica organizacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho na educação infantil pode influenciar de algumas maneiras na vida do profissional que atua neste ambiente, inclusive na sua saúde mental, podendo ser de forma positiva ou negativa.

Quadro 1 – Síntese dos objetivos da pesquisa

Objetivos:	Resultados:
Verificar aspectos do ambiente de trabalho que possam interferir na saúde mental dos/as profissionais.	A partir dos discursos dos participantes do estudo, pode- se identificar que o ambiente físico de trabalho não é considerado como um possível desencadeador de interferência na saúde mental destes profissionais. Podemos destacar ainda que os ambientes escolares, assim como a sociedade, também vem evoluindo e se adaptando as necessidades, dos alunos e também dos profissionais. Os profissionais em seus relatos descrevem o ambiente de trabalho como agradável, um espaço confortável e alguns considerando como uma segunda casa.
Identificar fatores que possam estar dificultando o desenvolvimento do trabalho desses profissionais.	Através dos relatos durantes as entrevistas pode-se perceber que em alguns momentos os mesmos não conseguem separar o pessoal do profissional, de forma que seus sentimentos refletem no desenvolvimentos de seu trabalho. Além de outras questões organizacionais que acabam desmotivando em alguns momentos e diminuindo seu rendimento profissional. Os profissionais trazem em seus discursos que a questão pessoal que mais afeta seu rendimentos é quando acontece algum problema com seus familiares ou filhos doentes ou prazos a cumprir, vencer conteúdos e trabalhos, sobrecarga de trabalho quando seus colegas faltam e acabam ficando sem auxilio.
Pesquisar como ocorre as relações interpessoais no ambiente de trabalho e se estas podem influenciar na saúde mental dos mesmos.	Os relacionamentos interpessoais interferem de alguma forma no desenvolvimento profissional, pois acabam desmotivando esses profissionais a desenvolver suas funções, além de poder também prejudicar ou aumentar o sofrimento e possíveis adoecimentos mentais. Os profissionais relatam que o que os incomodam mais durante sua jornada de trabalho são as seguintes situações com os colegas de trabalho: intrigas e relacionamento difícil, falta de comprometimento, irresponsabilidade, cobrança, questionamentos, fofocas, entre outros.

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Durante a aplicação das entrevistas pode-se perceber que os profissionais pararam para pensar e analisar aspectos que muitas vezes passam despercebidos durante os dias de trabalho. Alguns profissionais conseguiram expor livremente o que estavam sentindo e o que pensavam naquele momento, além do mais,

trouxeram também ideias e pontos de vistas diferentes do que vivem hoje na educação. Enquanto outros destes profissionais demonstraram resistência em responder algumas das questões, mas cada um deles manifestou um grande apreço pela profissão, apesar de em alguns momentos mostrarem-se desmotivados diante das dificuldades do ofício.

Ao final da pesquisa, pode-se perceber que os profissionais entrevistados em alguns momentos revelaram um grande carinho pela profissão, pelas crianças e pelo desenvolvimento de seu trabalho. Em contrapartida, através de seus relatos percebeu-se uma grande desmotivação ao falarem sobre a desvalorização da profissão (da educação), das relações interpessoais com seus colegas e sobre a organização de modo geral do setor público.

Lembrando ainda que os profissionais falaram também sobre os dias em que não chegam muito bem no trabalho, mas que o afeto das crianças faz com que eles melhorem ao longo do dia, melhorando assim seu bem-estar.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para uma reflexão crítica sobre o tema e estratégias de enfrentamento das dificuldades encontradas na relação dos/as educadores/as com as crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. D. *et al*. **O trabalho docente e a qualidade de vida dos professores na educação básica.** 2014. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rsap/2014.v16n2/221-231/pt> Acesso em: 07 mar. 2019.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BACCON, A. L. P.; MENDES, T. C. **Profissão docente:** O que é ser professor? 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17709_7650.pdf> Acesso em: 28 mar. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDO, M. H.; SILVA, M. P.; SOUZA, H. A. Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento. **Rev. Bras. Saúde Ocup**., São Paulo, v. 41, 23. ed., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572016000100214&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BIDA, G. L.; FONSECA, T. M. M. **A relação professor-aluno:** realidade e possibilidades. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1782-8.pdf> Acesso em: 28 mar. 2019.

CARVALHO, M. A. B.; SCHRAM, S. C. O pensar educação em Paulo Freire. **Para uma pedagogia de mudanças**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2> Acesso em: 28 mar. 2019.

ELALI, G. A. **O ambiente da escola**: o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2019.

FARIA, J. H.; VASCONCELOS, A. de. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicol. Soc**., Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 453-464, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 maio 2019.

GAIARDO, V. A.; PEREIRA, L. G. F. **Docentes e a Síndrome de Burnout.** 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/docentes_e_a_sindrome_de_b urnout_pdf.pdf> Acesso em: 02 abr. 2019.

MARIOTTO, R. M. M. **Cuidar, educar e prevenir**: as funções da creche na subjetivação do bebe. ESCUTA. 2009.

NASCIMENTO, M. G. C. A.; REIS, R. F. **Formação docente:** percepções de professores ingressantes na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000100049&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2019.

PASQUALINI, J. C. **O papel do professor e do ensino na educação infantil:** a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin. 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-10.pdf> Acesso em: 31 mar. 2019.

SOUZA, A. N.; LEITE, M. P. **Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil**. Dezembro de 2011. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2019.

TUNES, E.; TACCA, M. C. V. R.; JUNIOR, R. S. B. **O professor e o ato de ensinar**. Dezembro 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100- 15742005000300008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 18 mar. 2019.

Editora
UnC